



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARCELO DE JESUS SANTOS

**INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E NACIONALISMO NAS CAPAS DE *O LIBERAL*:
DISCURSOS IDEOLÓGICOS DA SEMANA DA PÁTRIA EM BELÉM (1970)**



Na homenagem à Pátria, o desfile com uma bandeirinha ao ombro

Belém/Pará
2025

MARCELO DE JESUS SANTOS

**INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E NACIONALISMO NAS CAPAS DE *O LIBERAL*:
DISCURSOS IDEOLÓGICOS DA SEMANA DA PÁTRIA EM BELÉM (1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Ciências da Educação - ICED, na linha de pesquisa Educação Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Welington da Costa Pinheiro

Belém/Pará
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D278 De Jesus Santos, Marcelo.
INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E NACIONALISMO NAS CAPAS
DE O LIBERAL: DISCURSOS IDEOLÓGICOS DA SEMANA
DA PÁTRIA EM BELÉM (1970) / Marcelo De Jesus Santos. —
2025.
189 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Welington da Costa Pinheiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2025.

1. Infância. 2. Cultura Escolar. 3. Semana da Pátria. 4.
Discurso Midiático. 5. Nacionalismo. I. Título.

CDD 370.98115

MARCELO DE JESUS SANTOS

**INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E NACIONALISMO NAS CAPAS DE *O LIBERAL*:
DISCURSOS IDEOLÓGICOS DA SEMANA DA PÁTRIA EM BELÉM (1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Ciências da Educação - ICED, na linha de pesquisa Educação Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Wellington da Costa Pinheiro (Orientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof^a. Dr^a. Vergas Vitoria Andrade da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães
Universidade Federal do Pará (PROFHISTÓRIA/UNIFAP)

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações da infância nas celebrações da Semana da Pátria realizadas em Belém do Pará durante a década de 1970, com foco na articulação entre práticas escolares, discursos midiáticos e rituais cívicos no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A principal fonte da investigação são 40 capas do jornal *O Liberal*, publicadas em setembro entre 1970 e 1979 e obtidas no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, interpretadas à luz da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e do conceito de signos ideológicos, com ênfase na articulação entre texto e imagem como formas de construção simbólica e de poder. Metodologicamente, a pesquisa combina a Análise Temática de Braun e Clarke (2006) com a elaboração de um inventário das capas, permitindo mapear temas e elementos visuais recorrentes nas comemorações da Semana da Pátria. Os objetivos específicos foram: a) mapear os temas e elementos visuais recorrentes nas capas, com destaque à presença de crianças e instituições escolares; b) analisar as estratégias discursivas e visuais mobilizadas para representar a infância e a educação como símbolos de civismo e ordem; c) identificar desigualdades e hierarquizações nas representações de escolas centrais e periféricas; d) investigar como a cultura escolar foi instrumentalizada como ferramenta ideológica de legitimação do nacionalismo e das práticas educativas militarizadas. Os resultados evidenciam que a infância foi mobilizada como categoria estratégica nos discursos jornalísticos, associada a valores como obediência, disciplina e patriotismo, em consonância com o projeto pedagógico do regime. As imagens de crianças uniformizadas e organizadas em desfiles escolares expressam um esforço sistemático de formação de subjetividades infantis alinhadas à cultura cívico-militar. A análise também revelou desigualdades simbólicas na cobertura de escolas do centro e da periferia de Belém, reforçando hierarquizações sociais e espaciais. O jornal atuou como agente ativo de convocação e legitimação das festividades cívicas, desempenhando o papel de artefato ideológico na consolidação de uma memória disciplinadora da infância no imaginário educacional brasileiro. A pesquisa, portanto, amplia o debate sobre a instrumentalização da infância na cultura escolar e na mídia, e denuncia a persistente invisibilidade da Amazônia nas produções acadêmicas sobre o tema.

Palavras-chave: Infância. Cultura Escolar. Semana da Pátria. Discurso Midiático. Nacionalismo.

RESUMEN

Esta disertación analiza las representaciones de la infancia en las celebraciones de la Semana de la Patria realizadas en Belém do Pará durante la década de 1970, con énfasis en la articulación entre prácticas escolares, discursos mediáticos y rituales cívicos en el contexto de la dictadura civil-militar brasileña. La fuente principal de la investigación son 40 portadas del periódico *O Liberal*, publicadas en septiembre entre los años 1970 y 1979, obtenidas en la sección de Obras Raras de la Biblioteca Pública Arthur Vianna, interpretadas a la luz de la filosofía del lenguaje de Mijaíl Bajtín y del concepto de signos ideológicos, con énfasis en la relación entre texto e imagen como formas de construcción simbólica y de poder. Metodológicamente, la investigación combina el Análisis Temático de Braun y Clarke (2006) con la elaboración de un inventario de las portadas, permitiendo mapear temas y elementos visuales recurrentes en las conmemoraciones de la Semana de la Patria. Los objetivos específicos fueron: a) mapear los temas y elementos visuales recurrentes en las portadas, con destaque a la presencia de niños y de instituciones escolares; b) analizar las estrategias discursivas y visuales movilizadas para representar la infancia y la educación como símbolos de civismo y orden; c) identificar desigualdades y jerarquizaciones en las representaciones de escuelas centrales y periféricas; d) investigar cómo la cultura escolar fue instrumentalizada como herramienta ideológica de legitimación del nacionalismo y de las prácticas educativas militarizadas. Los resultados evidencian que la infancia fue movilizada como categoría estratégica en los discursos periodísticos, asociada a valores como obediencia, disciplina y patriotismo, en consonancia con el proyecto pedagógico del régimen. Las imágenes de niños uniformados y organizados en desfiles escolares expresan un esfuerzo sistemático de formación de subjetividades infantiles alineadas con la cultura cívico-militar. El análisis también reveló desigualdades simbólicas en la cobertura de escuelas del centro y de la periferia de Belém, reforzando jerarquías sociales y espaciales. El periódico actuó como un agente activo de convocatoria y legitimación de las festividades cívicas, desempeñando el papel de artefacto ideológico en la consolidación de una memoria disciplinadora de la infancia en el imaginario educativo brasileño. La investigación, por tanto, amplía el debate sobre la instrumentalización de la infancia en la cultura escolar y en los medios de comunicación, y denuncia la persistente invisibilidad de la Amazonía en las producciones académicas sobre el tema.

Palabras clave: Infancia. Cultura Escolar. Semana de la Patria. Discurso Mediático. Nacionalismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ilma de Nazaré Sousa de Jesus, minha mãe e minha primeira professora. Sem ter concluído o ensino básico, me ensinou a ler e escrever antes que eu soubesse o que era uma sala de aula. As águas que alagaram nossa casa e as águas que alagaram nossos olhos, não nos fizeram sucumbir.

Agradeço à Tulipa Clara de Jesus Santos, minha filha linda, a qual peço desculpas pelas ausências. Não foi fácil aceitar que você teve que crescer longe de mim, contra nossa vontade, esse percurso do Mestrado. Felizmente tua existência me nutri e me dá forças para encarar os redemoinhos em meio maré alta. Não há um dia em que eu não pense em você!

Agradeço à Michele Borges de Souza, minha atual companheira, por sempre segurar minha mão nessa travessia. Não teria conseguido sem você ao meu lado, me apoiando e ensinando a nadar. Na oportunidade, destaco meu enteado Arthur Amaral, juntamente com meus sogros, Antônia e Otávio, pelo zelo e cuidado comigo.

Agradeço à Welington da Costa Pinheiro, meu orientador, pela amizade, acolhida e orientações deste trabalho. Sou eternamente grato pela paciência e conselhos. Aproveito para agradecer, também, à Lívia Sousa da Silva, nossa amiga em comum, que me acompanhou desde que eu começava a “molhar os pés” nos estudos deste objeto, na graduação, e foi amadurecido com meu orientador no Mestrado.

Gratidão aos amigos que encontrei nessa imersão que foi o curso de Mestrado, em especial à Barbara e Karina, que estiveram mais próximas a mim e seguraram a minha mão quando a “maré esteve agitada”.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– CAPES, por conceder as bolsas que foram de extrema importância. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação por todo apoio oferecido durante o andamento do curso.

Por fim, não menos importante, agradeço à cultura *Hip Hop*, cujas letras de Rap sempre estiveram me formando enquanto sujeito crítico e me “abraçando” quando precisei.

Letra: O.N.F.K.

Me diz quem lutou?

_Eu!

Esse tempo todo?

_Eu!

Oro mi ma, oro mi mayo

Oro mi mayo yabado ye ye ô

Eu acordei de um pesadelo onde eu

tentava torrar o desespero

Pensei: Só vou parar quando eu

ficar farto de orar de joelhos.

Mas eu caí no sono de novo

e acordei rodeado de vencedores,

era um quarto forrado de espelhos!

Passei por tudo de osso

e a força que encontrei no fundo do poço

faz eu poder medir o universo

e colocar o mundo no bolso!

Amiri.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 Critérios de busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES - 2023.....	17
Quadro 2 Bibliografia anotada dos trabalhos publicados na Base de Teses e Dissertações da CAPES - 2010 a 2020 – 2023.....	18
Quadro 3 Distribuição dos trabalhos de acordo com o ano de publicação, nº de autoria, área de Concentração do Programa de Pós-Graduação e o Estado - 2023	20
Quadro 4 Distribuição dos trabalhos de acordo com as categorias festas, educação cívica e instituição e subdivididos segundo nº da autoria e o recorte temporal – 2023.....	21
Quadro 5 Distribuições dos trabalhos situados nas Categorias Festas, Educação Cívica e Instituição de acordo com os resultados dos estudos - 2023	22
Quadro 6 Sistematização dos dados do inventário com base nos campos referenciais - 2024	91
Quadro 7 Modelo da codificação das Capas do Jornal O Liberal - Setembro de 1976 a partir da Análise Temática – 2024	106
Quadro 8 Representação do Processo de extrato, codificação e a construção dos Blocos do Mapa Temático	110
Tabela 1 Distribuição da busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2010 a 2020, segundo descritores, resultado inicial, resultado após leitura do resumo, duplicado e final – 2023	17
Figura 1 Arquitetura da Dissertação: Etapas, Eixos Temáticos e Categorias de Análise - 2025	39
Figura 2 Bloco temático Semana da Pátria e a Notícia no Jornal (2024).....	109
Figura 3 A Infância do Subúrbio - 2024.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Distribuição das teses e dissertações de acordo com o Estado do PPG -2023.....	24
--	----

LISTA DE FOTOS E IMAGENS

Foto 1 Jornais microfilmados no arquivo público Biblioteca – 2024	92
Foto 2 Páginas digitalizadas do Jornal O Liberal a partir dos rolos microfilmados – Arquivo Público.....	93
Imagem 1 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1970.....	118
Imagem 2 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 05 de setembro de 1973.....	120
Imagem 3 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 05 de setembro de 1978.....	122
Imagem 4 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 02 de setembro de 1976.....	129
Imagem 5 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 04 de setembro de 1972.....	135
Imagem 6 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 04 de setembro de 1972.....	138
Imagem 7 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1977.....	140
Imagem 8 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 03 de setembro de 1973.....	145
Imagem 9 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1971.....	148
Imagem 10 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 03 de setembro de 1971.....	157
Imagem 11 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 02 de setembro de 1974.....	160
Imagem 12 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 04 de setembro de 1971.....	166

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	12
1.1 Motivações e justificativa da pesquisa	13
1.2 Produções acadêmicas sobre infância e semana da Pátria: mapeamento do estado do conhecimento	14
1.3 Problema e objetivos da pesquisa.....	25
1.4 Procedimentos Metodológicos	27
1.5 Estrutura da dissertação	39
II A INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: REPRESENTAÇÕES, PRÁTICAS CÍVICAS E PROJETOS DE SOCIEDADE	41
2.1 A infância nas pesquisas acadêmicas contemporâneas: categorias de análise e disputas de sentido	42
2.1.1 <i>Infância e festas cívicas: estratégias de poder e pedagogia do nacionalismo</i>	43
2.1.2 <i>Infância e educação cívica: gênero, moral e patriotismo na formação escolar</i>	57
2.1.3 <i>Infância nas instituições escolares: moral, modernidade e ritual cívico</i>	62
2.2 Infância, cultura escolar e discursos ideológicos no regime militar	71
2.3 Infância, imprensa e civismo: o imaginário patriótico durante o Regime Militar	76
III ANÁLISE TEMÁTICA E DISCURSO JORNALÍSTICO: INVESTIGANDO SIGNOS IDEOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA SEMANA DA PÁTRIA NA DÉCADA DE 1970	86
3.1 O inventário como instrumento técnico-metodológico: fundamentos, modos de fazer e possibilidades analíticas.....	87
3.2 A Análise Temática como estratégia de interpretação e produção de sentidos no discurso jornalístico	94
3.3 Fundamentações teóricas: signos ideológicos e relações de poder nos discursos jornalísticos	97
3.4 Categorias e análise do mapa temático: revisão e refinação dos blocos temáticos	105
IV A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA SEMANA DA PÁTRIA: A NOTÍCIA NO/DO	

JORNAL E OS SIGNOS IDEOLÓGICOS	114
4.1. Semana da Pátria e a Notícia no Jornal.....	114
4.2. As infâncias, os símbolos e as homenagens	127
4.3. A Infância do subúrbio	153
V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	178
Apêndice 1 – Inventário das Capas do jornal <i>O Liberal</i> : Meses de Setembro da década de 1970	183



I INTRODUÇÃO

I INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado propõe uma tessitura histórico-discursiva acerca das representações da infância na cultura escolar da década de 1970, em Belém do Pará, com foco nas celebrações cívico-escolares promovidas durante a Semana da Pátria. Trata-se de uma investigação que articula práticas escolares, discursos midiáticos e ritualizações cívicas no contexto da ditadura civil-militar brasileira, tendo como principal fonte o jornal impresso da época, com ênfase nos conteúdos veiculados pelo jornal *O Liberal*. A partir da análise desses discursos, buscamos compreender como a infância foi mobilizada como categoria simbólica para a validação de valores sociais específicos, tais como o patriotismo, a disciplina militarizada e a ideia de infância com sentido de futuro e progresso nacional.

A Semana da Pátria, ainda nos primeiros dias do mês de setembro, organizou-se enquanto programação rica em espetáculos performáticos, protagonizados por alunos e alunas que se preparavam durante o ano todo para o evento que se encerra com o ‘aniversário da Independência’, em sete de setembro. Disputas como jogos estudantis, desfile do Dia da Raça, concursos de bandas, de canto orfeônico e de ginástica rítmica foram atividades que fizeram parte dessa programação semanal que ocorria até o sexto dia previsto no calendário cívico da década de setenta, resguardando o dia sete de setembro, exclusivamente para os desfiles dos militares.

Todas as programações ocorreram no centro da cidade, ou melhor, nas avenidas mais movimentadas, o que se entende como ser uma forma de concentrar a programação em lugares ditos modernos e reformados. Outras características foram às concentrações em praças e caminhadas em avenidas estratégicas, batizadas com nomes que fazem referência direta aos ditos ‘heróis nacionais’ e/ou datas que rememoram acontecidos considerados cívicos; somado a isso, outro aspecto dessas programações foram às vestimentas e condutas que reverenciavam diretamente as Forças Armadas, nesses desfiles, bem como mensagens carregadas de significados que estavam nos cartazes, nas letras de músicas, nos gritos de guerra e etc.

Contudo, a análise do *corpus* desta pesquisa vai além dos textos escritos, pois se reconhece a importância das imagens que compõem o material jornalístico selecionado. Fotografias publicadas nos cadernos especiais dos jornais, especialmente durante a Semana da Pátria, desempenham papel fundamental na construção discursiva sobre a infância. Os rostos, os gestos, os corpos enfileirados e enrijecidos das crianças desfilando em direção à câmera ou aos espectadores nas ruas da cidade carregam em si uma dimensão semiótica potente. Esses registros visuais, longe de serem meramente ilustrativos, são também documentos históricos e

signos ideológicos que revelam a construção simbólica dos corpos infantis em exibição pública. Analisar essas imagens implica questionar o que se dá a ver e o que se oculta: que infâncias são representadas? Quais são silenciadas? Quais corpos infantis são eleitos como símbolos da nação?

Ao incorporar tanto os textos quanto as imagens como parte do *corpus* documental, esta pesquisa alinha-se a abordagens interdisciplinares que compreendem os jornais não apenas como fontes informativas, mas como artefatos culturais e produtos ideológicos (Barros, 2019; Bakhtin, 2011). Com isso, propõe-se uma leitura dos discursos jornalísticos como práticas sociais situadas, nas quais as representações da infância participam ativamente da construção de sentidos sobre o Brasil, a escola, a ordem e o futuro. Assim, a articulação entre discurso verbal e imagético permite compreender como os jornais da década de 1970 contribuíram para moldar subjetividades infantis e fortalecer a pedagogia cívico-militar promovida pelo regime.

1.1 Motivações e justificativa da pesquisa

O interesse por investigar a infância e a educação no contexto da Semana da Pátria emergiu a partir da realização do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 2017 e 2022, dedicamos nossos esforços para estudar as interseções entre festas cívicas e educação, bem como as rivalidades históricas entre escolas estaduais em Belém, Pará. Esta investigação teve origem em nossa participação no Programa Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC, em que desenvolvemos planos de trabalho como *Festas cívicas e Educação e suas interseções com a história das rivalidades entre as escolas estaduais em Belém-PA: um estado da arte* (2020) e *Memórias das paradas estudantis na década de 1980: saída democrática ou continuidade do imaginário republicano cívico-militar como modelo educacional?* (2020/2021). Esses estudos integraram o projeto de pesquisa *Reconstruindo memórias sociais acerca da rivalidade entre as escolas em Belém-PA* (2019/2021), vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre História da Educação e Formação de Professores (LABINVE), sob orientação da Prof^a. Dra. Livia, do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA).

Durante o período de 2020-2021, os estudos resultaram na produção de artigos para eventos científicos e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Festas cívicas e educação e suas interseções com a história das rivalidades entre as escolas estaduais em Belém-PA: um estado da arte*. Esse trabalho buscou evidenciar como as festas cívicas escolares

poderiam ter contribuído para o surgimento de rivalidades entre as escolas estaduais em Belém. Os resultados do TCC foram de grande relevância acadêmico-científica, especialmente por destacar a escassez de estudos sobre esse tema na área da história da educação.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em duas bases de dados: os Anais dos Congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), cobrindo o período de 2014 a 2018. Outro importante dado do TCC, organizado a partir da construção do inventário dos artigos publicados nos Anais do SBHE, foi à percepção de expressivo número de trabalhos concentrados em determinados estados e regiões do país.

Toda essa bagagem na caminhada da graduação somou-se com as vivências artísticas que sempre me desafiaram com imagens. O olhar cauteloso, a estética, arquitetura, as disposições dos objetos e etc. Esse movimento que exige do artista uma sensibilidade para alcançar as entrelinhas de um trabalho, deram a este objeto uma forma especial que foi consolidada posteriormente no Mestrado, quando finalmente descubro na infância, enquanto objeto de estudo, um grande paradoxo: a riqueza e a escassez de debates teóricos posto para nós, pesquisadores da Amazônia.

Logo, não poderia deixar de registrar a importante vivência que foi a disciplina História da Infância na Amazônia, cujas contribuições da Prof^a Dr^a Laura Alves juntamente com meu orientador, foram riquíssimas e modelaram ainda mais o presente objeto. Foi nessa vivência que me interessei pela historiografia da infância enquanto sujeito histórico. A disciplina veio em um momento preciso, enriquecendo e amadurecendo o trabalho. A partir dos debates em sala foi possível observar a necessidade e urgência que nós, pesquisadores na/da Amazônia, precisamos ter para esse foco em reescrevê-lo, a partir dos vestígios documentais, uma história que não mais evidencia somente adultos e personagens heróicos, mas uma infância anulada.

Devido ao que evidenciamos acima, apontamos outro foco para o desenvolvimento dessa dissertação no intuito de analisar o discurso da mídia, dos jornais impressos, sobre o que dizem em relação à Infância e a educação dentro do contexto da Semana da Pátria na década de 1970.

1.2 Produções acadêmicas sobre infância e semana da Pátria: mapeamento do estado do conhecimento

Esta subseção tem como objetivo evidenciar os caminhos já trilhados de outras pesquisas acadêmicas sobre o tema, destacando as principais categorias emergentes, os

enfoques predominantes e os contextos históricos privilegiados nos estudos identificados. A análise fundamenta-se na metodologia do Estado do Conhecimento (EC), compreendido como uma abordagem que vai além da mera descrição de trabalhos, pois implica sistematização crítica, categorização de tendências e proposição de novas questões de pesquisa.

A escolha pelo EC justifica-se pela sua potência em revelar o estado atual da produção acadêmica, especialmente quando aplicado a um campo de pesquisa específico e delimitado. De acordo com Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 27), o EC “[...] permite identificar, registrar e categorizar estudos em um contexto específico”, proporcionando uma leitura analítica das contribuições existentes e apontando tanto para avanços quanto para lacunas do conhecimento.

As questões discutidas nesta pesquisa derivam de uma trajetória de investigação atenta às representações da infância nas práticas cívicas escolares. Observa-se que parte significativa da produção acadêmica sobre a Semana da Pátria concentra-se no período do regime militar brasileiro, abrangendo os anos de 1964 a 1985. Esse recorte temporal aparece, com frequência, articulado à análise das estratégias de inculcação¹ ideológica e à exaltação de valores patrióticos exacerbados, o que justifica o destaque dado por autores como Cordeiro (2012) aos discursos dos “anos de chumbo” e aos seus reflexos no cotidiano escolar. O interesse do pesquisador, portanto, volta-se à investigação de quais marcos temporais, categorias e interpretações predominam nas dissertações e teses dedicadas ao tema.

Reconhecendo a natureza dinâmica do conhecimento no campo das Ciências Humanas, esta pesquisa parte do princípio de que teorias e concepções educacionais estão sujeitas à constante revisão, ampliação ou contestação. Nesse sentido, o EC se mostra especialmente valioso, pois, ao organizar o conhecimento acumulado, possibilita identificar rupturas, permanências e novas agendas de investigação. Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) observam que, ao sistematizar as publicações acadêmicas, o EC favorece a emergência de novas perguntas e a revisão crítica de marcos interpretativos anteriormente estabelecidos, o que

¹ Em Bourdieu e Passeron (1992), o conceito de inculcação refere-se ao processo pelo qual valores, normas, saberes e práticas, que são socialmente produzidos e, portanto, arbitrários, são impostos aos indivíduos de maneira contínua e dissimulada. Trata-se de uma operação própria da ação pedagógica, caracterizada como uma forma de violência simbólica, justamente porque essa imposição se dá sem que as relações de poder subjacentes sejam percebidas. A inculcação transforma conteúdos arbitrários em verdades tidas como naturais e legítimas pelos educandos, moldando seus pensamentos, comportamentos e sentimentos de forma duradoura. Assim, a escola, como instituição social, não apenas transmite conhecimentos formais, mas atua na produção de um *habitus*, um conjunto de disposições incorporadas que orientam o modo de ser e de agir dos indivíduos, garantindo a reprodução das estruturas sociais existentes. O êxito da inculcação depende da duração e da intensidade do trabalho pedagógico, e é precisamente essa capacidade de naturalizar a cultura dominante que a torna um mecanismo fundamental para a manutenção e a legitimação da ordem social.

amplia a capacidade de compreensão sobre o objeto de estudo.

O processo de elaboração do Estado do Conhecimento aqui adotado seguiu uma metodologia estruturada e criteriosa, voltada à superação de preconceitos estabelecidos e à desconstrução de saberes cristalizados sobre a infância, o civismo escolar e a educação na Amazônia. Como afirmam as autoras do manual metodológico, “[...] a desconstrução de crenças e saberes” é uma etapa essencial na constituição de um EC com densidade teórica e analítica (Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt, 2021, p. 27). Com base nesse referencial, a familiaridade prévia do pesquisador com o objeto de estudo tornou-se uma vantagem epistemológica, possibilitando um olhar mais crítico e sensível aos silêncios, às lacunas e às escolhas temáticas da produção selecionada.

A base de dados utilizada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que reúne as pesquisas defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil. O recorte temporal definido para esta investigação, de 2010 a 2020, foi escolhido por considerar o caráter recente e ainda em processo de consolidação dos Programas de Pós-Graduação na região Norte, especialmente no estado do Pará. Conforme argumentam Alves, Nery e Silva (2019) é de grande importância considerar o contexto histórico-institucional da pós-graduação na região Norte, destacando que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi homologado apenas em 2003, enquanto o da Universidade Estadual do Pará (UEPA) iniciou em 2005. Como indicam Alves, Nery e Silva (2019), é essencial considerar o tempo de maturação dos programas da região Norte para uma análise mais justa e contextualizada da produção acadêmica, evitando comparações desproporcionais que desconsiderem os diferentes estágios de desenvolvimento institucional e científico entre as regiões brasileiras.

A busca realizada no catálogo da CAPES foi sistematizada a partir de cinco descritores principais: “Semana da Pátria”, “Festas Cívicas”, “Festas Escolares”, “Educação Cívica” e “História da Educação na Amazônia”. Observou-se que os termos “Festas Cívicas” e “Festas Escolares” apresentaram intersecções frequentes, sendo comum que estudos que não mencionavam diretamente as festas cívicas fossem identificadas sob a rubrica das festas escolares. Da mesma forma, os descritores “Educação Cívica” e “Semana da Pátria” se mostraram relevantes para mapear pesquisas centradas nos valores nacionais e no papel da escola na construção do sentimento patriótico. Já o termo “História da Educação na Amazônia” não teve trabalhos selecionados, evidenciando uma lacuna importante a ser considerada nas seções seguintes desta dissertação.

Por fim, o Quadro 1 apresentado nesta seção sistematiza os critérios de busca e os resultados obtidos. Ele constitui a base empírica para as análises subsequentes, que não se limitarão à contagem dos dados, mas buscarão, conforme propõem Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), uma leitura qualitativa e interpretativa dos sentidos produzidos pelas pesquisas sobre a infância, a educação e o civismo escolar em diferentes contextos históricos e territoriais.

Quadro 1 Critérios de busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES - 2023

Período	2010 – 2020
Combinação dos Descritores	"semana da pátria" AND "festas cívicas"; "semana da Pátria" AND "festas escolares"; "Semana da pátria" AND "educação cívica"; "semana da Pátria" AND "história da educação na Amazônia"; "festas cívicas" AND "festas escolares"; "festas cívicas" AND "educação cívica"; "festas cívicas" AND "história da educação na Amazônia"; "festas escolares" AND "educação cívica"; "festas escolares" AND "história da educação na Amazônia"; "educação cívica" AND "história da educação na Amazônia"
Total de artigos	29 artigos
Filtros	Idioma português Pertinência para a pesquisa Resumo Palavras-chave
Total de artigo após a aplicação dos filtros	16 artigos
Selecionados após a leitura do resumo e exclusão de duplicados	14 artigos

Fonte: próprio autor (2022).

A Tabela 1, apresentada a seguir, sintetiza os resultados obtidos a partir da busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, conforme os descritores definidos para esta pesquisa e o recorte temporal de 2010 a 2020. A tabela organiza os dados de forma sequencial, partindo do número inicial de trabalhos localizados, passando pela triagem após a leitura dos resumos, identificação de duplicações e, por fim, o total de produções consideradas pertinentes ao objeto de estudo.

Tabela 1 Distribuição da busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2010 a 2020, segundo descritores, resultado inicial, resultado após leitura do resumo, duplicado e final – 2023

Descritores	Resultado inicial	Resultado após leitura do resumo	Duplicados	Final

Festas Cívicas	6	4	0	4
Semana da Pátria	2	1	0	1
Festas escolares	11	6	1	5
Educação Cívica	10	4	0	4
História da Educação na Amazônia	0	0	0	0
Total	29	15	0	14

Fonte: Elaboração Própria.

O processo de filtragem permitiu uma depuração significativa do material inicial. A coluna “Resultado Inicial” indica a quantidade bruta de produções encontradas em cada descritor, totalizando 29 trabalhos, distribuídos entre os descritores: “Festas Cívicas” (6), “Semana da Pátria” (2), “Festas Escolares” (11), “Educação Cívica” (10) e “História da Educação na Amazônia” (0).

Após a leitura criteriosa dos resumos, verificou-se que 15 trabalhos apresentavam relação direta com o tema da pesquisa, sendo posteriormente reduzidos a 14 após a exclusão de uma duplicação. O único caso de duplicação ocorreu com o trabalho de Souza (2013), que apareceu tanto sob o descritor “Festas Cívicas” quanto sob “Festas Escolares”: (1) trabalhos fora do recorte temporal previsto e (2) trabalhos estrangeiros que não atendem às especificações de suas obras nacionais. Assim, a coluna “Resultado após Leitura do Resumo” revela a seguinte distribuição: “Festas Cívicas” (4), “Semana da Pátria” (1), “Festas Escolares” (6), “Educação Cívica” (4) e “História da Educação na Amazônia” (0).

Os dados apresentados revelam que os termos “Festas Cívicas” e “Festas Escolares” frequentemente se sobrepõem na categorização das pesquisas, justificando a utilização conjunta desses descritores no processo de busca. A ausência de trabalhos sob o descritor “História da Educação na Amazônia” aponta para uma lacuna significativa na produção acadêmica voltada para essa temática na região Norte, o que será objeto de reflexão nos parágrafos seguintes.

A etapa seguinte da sistematização corresponde à elaboração da Bibliografia Anotada, conforme propõem Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021). Para as autoras, essa etapa consiste na “[...] organização da referência bibliográfica completa dos resumos das publicações descobertas” (p. 64), exigindo uma leitura atenta e seletiva das produções a fim de extrair informações essenciais como autoria, título, ano de publicação e natureza do trabalho. Embora o formato tradicional da bibliografia anotada inclua os resumos, nesta pesquisa optou-se por registrar os principais dados em forma de quadro, acrescidos da natureza da produção, tese ou dissertação.

Quadro 2 Bibliografia anotada dos trabalhos publicados na Base de Teses e Dissertações da

CAPES - 2010 a 2020 – 2023

Ano	Nº - Autoria	Título	Natureza
2011	05 - SILVA, Vânia Cristina da.	Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945).	Dissertação
2012	03 - CORDEIRO, Janaína Martins.	Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento.	Tese
2012	04 - OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarenade	Instituições e Práticas Escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): Imagens e Imprensa.	Tese
2012	06 - MAIA, Sebastião Alves.	Grupo Escolar Duque de Caxias festas escolares: uma celebração de múltiplos significados - 1949 1962.	Dissertação
2012	11 - OTTO, Franciele.	As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e morais da sociedade catarinense: o caso das “Ligas de Bondade” (1935-1950)	Dissertação
2013	07 - SOUZA, Manoel Pereira de.	"Nossa pátria, nossa bandeira, nosso chefe: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937)	Dissertação
2013	14 - SIQUEIRA, Marina Rodrigues.	Mudanças de atitudes políticas no contexto de projetos de educação cívica: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008	Dissertação
2014	15 - PEREIRA, Luis Artur Borges.	João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica	Tese
2015	08 - SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da.	As festas escolares no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica	Dissertação
2017	02 - RIBEIRO, Genes Duarte.	A Professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba	Tese
2017	12 - PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca.	Rousseau: a educação da mulher e sua formação cívica	Dissertação
2018	01 - SANTOS, Lidia Rafaela Nascimento dos.	Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”: Festas e política no Recife (1817-1848)	Tese
2018	09 - LOPES, Mario Allan da Silva.	Vitrine da república: a educação de crianças no 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-PA (1900-1912).	Dissertação
2018	10 - ITABORAHY, Maria Cristina Lelis.	Festas escolares, seus sentidos e significados para as famílias dos alunos: o caso da escola municipal professora Luzia Ferreira, de Santa Cruz de Minas, MG	Dissertação

Fonte: Elaboração Própria.

O Quadro 2 apresenta essa bibliografia anotada, contendo as 14 produções selecionadas para análise. Nele, observa-se que o ano de 2012 concentra o maior número de trabalhos (quatro), seguido por 2018 (três). Não foram registradas publicações nos anos de 2010, 2016, 2019 e 2020, o que reforça a ideia de que, embora haja interesse acadêmico pelo tema, esse interesse permanece concentrado em determinados períodos e regiões. A coluna “Natureza” revela que a maior parte das produções corresponde a dissertações de mestrado, com apenas quatro teses de doutorado identificadas. Essa predominância pode estar relacionada à consolidação mais recente dos programas de doutorado nas áreas investigadas, especialmente

no Norte e Nordeste do país.

Após a etapa da Bibliografia Anotada, deu-se início à elaboração da Bibliografia Sistematizada, conforme proposto por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), que a definem como uma fase de maior rigor interpretativo, voltada à análise objetiva e qualitativa dos dados coletados. Nessa etapa, os trabalhos foram reorganizados de forma a permitir uma leitura mais aprofundada de seus elementos centrais. Além das informações básicas como número da produção, autoria, ano e título, foram incorporadas novas categorias de análise, como o nível acadêmico, os objetivos, as metodologias utilizadas e os resultados alcançados. Também foram acrescentados dados sobre a área de concentração dos Programas de Pós-Graduação e os estados de origem institucional, visando destacar os fluxos geográficos e temáticos da produção científica sobre o tema.

O Quadro 3 apresenta essa distribuição sistematizada, revelando que o campo da Educação concentrou a maior parte das produções acadêmicas selecionadas. Dos 14 trabalhos analisados, 10 estão vinculados a Programas de Pós-Graduação em Educação, representando aproximadamente 71% do total. Em seguida, aparecem os programas da área de História, com três trabalhos (21%), e apenas uma dissertação associada à área da Ciência Política. Esse predomínio da Educação reforça a centralidade do tema no debate educacional, especialmente no que diz respeito à formação cívica, às práticas escolares e à construção simbólica da infância nas comemorações cívicas escolares.

Quadro 3 Distribuição dos trabalhos de acordo com o ano de publicação, nº de autoria, área de Concentração do Programa de Pós-Graduação e o Estado - 2023

Ano	Nº - Autoria	Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação	Estado
2011	05 - SILVA, Vânia Cristina da.	História	Paraíba
2012	03 - CORDEIRO, Janaína Martins.	História	Rio de Janeiro
2012	04 - OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarenade	Educação	Rio Grande do Sul
2012	06 - MAIA, Sebastião Alves.	Educação	Rio Grande do Norte
2012	11 - OTTO, Franciele.	Educação	São Paulo
2013	07 - SOUZA, Manoel Pereira De.	Educação	São Paulo
2013	14 - SIQUEIRA, Marina Rodrigues.	Ciência Política	Minas Gerais
2014	15 - PEREIRA, Luis Artur Borges.	Educação	Rio Grande do Sul
2015	08 - SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da.	Educação	São Paulo
2017	02 - RIBEIRO, Genes Duarte.	Educação	Paraíba

2017	12 - PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca.	Educação	Rio Grande do Sul
2018	01 - SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos.	História	Rio de Janeiro
2018	09 - LOPES, Mario Allan da Silva.	Educação	Pará
2018	10 - ITABORAHY, Maria Cristina Lelis.	Educação	Minas Gerais

Fonte: Elaboração Própria.

A análise revelou que o tema da Semana da Pátria no período de 2010 a 2020, nos Programas de Pós-Graduação em Educação se destacam pelo maior número de trabalhos defendidos e publicados. Dos 14 trabalhos analisados, 10 pertencem à área da Educação (02, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 15). Em seguida, aparecem os Programas de Pós-Graduação em História, com 3 trabalhos (01, 03 e 05), e, por fim, o Programa de Ciência Política, com 1.

A categorização das produções acadêmicas se deu por meio da identificação da recorrência de termos nos títulos das pesquisas e nos objetivos explicitados pelos autores. Como resultado desse processo, emergiram três grandes categorias analíticas: “Festas”, “Educação Cívica” e “Instituições”. O Quadro 4 a seguir apresenta a distribuição dos trabalhos de acordo com essas categorias, suas respectivas autorias e os recortes temporais abordados.

Quadro 4 Distribuição dos trabalhos de acordo com as categorias festas, educação cívica e instituição e subdivididos segundo nº da autoria e o recorte temporal – 2023

Categorias	Nº - Autoria	Recorte Temporal
Festas	05 - SILVA, Vânia Cristina da	1937-1945
	03 - CORDEIRO, Janaína Martins	1970
	06 - MAIA, Sebastião Alves	1949-1962
	07 - SOUZA, Manoel Pereira de	1937-1945
	08 - SILVA, Marina Coimbra Casadei	1890-2009
	02 - RIBEIRO, Genes Duarte	1889-1930, 1930-1945, 1964-1985
	01 - SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento	1817 e 1848
	10 - ITABORAHY, Maria Cristina Lelis	2016
Educação Cívica	14 - SIQUEIRA, Marina Rodrigues	2008
	15 - PEREIRA, Luís Artur Borges	Indeterminado
	12 - PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca	Indeterminado
Instituição	04 - OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena	1910-1930
	11 - OTTO, Franciele	1935-1950
	09 - LOPES, Mário Allan da Silva	1900-1912

Fonte: Elaboração Própria.

Essa categorização dialoga com a proposta metodológica apresentada por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 85) que destacam a importância de o pesquisador permitir-se “impregnar” pelas publicações analisadas, extraindo delas recorrências e tendências que

fundamentem a construção de categorias significativas. As palavras-chave presentes nos títulos e resumos foram fundamentais para a identificação das regularidades que possibilitaram a delimitação das três categorias mencionadas.

O Quadro 5, a seguir, sintetiza os resultados das pesquisas segundo essas categorias, oferecendo uma visão analítica dos achados mais recorrentes nos estudos.

Quadro 5 Distribuições dos trabalhos situados nas Categorias Festas, Educação Cívica e Instituição de acordo com os resultados dos estudos - 2023

Categorias	Resultado das Pesquisas
Festas	As Festas escolares ressignificaram seus sentidos com o passar do tempo. Em especial os desfiles escolares, para além da perspectiva do divertimento e entretenimento, era uma via de projeção dos ideais da política vigente. No período republicano objetiva-se criar um novo modelo de cidadãos. Depois, no Regime Militar, as festas são meios de mostrar o poderio do Estado e que contemporaneamente, as festas configuram-se basicamente como um produto de consumo.
Educação Cívica	A educação cívica escolar projeto meninos e meninas de diferentes formas para a sociedade. A divisão por gênero é bem presente no que se almeja de civismo para a figura do aluno e da aluna. Era enaltecida as mulheres que visavam a honra e a moral. Era pensada uma educação formativa específica para o público feminino. A própria educação cívica dos currículos escolares e da cultura brasileira é deficitária. Desconsidera a riqueza natural e cultural do País, matando as tradições populares. Despertar a nacionalidade contribui para o avanço do país, desde que se valorize a identidade da cultura popular.
Instituição	Realizaram-se eventos nas instituições para mostrar para sociedade, sobretudo as elites, a qualidade do trabalho desenvolvido na instituição. Desde exposições de trabalho de costura das alunas e de desenhos dos alunos, escotismo, além das festas cívicas que eram ritualísticas. Tudo para apresentar os aspectos de modernidade daquelas instituições para a sociedade. A própria arquitetura e livros didáticos vão ser elementos importantes para se diferenciar na formulação das crianças dessas instituições.

Fonte: Elaboração Própria

A categoria “Festas” é a mais representativa do conjunto analisado, reunindo oito trabalhos que exploram as festas cívicas escolares sob diversas perspectivas. Os autores Silva (2011), Cordeiro (2012), Maia (2012), Souza (2013), Silva (2015), Ribeiro (2017), Santos (2018) e Itaborahy (2018) examinam essas festividades para além do caráter lúdico, entendendo-as como instrumentos de sociabilidade e dispositivos pedagógicos voltados à conformação de “sujeitos infantis” ideologicamente alinhados aos projetos estatais. Mais do que eventos comemorativos, essas festas passaram a ser mobilizadas como ferramentas de inculcação de valores políticos, morais e nacionais. O objetivo apontado pelos pesquisadores supracitados demarca a importância da cultura do festejo cívico no seio social e escolar. Silva (2015), por exemplo, enfatiza que a escola se tornou “vitrine” dos valores vigentes de cada época.

Os recortes temporais predominantes nesta categoria concentram-se na primeira metade do século XX, com destaque para o Estado Novo, embora também sejam abordadas a República Velha, o Regime Militar e, em menor número, contextos contemporâneos, como no caso de Itaborahy (2018), que analisa festas escolares em 2016. Vale ressaltar que cerca de metade dos

estudos focaliza o Período Vargas, especialmente o Estado Novo, quando as festas assumiram o papel de engrandecer o regime e ocultar tensões sociais, como observa Silva (2011, p. 106): “[...] Um dos mecanismos adotados pelo poder instituído foi à adoção de grandes comemorações que elevavam a imagem dos heróis e de seus feitos”.

Na categoria “Educação Cívica”, encontram-se três produções que exploram a formação de sujeitos patrióticos a partir de práticas escolares e discursos normativos. Os trabalhos de Siqueira (2013), Pereira (2014) e Proença (2017) concentram-se na análise de experiências pedagógicas e concepções de civismo escolar, muitas vezes marcadas por distinções de gênero. Os meninos eram formados para o protagonismo público e a bravura; as meninas, para a honra, a moral e o cuidado do lar. Embora Pereira e Proença não definam com precisão o recorte temporal, seus estudos indicam práticas que ainda ecoam nos discursos contemporâneos sobre educação moral e cívica. A presença reduzida de trabalhos nessa categoria sugere a necessidade de novas investigações sobre o tema, especialmente no contexto atual.

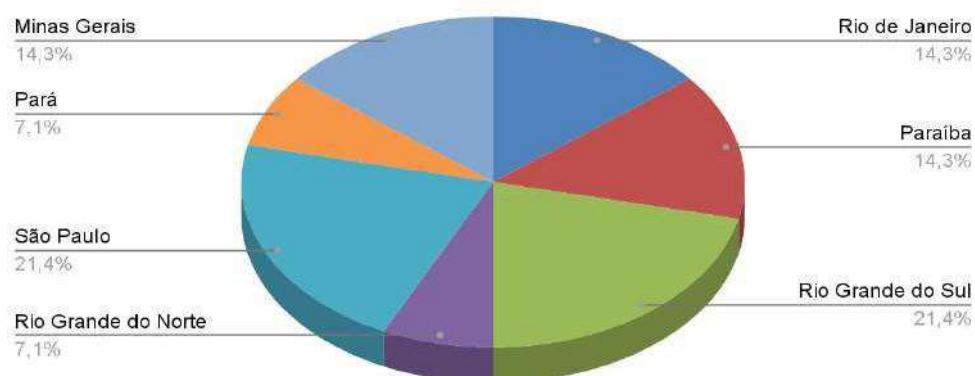
Já a categoria “Instituição” agrupa os trabalhos de Oliveira (2012), Otto (2012) e Lopes (2018), que se concentram na cultura institucional das escolas, analisando o papel das práticas escolares, como exposições, escotismo e desfiles, na conformação da infância. Nesses estudos, as instituições são vistas como agentes de modernização e como espaços de legitimação de discursos civilizatórios. Além das práticas escolares, elementos como arquitetura e material didático são considerados componentes importantes na produção de subjetividades infantis. O recorte temporal das pesquisas situa-se majoritariamente entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com ênfase na Era Vargas.

Em síntese, a análise das produções acadêmicas revela uma concentração significativa de estudos sobre períodos anteriores à redemocratização brasileira, especialmente a Primeira República, a Era Vargas e o Estado Novo. Essa tendência sugere uma valorização historiográfica dos momentos de forte intervenção estatal na educação e na cultura cívica, nos quais a escola assumiu papel decisivo na construção do sujeito cidadão. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma lacuna quanto à análise das festividades escolares e práticas educativas em contextos contemporâneos, especialmente após o ano 2000, o que aponta para a necessidade de ampliação do escopo temporal e temático dos estudos futuros.

Em termos geográficos, os dados indicam uma concentração significativa nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que juntos somam 42,8% das produções analisadas. Esse resultado é visualizado de forma clara no Gráfico 1, onde esses dois estados lideram com 21,4% cada. Em seguida, aparecem Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com 14,3% cada, e, por

fim, os estados do Pará e Rio Grande do Norte, ambos com apenas 7,1%. A leitura desses dados corrobora a análise de Alves, Nery e Silva (2019), que apontam a existência de um desenvolvimento avançado da pesquisa em História da Educação nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, reflexo direto da consolidação histórica dos Programas de Pós-Graduação nessas localidades.

Gráfico 1 Distribuição das teses e dissertações de acordo com o Estado do PPG -2023



Fonte: Elaboração Própria.

A baixa representatividade da região Norte no conjunto das produções analisadas é particularmente reveladora. Apenas um trabalho, de autoria de Lopes (2018), foi desenvolvido no estado do Pará. Essa escassez, já sinalizada em seções anteriores, reflete não apenas a defasagem histórica e institucional dos programas da região, mas também os desafios persistentes para a consolidação de linhas de pesquisa mais densas e contínuas em História da Educação e temas correlatos. Embora os programas tenham se expandido significativamente nos últimos anos, ainda enfrentam barreiras estruturais que limitam o fortalecimento e a visibilidade de determinados campos investigativos.

Embora os Programas de Pós-Graduação em Educação da UFPA e UEPA sejam amplamente procurados e contem com crescente número de ingressantes e egressos, conforme apontam Alves, Nery e Silva (2019), os dados revelam que a produção voltada à temática da História da Educação e, mais especificamente, às comemorações cívicas, ainda é tímida no estado do Pará. O Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA, por exemplo, registrou mais de 200 dissertações defendidas entre 2007 e 2016. Já o da UFPA contabilizou, até 2018, mais de 100 teses de doutorado e 300 dissertações de mestrado. Tais números, embora expressivos do ponto de vista quantitativo, suscitam questionamentos importantes: quais são as temáticas prioritárias nas agendas de pesquisa desses programas? Por que a Semana da Pátria,

enquanto manifestação cultural e política escolar, permanece à margem dessas produções?

Além disso, ao indicar que os estudos em História da Educação estão mais desenvolvidos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, os autores evidenciam uma desigualdade estrutural que afeta o tipo de conhecimento produzido e a visibilidade de determinadas realidades regionais. Tal perspectiva suscita reflexões sobre a centralização da produção acadêmica e aponta para a urgência de valorizar e incentivar pesquisas que abordem a especificidade amazônica, sobretudo em temas que dialogam com a educação, a cultura escolar e a formação cívica da infância.

Dessa forma, conclui-se que, embora os dados evidenciem avanços na produção acadêmica nacional sobre a temática das festas cívicas e da Semana da Pátria, a análise crítica da distribuição geográfica, institucional e temática dos estudos revela um cenário de desigualdade estrutural que ainda precisa ser enfrentado. A escassa presença da Amazônia nos estudos sobre a história da educação e a cultura cívica escolar demanda, por um lado, políticas de incentivo à pesquisa regional e, por outro, um esforço de revisão epistemológica que permita reconhecer a centralidade de outras infâncias, outros territórios e outras formas de pensar a formação cidadã no Brasil. É nesse horizonte que se insere esta investigação, cuja justificativa se ancora na escassez de estudos que abordem o discurso midiático sobre a infância em contextos de celebrações cívicas, especialmente na região Norte. Ao enfatizar esse recorte temporal e geográfico, reafirma-se o compromisso com a ampliação do debate sobre as múltiplas infâncias e suas representações, sobretudo aquelas invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas da história oficial.

1.3 Problema e objetivos da pesquisa

A infância constitui uma categoria social, histórica e culturalmente construída, marcada por disputas simbólicas, normatizações institucionais e usos políticos. Em diferentes contextos históricos, essa categoria foi apropriada por distintos regimes como forma de legitimar projetos de nação, forjar identidades coletivas e operar estratégias de disciplinamento social. No Brasil, sobretudo durante a ditadura civil-militar (1964–1985), a infância escolarizada assumiu um papel central nas práticas de inculcação ideológica, tornando-se metáfora e materialidade do futuro desejado pelo Estado autoritário. Nesse cenário, a escola foi mobilizada como instância de conformação da subjetividade infantil aos valores do civismo, da ordem e da obediência, valores esses reiteradamente performados nas festividades da Semana da Pátria.

A associação entre infância e nacionalismo revela-se, assim, como uma construção discursiva intencional, promovida e reforçada por diferentes instituições, entre elas a mídia impressa. O jornal, como agente formador de opinião e parte do aparelho ideológico de Estado, atua na legitimação de certas imagens da infância, reforçando um ideal normativo, higienizado e patriótico, em consonância com os interesses do regime. As representações midiáticas não apenas retratam a infância, mas também a constroem, operando por meio de signos ideológicos que articulam o discurso cívico às imagens de pureza, esperança e docilidade infantil. Como destaca Bakhtin, o discurso é sempre ideológico, pois carrega em sua constituição as marcas das posições sociais, das intenções e dos conflitos de seu tempo.

Neste sentido, com o intuito de ampliar a reflexão e o conhecimento no campo da História da Educação e da infância belenense, apontamos como objeto de investigação desta pesquisa o discurso sobre a infância nas festividades da Semana da Pátria durante a década de 1970, cuja programação mobilizava intensamente a escola como espaço estratégico de difusão dos ideais do regime. A escola, ao mesmo tempo em que preparava os desfiles, atuava como instrumento de manutenção do imaginário social.² o nacionalista, reproduzido e amplificado pelas imagens veiculadas no jornal *O Liberal*.

Dada a relevância das festas cívicas como veículo de propagação ideológica no contexto educacional, esta pesquisa busca compreender como a mídia impressa da época retratava a infância em meio às programações cívicas da Semana da Pátria, particularmente em Belém do Pará. Assim, formulamos a seguinte questão de pesquisa: De que maneira as capas do jornal *O Liberal*, durante a Semana da Pátria na década de 1970, construíram representações da infância e da educação, e como esses discursos reforçaram valores cívicos e nacionalistas no contexto da cultura escolar belenense sob a ditadura militar?

Outras questões derivadas auxiliam no aprofundamento da análise: De que maneira os temas e elementos visuais presentes nas capas do jornal *O Liberal*, durante a Semana da Pátria na década de 1970, construíram representações da infância e da escola, e quais sentidos foram

² O conceito de imaginário social ao qual nos ancoramos nesta pesquisa tem como base a compreensão proposta por Silva (2018, p. 45), que é concebido como “[...] constituinte da vida social, e da própria essência da natureza humana, que nos caracteriza como tal, e da qual não podemos nos desvencilhar, na construção da realidade social [...]” sejam elas mais amplas ou específicas, como no caso da realidade escolar. Longe de ser mera ilusão ou falsidade, o imaginário é concebido pela autora como um construto histórico, forjado ao longo do tempo pela evolução de posicionamentos, sentidos e significados. Para consolidar essa visão, Silva (2018) dialoga com a teoria de Gilbert Durand (2010), reconhecido como referência central nos estudos sobre o imaginário, ao mesmo tempo em que integra as contribuições da filosofia da linguagem de Bakhtin e da hermenêutica de Ricoeur. Esse cruzamento teórico possibilita a construção de uma concepção de imaginário social que reconhece sua densidade histórica e simbólica, evidenciando seu papel na formação das práticas, percepções e modos de existência social.

atribuídos a esses sujeitos no contexto das celebrações cívicas escolares? Que imagens e signos da infância foram mobilizados para representar a participação infantil nos desfiles cívicos? Como os elementos visuais e textuais das capas contribuíram para a legitimação de práticas educativas militarizadas e do projeto nacionalista do regime? Como a cobertura jornalística evidenciava distinções entre escolas do centro e das periferias de Belém?

Com o objetivo analisar os discursos ideológicos presentes nas capas do jornal *O Liberal*, veiculadas durante as programações da Semana da Pátria na década de 1970, em Belém do Pará, com o intuito de compreender como essas narrativas construíram representações da infância e da educação, reforçando valores cívicos e nacionalistas promovidos pela ditadura militar no âmbito da cultura escolar, este estudo estabelece os seguintes objetivos:

- a) Mapear os temas e elementos visuais recorrentes nas capas do jornal *O Liberal* durante a Semana da Pátria, destacando a presença de crianças e escolas nas representações veiculadas;
- b) Analisar as estratégias discursivas, textuais e imagéticas, utilizadas para representar a infância e a educação como símbolos de civismo e ordem;
- c) Identificar como os discursos presentes nas capas diferenciavam o tratamento dado a escolas do centro e das periferias, evidenciando desigualdades e hierarquizações;
- d) Investigar como a cultura escolar foi instrumentalizada nas capas do jornal como ferramenta ideológica de legitimação do nacionalismo e das práticas educativas militarizadas.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Para mapear os discursos midiáticos sobre a infância, este estudo toma como *corpus* um conjunto de capas do jornal *O Liberal*, veiculadas durante a Semana da Pátria, na década de 1970. A escolha deste recorte temporal é estratégica, por coincidir com o auge da ditadura civil-militar no Brasil, período em que as comemorações escolares do 7 de Setembro eram amplamente utilizadas como instrumentos de reforço da educação patriótica e da ideologia nacionalista, como aponta Silva (2018).

O grupo jornalístico *O Liberal*, fundado em 1946, emergiu como um dos mais relevantes e influentes veículos de comunicação do Pará, inicialmente vinculado ao Partido Liberal e ao antigo Partido Social Democrático (PSD), conforme detalha Silva (2012). Nos anos 1970, embora o jornal tenha suavizado suas vinculações partidárias, permaneceu impregnado por traços ideológicos que marcavam suas escolhas editoriais e sua linha discursiva.

No início de sua trajetória, a função principal do periódico era divulgar as ações políticas do grupo ao qual estava associado, em confronto direto com a linha editorial do jornal *Folha do Norte*, que dominava a cena informativa da época. Com a ascensão de Rômulo Maiorana à direção, na década de 1960, *O Liberal* passou por uma reestruturação que adotou uma estética empresarial, modernizou sua linguagem e expandiu sua circulação para além de Belém, alcançando capitais do interior. Em 1970, o jornal passou a se autodenominar *Jornal da Amazônia*, consolidando seu alcance regional.

Apesar da aparente neutralidade que marcou essa nova fase, suas práticas jornalísticas continuaram imersas em um campo simbólico ideologicamente orientado, refletindo representações sobre a infância e a educação escolar coerentes com o projeto político vigente. Como observa Silva (2018), a mídia, ao construir sentidos e operar como mediadora simbólica, participa ativamente da constituição de imaginários sociais, produzindo versões da realidade que se entrelaçam às experiências escolares e às políticas públicas.

Nesta pesquisa, o jornal *O Liberal* é compreendido como uma fonte histórica que ultrapassa os limites do suporte informativo tradicional, assumindo o papel de objeto discursivo, político e ideológico, conforme a concepção de José D’Assunção Barros (2019). Para o autor, uma fonte histórica não é apenas um registro do passado, mas um vestígio da ação humana, um testemunho simbólico que permite acessar e interpretar os processos históricos a partir das marcas deixadas por sujeitos sociais em diferentes contextos. Assim, sua análise não se restringe aos aspectos gráficos, informacionais ou mercadológicos, mas busca compreender como os discursos ali veiculados atuam na produção simbólica da realidade, moldando imaginários sociais, naturalizando ideologias e reforçando representações de mundo.

Ao considerar o jornal nesse escopo ampliado, reconhece-se que ele não apenas reflete a realidade, mas participa de sua construção simbólica, sendo, portanto, um agente ativo na produção e disseminação de sentidos. Barros (2019) salienta que as fontes históricas devem ser compreendidas como discursos carregados de intencionalidades, as quais “[...] não apenas dizem algo sobre o passado, mas também revelam as formas como esse passado foi interpretado e reelaborado por diferentes agentes” (Barros, 2019, p. 8).

Neste sentido, ao tomá-lo como objeto de análise, o jornal se insere como uma peça-chave na tessitura das memórias sociais, revelando-se um espaço privilegiado para o exame das estratégias de comunicação e legitimação do poder, especialmente em períodos de autoritarismo, como a década de 1970, período da ditadura militar. Seu conteúdo, aparentemente neutro, carrega em sua estrutura editorial escolhas narrativas, silenciamentos e

ênfases que desvelam disputas ideológicas, evidenciando como a imprensa participa ativamente na construção dos projetos hegemônicos de sociedade e que muitas vezes se converteu em meio de naturalização de ideologias dominantes.

Dessa maneira, os discursos veiculados pelo jornal *O Liberal* na década de 1970 não podem ser lidos de forma ingênua ou neutra, pois, como aponta Barros (2019), mesmo as fontes mais triviais são atravessadas por escolhas, omissões e disputas de significados. Assim, o jornal se inscreve no campo das fontes documentais que, para além do relato dos fatos, carregam a memória das disputas simbólicas e das estratégias de poder que marcaram determinada conjuntura histórica.

Os cadernos jornalísticos da década de 1970 não se restringiam a conjuntos de textos informativos. Eles eram estruturados de modo a promover uma interlocução ativa, ainda que mediada, entre o locutor (jornal) e o interlocutor (leitor), ambos posicionados em um tempo histórico e em um horizonte ideológico específico. Essa configuração pode ser interpretada à luz da filosofia da linguagem elaborada por Mikhail Bakhtin³ e desenvolvida por seu Círculo, segundo a qual o discurso é constituído como processo dialógico, social e ideológico. Para Bakhtin (2011), a linguagem nunca é neutra ou desinteressada, sendo sempre atravessada pelas relações concretas que os sujeitos estabelecem no mundo social. Como explica Brait (1997), o discurso é formado no contato entre vozes sociais diversas, frequentemente tensionadas, que não apenas se expressam, mas se confrontam, se entrelaçam ou se silenciam mutuamente.

O conceito de dialogismo, um dos pilares do pensamento bakhtiniano, revela que todo enunciado surge como resposta a enunciados anteriores e como antecipação a réplicas futuras. Nesse sentido, o enunciado jamais é isolado, pois ele é uma posição na cadeia do discurso, uma construção situada que carrega as marcas da alteridade. Como destaca Barros (1997), o dialogismo bakhtiniano é constitutivo da linguagem e estabelece uma interação verbal nas relações sociais. Desse ponto de vista, o enunciado, em qualquer de suas formas, pressupõe sempre a presença do outro.

A esse respeito, Barros (1997, p. 34) afirma que:

Três pontos devem ser esclarecidos: em primeiro lugar é preciso observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o ‘outro’ são, para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados; o segundo esclarecimento é o de que o dialogismo tal como foi acima concebido define o texto como um ‘tecido de muitas vozes’, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou

³ Mikhail Mikháilovitch Bakhtin (1895–1975) foi um filósofo e teórico russo da linguagem, da cultura e da literatura. Suas contribuições teóricas, desenvolvidas em colaboração com o chamado Círculo de Bakhtin, são fundamentais para os estudos do discurso, destacando-se os conceitos de dialogismo, polifonia e signo ideológico, que compreendem a linguagem como campo de disputas sociais e ideológicas.

polemizam entre si no interior do texto; a terceira e última observação é sobre o caráter ideológico dos discursos assim definidos. Com essa concepção de dialogismo aproximamo-nos não mais dos estudos da comunicação verbal, mas principalmente das teorias pragmáticas, das teorias do discurso e do texto e até de preocupações psicanalíticas com o ‘outro’ do discurso. Com essa concepção também somos levados a examinar duas outras questões: o do caráter dialógico da língua em relação ao dialogismo dos discursos e ao mascaramento do dialogismo dos textos.

Essa formulação evidencia que o enunciado não pode ser atribuído a um sujeito individual isolado. Ao contrário, trata-se de uma concepção que rompe com os modelos comunicacionais unívocos e aponta para a natureza dinâmica, conflitiva e histórica da linguagem, em que cada palavra carrega valores, intenções e disputas. A interação entre interlocutores é, assim, o princípio fundamental da linguagem.

Na concepção de Bakhtin, a linguagem é inseparável da vida humana, sendo o diálogo entre interlocutores o elemento central da construção de sentido. Por isso, a linguagem não é neutra, mas sim é constitutivamente dialógica, pois envolve a “presença do outro” em suas profundezas (Barros, 1997). A enunciação, núcleo da atividade linguística, manifesta-se no plano do discurso interior, no qual o sujeito dialoga consigo mesmo, e no discurso exterior, voltado a um outro socialmente situado.

Dahlet (1997) reforça que o enunciado pressupõe sempre a presença do outro, pois a interação social imediata e o meio social mais amplo fazem parte de sua composição. Qualquer expressão, mesmo a mais pessoal, está relacionada à posição do outro ou ao contexto da atividade interativa. É nesse sentido que Faïta (1997) afirma que a palavra do outro é indispensável para a compreensão e a resposta.

Bakhtin (2011) defende que todo ato de linguagem é responsivo e o sujeito que fala ou escreve responde a vozes anteriores e, ao mesmo tempo, espera ser respondido. O enunciado, então, é uma unidade concreta da comunicação verbal, situada historicamente e permeada por ideologia. O autor enfatiza que “[...] a palavra é o signo ideológico por excelência, pois ela registra as menores variações das relações sociais” (Bakhtin, 2011, p. 34). Assim, o discurso é sempre uma construção social e ideológica, cuja análise demanda a consideração dos contextos de produção, circulação e recepção.

Dessa forma, cada palavra, ainda que aparentemente simples, carrega uma história, uma memória discursiva e um posicionamento. O discurso não é apenas forma linguística, mas uma tomada de posição social e ideológica frente ao mundo. A dialogicidade é, portanto, a chave para compreender o funcionamento da linguagem em sua complexidade.

No contexto do jornalismo da década de 1970, essa perspectiva é particularmente

relevante. As matérias, manchetes e colunas não se limitam a transmitir fatos: elas refratam a realidade à luz de posições ideológicas, ecoando ou contestando discursos dominantes. O jornal, como artefato cultural, se torna um campo de forças discursivas, no qual diferentes vozes, do Estado, da Igreja, dos movimentos sociais, da cultura popular e da própria mídia, se entrelaçam. Mesmo quando se apresenta como imparcial, o texto jornalístico opera por meio de escolhas lexicais, temáticas e visuais que revelam disputas de sentido.

Nessa perspectiva, Brait (1997) reforça que a palavra é o lugar privilegiado do embate entre múltiplas vozes sociais, intrinsicamente ligado aos conceitos de dialogismo e polifonia de Bakhtin. Fiorin (1997, p. 229) afirma que a linguagem, em seu uso real, é uma “totalidade concreta, viva”, cuja propriedade é a dialogicidade. Essa dialogicidade, segundo o autor, não se restringe apenas às relações entre enunciados distintos, mas ocorre também no interior de uma palavra.

Compreender os jornais dessa época sob a ótica do dialogismo significa reconhecer que as práticas discursivas dos cadernos jornalísticos articulavam vozes diversas, mas nem todas com a mesma autoridade ou visibilidade. Esse processo de interação transforma o jornal em um espaço de produção de sentidos, no qual o passado, o presente e as expectativas de resposta futuras se entrelaçam em redes complexas de significação. O jornalismo, nesse cenário, se apresenta como uma forma de discurso social que participa ativamente das disputas simbólicas e ideológicas do seu tempo.

A noção de voz social é central para a compreensão das dinâmicas discursivas analisadas, estando intrinsecamente relacionada a conceitos fundamentais do pensamento de Mikhail Bakhtin, como dialogismo, polifonia e heterogeneidade. Essa noção remete às múltiplas perspectivas, influências sociais, ideológicas e históricas que se manifestam na linguagem, no discurso e na constituição do sujeito. Autores alinhados ao pensamento bakhtiniano, como Beth Brait (1997), destacam que a linguagem é, por excelência, um espaço social e dialógico, no qual diferentes “vozes”, entendidas como posições sociais e ideológicas, se entrecruzam, confrontam-se ou coexistem, tanto entre interlocutores distintos quanto no interior do discurso de um único sujeito. Nesse sentido, os jornais se apresentam como espaços polifônicos por excelência, que acolhem, filtram, legitimam ou silenciam determinadas vozes.

Ao tratar de temas como infância, escola e nação, os periódicos não apenas comunicam informações, mas constroem versões da realidade historicamente situada. Essas versões expressam valores do contexto imediato de produção e, simultaneamente, revelam disputas ideológicas mais amplas. O jornal, portanto, atua como um agente discursivo estratégico na

formação de subjetividades e na reprodução de projetos hegemônicos.

Para Bakhtin (2011), a linguagem ultrapassa sua função comunicativa porque ela é um instrumento ativo das lutas sociais, refletindo e sendo moldada por conflitos históricos. Nesse processo, emergem os signos ideológicos, que não apenas refletem, mas refratam o mundo, isto é, o transformam segundo as condições sociais de produção. A refração, nesse contexto, constitui-se como um desvio carregado de intencionalidade, que revela interesses específicos. Assim, os textos jornalísticos devem ser compreendidos como produtos ideológicos: signos socialmente motivados, carregados de valores, que tanto expressam quanto contribuem para transformar as realidades sociais.

Nesse mesmo sentido, Bakhtin (2011) enfatiza que os signos ideológicos traduzem disputas simbólicas e reforçam representações específicas do mundo, ao mesmo tempo em que silenciam outras. O discurso jornalístico, portanto, constrói versões da realidade que, embora pareçam neutras, estão profundamente implicadas em embates ideológicos e interesses sociais. As ideologias que atravessam esses discursos são veiculadas por palavras, imagens e outros símbolos, que tanto podem representar honestamente a realidade quanto distorcê-la conforme interesses dominantes.

O universo dos signos ideológicos, segundo Bakhtin (2011), está fundado em uma semiótica que estrutura e expressa as ideologias nos discursos. A palavra, enquanto signo ideológico por excelência, torna-se veículo privilegiado de tais ideologias, refletindo transformações sociais e, ao mesmo tempo, sendo moldada por elas. A ideologia é entendida pelo autor como uma superestrutura: um sistema de significados historicamente constituído, que influencia e é influenciado pelas formas de expressão e pensamento. Dessa maneira, transformações no tecido social impactam diretamente os discursos que circulam na sociedade, os quais, por sua vez, retroagem sobre esse tecido, modelando-o.

Analisar os jornais sob o enfoque do dialogismo implica reconhecê-los como campos de força em constante tensão. Ao construir sentidos sobre temas como infância, escola e nação, o discurso jornalístico mobiliza uma multiplicidade de vozes que compõem um corpo polifônico no qual nem todas têm o mesmo peso, alcance ou visibilidade. Como destaca Bakhtin (2011, p. 33): “[...] a palavra vive na comunicação, na interação social” e é precisamente nesse terreno do social que ela se constitui como expressão, mas também como campo de disputa.

O conceito de produto ideológico constitui outra categoria central na teoria de Bakhtin e perpassa a análise aqui desenvolvida. Para o autor, todo produto ideológico, à semelhança de qualquer bem material, é também um objeto de consumo; no entanto, ele ultrapassa sua

materialidade imediata ao refletir uma realidade externa a si mesmo. Carrega, portanto, significados que se conectam diretamente ao contexto sociocultural e político no qual está inserido. Desse modo, todo signo é inevitavelmente ideológico, pois está imerso em disputas de sentido e é produzido, consumido e reinterpretado à luz das condições históricas que o moldam.

Compreender o jornalismo sob a ótica da filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin implica reconhecê-lo como um dispositivo enunciativo atravessado por relações sociais complexas, em que a palavra carrega, simultaneamente, a memória de vozes passadas e a antecipação de vozes futuras. É nesse entrelaçamento de discursos, nessa arena em constante tensão, que se constroem os sentidos sobre temas como a infância, a escola e a nação, tão recorrentes nos cadernos jornalísticos do período em questão.

Como instrumentos de produção e difusão de discursos, os jornais constituem terreno fértil para a análise dos signos ideológicos. Diversos elementos de sua composição, das manchetes às imagens, funcionam como veículos de ideologia, seja ao apresentar a realidade com aparente transparência, seja ao distorcê-la. Essa distorção ocorre, sobretudo, quando aspectos específicos são mobilizados para atender a interesses políticos, econômicos ou culturais. Barros (2019) ressalta que não há neutralidade nem mesmo nas páginas mais triviais de um jornal, pois sua estrutura está repleta de escolhas intencionais, revelando omissões, manipulações e distorções sutis. Nesse sentido, os aportes teóricos de Bakhtin (2011) e Barros (2019) são fundamentais para compreender os jornais como produtos ideológicos, que não apenas refletem, mas também constroem e perpetuam significados sociais e políticos.

A leitura crítica dos jornais como produtos ideológicos permite desvendar de que forma esses meios de comunicação participam ativamente da produção e da reprodução de significados hegemônicos. As reflexões de Bakhtin (2011) e Barros (2019) oferecem suporte teórico essencial, ao evidenciar que a linguagem, em sua complexidade, constitui um campo de disputas ideológicas e semióticas que atravessa e transforma o tecido social.

Além disso, os jornais, enquanto fontes de pesquisa, revelam-se como instrumentos valiosos para a análise de categorias teóricas centrais da obra bakhtiniana, como linguagem, diálogo, signo e ideologia. Tais categorias permitem aprofundar a compreensão do discurso jornalístico como espaço de negociações simbólicas. Para Bakhtin (2011), apenas uma abordagem dialética é capaz de elucidar as contradições imanentes aos sentidos ideológicos, sobretudo em contextos marcados por conflitos sociais e políticos.

Não apenas os textos verbais, mas também as imagens veiculadas nos jornais devem ser

compreendidas como enunciados ideológicos. Elas integram a tessitura discursiva que molda o imaginário social. Segundo Bakhtin (2003), todo signo é impregnado de valores sociais e atua em meio a relações de força e disputa de significados. Assim, imagens de crianças uniformizadas, bandeiras nacionais e desfiles cívicos não se limitam a ilustrar, mas funcionam como enunciados multimodais que contribuem ativamente para a construção dos sentidos. Como afirma Brait (1997), a multimodalidade discursiva revela o diálogo entre os recursos visuais e verbais, criando um efeito de reforço ideológico que intensifica a performatização de valores como civismo, disciplina e patriotismo.

Durante o Regime Militar, a fotografia jornalística, ao selecionar enquadramentos, composições e personagens simbólicos, não apenas documentava os eventos, mas também os reinterpretava, legitimando e naturalizando uma determinada ordem social. Compreender a imprensa como produtora de sentidos exige, portanto, considerar os aspectos verbais e visuais como dimensões integradas do discurso, que atuam de forma complementar na construção das subjetividades e na reprodução simbólica dos projetos de poder.

No caso específico das comemorações de setembro, como o Dia da Raça e os jogos estudantis, tais eventos transformaram-se em instrumentos de promoção de uma educação nacionalista, patriótica e cívica. Essas celebrações, longe de serem neutras, ajudaram a moldar o imaginário social ao definir o que seria lembrado ou esquecido, reafirmando valores alinhados às políticas autoritárias do período. As festas escolares, nesse contexto, extrapolam sua aparência lúdica e assumem o papel de ferramentas de institucionalização da memória nacional. Sob a aparência de imparcialidade, selecionam intencionalmente os elementos que serão incorporados ou excluídos do imaginário coletivo, reafirmando o discurso hegemônico e silenciando outras possibilidades de leitura do passado.

Portanto, a metodologia adotada fundamenta-se em uma análise crítica dos discursos jornalísticos, concebendo-os como construções ideológicas que não apenas refletem, mas também reproduzem os valores hegemônicos de seu tempo. A investigação proposta tem por objetivo evidenciar essas dinâmicas discursivas, articulando as categorias analíticas de Bakhtin à materialidade dos textos jornalísticos da década de 1970. Busca-se, assim, compreender de que modo os sentidos são produzidos, disputados e cristalizados em contextos históricos específicos, revelando os mecanismos simbólicos que sustentam projetos políticos e sociais.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. O *corpus* de dados será organizado com base no método de Análise Temática (AT) de Braun e Clarke (2006), que oferece uma abordagem acessível e flexível para

a análise de dados qualitativos, que apresentaremos a descrição detalhada desse método posteriormente. Este método possibilita a organização, classificação e sistematização dos dados coletados, permitindo a construção de um inventário detalhado que facilite a identificação, análise e correlação de padrões temáticos dentro do corpus, proporcionando uma visão estruturada e aprofundada dos dados.

O uso de jornais como fonte documental nesta pesquisa justifica-se por sua natureza de registro histórico e, ao mesmo tempo, de produção discursiva. Como assinalam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), os documentos não apenas testemunham fatos, mas expressam intencionalidades, escolhas e interpretações que os atravessam. Nesse sentido, os jornais impressos não são apenas fontes de informação, mas também objetos simbólicos e ideológicos, cuja análise requer um olhar que vá além do explícito. A pesquisa documental, quando voltada para os periódicos, deve buscar os significados inscritos nas entrelinhas, nos silêncios, nas imagens, nas escolhas lexicais e nos enquadramentos discursivos que compõem a tessitura simbólica de cada matéria.

Essa abordagem exige uma análise cuidadosa, que considere a palavra como signo carregado de ideologia, tal como propõe Bakhtin (2011). Para o autor, a linguagem é um fenômeno social e histórico que jamais é neutro: cada enunciado está inserido em um contexto de disputas simbólicas e relações de poder, refletindo e refratando a realidade. Dessa forma, a leitura dos jornais enquanto documentos não se restringem ao conteúdo explícito, mas se estende à dimensão implícita, que se manifesta por meio de estratégias discursivas, ora diretas, ora sutis, responsáveis por construir uma determinada representação de mundo. É nesse campo semântico do “dito e não dito” que emergem os signos ideológicos, capazes de mobilizar sentidos, naturalizar valores e reforçar hegemonias.

A estrutura informativa dos jornais oferece um vasto repertório para a circulação de discursos, sendo fundamental atentar-se ao modo como as informações são organizadas, silenciadas ou enfatizadas. A escolha dos temas, o vocabulário utilizado, a disposição das imagens, as omissões e os destaques editoriais não são inocentes; ao contrário, participam da construção de uma determinada visão de mundo. Durante a década de 1970, observa-se que os jornais atuaram como aliados estratégicos do regime militar, não apenas promovendo os eventos cívicos, mas legitimando uma pedagogia patriótica e militarizada. Contudo, é justamente nos vazios do texto, no que não é dito explicitamente, que se encontram pistas valiosas para a análise crítica: ali reside a semiótica do poder, a ideologia camuflada sob a aparência da normalidade.

Assim, os jornais são utilizados nesta pesquisa não como repositórios objetivos da verdade, mas como dispositivos de produção de sentidos que oferecem “informações, indicações e esclarecimentos” (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p. 5) capazes de favorecer o entendimento de processos históricos, ideológicos e culturais. Como fontes documentais, os periódicos impressos se mostram especialmente relevantes por sua capacidade de registrar práticas sociais e políticas que, muitas vezes, não deixam outros vestígios. Conforme destaca Cellard (2008), citado por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), os jornais frequentemente constituem os únicos testemunhos de determinadas atividades ocorridas no passado recente, e por isso se tornam insubstituíveis na reconstrução histórica de determinados períodos.

No entanto, é preciso romper com a concepção positivista do documento como reflexo fiel da realidade. A pesquisa documental aqui empreendida não compreende os jornais como espelhos neutros dos acontecimentos, mas como construções humanas, atravessadas por valores, interesses e disputas de sentidos, conforme propõem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). O documento é, antes de tudo, um artefato simbólico, que expressa modos de agir e pensar o mundo, revelando tanto os contextos de produção quanto as interpretações em disputa. Os jornais, nesse sentido, não apenas relatam fatos eles participam da elaboração de narrativas, operam recortes, organizam sentidos e privilegiam determinadas vozes em detrimento de outras. É por meio dessas escolhas, e também das omissões, que os periódicos se tornam espaços de produção ideológica, nos quais se consolidam determinadas visões de mundo e se silenciam outras possibilidades de leitura da realidade.

Nesse sentido, esta pesquisa não se limita à catalogação de produções acadêmicas anteriores sobre o tema, mas propõe uma contribuição analítica aos debates contemporâneos sobre o discurso midiático, a infância e a educação em contextos autoritários. O *corpus* documental, composto tanto por textos escritos quanto por imagens fotográficas, será examinado à luz do conceito de “universo de signos” de Bakhtin (2011), que compreende a linguagem como campo de disputas sociais e ideológicas. A proposta é interpretar as representações da infância cívico-escolar capturados na página do jornal *O Liberal* de Belém do Pará, revelando os projetos de sociedade e de futuro que foram comunicados, encenados e, por vezes, naturalizados sob o véu da celebração patriótica.

Assim, as incursões teórico-metodológicas que sustentam este estudo estão alicerçadas na análise do discurso sobre a infância, particularmente no contexto das celebrações da Semana da Pátria em Belém do Pará, a partir de uma perspectiva que visa compreender as dinâmicas sociais e ideológicas subjacentes às práticas discursivas. Compreende-se que essas dinâmicas

não se apresentam de forma direta ou transparente, mas sim elas são sempre mediadas, sobretudo pelos sujeitos/agentes envolvidos no processo comunicativo e pelos textos que produzem. Nesse sentido, os textos jornalísticos assumem um papel central, pois constituem formas de mediação simbólica nas quais se inscreve a construção social e ideológica da infância e dos valores patrióticos durante o período ditatorial.

Essa mediação entre a experiência histórica e sua representação nos textos jornalísticos é fundamental para a análise aqui proposta. Ao reconhecer que tanto o sujeito que enuncia quanto os textos produzidos no interior das formações discursivas desempenham o papel de intermediários entre a realidade vivida e sua expressão simbólica, esta pesquisa se volta para o modo como o jornal *O Liberal* elaborou e disseminou representações da infância nas programações da Semana da Pátria. Nesse contexto, os textos jornalísticos não devem ser tomados como meros registros factuais ou descritivos, mas como produções discursivas que reinterpretam a realidade social, moldando e ressignificando sentidos a partir de posicionamentos ideológicos e estruturas de poder.

Ao explorar essas produções textuais e visuais, entende-se que a realidade sensível está em constante refiguração. Esse processo opera em duas dimensões interligadas: de um lado, a apreensão da realidade pelo sujeito, uma percepção mediada pela consciência, pela memória e pela cultura; de outro, a expressão dessa realidade em linguagem, que não a reflete diretamente, mas a reorganiza discursivamente. Nesse movimento, cada enunciado se torna uma tradução simbólica do mundo vivido, uma nova configuração dos elementos da experiência social e histórica.

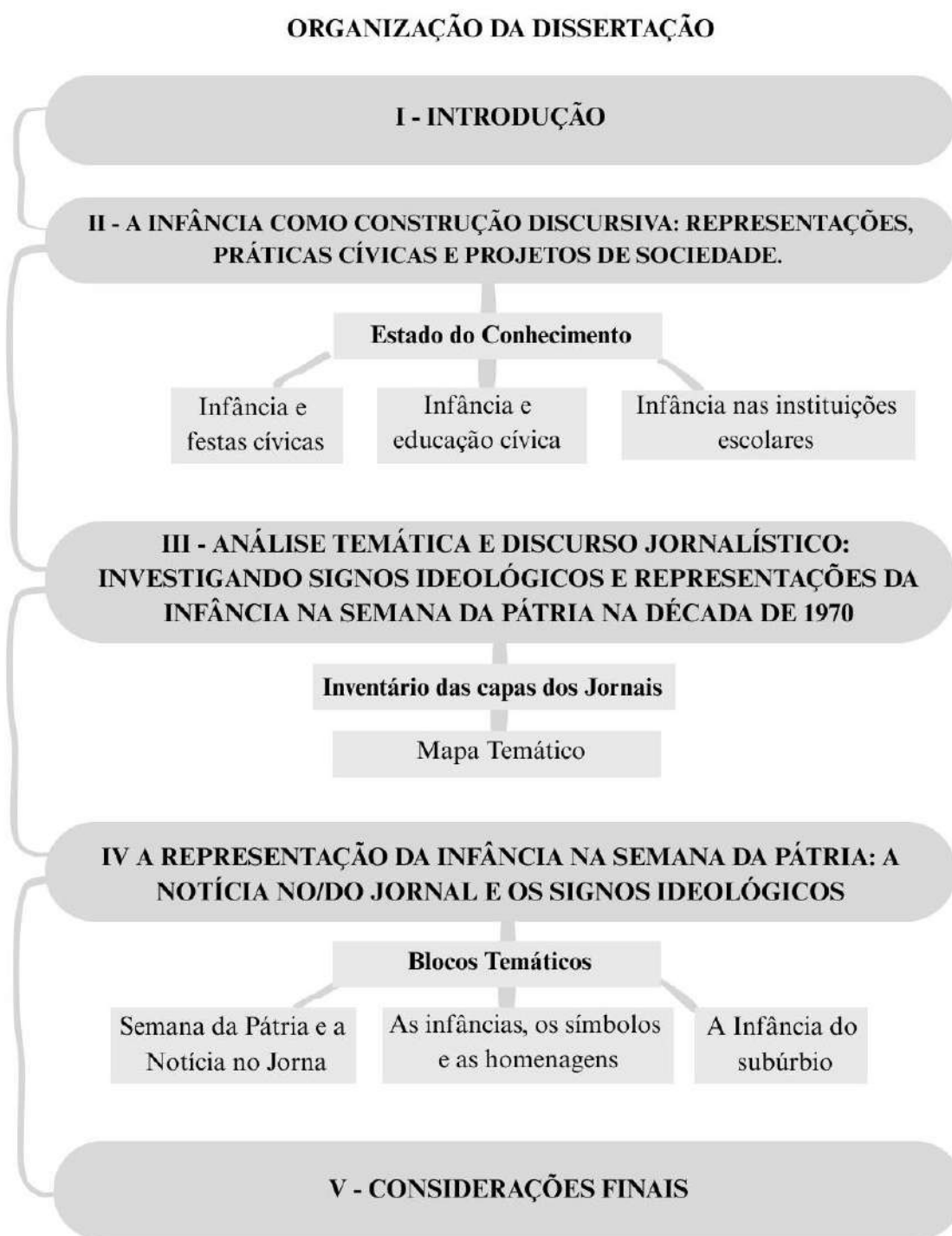
Essa refiguração da realidade é compreendida aqui como um processo contínuo de reinvenção simbólica, pelo qual a linguagem, e, especificamente, o discurso jornalístico, não apenas comunica, mas transforma sentidos. Ao narrar acontecimentos como a Semana da Pátria, o texto jornalístico não se limita a contar o que ocorreu, mas ele organiza os fatos, seleciona ênfases, cria vínculos de sentido e sugere caminhos de interpretação. As relações entre os eventos são costuradas de maneira a construir uma lógica própria, que dá forma e direção à narrativa, tornando-a compreensível dentro de uma visão específica de mundo. A cada nova formulação textual, opera-se uma reconfiguração temporal: o tempo da produção do discurso se mistura com o tempo do evento narrado, instaurando uma atualização simbólica da experiência histórica.

É nesse campo discursivo que se insere a abordagem bakhtiniana adotada nesta pesquisa. Para Bakhtin (2011), a linguagem não é um espelho da realidade, mas uma arena de

múltiplas vozes e sentidos em constante disputa e negociação. Todo discurso é uma resposta, direta ou indireta, a outros discursos que o antecedem, sendo, portanto, um processo ativo de construção de significados sociais. A comunicação humana, nesse sentido, é sempre uma recriação da realidade, marcada por intencionalidades e pelas posições ideológicas dos sujeitos envolvidos.

Com base nessa concepção, esta pesquisa busca identificar como os jornais da década de 1970, em especial o jornal *O Liberal*, participaram da constituição de um discurso coletivo sobre a infância, entrelaçando elementos da memória histórica, da cultura escolar e dos projetos ideológicos do regime. Os sentidos que emergem dessa articulação não são estáticos, ao contrário, atualizam-se, prolongam-se e se enraízam na cultura. Como alerta Bakhtin (2014), esse processo de sedimentação discursiva pode dar origem a conteúdos míticos, que se inscrevem na memória social e passam a ser naturalizados como verdades históricas. Tais mitificações são potentes justamente por sua aparência de obviedade: nelas, a infância é transformada em símbolo da pátria, e os corpos infantis, disciplinados e expostos nos desfiles cívicos, tornam-se emblemas de um projeto nacional autoritário, cuja permanência na cultura escolar perdura para além do tempo histórico em que se originou.

Figura 1 Arquitetura da Dissertação: Etapas, Eixos Temáticos e Categorias de Análise - 2025



1.5 Estrutura da dissertação

O presente trabalho é organizado em seções que, após a introdução, apresentam a Seção II, intitulada “*A infância como construção discursiva: representações, práticas cívicas e projetos de sociedade*”, propõe uma análise historiográfica da produção acadêmica recente

(2010–2020) sobre a infância e as práticas escolares cívicas. O capítulo está dividido em subitens que abordam três eixos analíticos centrais: festas cívicas, educação cívica e instituições escolares. A partir do mapeamento do Estado do Conhecimento, evidencia-se a invisibilização da região Norte nos estudos da área, bem como o uso das práticas cívicas para disciplinar corpos e legitimar projetos de modernidade e nacionalismo. Também são discutidas as articulações entre cultura escolar e imprensa regional no contexto da ditadura militar.

A Seção III, intitulada “*Análise temática e discurso jornalístico: investigando signos ideológicos e representações da infância na Semana da Pátria na década de 1970*” constitui o núcleo metodológico e interpretativo da pesquisa, oferecendo uma leitura crítica do jornal *O Liberal* enquanto artefato ideológico e fonte histórica.

A Seção IV, “*A representação da infância na semana da pátria: a notícia no/do jornal e os signos ideológicos*”, concentra-se na análise das capas do jornal *O Liberal*, publicadas na primeira semana de setembro ao longo da década de 1970. A análise articula o inventário como instrumento técnico-metodológico, a Análise Temática como estratégia interpretativa, e os fundamentos teóricos do signo ideológico e do dialogismo bakhtiniano. São apresentados os blocos temáticos identificados e discutidas as imagens e discursos midiáticos que constituem representações da infância alinhadas aos valores de civismo, disciplina e nacionalismo, configurando a infância como metáfora da pátria e instrumento de legitimação do regime autoritário.

Por fim, a Seção V, *Considerações Finais*, retoma os principais resultados da pesquisa, evidenciando o entrelaçamento entre práticas escolares, discursos midiáticos e projetos políticos de nação que instrumentalizaram a infância como figura central. Ressalta-se a importância de ampliar os estudos sobre as representações da infância na historiografia da educação, com especial atenção à região Norte, ainda pouco explorada. A seção também propõe a continuidade de investigações que articulem mídia, memória e educação no campo das representações sociais

O LIBERAL

Diretor - Superintendente — RÔMULO MAIORANA

ANO XXIII -- Belém -- Sábado 5; Domingo 6 de Setembro de 1970 -- N.º 6.1



II A INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: REPRESENTAÇÕES, PRÁTICAS CÍVICAS E PROJETOS DE SOCIEDADE



— INSTANTE GLORIOSO —

A infância das escolas também vibra. Cada carrinho uma bandeira, cada coração uma chama vibrando como nunca no majestoso "Dia da Raça". A ⁴¹ma inocente do petiz desperta para o brado cívico que ecoa no país, de ponta a ponta, sacudindo as consciências para o glorioso destino da Pátria brasileira.

II A INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: REPRESENTAÇÕES, PRÁTICAS CÍVICAS E PROJETOS DE SOCIEDADE

A infância, mais do que uma etapa biológica ou psicológica do desenvolvimento humano, constitui uma categoria social historicamente produzida e mobilizada em distintos projetos de sociedade. No campo educacional, particularmente nas práticas cívicas escolares, a infância foi reiteradamente apropriada como instrumento estratégico de inculcação de valores e de construção de subjetividades ajustadas aos ideais de ordem, disciplina e nacionalismo. Compreender as representações da infância nesses contextos implica, portanto, analisar os discursos e práticas que a constituem como espaço simbólico de disputa e de legitimação de diferentes projetos políticos. Neste capítulo, a partir da análise de produções acadêmicas recentes, investiga-se como as festas escolares e as práticas de civismo forjaram imaginários de infância atrelados a ideais de patriotismo, hierarquia e identidade nacional, revelando as continuidades e tensões que atravessam as políticas de memória e formação cidadã no Brasil. Ajustar conforme a nova configuração da seção.

2.1 A infância nas pesquisas acadêmicas contemporâneas: categorias de análise e disputas de sentido

A infância, enquanto categoria social e histórica, tem sido mobilizada por distintas tradições acadêmicas como campo de disputa simbólica e de construção de sentidos. No interior da historiografia da educação e da cultura escolar, ela emerge ora como sujeito de direitos e afetos, ora como alvo de disciplinamento, controle e conformação de subjetividades ajustadas a determinados projetos políticos. Essa polissemia torna a infância um objeto privilegiado de análise, revelando tanto os marcos ideológicos que orientam sua representação quanto os dispositivos institucionais que sustentam tais construções.

Nesta seção, são apresentados os resultados de um mapeamento do Estado do Conhecimento, realizado com base em teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2020 nos programas de pós-graduação em Educação, História e áreas afins. O objetivo é compreender como a infância tem sido representada nas produções acadêmicas que tratam das práticas cívicas escolares e das festividades como a Semana da Pátria, especialmente em relação às categorias analíticas que fundamentam essas investigações. A partir da leitura crítica desses trabalhos, evidencia-se um campo de disputas de sentido que envolve diferentes compreensões da infância, seja como agente da moral cívica, como símbolo da pátria ou como metáfora de um futuro desejado pelo Estado.

A seguir, serão discutidas as três principais categorias que emergiram do exame da produção acadêmica recente — festas cívicas, educação cívica e instituições escolares — revelando os diferentes modos como a infância é significada, disciplinada e performada em práticas educativas e comemorativas que, longe de neutras, são profundamente atravessadas por ideologias, disputas políticas e projetos de nação.

2.1.1 Infância e festas cívicas: estratégias de poder e pedagogia do nacionalismo

A análise das produções acadêmicas reunidas na categoria “Festas” revela a infância como uma construção histórica e cultural instrumentalizada por diferentes regimes políticos ao longo do tempo. Nesses estudos, observa-se que os corpos infantis foram investidos de forte simbolismo, assumindo papéis de destaque nas festas cívico-escolares, ora como promessa de futuro, ora como representação idealizada da ordem vigente. Os desfiles escolares e demais festividades serviram como palco de disciplinamento e como mecanismos de legitimação de projetos ideológicos, em especial nos regimes autoritários do século XX.

Nesse sentido, a análise de Bencostta (2006) é particularmente elucidativa ao compreender os desfiles patrióticos dos grupos escolares como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar simultaneamente múltiplos planos simbólicos que os caracterizam como grandes festas. Para o autor, tais eventos devem ser percebidos como produções do cotidiano, realizadas em tempos e espaços socialmente demarcados, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um tema que é celebrado e comemorado. O principal produto desses festejos, segundo Bencostta, é a simbolização da unidade dos participantes, reforçando a dimensão afetiva e identitária que permeava as práticas comemorativas escolares.

A infância, portanto, não era representada como uma categoria natural ou espontânea, mas fabricada nas práticas comemorativas públicas como um artefato político. Como analisa Souza (2013), a participação infantil nas festividades transcendeu a dimensão simbólica para assumir a função de performance regulada, cuidadosamente ensaiada para encenar a ordem, a obediência e o nacionalismo desejados pelo Estado. Nessa perspectiva, a criança transformava-se em instrumento visível da pedagogia⁴ do poder.

⁴ As denominações como “pedagogia do civismo”, “pedagogia moral”, “pedagogia do nacionalismo”, “pedagogia da obediência” e outras que aparecem ao longo desta pesquisa não correspondem necessariamente às categorias conceituais originais utilizadas pelos autores analisados nesta seção. Trata-se, antes, de recortes analíticos e interpretações próprias, elaboradas para estruturar criticamente a análise das práticas e representações relacionadas à infância e à educação cívica nos contextos estudados. Tais expressões são empregadas como ferramentas analíticas que buscam dar visibilidade às dinâmicas de formação de subjetividades observadas nas fontes, em diálogo com referenciais teóricos que problematizam o papel disciplinador, moralizador e nacionalizador das

Essa leitura encontra ressonância na teoria de Lahire (2002), ao afirmar que os espaços escolares são instâncias privilegiadas de inculcação de disposições sociais. Embora os regimes autoritários ambicionassem uma infância homogênea e plenamente disciplinada, o conceito de pluralidade de disposições indica que tais práticas nunca operam de forma unívoca: são sempre tensionadas por resistências, apropriações diferenciadas e ambiguidades no processo de internalização dos valores dominantes.

No período de 1890 a 1930, a infância foi representada como um agente estratégico para a formação da nova ordem republicana. Conforme destaca Silva (2015), as crianças eram compreendidas como sujeitos privilegiados para a internalização dos valores cívicos e morais promovidos pelo Estado nascente. A escola, nesse contexto, tornou-se o principal espaço de moldagem das subjetividades, sendo as festas escolares instrumentos fundamentais para a formação de futuros cidadãos leais à pátria, disciplinados e obedientes.

A autora enfatiza que a mensagem implícita nas atividades escolares, como festas, lições e textos didáticos, era a da ideologia republicana. Esta, embora propagasse um ideal de igualdade política, mascarava a manutenção das desigualdades sociais, sobretudo no tratamento reservado a “[...] ex-escravos e as classes trabalhadoras de imigrantes”, para os quais a educação era apresentada como a solução integradora (Silva, 2015, p. 17). Nesse período, a infância era instrumentalizada como símbolo de renovação social e política, mas também submetida a práticas de disciplinamento e exclusão, reforçadas pela memória oficial construída através das comemorações escolares.

No início da República, as festas escolares, como o 7 de setembro e o Dia de Tiradentes, assumiram papel central no calendário letivo, com crianças protagonizando desfiles, recitais e dramatizações. Segundo Silva (2015), essas práticas, embora revestidas de aparência lúdica, eram impregnadas de conteúdos políticos explícitos, operando a formação de sujeitos nacionalistas e legitimando simbolicamente o sistema escolar como agente formador da cidadania. O Estado, nesses rituais, exercia simultaneamente os papéis de ator representado e narrador da história oficial, utilizando os festejos como meios privilegiados de inculcação de valores cívicos e morais (Silva, 2015, p. 45).

Entre as décadas de 1930 e 1940, a instrumentalização da infância nas práticas

práticas discursivas, como, por exemplo, Foucault (1999), Bourdieu e Passeron (1992) O uso dessas expressões pretende enfatizar que os processos formativos abordados nos trabalhos estudados não se limitavam à transmissão de conteúdos, mas operavam como estratégias sistemáticas de modelagem moral, política e social da infância. Assim, ao longo desta análise, compreendemos “pedagogias” não como métodos didáticos formais, mas como conjuntos de práticas, discursos e dispositivos culturais destinados a formar sujeitos segundo determinados ideais de sociedade, civismo, nacionalidade e moralidade, historicamente situados e ideologicamente orientados.

comemorativas intensificou-se com a ascensão de regimes autoritários, especialmente durante o Estado Novo. Nesse contexto, as festas escolares reforçaram a associação da infância à figura da “criança operária” (Silva, 2015, p. 49), moldando o ideal de um sujeito produtivo, disciplinado e submisso. A inculcação de valores patrióticos foi aprofundada pelo culto aos símbolos nacionais e à veneração dos “grandes mortos” da história brasileira (Souza, 2013, p. 106). A associação das crianças à figura de Getúlio Vargas consolidou a infância como pilar simbólico do projeto autoritário de construção nacional.

Durante o governo Vargas, como observa Silva (2015), o projeto político investiu fortemente na escola como espaço de formação ideológica. A veneração aos símbolos nacionais, a exaltação da liderança de Vargas e a glorificação dos heróis históricos foram incorporadas de maneira sistemática às práticas escolares e festividades públicas. A infância deixou de ser apenas espectadora dos rituais e passou a ser o centro da encenação simbólica do poder estatal, constituindo-se como a base para a construção da “nação trabalhadora e patriota” (Vaz, 2006, p. 66).

Na década de 1950, e especialmente após o golpe militar de 1964, houve uma transformação gradual no formato das festas escolares. Embora o caráter ostensivo das celebrações tenha se atenuado e muitos eventos tenham recuado para o interior das escolas, a infância permaneceu como elemento central na estratégia simbólica do regime. Como ressalta Silva (2015), mesmo com a perda de grandiosidade, a criança passou a ser concebida cada vez menos como sujeito espontâneo e mais como símbolo da eficácia da educação patriótica e da legitimação da ordem autoritária.

Durante o Estado Novo e os anos subsequentes, Souza (2013) complementa a análise ao mostrar que a infância e a juventude foram concebidas como promessas de continuidade da nação, exigindo, portanto, formação cívica e patriótica desde a “mais tenra infância” (Souza, 2013, p. 104). A pedagogia do civismo não apenas visava disciplinar corpos e mentes, mas também naturalizar a autoridade do regime sobre as futuras gerações.

No período entre 1960, 1970 e 1980, com base na pesquisa de Silva (2009) analisada por Silva (2015), as festas escolares continuaram a mobilizar a infância como peça fundamental do projeto político-ideológico. As crianças, disciplinadas e obedientes, eram inseridas em rituais como desfiles cívico-militares, celebrações religiosas e eventos comemorativos, todos rigorosamente controlados e monitorados. A participação estudantil era compulsória e regulamentada por mecanismos de controle como bilhetes de presença e avaliações de desempenho.

Esses festejos funcionavam como instrumentos de fortalecimento da “memória histórica desejável”, reforçando valores de submissão, nacionalismo e exaltação da ordem estatal. As festas da “Revolução de 31 de março”, da “Semana do Exército” e os desfiles do 7 de setembro exemplificam essa lógica de inculcação ideológica (Silva, 2015). A infância, nesse cenário, era moldada como símbolo da esperança nacional, mas também naturalizada como sujeito submisso, destinado a perpetuar a ordem social e política estabelecida.

Por fim, Silva (2015) evidencia que a visibilidade da infância nesses eventos não se limitava a uma função interna à escola: ela projetava publicamente uma imagem de progresso e eficiência institucional, reforçando a legitimação do regime tanto na sociedade quanto nas estruturas educacionais. A disciplina, a ordem e o civismo encenados pelas crianças eram elevados à condição de modelo de comportamento ideal para toda a coletividade.

As escolas, no contexto do Estado Novo, transformaram-se em núcleos estratégicos de disseminação dos valores do regime, operando como centros de “irradiação de civismo”, como analisa Souza (2013, p. 126). Nessas instituições, o comportamento disciplinado e o patriotismo dos alunos não apenas eram promovidos no interior da rotina escolar, mas também exibidos publicamente, especialmente por meio das comemorações cívicas. Em Santos (SP), por exemplo, Souza evidencia que os desfiles escolares, organizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), constituíam espetáculos performáticos nos quais as ruas eram convertidas em palcos simbólicos da ordem nacionalista: crianças marchavam em passo de ganso, empunhando bandeiras, e encenando, com seus corpos, a coreografia do poder estatal.

Ribeiro (2017) destaca que a escola se tornou um espaço privilegiado para a construção de uma pedagogia voltada à conformação do corpo infantil, transformando a criança em sujeito de uma educação moralizante e nacionalista. Nesse processo, a figura da professora era concebida como “educadora da nação”, incumbida de formar subjetividades dóceis e patrióticas, alinhadas à lógica autoritária. A infância era, assim, instrumentalizada: exaltada como emblema da nação, mas controlada em sua expressão e mobilizada como recurso de encenação do poder estatal.

Bencostta (2006) corrobora essa interpretação ao afirmar que os alunos dos grupos escolares participavam regularmente desses eventos, ocupando “lugares distintos e específicos” (p. 270) dentro de uma estrutura ritualizada de produção e consumo das festas. Para o autor, como essas práticas estavam integradas ao calendário escolar, os desfiles não eram vistos como interrupções no tempo letivo, mas como atividades educativas essenciais, exigindo “[...] empenho e os sentimentos de adesão” (p. 270) tanto dos alunos quanto dos professores. Essa

imbricação entre tempo escolar e tempo festivo revela o quanto as festas cívicas se tornaram dispositivos de moldagem subjetiva e disciplinar, alinhados às diretrizes políticas do Estado.

O tempo escolar, segundo a análise de Souza (1999) citada por Bencostta, era entendido como inserido no tempo social mais amplo. Dessa perspectiva, as festas escolares não contrastavam com o tempo livre, mas constituíam uma, pois elas “[...] constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender” valores cívicos e patrióticos (Souza, 1999, p. 134). As comemorações não eram, portanto, simples eventos lúdicos, eram momentos de aprendizagem política e moral, incorporados à lógica escolar de formação do cidadão.

Essa visão é aprofundada por Bencostta (2006), que entende os desfiles escolares como construções sociais capazes de condensar e manifestar representações simbólicas de uma “cultura cívica” específica (p. 271). Essas celebrações, realizadas em um tempo e espaço historicamente determinados, buscavam promover um sentimento de identidade coletiva, fundamentado na compreensão compartilhada dos símbolos nacionais e na interiorização dos valores do regime. Em sua leitura, os desfiles escolares foram mecanismos que não apenas fortaleciam uma memória coletiva, mas também delimitavam as fronteiras de pertencimento social, construindo identidades cívicas em consonância com o projeto de Estado.

Souza (2013) amplia essa análise ao demonstrar que tais práticas não se restringiam às instituições mais centrais ou prestigiadas. A realização de festas cívicas também em escolas isoladas e situadas em bairros periféricos revela o esforço do Estado em alcançar todos os segmentos sociais, consolidando uma cultura cívica homogênea. Ao extrapolar os limites físicos das escolas, essas celebrações ampliavam seu impacto simbólico, projetando na sociedade a imagem de uma unidade nacional de caráter “grandioso” e “espetacular” às celebrações (Souza, 2013, p.41). O autor aponta que essa grandiosidade não era casual pois, as festas eram cuidadosamente planejadas para atribuir uma aparência de unanimidade e de integração social, mesmo em contextos de desigualdade e exclusão

Durante a Semana da Pátria, os desfiles escolares reuniam diversos grupos estudantis, formando o que Souza (2013, p. 41) denomina de “massa escolar nacional”, configurando uma cena pública de exaltação patriótica que se estendia inclusive para fins de semana e feriados. Esses eventos não se limitavam a simples desfiles elas envolviam apresentações de canto orfeônico, recitações, peças teatrais e números de ginástica, todos cuidadosamente elaborados para reforçar valores de civismo e nacionalismo. A publicação dos nomes dos participantes na imprensa local funcionava como forma simbólica de premiação e prestígio, incentivando a adesão coletiva e a visibilidade dos corpos infantis enquanto instrumentos de propaganda do

regime.

Observa-se que as comemorações cívico-escolares eram rigidamente reguladas, com diretrizes oficiais que determinavam tanto os conteúdos quanto as formas das festividades. O objetivo era garantir a solenidade e a padronização dos eventos, suprimindo práticas consideradas inadequadas ao espírito cívico pretendido. Como destaca Souza (2013), os programas escolares deveriam ser submetidos à aprovação e fiscalização das delegacias regionais de ensino, assegurando a uniformidade do discurso cívico-educacional e reforçando o controle simbólico do Estado sobre a infância.

No contexto das festas cívico-militares do Estado Novo, a criança foi representada como um sujeito moldável, cuja adesão disciplinada às celebrações era vista como fundamental para atender tanto à formação moral e cívica desejada quanto à legitimação pública dos ideais autoritários. Como destaca Souza (2013), a infância era entendida como um momento decisivo para a inculcação de valores considerados essenciais à construção da pátria e, portanto, um espaço privilegiado de atuação pedagógica e simbólica do Estado.

Nos discursos oficiais do Estado Novo, como os proferidos por Getúlio Vargas, a infância era frequentemente comparada à “argila plástica” nas mãos dos educadores, expressão que revela a concepção governamental da criança como sujeito maleável, suscetível de ser moldado segundo as necessidades do regime (Souza, 2013, p. 34). Essa metáfora conecta-se intimamente às formulações de Michel Foucault (1999) sobre o surgimento histórico dos corpos dóceis nos quais os corpos são moldados por técnicas disciplinares destinadas a maximizar sua utilidade e docilidade. A infância, nesse cenário, transforma-se em alvo privilegiado de dispositivos de controle e adestramento, sendo incorporada ao projeto biopolítico⁵ de gestão e normalização das populações.

Nesse cenário, a educação não se configurava como um direito universal voltado à emancipação, mas como um dever cívico instrumentalizado para a preparação ao trabalho, entendido como fundamento do progresso nacional. Tal concepção revela um projeto político-pedagógico que faz da escola um instrumento central de adestramento e reprodução social, muito além de sua função instrucional. A escola, assim, se transforma num espaço de disciplinarização, assumindo o papel que Foucault (1999) identifica como aparelho de

⁵ A noção foucaultiana de biopolítica, entendida como o conjunto de tecnologias de poder voltadas para a administração da vida, do nascimento à morte, ajuda a compreender a centralidade atribuída à infância nas práticas escolares e festivas do período. A escola, enquanto instituição biopolítica por excelência, torna-se um espaço de controle minucioso dos corpos e das almas, formando sujeitos produtivos, submissos e identificados com os valores do Estado. As festas escolares, nesse sentido, operam como rituais públicos de validação dessa pedagogia disciplinar e biopolítica (Foucault, 1988).

normalização, no qual os exames, avaliações e rituais cotidianos conformam e regulam comportamentos.

Souza (2013) observa que, ao analisar publicações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de autores alinhados ao regime, como Francisco Gomes, torna-se evidente o esforço sistemático para inculcar nas novas gerações um fervor patriótico exacerbado. Esse processo não apenas visava formar consciências cívicas, mas também atuar como uma estratégia imunizadora contra as “Forças do Mal”, especialmente o comunismo (Souza, 2013, p. 78). A simbologia da bandeira nacional, como destaca Souza, adquire papel central nesse projeto de inculcação, funcionando como emblema máximo da identidade nacional e da coesão ideológica.

Dentro dessa estrutura, as crianças eram educadas para a devoção incondicional aos símbolos da pátria e à figura dos “grandes mortos” da história nacional, como forma de garantir a continuidade do projeto de construção da identidade nacional. A participação obrigatória em desfiles, cantos e celebrações reforçava a normatização dos corpos e a formação de subjetividades conformes às exigências do Estado autoritário.

Esse processo de formação cívica e disciplinar pode ser analisado, à luz de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992), como expressão de uma intensa violência simbólica. Para esses autores, a violência simbólica é o mecanismo pelo qual os dominantes impõem seus esquemas de percepção e avaliação como legítimos, fazendo com que os dominados os aceitem como naturais. A escola, e, por extensão, as práticas comemorativas escolares, exerce essa violência simbólica ao mascarar como legítimas e universais as arbitrariedades da ordem social vigente.

Bourdieu e Passeron (1992) sublinham ainda que a eficácia da violência simbólica escolar depende de sua capacidade de naturalizar o arbitrário cultural. Através da reprodução dos códigos simbólicos do Estado, como os rituais cívicos, a veneração à bandeira e a reverência aos heróis nacionais, a escola legitima e perpetua as hierarquias sociais, consolidando a dominação sob a aparência da meritocracia e da igualdade de oportunidades.

Além disso, segundo os autores, a função da escola nas sociedades democráticas burguesas é precisamente legitimar a reprodução das desigualdades sociais sob o manto da neutralidade e da justiça formal. No caso das festas escolares durante o Estado Novo, essa função legitimadora se evidencia no modo como as crianças de diferentes classes sociais eram reunidas em celebrações homogêneas e uniformizadas, mascarando as profundas desigualdades existentes e promovendo a ilusão de uma comunidade nacional integrada.

Portanto, a infância, nas festas cívico-militares analisadas por Souza (2013), não é representada como expressão da espontaneidade ou da diversidade infantil, mas como instrumento estratégico da política biopolítica e simbólica do Estado. Por meio da disciplinarização dos corpos e da padronização dos afetos, buscava-se moldar não apenas a conduta, mas a própria consciência das novas gerações. O projeto de formação de uma infância dócil, patriótica e produtiva revela, em última instância, a articulação profunda entre a produção de subjetividades e os interesses de manutenção da ordem social e política vigente.

Assim, o estudo de Souza (2013) permite compreender como a infância foi mobilizada como reserva simbólica do regime, atuando como suporte privilegiado para a legitimação da autoridade estatal e para a reprodução das estruturas de poder, num processo em que se combinam a disciplina corporal, a inculcação ideológica e a violência simbólica disfarçada de patriotismo e civismo.

Santos (2018) evidencia que as comemorações do Dia da Independência no Recife, entre 1817 e 1848, envolviam rígidos mecanismos de controle social nas quais havia a exigência de presença obrigatória, a distribuição de convites nominais, a realização de ensaios coreografados, a seleção criteriosa dos conteúdos simbólicos e a padronização estética das performances. Esses dispositivos não visavam apenas à participação formal, mas à construção de uma performance política minuciosamente orquestrada, na qual a infância desempenhava papel estratégico.

Essa instrumentalização da infância, mesmo anterior à consolidação do Estado nacional, já manifestava a mobilização intencional dos corpos infantis para a ocupação simbólica do espaço público e a disseminação de valores como patriotismo, disciplina e devoção cívica. Como aponta Foucault (1999), no contexto da modernidade, o corpo infantil se tornou um alvo privilegiado das tecnologias disciplinares, operando na articulação entre adestramento físico e internalização de normas. A infância era, assim, tratada como matéria plástica, passível de ser moldada segundo os interesses de um projeto biopolítico não apenas corpos obedientes, mas subjetividades dóceis e nacionalistas.

Santos (2018) também revela que, ao longo do século XIX, particularmente após a Proclamação da República e sob regimes autoritários, a participação infantil em desfiles, marchas e solenidades cívicas se consolidou como “espetáculos” cívicos, nos quais o Estado se apresentava como organizador da memória histórica e da ordem social. Nesse quadro, o que se observava não era apenas o ensino de conteúdos escolares, mas o trabalho intensivo sobre as disposições corporais e emocionais das crianças. Conforme enfatiza Foucault (1999), o

adestramento minucioso do corpo, sua postura, seus gestos, seus ritmos, é parte essencial da produção de subjetividades compatíveis com as exigências dos regimes de poder. As festas cívicas, portanto, eram dispositivos de normalização, nos quais o corpo infantil era submetido à vigilância, à repetição e à ritualização.

Finalmente, como demonstra Santos (2018), a infância foi construída como uma “reserva simbólica” do projeto estatal, funcionando como vetor de reprodução e legitimação da ordem autoritária. A festa, nesse contexto, não apenas celebrava a unidade nacional, mas a fabricava incessantemente, por meio do controle e da disciplina dos corpos infantis, das emoções e das identidades

A pesquisa de Vânia Silva (2011) dedica-se a investigar a representação e a participação da infância e juventude nas festas escolares e comemorações cívicas durante o Estado Novo (1937–1945), com foco no contexto paraibano. Nesse período, a infância foi concebida como um terreno privilegiado para o cultivo de virtudes patrióticas, morais e cívicas, e a escola passou a funcionar como um verdadeiro braço ideológico do Estado, sendo responsável por forjar subjetividades alinhadas ao projeto político autoritário.

Segundo Silva (2011), os desfiles escolares tornaram-se práticas recorrentes nas cidades da Paraíba, reunindo multidões e posicionando as crianças como protagonistas da pedagogia do nacionalismo. Marchando em continência e entoando hinos patrióticos, os corpos infantis performatizavam a lealdade à pátria e a obediência ao regime, transformando-se em encarnações vivas da ordem estatal. As comemorações extrapolavam os limites da escola, envolviam famílias e a comunidade local, ampliando o alcance simbólico das ações e consolidando, no imaginário social, a figura da criança como sujeito modelar da nova ordem nacional.

Esse esforço de unificação identitária articulou-se, como destaca Silva (2011), à supressão das identidades regionais, materializada, por exemplo, na proibição da ostentação de símbolos estaduais e na queima de pavilhões durante as festividades do Dia da Bandeira. A exaltação da pátria como “mãe gentil” de todos os brasileiros revelava a tentativa de apagar as heterogeneidades culturais e de consolidar uma ideia de unidade nacional centralizada no Estado autoritário (Silva, 2011, p. 90).

O papel das escolas nas festividades era fundamental. Cabia às instituições de ensino organizar os eventos, e aos professores, a tarefa de inculcar nos alunos a veneração dos símbolos nacionais e dos “grandes vultos da história”, com destaque para a figura mítica de Getúlio Vargas (Silva, 2011, p. 93). As práticas festivas, cânticos, declamações, dramatizações,

demonstrações esportivas, não apenas celebravam o civismo, mas operavam como estratégias de disciplinamento simbólico e de formação de subjetividades dóceis e patrióticas.

Esse processo, como analisa Bencostta (2006) dialogando com Williams (1995), inscrevia-se em um projeto de modernização conservadora, no qual a cultura cívica era rigidamente burocratizada e orientada para a manutenção da ordem pública. A inclusão do aniversário de Vargas no calendário escolar, reforçando o culto à personalidade do líder, exemplifica como o aparato escolar era instrumentalizado para legitimar o poder político e consolidar a hegemonia estatal.

Além do viés disciplinador e ideológico, Silva (2011) evidencia o caráter assistencialista das festividades em que havia a distribuição de presentes e roupas às crianças pobres funcionava como estratégia de reforço dos laços de dependência social e de fortalecimento da imagem do Estado como entidade protetora e benevolente. A imprensa, afinada com os interesses do regime, desempenhava papel crucial na espetacularização dos eventos, amplificando seu impacto simbólico e disseminando o sentimento nacionalista entre a população.

A análise de Silva (2011), mesmo que não tivesse como objetivo principal a infância, permite compreender que crianças e jovens foram protagonistas de rituais cuidadosamente planejados para reforçar os ideais políticos do Estado Novo. A infância, nesse contexto, era duplamente representada por um lado exaltada como símbolo de pureza e por outro de futuro promissor, mas simultaneamente disciplinada e instrumentalizada para a reprodução dos valores autoritários. As festividades escolares funcionavam como verdadeiros dispositivos de poder, nos quais o Estado, a escola e a sociedade civil se articulavam para moldar o cidadão ideal: patriótico, disciplinado e fiel à ordem vigente.

Dialogando com as práticas cívico-festivas do Estado Novo, Cordeiro (2012) analisa as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, durante o governo Médici, evidenciando a permanência histórica da mobilização massiva de estudantes em festas cívicas. Embora o regime militar não tenha inovado na utilização da infância e juventude como símbolos de lealdade nacional, a autora ressalta que houve uma atualização e intensificação de práticas consolidadas no período varguista

A Comissão Executiva Central (CEC) estabeleceu a obrigatoriedade da participação estudantil nos festejos, promovendo desfiles, atos simbólicos e performances coletivas que replicavam a estética das paradas militares. O uso de uniformes, as marchas sincronizadas e a formação de filas ordenadas reiteravam a cultura da disciplina, projetando uma imagem de juventude ordeira, patriótica e subordinada aos valores cívico-militares. Para Cordeiro (2012),

essas práticas estavam diretamente associadas a um esforço de reeducação da juventude após as contestações de 1968 ao inserir massivamente os estudantes nas festividades, buscava-se apagar a imagem da juventude rebelde, reconstruindo um ideal de cidadania disciplinada e consensual. Assim, os desfiles escolares, mais do que imposição autoritária, operaram como estratégias de construção simbólica do consenso e de legitimação do regime.

Embora a infância apareça de forma secundária na análise de Cordeiro (2012), o diálogo com Silva (2011) permite perceber a continuidade do protagonismo juvenil nas festas cívicas, desde a década de 1930, como instrumento fundamental para a encenação pública dos ideais de civismo, disciplina e lealdade ao Estado. Complementarmente, a pesquisa de Santos (2018), ao investigar o Recife entre 1817 e 1848, revela que a utilização das festas públicas como práticas de governo antecede a consolidação do Estado nacional. Mesmo que a infância seja apenas pontualmente mencionada por Santos (2018), sua análise evidencia que o uso simbólico da infância em celebrações cívicas tem raízes históricas profundas, sendo posteriormente incorporado às festas escolares do século XX

Santos (2018) demonstra que os rituais oficiais, as decorações efêmeras e os espaços de entretenimento popular, presentes nas festividades públicas, visavam simultaneamente celebrar a nação e moldar comportamentos, estabelecendo padrões de lealdade e subordinação. Esses dispositivos antecipam práticas que seriam retomadas e sistematizadas nas festas escolares analisadas por Silva (2011) e Cordeiro (2012).

Essa leitura da festa como prática de governo também orienta a análise de Maia (2012) acerca das comemorações realizadas no Grupo Escolar Duque de Caxias entre 1949 e 1962. Maia revela que as crianças, devidamente uniformizadas e organizadas em pelotões, eram protagonistas de rituais cívicos que reforçavam a cultura escolar de formação patriótica. A participação infantil estruturava-se em torno de práticas como o hasteamento da bandeira, desfiles, declamações e apresentações cênicas, operando como instrumentos de inculcação simbólica de valores nacionais.

A noção de “formação das almas” (Maia, 2012, p. 85) atravessava essas práticas, orientando a repetição de atos simbólicos concebidos como meios de inculcar sentimentos de amor e devoção à pátria. Assim como em Silva (2011) e Cordeiro (2012), Maia destaca que a infância foi moldada para exercer um papel ativo na construção de uma identidade nacional disciplinada e obediente

A representação da criança emerge principalmente na forma como os estudantes eram convocados e preparados para atuar nos eventos. Crianças e jovens de diferentes faixas etárias,

desde os “meninos menores” até os alunos do “Jardim da Infância”, eram protagonistas dos rituais cívicos. Sua presença era valorizada por conferir brilho às solenidades e por representar o vínculo ativo da escola com a comunidade. A participação estudantil era meticulosamente organizada, incluindo fardamentos de gala e formação de “pelotões” ou “batalhões infantis” (Maia, 2012, p. 51 e p. 66), o que evidenciava o grau de formalização dessas celebrações.

Além disso, a participação ativa dos alunos se dava através de múltiplas práticas, como desfiles cívicos, especialmente no Dia da Pátria (7 de setembro), recitações, declamações e cânticos de hinos e poemas nacionais, homenagens a símbolos como a Bandeira Nacional e a figura do Duque de Caxias, além de representações cênicas como os “quadros vivos” e a encenação de estados brasileiros por alunas (Maia, 2012, p. 71). Essas ações visavam produzir sensibilidades e despertar nos estudantes e na sociedade um sentimento de respeito e devoção aos símbolos da nação.

Maia (2012, p. 85) associa essas práticas ao ideal de “formação das almas”, presente desde os primórdios do imaginário republicano. A repetição de atos simbólicos, como o hasteamento matutino e o arriamento vespertino da bandeira, era concebida como parte de um processo pedagógico de construção da identidade nacional e moral dos alunos. O autor reforça que esses rituais não eram apenas protocolares, mas meios de fomentar nos sujeitos em formação sentimentos de amor, apreço e respeito à pátria.

Bencostta (2006) enfatiza que a cultura cívica escolar, construída por meio desses rituais, visava inculcar sentimentos de pertença e de devoção à pátria, ao mesmo tempo em que naturalizava hierarquias sociais e consolidava uma memória coletiva moldada pelo Estado. As práticas simbólicas, como o uso rigoroso dos uniformes, a formação ordenada das colunas de alunos e a execução de cânticos e marchas, atuavam como dispositivos de disciplinamento dos corpos infantis, tal como sugerido pela teoria foucaultiana da disciplina.

Além da função pedagógica, as festas cívicas escolares também cumpriam um papel social importante. Eram ocasiões em que a escola ganhava projeção pública, reforçando sua imagem institucional diante das famílias, da comunidade e das autoridades presentes. As festividades demonstravam o compromisso da escola com a formação integral dos alunos e serviam para consolidar sua legitimidade como espaço de produção de civismo e ordem.

A pesquisa de Maia (2012), portanto, representa a infância nas festas escolares como um agente ativo e moldado dentro do projeto político-educacional republicano. As crianças/alunos não são retratadas como espectadores passivos, mas como participantes centrais de uma pedagogia cívica voltada à formação de sujeitos patrióticos, disciplinados e integrados

ao ideal de nação. Embora o autor reconheça a presença de “culturas infantis” no interior da escola, sua análise privilegia a forma como essas culturas foram moldadas e dirigidas pelo aparato institucional, evidenciando o papel da infância na encenação pública da ordem e da cidadania.

Com base na pesquisa de Ribeiro (2017), a representação da infância nas festas cívicas é analisada a partir do papel central das crianças enquanto estudantes e protagonistas das celebrações organizadas em instituições escolares e espaços públicos durante a República Velha, a Era Vargas e o Regime Militar. O estudo adota o olhar dos realizadores dos eventos, autoridades escolares, dirigentes públicos e organizadores, focalizando as intenções pedagógicas e políticas que orientaram a convocação escolar e a mobilização da infância para os rituais cívicos.

Embora nenhum dos oito trabalhos analisados se dedique exclusivamente ao período da ditadura militar, Ribeiro (2017, p. 180-187) documenta a renovação dos desfiles estudantis em 1970, sob a justificativa de serem uma “barreira contra o comunismo”, tornando a participação estudantil obrigatória e monitorada. Nesse contexto, a infância foi novamente mobilizada como instrumento simbólico, apresentando jovens patriotas obedientes ao regime.

As festas cívicas transcenderam a função cerimonial, assumindo um caráter estratégico no processo de inculcação de normas, valores e sentimentos patrióticos legitimados pelo Estado e pela escola. O objetivo era moldar “mentes e corações”, contribuir para a ‘formação das almas’ e construir o perfil do cidadão idealizado: disciplinado, obediente e profundamente patriótico (Ribeiro, 2017, p. 23).

A obrigatoriedade da presença estudantil, muitas vezes assegurada por decretos de feriado escolar, evidencia o caráter compulsório da participação. A mobilização abrangia diferentes faixas etárias, incluindo alunos do Jardim da Infância, os “meninos menores” e “maiores”, e, conforme registra Ribeiro, a referência a “alunos e alunas” indica o esforço sistemático de envolver toda a comunidade escolar. A presença das crianças não apenas abrilhantava as festividades, mas também funcionava como demonstração pública da eficiência do sistema educacional.

A infância desempenhava um papel ativo e visível na execução dos rituais: desfiles cívicos organizados em “pelotões”, “batalhões infantis” e “passeatas estudantis”, trajes padronizados e formação por gênero, canto de hinos nacionais e patrióticos, recitação de poesias, encenações teatrais, hasteamento e arriamento de bandeiras, e participação em missas campais. Entre as práticas destacadas, o Canto Orfeônico, valorizado especialmente na Era

Vargas, reunia milhares de estudantes como estratégia de formação cívico-estética.

Além da dimensão educativa, a participação estudantil servia como instrumento de propaganda política. As festas funcionavam como vitrines para exibir o compromisso do governo com a educação, projetando publicamente uma imagem de organização, eficiência administrativa e dedicação à ordem e ao progresso.

As crianças, com seus trajes temáticos, fardamentos de gala, bandeiras, trabalhos escolares e expressões alegres estampadas em materiais de divulgação, compunham o espetáculo visual das festas. Organizadas em filas e formações militares, elas simbolizavam a ordem, a disciplina e o controle esperados pelos idealizadores das celebrações, tornando-se ícones da pedagogia da obediência.

Esses eventos também buscavam despertar sentimentos cívicos e patrióticos, transmitindo figuras históricas e símbolos nacionais como lições vivas de civismo (Ribeiro, 2017, p. 56). As festas eram meticulosamente planejadas para gerar identificação emocional, orgulho nacional e reverência às instituições do Estado. Por fim, a participação coordenada da infância nos rituais festivos visava promover a homogeneização simbólica e política do território nacional, apagando as diferenças regionais e sociais em nome da construção de uma identidade coletiva unificada, voltada para a obediência e o respeito à ordem vigente.

A dissertação de Itaborahy (2018) analisa eventos escolares realizados em 2016 e evidencia a permanência de traços históricos nas festividades escolares, embora ressignificados no contexto contemporâneo. O enfoque desloca-se do viés nacionalista e cívico-disciplinador para a valorização da interação entre escola e família, da socialização e da promoção de experiências formativas para os alunos.

Embora o objeto principal da pesquisa não sejam as festas cívicas nacionais, como o desfile de 7 de setembro, o estudo discute o legado das práticas comemorativas escolares e investiga a participação infantil em eventos como a Festa da Família, Festa Junina, Festival de Talentos e Feira Cultural. Nesses momentos, as crianças são protagonistas, contribuindo para reforçar a visibilidade da escola, promover a integração com as famílias e ampliar as oportunidades de aprendizagem para além dos conteúdos curriculares.

A infância é representada como protagonista e alvo principal das ações educativas propostas pelas festas escolares. A autora observa que, historicamente, as festas escolares serviram à inculcação de valores cívicos e patrióticos, especialmente no início da República, quando se buscava formar o “cidadão republicano”. Essa tradição, embora esvaziada de seu conteúdo ideológico mais explícito, permanece presente de forma residual, especialmente na

valorização de comportamentos esperados, normas sociais e construção da sensibilidade coletiva. A escola ainda busca, em certa medida, moldar “mentes e corações” e contribuir para a “formação das almas”, expressão evocada no estudo em referência a práticas do passado (Itaborahy, 2018, p.23).

Com o tempo, especialmente a partir da década de 1990, observa-se uma inflexão no caráter e nos objetivos das festas escolares. A função pedagógica e política dessas celebrações foi progressivamente esvaziada. Embora ainda componham o calendário escolar por força legal, muitas dessas festas passaram a assumir uma dimensão mais pragmática, servindo à arrecadação de recursos, ao cumprimento de carga horária ou à promoção institucional da escola. Segundo Silva (2011), o apelo simbólico das festas cívicas perdeu força, e sua função formativa foi substituída por uma lógica mais administrativa e protocolar.

Os estudos consultados evidenciam que, em diferentes contextos históricos, a infância foi representada e mobilizada por meio das festas escolares de maneiras distintas, mas sempre carregando dimensões simbólicas profundas. Seja como instrumento de inculcação ideológica em regimes autoritários, seja como protagonista de práticas pedagógicas mais democráticas e participativas, a criança permanece no centro dessas celebrações. O calendário escolar, nesse percurso, atua como tecnologia de poder que define o que deve ser celebrado e o que será esquecido, consagrando certas memórias e apagando outras. Assim, as festas escolares continuam a ser um terreno fértil para a análise das formas pelas quais a infância é representada, performada e disputada nas tramas entre escola, Estado e sociedade.

2.1.2 Infância e educação cívica: gênero, moral e patriotismo na formação escolar

A análise das dissertações de Proença (2017), Siqueira (2013) e da tese de Pereira (2014) revela que a formação do sujeito nacional, ao longo da história, esteve intrinsecamente relacionada à construção de disposições cívicas desde a infância, num processo atravessado pela domesticação dos afetos e pela inculcação de normas sociais e políticas.

No estudo de Proença (2017), que investiga a proposta educativa de Jean-Jacques Rousseau no século XVIII, observa-se que a infância passa a ser valorizada como uma etapa distinta e fundamental da vida humana, demandando uma formação específica e gradual. A autora destaca, no entanto, que mesmo no projeto considerado inovador de Rousseau, especialmente em *Emílio, ou Da Educação*, persistem hierarquizações de gênero. Às meninas era destinada uma formação pautada na honra, moralidade e virtude, voltada essencialmente à

vida doméstica e à função de educadoras dos futuros cidadãos. A figura feminina, no pensamento rousseauiano, ocupa um papel central na transmissão dos valores cívicos, mas permanece restrita ao ambiente privado, reforçando uma divisão sexual da educação e da cidadania.

Essa constatação permite uma leitura crítica ancorada em Norbert Elias (1990), para quem os processos civilizatórios, ao impor novos padrões de controle dos afetos e dos comportamentos desde a infância, reproduzem hierarquias e desigualdades sociais sob o véu da formação moral. Elias observa que:

O tecido de cadeia de ações em que se inclui cada ato individual nessa complexa sociedade é muito mais complicado, e bem mais intrincado o autocontrole ao qual ele está acostumado desde a infância, do que aparece neste exemplo. Mas este dá pelo menos uma ideia de como a grande pressão formativa sobre a constituição do homem “civilizado”, seu autocontrole constante e diferenciado, vincula-se à crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e à multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar (p. 197).

Nesse sentido, em Rousseau, a infância é concebida, paradoxalmente, como natureza a ser preservada e como matéria a ser civilizada, uma ambivalência que ressurgiu em diversos projetos educativos posteriores, inclusive no Brasil. A infância feminina, nessa perspectiva, é moldada para garantir a estabilidade do tecido social, não por meio da participação pública direta, mas pela mediação moral exercida no seio familiar. Proença (2017) demonstra que essa concepção reflete as tensões de seu tempo: embora reconheça a importância formativa das mulheres, Rousseau não rompe com os limites impostos à sua participação na sociedade política, legitimando a desigualdade como natural e funcional à ordem social.

Por sua vez, Pereira (2014), ao examinar o pensamento de João Simões Lopes Neto no início da Primeira República brasileira, evidencia como a infância foi mobilizada como elemento-chave nos projetos de construção da identidade nacional. A educação infantil combinava o resgate do folclore regional com a exaltação dos símbolos nacionais, mas subordinava a diversidade cultural à formação de um ideal homogêneo de brasilidade. A infância era, assim, representada como depositária dos ideais de civismo, disciplina e patriotismo.

Essa ambiguidade reflete o que Dominique Julia (2001) conceitua como a dupla função da escola: lugar de preservação da memória social e, ao mesmo tempo, de imposição de uma nova ordem simbólica. A seleção e normatização das expressões culturais populares operavam como instrumentos de inculcação nacionalista, apagando suas origens e complexidades. Assim, a educação cívica analisada por Pereira (2014) extrapolava a mera transmissão de conteúdos

escolares, incidindo diretamente na formação de comportamentos, emoções e percepções sociais desde a infância. Como prática de inculcação simbólica, nos termos de Julia (2001), ela contribuía para a constituição de sujeitos conformes à ordem social desejada, moldando modos de ser e sentir em consonância com as normas vigentes.

Talvez fosse pertinente conceituar previamente o termo cultura escolar, mas optamos por fazê-lo neste momento, por considerarmos mais coerente com o encadeamento da argumentação. Segundo Julia (2001), a cultura escolar corresponde a um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, bem como a um “[...] conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p. 9).

Essa concepção revela a escola não apenas como um espaço de transmissão de saberes, mas como um *locus* privilegiado de formação de subjetividades, valores e modos de ser e agir. A cultura escolar, nesse sentido, é compreendida como prática de inculcação simbólica, atuando na constituição de sujeitos ajustados à ordem social hegemônica. Além disso, Julia (2001) reconhece que essa cultura incide profundamente sobre comportamentos, emoções e percepções sociais, ao afirmar que “[...] a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas, que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (p. 22).

Nesse horizonte, a teoria de Norbert Elias (1994) sobre o processo civilizador contribui para aprofundar a análise. O autor destaca que a formação das sensibilidades sociais, marcada pela crescente internalização dos controles sociais e pela regulação das emoções, constitui um elemento central na consolidação dos Estados modernos. Elias argumenta que esse processo gera um avanço no “patamar do embaraço” (p. 252), exigindo dos indivíduos um autocontrole cada vez mais refinado, à medida que as normas de conduta se incorporam à própria constituição da personalidade. Como ressalta o autor, as proibições sustentadas por sanções sociais acabam por se reproduzir no interior do sujeito, instaurando formas de autocontrole que naturalizam o código social de conduta.

É nesse contexto que a infância, no projeto educativo da Primeira República, assume o papel de espaço estratégico para a civilização dos corpos e da moralidade, funcionando como território simbólico de modelagem dos afetos, comportamentos e disposições exigidos pela nova ordem social. A educação cívica, tal como aparece na obra de Simões Lopes Neto, configura-se como prática sistemática de conformação de indivíduos, promovendo a construção de um ideal de sujeito patriótico, disciplinado e integrado ao projeto nacional, não como

expressão espontânea, mas como resultado de processos históricos de socialização e controle.

Como destaca Pereira (2014):

Havia, primeiramente, de se inculcar nos governos a imperiosa necessidade de valorizar os símbolos nacionais, a natureza, a riqueza aqui produzida pelas “classes produtivas”, e nas crianças o amor à pátria, impondo a elas novos padrões morais e de civilidade, representando um ideal de cidadão. No bojo de uma nova “civilização brasileira”, esse cidadão devia ser moldado desde a infância, pois a criança era vista sempre em função de sua potencialidade adulta (p. 19).

Pereira (2014) também analisa a diversidade da produção cívico-pedagógica do final do século XIX e início do XX, mostrando que, embora existissem diferentes materiais, manuais, breviários, diurnas, livros escolares, todos convergiam na tentativa de formar uma nova geração alinhada à modernidade civilizada. Predominava, nesse contexto, a concepção da criança como “homem em miniatura” (p. 32), um ser em formação cuja inteligência e caráter ainda imaturos deveriam ser modelados, sobretudo mediante práticas educativas que alcançassem suas emoções, entendidas como terreno fértil para a ação formativa.

Inserido nesse movimento, Simões Lopes Neto direcionou sua produção educativa ao projeto de moldagem da infância. Como demonstra Pereira (2014), a evolução da conferência “Educação Cívica”, entre 1904 e 1906, revela um alargamento da perspectiva: de uma preocupação inicial com a produção de materiais didáticos (o “livro caricioso”), o autor passa a incorporar reflexões críticas, como o conceito de “parasitismo” (p. 97), inspirado em Manoel Bomfim, para explicar o atraso nacional. A educação passa, então, a ser concebida como resposta à necessidade de regeneração moral e social do país. Nesse sentido, a escola republicana, ao exaltar o patriotismo e a moralidade, também silencia práticas culturais heterogêneas, reforçando um ideal homogêneo de cidadania e de civilidade moderna.

Essa análise permite concluir que a infância, no interior da educação cívica da Primeira República, foi um território simbólico de projeção de futuros desejados. A formação cívica operava como instrumento de civilização das condutas e regimentação das emoções, moldando sujeitos ajustados à ordem moderna, como indicam Elias (1994) e Julia (2001).

A dissertação de Siqueira (2013), embora centrada na análise do Parlamento Jovem de Minas (2008), oferece subsídios importantes para refletir sobre a infância como espaço inaugural da socialização política. A autora observa que a formação cívica efetiva tem início nos primeiros anos de vida, especialmente no ambiente familiar e escolar, quando valores como democracia, tolerância e respeito às instituições começam a ser transmitidos e internalizados.

Ao dialogar com a Teoria Clássica da Socialização Política, Siqueira (2013) enfatiza a

centralidade da infância como fase determinante para a formação das atitudes políticas fundamentais. A criança, ao interagir com figuras de autoridade, como pais e professores, e ao participar de práticas cotidianas de organização, hierarquia e deliberação, elabora esquemas de percepção e ação política que influenciarão seu comportamento adulto. Essa formação precoce é essencial para a internalização de valores cívicos e para a constituição de uma disposição participativa nos sistemas democráticos. A escola, nesse processo, complementa o papel da família, constituindo-se em espaço institucional privilegiado da educação cívica desde os primeiros anos da escolarização.

Integrando a perspectiva de Bourdieu e Passeron (1992), é possível compreender a formação cívica na infância à luz do conceito de *habitus*. Longe de se limitar à transmissão de conteúdos formais, a educação cívica atua sobre a constituição de um *habitus*, entendido como sistema de disposições duráveis que orienta a percepção, o julgamento e a ação dos sujeitos no mundo social. O *habitus* cívico, formado precocemente, representa o resultado da interiorização de práticas e valores que se tornam naturais aos indivíduos, guiando suas condutas políticas muitas vezes de forma inconsciente.

Dessa forma, a infância configura-se como momento estratégico para a formação de sujeitos democráticos e críticos. A análise de Siqueira (2013) demonstra que programas como o Parlamento Jovem só alcançam eficácia quando se apoiam em disposições previamente formadas, o que evidencia a centralidade de políticas educacionais voltadas à formação cidadã desde os primeiros anos escolares.

Em todos os estudos examinados, Proença (2017), Pereira (2014) e Siqueira (2013), a infância emerge como ponto de ancoragem de projetos educativos voltados à conformação do sujeito cívico idealizado em cada contexto histórico. Dessa forma, os três trabalhos indicam que a infância é concebida na historiografia da educação cívica como uma fase estratégica de intervenção pedagógica e simbólica, fundamental para a sedimentação de valores e disposições duráveis.

Importa destacar que, em todas essas propostas, a infância não se configura como mero objeto passivo das intervenções educativas. Ao contrário, ela emerge como um campo ativo de investitura simbólica, no qual se disputam sentidos sobre o que significa ser cidadão, moral, patriótico e civilizado. A criança é, nesse processo, simultaneamente produto e produtora de identidades sociais, portadora das expectativas, das tensões e das contradições que atravessam os projetos políticos de cada época.

Dessa forma, a análise dos três estudos permite afirmar que a infância, no âmbito da

educação cívica, constitui-se como um espaço dinâmico de construção política, onde diferentes concepções de sociedade, cidadania e civilização são projetadas, negociadas e tensionadas. Longe de representar um processo espontâneo ou homogêneo, a formação cívica infantil revela-se como arena de disputas simbólicas e estratégias de poder, em que se forjam não apenas conhecimentos, mas modos de sentir, agir e pertencer ao mundo social.

2.1.3 Infância nas instituições escolares: moral, modernidade e ritual cívico

A análise dos estudos de Oliveira (2012), Otto (2012) e Lopes (2018), inseridos na categoria “Instituição” no campo da História da Educação, revela representações da infância profundamente articuladas ao papel normativo e civilizatório das instituições escolares, especialmente dos Grupos Escolares e suas associações auxiliares, como as Ligas de Bondade, no período da Primeira República e seus desdobramentos. Essas pesquisas evidenciam uma concepção de infância moldada pela função educativa da escola pública nascente, concebida como espaço privilegiado de formação do sujeito cidadão. Ainda que múltiplas, as representações da infância convergem para sua caracterização como fase de plasticidade, sujeita ao controle pedagógico e à formação moral.

Otto (2012), ao investigar as Ligas de Bondade em Santa Catarina, mostra como a infância foi instrumentalizada para a disseminação de valores morais e cívicos, solidariedade, respeito, patriotismo, caridade, por meio de práticas como a “caixinha das boas ações”, campanhas de arrecadação e “lições temáticas” (p. 188). O funcionamento dessas Ligas evidencia a imbricação entre educação moral e educação cívica, projetando a infância como terreno estratégico para a constituição de um *habitus* disciplinado, emocionalmente orientado para o bem coletivo.

Nesse contexto, as instituições educativas concebiam a criança como um ser em constante formação, suscetível à ação pedagógica e institucional. As Ligas de Bondade, por meio de atividades como reuniões, campanhas solidárias, eleições simbólicas e premiações por “boas ações”, funcionavam como dispositivos de disciplinamento emocional e cívico (Otto, 2012, p. 19). Buscava-se moldar não apenas comportamentos externos, mas também orientar as emoções infantis para valores tidos como legítimos (ordem, bondade, disciplina, respeito à autoridade e patriotismo) reafirmando a concepção da infância como uma fase “plástica”, sensível à modelagem social e política no contexto republicano.

As suas análises revelam que a infância é representada como um período de formação

moral rigorosa, no qual as crianças são moldadas para se tornarem cidadãos virtuosos. O valor da moralidade, central para as Ligas de Bondade, é enfatizado como um dever essencial a ser transmitido aos jovens, que devem agir conforme normas sociais de bondade e caridade. Essa construção de caráter é realizada por meio de exemplos e exortações, onde as boas ações são publicamente celebradas e registradas, criando não apenas um modelo a ser seguido, mas também um incentivo à conformidade com os padrões esperados. A utilização de punições para comportamentos inadequados ilustra uma abordagem disciplinar que busca não apenas corrigir, mas também educar, promovendo uma cultura de vigilância e responsabilidade entre as crianças.

Essa concepção revela, por conseguinte, um tensionamento central: ao mesmo tempo em que as crianças eram instadas a agir moralmente e com autonomia, estavam submetidas a um rígido sistema de monitoramento e avaliação, no qual a conformidade era reiteradamente exigida. A prática das boas ações, celebrada publicamente, funcionava como mecanismo de incentivo e controle social, tensionando a autenticidade dos gestos infantis, que poderiam resultar mais do desejo de aceitação e do medo da punição do que de uma adesão ética consciente.

Ademais, a interligação entre a moralidade inculcada nas Ligas de Bondade e as exigências da legislação educacional reflete um fenômeno mais amplo de controle social. A moralidade é colocada em paridade com a competência pedagógica, sugerindo que o caráter do educador é crucial na formação de crianças éticas. Essa expectativa extrapola o ambiente escolar, estendendo-se ao contexto familiar e à sociedade, onde as crianças são preparadas para se tornarem adultos que repliquem os valores morais aprendidos. Assim, a infância, conforme representada por Otto (2012), emerge não apenas como um espaço de aprendizado, mas como um campo de batalha moral, no qual a conformidade e a aceitação das normas sociais moldam a identidade das futuras gerações.

A prática das boas ações, relatada em diversas situações no texto de Otto (2012), reafirma o propósito de constituir um ambiente escolar que visa não apenas a educação acadêmica, mas também a formação de cidadãos éticos. Os relatos de crianças que resgatam animais ou cuidam do ambiente escolar apontam para um *ethos* coletivo de responsabilidade e empatia, sugerindo que a infância é vista como um período propício para instigar a bondade e a solidariedade. Não obstante, essa ênfase na bondade pode ser interpretada criticamente: impõe-se, talvez, um ideal de conduta inatingível para todas as crianças. A pressão para a conformidade pode, por vezes, gerar um ambiente de competição ou julgamento, em vez de

constituir um espaço seguro para o desenvolvimento pessoal.

Entretanto, essa ênfase na bondade pode ser lida criticamente: impõe-se, por vezes, um ideal de conduta moral inatingível, cuja exigência pode gerar ambientes marcados mais pela competição e julgamento do que pelo acolhimento e desenvolvimento integral. A pressão pela conformidade às expectativas morais, mesmo quando embalada em práticas aparentemente lúdicas, pode tensionar a autenticidade das ações infantis, deslocando o foco da formação ética para a obtenção de reconhecimento externo.

Por outro lado, ações como o compartilhamento de bens entre colegas e o cuidado mútuo reforçam uma visão positiva da infância como etapa de valorização da coletividade e da empatia. Ensinar às crianças a importância do bem comum e da cooperação contribui para a formação de uma cidadania voltada à justiça social. Dessa forma, a prática da bondade adquire um duplo sentido: exercício moral individual e fundamento de uma identidade social mais ampla.

O trabalho de Otto (2012) também evidencia a articulação entre essas práticas educativas e os marcos legais da época, destacando que a pedagogia das Ligas de Bondade não se limitava ao espaço escolar, mas respondia a um projeto estatal mais amplo de conformação cívica e moral. A referência ao Decreto n.º 2.991 explicita a tentativa de alinhar a atuação das escolas às normas sociais desejadas pela República, reafirmando o papel da escola como *microcosmo sociedade*⁶.

Em síntese, a representação da infância na pesquisa de Otto (2012) é multifacetada: revela tanto o potencial formativo das crianças quanto os desafios associados à imposição de normas comportamentais. As Ligas de Bondade posicionam a infância como etapa ativa de aprendizado moral e crescimento social, mas também como terreno de tensão entre a liberdade individual e a exigência de conformidade. Essa leitura crítica convida à reflexão sobre o necessário equilíbrio entre a promoção de valores éticos e a preservação da autenticidade na experiência infantil.

Por fim, um elemento recorrente nas análises é a concepção da infância como receptáculo privilegiado para a incorporação de valores e normas. As crianças eram vistas como sujeitos especialmente permeáveis à inculcação moral e cultural. A função da escola, nesse contexto, consistia em converter os valores sociais em hábitos internalizados, promovendo a

⁶ Conceito que, à luz da perspectiva de Durkheim, designa a escola como um subsistema específico da sociedade moderna, incumbido de parte significativa da responsabilidade pela educação das novas gerações. Nesse sentido, a instituição escolar não apenas fornece subsídios para o desenvolvimento social, intelectual e moral dos indivíduos, mas também reproduz, em sua organização interna, a dinâmica social que a constituiu, funcionando como modelo em miniatura da sociedade em que está inserida (Gonçalves e Gonçalves, 2022).

padronização de condutas e a reprodução das hierarquias estabelecidas. Nesse processo, dispositivos pedagógicos como as Ligas de Bondade operavam como catalisadores ideológicos: suas atividades buscavam induzir comportamentos socialmente aceitos e reprimir práticas consideradas desviantes, instituindo modelos de conduta desejáveis para a infância. A escola, assim, atuava como instância mediadora entre a criança e o ideal de civilidade formulado pela lógica republicana.

A representação da infância como espaço de formação cívica e moral sob rigorosa vigilância institucional encontra eco e aprofundamento na pesquisa de Lopes (2018). Ao analisar a educação de crianças no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belém do Pará, entre 1900 e 1912, Lopes aprofunda a compreensão da infância como categoria moldada no interior das instituições escolares modernas, concebidas como agentes civilizatórios estratégicos no contexto da Primeira República.

A criação dos grupos escolares no Pará, entre o final do século XIX e o início do século XX, ocorreu em um contexto profundamente influenciado pelos discursos da modernidade, que enfatizavam a necessidade de disciplinar corpos, organizar espaços urbanos e formar cidadãos para a nova ordem republicana. Impulsionados pela prosperidade econômica do ciclo da borracha e pelas influências culturais da Europa, sobretudo da França, os governantes locais buscaram modernizar a cidade de Belém e as instituições sociais, dentre elas a educação. Como registra o autor, a criação dos grupos escolares foi considerada estratégica para consolidar a educação pública primária como instituição republicana, laica e voltada para a formação cívica das crianças.

O Decreto nº 625, de 1899, promulgado durante o governo de José Paes de Carvalho, instituiu oficialmente os grupos escolares no estado, estabelecendo uma estrutura organizacional baseada na centralização administrativa e na hierarquização do ensino. A construção de edifícios escolares modernos, como o 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco, representava a materialização do projeto civilizatório, onde a infância deveria ser moldada segundo os princípios da ciência moderna, da moralidade e do civismo republicano.

Dessa forma, os grupos escolares no Pará emergem como espaços de formação do novo cidadão, nos quais os ideais de ordem, progresso e modernidade eram introjetados desde a infância, e assim demarcado o papel dos professores dos grupos escolares, em que “[...] teriam a responsabilidade de formar as crianças para que no futuro o Pará respirasse civilidade e moral republicana e em Belém, o 5º grupo escolar seria uma das grandes representações deste novo pensamento” (Lopes, 2018, p. 40).

Entre os significados atribuídos à infância, sobressai a figura do “futuro da nação” (Lopes, 2018, p. 27). As crianças eram concebidas como alicerces do projeto republicano e, portanto, preparadas para desempenhar papéis sociais previamente definidos:

[...] na república, à luz das concepções ideológicas que, ao longo da primeira república, quis construir uma representação de criança para a sociedade republicana. Logo, a criança republicana passar a ser vista como a responsável pela manutenção política-ideológica da nação, dito de outra forma, a criança republicana é a base da estrutura política da pátria brasileira e através dela, principalmente, seria difundida a ordem e o progresso do Brasil (Lopes, 2018, p. 27-28).

A relação entre infância e instituições aparece de forma clara na maneira como o 5º Grupo Escolar se organizava. A instituição era concebida como uma “vitrine da república paraense” (Lopes, 2018, p. 108), espaço de exibição pública da eficácia dos projetos educacionais modernos. Nesse sentido, as práticas pedagógicas não se restringiam ao conteúdo acadêmico, mas estendiam-se às cerimônias públicas, desfiles cívicos, exposições de trabalhos escolares e rituais de premiação, todos voltados à formação de uma infância disciplinada e patriótica.

O edifício escolar, com sua arquitetura monumental e luxuosa, desempenhava um papel central nesse projeto. Mais do que abrigo físico, era um espaço simbólico que educava visualmente os alunos, comunicando ideias de ordem, hierarquia e civilização. A escadaria de ferro, as salas de aula amplas e o salão de convivência, descritos no estudo, compunham um cenário que reforçava práticas de vigilância e distinção de gênero e status social, constituindo um ambiente disciplinador e formador.

Lopes (2018) mostra que, nesse modelo institucional, a infância era simultaneamente alvo de proteção e de controle. A escola pretendia formar cidadãos autônomos e virtuosos, mas, para isso, estabelecia rígidos mecanismos de vigilância e normatização dos comportamentos infantis. As boas ações eram incentivadas, premiadas e exibidas, enquanto desvios eram punidos, criando uma cultura de visibilidade e controle social sobre os gestos e emoções das crianças.

Assim, a pesquisa revela que a representação da infância nos grupos escolares da Primeira República, e em especial no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco, articula-se à função normativa das instituições educativas, as quais operavam como instrumentos de formação do caráter nacional. As crianças eram vistas como depositárias de uma nova ordem social, e a escola como o espaço onde essa ordem deveria ser inculcada, por meio de práticas cotidianas, símbolos cívicos e materialidades educativas. A infância, nesse contexto, era menos

uma etapa natural de desenvolvimento e mais um território de disputas simbólicas, onde se forjavam os contornos morais e políticos da cidadania republicana.

Em continuidade à análise das representações da infância nas instituições escolares da Primeira República, o estudo de Oliveira (2012) amplia a compreensão das relações entre infância, escolarização e modernidade ao investigar o contexto de Pelotas. Se, no caso das Ligas de Bondade e dos Grupos Escolares paraenses, a infância foi concebida como alvo de projetos cívicos e morais voltados para a formação de futuros cidadãos republicanos, em Pelotas a escola assumiu também uma função de espetáculo público da modernização urbana e de distinção social. A partir da análise de práticas escolares e fontes iconográficas, Oliveira (2012) evidencia como a infância, para além de ser moldada no espaço escolar tradicional, era mobilizada como símbolo de civilidade e progresso, em uma cidade marcada pelas ambições de se afirmar como moderna diante do cenário nacional.

A modernização da cidade de Pelotas, impulsionada pela elite local, encontrou nas instituições escolares uma via essencial de distinção social e afirmação simbólica. Ao analisar fontes iconográficas e impressas, Oliveira (2012) demonstra que práticas escolares, como exposições de trabalhos manuais, festas cívicas, rituais de formatura e atividades filantrópicas, funcionavam não apenas como eventos pedagógicos, mas também como espetáculos públicos de civilidade e progresso, nos quais a infância era exibida como símbolo do sucesso educacional e da modernidade urbana.

As instituições educativas, nesse sentido, foram concebidas como vitrines da modernidade: seus edifícios, suas práticas e os comportamentos dos alunos materializavam a pretensão da elite pelotense de inscrever a cidade no circuito das grandes cidades modernas do país. O espaço escolar, mais do que um ambiente de ensino, era um palco de encenação de uma nova infância: disciplinada, produtiva, higienizada e moldada segundo os valores republicanos.

Nesse cenário, a infância foi compreendida como um espaço de investimento simbólico, no qual se projetava a esperança de um futuro civilizado e moderno. A escola, enquanto instituição foi mobilizada não apenas para instruir, mas sobretudo para moldar comportamentos, disciplinar corpos e inculcar valores republicanos e urbanos, reforçando a infância como receptáculo privilegiado desses ideais. Assim, a instituição escolar era interpretada como um dos principais signos da modernidade emergente.

A cultura escolar, segundo Oliveira (2012), abrangia não apenas o conjunto de normas e práticas transmitidas formalmente no espaço escolar, mas também ações públicas, como exposições de trabalhos manuais, comemorações cívicas e a prática do escotismo. Tais práticas

atuavam como mecanismos de disciplinarização da infância, promovendo a incorporação de valores sociais e políticos fundamentais para a formação do “bom cidadão” republicano.

Além disso, a autora destaca que a escola do início do século XX já não se restringia mais à função de instrução básica, transformando-se em espaço de produção de saberes, de ideologias e de comportamentos. Dessa forma, estava profundamente implicada na formação da identidade nacional e na legitimação do poder das elites locais. As instituições escolares eram projetadas, assim, como elementos centrais da modernização urbana e da diferenciação social, nas quais a infância era “modernizada” segundo os parâmetros republicanos e burgueses.

Instituições como o Patronato Agrícola Visconde da Graça desempenharam um papel fundamental na formação da infância pobre, indo além da simples capacitação profissional. Segundo Oliveira (2012), os jovens retratados nas imagens da época representavam de forma emblemática o ideário de formação cívica promovido por essas instituições. O Patronato, concebido como internato, incorporava em seu projeto pedagógico a criação de uma Escola de Escoteiros, cujo objetivo era moldar cívica e moralmente as crianças, preparando-as para uma vida de disciplina, patriotismo e inserção na sociedade republicana. Assim, mais do que formar trabalhadores, buscava-se civilizar e integrar socialmente os chamados “desvalidos”, oferecendo-lhes uma formação integral ancorada nos valores de ordem, higiene e cidadania.

A relação entre infância e instituições escolares, conforme analisada por Oliveira (2012), evidencia uma tensão intrínseca: se, por um lado, a escola pretendia formar cidadãos autônomos e preparados para a vida pública, por outro, exercia forte controle sobre os corpos e mentes infantis, estruturando comportamentos segundo padrões normativos de moralidade, disciplina e civismo. A infância, assim, era celebrada como promessa de modernidade, mas rigidamente regulada por práticas institucionais que buscavam eliminar desvios e garantir a reprodução das hierarquias sociais e dos valores dominantes.

Nesse sentido, Oliveira (2012) revela como as instituições escolares da Pelotas republicana foram fundamentais na constituição de uma infância socialmente visível e politicamente funcional, sintetizando as tensões entre modernização, controle social e construção de identidades coletivas. A infância, ao ser moldada dentro das instituições escolares, não apenas se apropriava de saberes e práticas modernas, mas também se tornava objeto de disputas simbólicas acerca do que significava ser um bom cidadão na jovem República brasileira.

Paralelamente, o discurso sanitarista emergente no início do século XX atravessava as práticas escolares, consolidando a infância como corpo vulnerável a ser higienizado, vigiado e

protegido. A presença de campanhas de higiene e de profissionais da saúde nas instituições reforçava o vínculo entre saúde física e moralidade cívica. A infância era representada como um organismo suscetível não apenas a doenças, mas também a influências morais danosas. Assim, o cuidado com o corpo infantil extrapolava a dimensão biomédica, assumindo contornos políticos e pedagógicos. A escola passava a ser também um “posto sanitário”, articulando o desenvolvimento saudável à conformação de comportamentos obedientes e produtivos.

Esses elementos evidenciam que, no contexto das instituições educativas da Primeira República, a infância era amplamente concebida como um tempo formativo e estratégico para a construção do cidadão ideal e da ordem social almejada. Nesse modelo, a criança era convocada a encarnar o futuro da nação, sendo moldada pelas instituições para perpetuar os ideais de civismo, patriotismo, higiene, disciplina e moralidade.

Os estudos analisados nesta seção indicam que as elites brasileiras, em sua tentativa de se afirmar como promotoras do progresso e da modernidade frente às demais camadas sociais, aderiram amplamente a discursos e práticas que simbolizavam o avanço civilizatório. Esse movimento se expressou tanto no investimento em uma educação moderna, que instruíra, higienizava e civilizava, quanto em ações filantrópicas e institucionais voltadas à legitimação de seu papel social. Como observa Lobato (2018), as instituições escolares se apropriaram de símbolos da modernidade para sustentar discursos de progresso urbano e eficiência administrativa.

As escolas buscavam projetar-se como vitrines da modernidade, tanto no plano interno quanto na esfera pública. Fotografias de cerimônias, eventos e práticas educativas eram amplamente divulgadas nos jornais da época, compondo uma narrativa que legitimava o prestígio dessas instituições e reafirmava seu papel na construção simbólica da nação. Nesse processo, as festas cívicas emergiam como eventos-chave, nos quais a escola se apresentava publicamente como espaço privilegiado de formação do novo cidadão republicano.

Ao analisar os estudos dedicados à Semana da Pátria nas últimas décadas, observa-se uma concentração no exame das primeiras décadas do século XX, evidenciando o esforço das instituições escolares em contribuir para a edificação simbólica da nação moderna, tanto no período republicano inicial quanto ao longo da chamada Era Vargas (1937–1945).

As produções acadêmicas analisadas também revelam a profunda interdependência entre as três categorias temáticas investigadas: “Festas”, “Educação Cívica” e “Instituições Escolares”. As festas cívicas, promovidas sistematicamente pelas escolas, não se limitavam a celebrações comemorativas; constituíam práticas performativas de afirmação da função social

da escola. Por meio do calendário escolar cívico, que homenageava datas e figuras históricas nacionais, as escolas reencenavam anualmente os valores cívicos e patrióticos que pretendiam inculcar nas novas gerações, reforçando a educação para a cidadania moldada pelos ideais republicanos.

Além das festividades, destacam-se as exposições escolares, de trabalhos manuais, artísticos e musicais, que reiteravam o ideal de uma educação integral e moralizadora. Essas atividades revelavam uma divisão de gênero evidente: às meninas cabiam os bordados e as costuras; aos meninos, as produções técnicas e artísticas. Tal diferenciação expressava concepções normativas sobre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, evidenciando como a educação cívica também operava como instrumento de reforço das hierarquias de gênero desde a infância.

A análise realizada também suscita questionamentos relevantes sobre o recorte temporal predominante nas pesquisas. Caso houvesse uma equivalência quantitativa entre os trabalhos voltados às categorias “Instituição” e “Educação Cívica”, seria possível aprofundar a investigação sobre as convergências e divergências entre os períodos históricos privilegiados. Tal análise comparativa poderia esclarecer se o Estado Novo permanece como o principal foco de tematização das festas escolares e de sua função ideológica, ou se outros contextos históricos também apresentam relevância.

A reflexão sobre as teses e dissertações publicadas na segunda década do século XXI e registradas na CAPES revela que as categorias “Festas”, “Educação Cívica” e “Instituição” seguem centrais na historiografia da educação brasileira. Essa recorrência indica que os projetos formativos da infância, especialmente aqueles articulados ao calendário escolar cívico, continuam mobilizando esforços acadêmicos, evidenciando o papel dessas práticas na construção da identidade nacional e da memória coletiva, ainda que permeadas por contradições e lacunas que exigem aprofundamento crítico.

A inter-relação entre essas três categorias é evidente: as festas cívicas reforçam os valores cívicos difundidos pelas práticas curriculares da educação cívica; esta, por sua vez, estrutura o currículo escolar e molda os comportamentos e emoções infantis; e as instituições escolares consolidam-se como espaços de produção, encenação e transmissão desses valores. O calendário comemorativo opera como um articulador simbólico entre essas esferas, servindo tanto às estratégias didáticas quanto às pedagogias nacionalistas. No entanto, persiste uma lacuna significativa no que se refere aos estudos voltados para a Semana da Pátria na região Norte do Brasil, o que limita a construção de uma leitura mais abrangente e plural sobre as

diversas formas de recepção, resistência ou ressignificação dessas práticas nas realidades regionais.

Conclui-se que festas cívicas, educação cívica e instituições escolares são dimensões intrinsecamente entrelaçadas no campo da História da Educação. A centralidade atribuída ao Estado Novo (1937–1945) e ao Regime Militar (1964–1985) nas análises indica que tais regimes foram particularmente eficazes em instrumentalizar a infância como dispositivo simbólico de poder. Ampliar as pesquisas, especialmente com foco em outras regiões e contextos escolares, como o Norte brasileiro, mostra-se fundamental para compreender, de modo mais abrangente e crítico, como essas práticas influenciaram e continuam influenciando a memória social e a formação da cidadania em diferentes momentos da história nacional.

2.2 Infância, cultura escolar e discursos ideológicos no regime militar

Durante o Regime Militar brasileiro, a infância e a cultura escolar foram mobilizadas como instrumentos centrais de reforço da ideologia dominante, em continuidade a processos iniciados ainda na Primeira República (Ribeiro, 2017; Silva, 2011). A escola consolidou-se como espaço estratégico de intervenção política, concebida não apenas para a transmissão de conteúdos acadêmicos, mas, sobretudo, para a consolidação do projeto de poder vigente, funcionando como aparelho de socialização ideológica.

Germano (1990) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que o regime investiu intensamente na construção de uma hegemonia cultural, indo além da coerção explícita. Nesse contexto, a escola passou a atuar como um dos principais aparatos de formação ideológica, promovendo o convencimento ativo das classes dominadas e moldando a consciência social desde a infância.

A infância, por sua plasticidade e abertura à formação de valores e subjetividades, foi eleita como campo privilegiado de intervenção estatal (Ribeiro, 2017; Siqueira, 2013). Crianças e jovens eram considerados sujeitos a serem moldados conforme os valores desejados pelo Estado, em um processo voltado à reprodução da ordem social e política estabelecida. A formação da consciência do “pequeno cidadão” era parte essencial desse projeto autoritário (Ribeiro, 2017, p. 163).

O controle cultural e educacional, como destaca Germano (1990), ultrapassava os limites do aparato repressivo, estruturando-se como estratégia de interiorização da ideologia dominante. Coerção e consenso articulavam-se na sociedade civil, fazendo da educação pública

um dos principais meios de formação de subjetividades alinhadas ao regime.

Nesse contexto, a Educação Moral e Cívica ganhou centralidade como disciplina obrigatória (Silva, 2015). Longe de se limitar a uma disciplina comum, ela se configurava como doutrina de formação cívica voltada à segurança nacional (Abreu; Inácio Filho, 2006). Buscava-se, por meio dela, inculcar valores de disciplina, patriotismo e obediência, atualizando práticas de controle social utilizadas em períodos anteriores, como no Estado Novo (Otto, 2012).

A cidadania idealizada era tutelada, voltada à aceitação acrítica da ordem estabelecida e à adesão ao ideário de Brasil potência. A escola atuava como irradiadora de valores cívico-militares por meio de práticas como desfiles, celebrações nacionais, homenagens a heróis históricos e controle disciplinar rigoroso (Ribeiro, 2017; Silva, 2015). Essas práticas escolares não apenas visavam a formação de comportamentos, mas também a internalização de valores morais, como disciplina, ordem e obediência. Desvios eram punidos de forma exemplar, enquanto boas ações eram amplamente valorizadas.

O nacionalismo e o patriotismo eram disseminados por meio de conteúdos escolares, rituais cívicos e atividades performáticas, consolidando a militarização simbólica da infância⁷ (Oliveira, 2012). A escola socializava politicamente, promovendo identidades compatíveis com os ideais do regime. Santos (2009) complementa essa análise ao demonstrar que os livros didáticos de Educação Moral e Cívica reforçavam conceitos como família, pátria e religião, consolidando visualmente os valores propagados pelo regime de forma aparentemente neutra e naturalizada.

O culto aos símbolos pátrios, bandeira, hino nacional e figuras históricas, era promovido como parte do currículo escolar, reforçando a memória histórica seletiva e o nacionalismo alinhado ao projeto autoritário (Otto, 2012; Ribeiro, 2017; Silva, 2011; Cordeiro, 2012). As festas escolares reafirmavam os valores de ordem, trabalho e progresso, ajustando-se aos interesses ideológicos de cada governo (Ribeiro, 2017; Silva, 2015).

A associação entre educação, modernização e progresso também foi estruturante. A escola primária buscava formar um povo instruído e leal à pátria, retomando ideais desde a

⁷ A militarização da infância refere-se ao processo pelo qual crianças e adolescentes são incorporados, direta ou indiretamente, a práticas, valores e símbolos ligados ao universo militar, moldando suas subjetividades a partir de ideais como disciplina, hierarquia, obediência e nacionalismo. Este fenômeno se manifesta tanto em contextos formais, como a presença de programas de formação cívico-militar nas escolas, quanto em práticas sociais mais amplas, como celebrações cívicas, festas patrióticas e representações midiáticas que exortam a figura do “pequeno soldado” como modelo de cidadania. Na perspectiva crítica, a militarização da infância é vista como uma estratégia de controle social, que visa produzir sujeitos alinhados a projetos políticos de fortalecimento do Estado e da ordem social vigente, limitando a diversidade de expressões infantis e impondo padrões rígidos de comportamento e pensamento (Oliveira, 2012).

Primeira República (Lopes, 2018; Maia, 2012). Virtudes como solidariedade, honestidade e respeito eram promovidas, em continuidade a práticas de formação moral presentes nas Ligas de Bondade (Otto, 2012).

A cultura escolar foi profundamente reconfigurada para atender aos interesses do regime autoritário. A escola, que poderia ser um espaço de produção cultural autêntica e plural, passou a reproduzir uma ideia de modernidade atrelada à manutenção do status quo (Barroso, 2013). Parcerias como a firmada entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) contribuíram para remodelar o sistema educacional brasileiro segundo diretrizes externas, distantes das realidades e das necessidades locais.

Nesse ambiente de controle e padronização, propostas pedagógicas inovadoras e libertadoras, como as Escolas-Parques de Anísio Teixeira e a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, foram duramente reprimidas (Silva, 2014). A liberdade de pensamento, de expressão e de organização deu lugar a um modelo educacional orientado à obediência, à ordem e à reafirmação dos valores instituídos pelo regime. A escola foi convocada a silenciar a diversidade e a reafirmar uma única voz: a do Estado autoritário.

O calendário escolar tornou-se, nesse contexto, uma ferramenta estratégica de controle social. Por meio da seleção de datas comemorativas e memórias a serem celebradas, o poder moldava simbolicamente o passado e o presente (Ribeiro, 2017; Itaborahy, 2018). Festas escolares, embora revestidas de ludicidade, ocultavam intenções políticas mais profundas (Silva, 2015). A organização de desfiles, exposições e atividades escoteiras veiculava uma imagem de civilização e progresso moldada por ideais eurocêntricos (França; Lobato; Nery, 2018). Nesse cenário, até os elementos mais visíveis da escola, sua arquitetura, os uniformes, os livros, tornavam-se parte de uma estética de poder que disfarçava a violência simbólica instaurada pelo regime.

A instrumentalização da educação também se refletia nas práticas pedagógicas mais cotidianas. A organização do ensino em torno de um calendário cívico rígido transformava a rotina escolar em um ritual de conformidade. O aluno, reduzido a um recipiente passivo, encontrava pouco espaço para questionar, dialogar ou exercer pensamento crítico. A sala de aula deixava de ser lugar de troca e construção coletiva para tornar-se um ambiente de reprodução de normas e valores inquestionáveis.

Esse processo também se entrelaçava com as expectativas de gênero atribuídas às crianças. A educação cívica perpetuava a separação de funções: aos meninos cabia a formação

para a liderança, o combate e a defesa da pátria; às meninas, a preparação para a moralidade, o cuidado e a vida familiar (Proença, 2017). As atividades escolares reforçavam esses papéis de forma sistemática, colaborando para a manutenção de uma sociedade hierarquizada não apenas politicamente, mas também nas relações de gênero.

Mesmo quando não tematizada de forma explícita, a cultura material escolar revelava-se um componente ativo na legitimação simbólica do regime. Como destaca Otto (2012), a estética dos prédios escolares, os uniformes impecáveis, os materiais ilustrados com símbolos patrióticos e os livros didáticos não eram meramente decorativos: compunham um cenário cuidadosamente planejado para reforçar visualmente os valores autoritários. A escola, em sua materialidade, ensinava tanto pelas palavras quanto pelos espaços que organizava, pelos gestos que ritualizava e pelas imagens que reiterava cotidianamente.

Esses elementos, ainda que nem sempre enfatizados nos textos analisados, demonstram como a cultura escolar foi esteticamente mobilizada para expressar uma adesão a ideais de modernidade e progresso. A arquitetura monumental, os uniformes padronizados e os conteúdos didáticos compunham uma linguagem silenciosa, mas poderosa, que mascarava a repressão e ajudava a consolidar uma cultura escolar afinada com os princípios do regime.

Nesse mesmo movimento, os meios de comunicação exerceram um papel complementar e estratégico. Rádio, jornais e televisão reforçavam continuamente a identidade nacionalista, promovendo a exaltação do patriotismo como valor essencial à cidadania (Silva, 2015; Ribeiro, 2017). Dentro das escolas, essa lógica encontrava expressão nas cerimônias públicas. A participação estudantil em desfiles cívico-militares, por exemplo, evidenciava o caráter performático da educação naquele período. Marchando em uniformes, as crianças encenavam, com seus corpos, a missão civilizatória atribuída à escola, convertida em palco de reafirmação ideológica (Cordeiro, 2012). Relatos e registros apontam ainda que os dados escolares eram frequentemente ajustados ou “embelezados”, com o intuito de reforçar a imagem de uma instituição eficaz e funcional (Otto, 2012).

As pesquisas analisadas indicam que a infância foi concebida como território fértil para a intervenção do Estado. Sua plasticidade simbólica tornava-a especialmente sensível à modelagem de comportamentos, emoções e valores disciplinados e hierarquizados (Siqueira, 2013). A escola, nesse contexto, atuava como um dos principais instrumentos políticos para formar sujeitos conformados com a ordem vigente (Ribeiro, 2017; Cordeiro, 2012).

Essa moldagem da infância não era apenas normativa, mas profundamente simbólica. Buscava-se homogeneizar disposições morais e comportamentais, formando uma consciência

coletiva disciplinada e alinhada ao projeto nacionalista (Proença, 2017; Otto, 2012; Ribeiro, 2017). A escola assumia, assim, a missão de “conformar mentalidades” (Otto, 2012), promovendo condutas previsíveis e obedientes, como também ressalta Silva (2015).

Contudo, os estudos também lançam luz sobre as frestas e tensões desse processo. Itaborahy (2018) observa que o engajamento das famílias nas propostas escolares nem sempre era pleno, revelando zonas de resistência, silêncio ou receio, sobretudo em um ambiente marcado pela vigilância constante. Maia (2012) chama atenção para a importância de se adotar uma leitura crítica das fontes históricas, lembrando que toda produção está atravessada por escolhas interpretativas e disputas de sentido. Complementando essa visão, Cordeiro (2012) reflete sobre a memória social da ditadura, pontuando que apoios, resistências e indiferenças coexistiram de forma ambígua e complexa no cotidiano das instituições escolares.

Diante disso, compreender a instrumentalização da cultura escolar e da infância durante o regime militar torna-se essencial para decifrar a complexa rede de relações entre educação, ideologia e poder. Longe de funcionar como um espaço neutro, a escola foi central na consolidação do projeto autoritário, operando como um veículo eficaz de interiorização dos valores que sustentaram o regime.

Em síntese, o mapeamento e a análise da produção acadêmica sobre a infância nas comemorações cívicas escolares revelam a centralidade da escola e dos rituais cívicos na formação de subjetividades ajustadas aos projetos políticos de cada período histórico. A infância, longe de constituir um espaço neutro de socialização, foi apropriada como categoria estratégica de intervenção ideológica, mediada por discursos que naturalizavam valores de obediência, civismo e patriotismo.

Além disso, a persistente invisibilização da região Norte nos estudos historiográficos evidencia as desigualdades epistêmicas ainda presentes na produção acadêmica brasileira. Essa lacuna reforça a urgência de pesquisas que contemplem a diversidade geográfica e cultural do país, ampliando as possibilidades de compreensão sobre as múltiplas formas de recepção, resistência e reinvenção das práticas escolares.

Por fim, ao considerar essas articulações entre infância, memória nacional e práticas escolares, torna-se imprescindível aprofundar a análise dos mecanismos simbólicos que, em distintos contextos históricos, contribuíram para a construção de um imaginário patriótico disciplinador. A seguir, discutiremos como a cultura escolar, a mídia impressa e as práticas cívicas foram mobilizadas, especialmente durante o Regime Militar, para consolidar visões homogêneas de nação e cidadania, moldando corpos, afetos e subjetividades desde a infância.

2.3 Infância, imprensa e civismo: o imaginário patriótico durante o Regime Militar

Durante o Regime Militar brasileiro, os meios de comunicação, especialmente os jornais, desempenharam papel crucial na legitimação do poder e na difusão de uma ideologia baseada na ordem, disciplina e civismo. Como ressalta Barros (2019), os jornais não atuavam como agentes neutros; eram produtos ideológicos que refletiam e moldavam os significados sociais e políticos de seu tempo. Sua estrutura editorial carregava intencionalidades discursivas, revelando escolhas narrativas e silenciamentos estratégicos que participavam ativamente da construção simbólica da realidade. Assim, mais do que registrar fatos, os periódicos operavam como instrumentos de memória coletiva e de modelagem ideológica, naturalizando valores e representações de mundo que serviam aos interesses dominantes.

Durante a ditadura militar, a infância foi concebida como um projeto educativo estratégico, articulado aos ideais de desenvolvimento, progresso e ordem nacional. A lógica autoritária do regime não se restringiu ao campo político-institucional, mas adentrou os espaços educativos, como a escola e a família, transformando-os em aparatos de difusão de valores moralizantes e normativos. A repressão e o silenciamento, presentes no cotidiano escolar, não operavam apenas como proibição, mas como pedagogia do medo, pautada na disciplina, na obediência e na vigilância moral. Nesse contexto, a infância tornou-se uma categoria funcional à política de Estado, modelada segundo ideais de pureza, patriotismo e submissão, ocultando a pluralidade das infâncias existentes no país (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023).

Conforme Bakhtin (2011), o discurso social é sempre resultado da interação dialógica entre diversas vozes sociais. No contexto do Regime Militar, a imprensa, embora inserida nesse campo polifônico, operou uma hierarquização das vozes, amplificando aquelas alinhadas ao projeto estatal e silenciando perspectivas dissidentes. O discurso midiático em torno da infância e do civismo constituiu-se, portanto, como espaço de disputa simbólica, mas sob forte controle ideológico.

Embora a análise detalhada do *layout* das matérias, como o tamanho das manchetes ou a localização das imagens, não tenha sido explorada em profundidade pelos autores do Estado do Conhecimento, há indícios de que desfiles e eventos cívicos recebiam destaque visual nas edições. Otto (2012), ao estudar o uso de imagens nas Ligas de Bondade, demonstra que os aspectos gráficos atuavam como discursos visuais ideológicos, absorvidos pelas crianças e incorporados ao seu *habitus*. Isso sugere que, durante o Regime Militar, as imagens de crianças uniformizadas, empunhando bandeiras ou entoando hinos, não apenas ilustravam eventos, mas integravam a estratégia de inculcação simbólica promovida pelo Estado.

De acordo com a concepção bakhtiniana de que todo enunciado é ideológico (Bakhtin, 1992; Brait, 1996), as imagens, narrativas e relatos jornalísticos da época constituíam enunciados atravessados por valores que visavam legitimar o projeto político autoritário. A imprensa, conforme Silva (2018), atuava como espaço de produção de significados autorizados, impondo sentidos que moldavam as percepções sociais, especialmente em contextos de repressão política.

Nesse sentido, Ribeiro (2017) destaca que os periódicos selecionavam o que deveria ser lembrado ou esquecido, moldando memórias e identidades a partir de representações simbólicas alinhadas ao poder. A construção da notícia não era neutra: ela revelava motivações políticas, atuando na orientação da memória social.

Nesse cenário, o processo de mediatização, como descrito por Silva (2012), tornou-se central. Os meios de comunicação não apenas intermediavam relações sociais, mas também reconfiguravam os modos de interpelação dos sujeitos, atribuindo novos sentidos à realidade e operando transformações simbólicas de acordo com os interesses políticos. As escolas, especialmente, tornaram-se alvos privilegiados desse projeto: a instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica integrava o esforço de socialização política da infância, orientando a formação de mentalidades ajustadas à lógica da ordem e do civismo autoritário.

As análises de Silva (2018) permitem perceber que o modelo de sujeito promovido pelo regime militar estava fortemente ligado à valorização da disciplina, da obediência e do patriotismo, valores incorporados como pilares da formação social por meio da atuação conjunta da escola e da mídia. Esses espaços, mais do que transmissores de conhecimento ou informação, funcionaram como engrenagens importantes na difusão da ideologia do regime. Nesse sentido, a escola, assim como a imprensa, pode ser compreendida como parte dos chamados aparelhos ideológicos do Estado, conceito desenvolvido por Althusser (1970) para descrever instituições que atuam na reprodução das ideias dominantes e na formação de sujeitos adaptados à lógica do poder vigente.

No caso da ditadura civil-militar brasileira, a educação escolar foi moldada para cumprir esse papel estratégico. Através de práticas cotidianas, conteúdos curriculares e rituais cívicos, buscou-se formar crianças e jovens que incorporassem os valores do nacionalismo, da hierarquia e da ordem social. Essa ação não se dava pela imposição direta da força, mas pela construção de um consenso em torno de certos modos de ser e de viver, naturalizados por meio de práticas escolares e discursos midiáticos. Althusser (1970) explica que esse processo ideológico se efetiva quando os indivíduos, ao se reconhecerem nos valores e normas

divulgados por esses aparelhos, passam a reproduzi-los como se fossem escolhas próprias, sem perceber que estão, na verdade, respondendo às exigências do sistema dominante.

As comemorações de datas nacionais, como a Semana da Pátria, foram amplamente utilizadas para esse fim. Mais do que eventos festivos, constituíam-se como instrumentos pedagógicos e políticos voltados à produção de identidades patrióticas. A imprensa regional, especialmente o jornal *O Liberal*, desempenhou papel relevante nesse processo ao divulgar com destaque as festividades escolares, os desfiles e as performances infantis nas ruas. Ao tornar visível esse tipo de infância, alinhada aos ideais do regime, a mídia reforçava a imagem de uma nação coesa, ordeira e disciplinada, ao mesmo tempo em que silenciava outras experiências e formas de existência infantil, particularmente aquelas não encaixadas nesse modelo.

Importa destacar que a encenação da infância nos desfiles cívicos, exaltada de forma laudatória pela imprensa (Bencostta, 2006), não se limitava a uma celebração festiva. Apresentadas como emblemas da ordem, da disciplina e do patriotismo, as crianças encarnavam os valores que o Estado desejava difundir socialmente. A organização estética e o caráter ritualizado dessas celebrações produziam um espetáculo que ultrapassava o visual. Era também uma forma de pedagogia política, que buscava inscrever nos corpos infantis, e, por consequência, no imaginário coletivo, uma ideia homogênea e idealizada de nação.

Esse processo pode ser compreendido como parte do funcionamento dos aparelhos ideológicos do Estado, tal como proposto por Althusser (1970). A escola, ao organizar os desfiles, e a mídia, ao noticiá-los de maneira laudatória, atuavam juntas na difusão da ideologia dominante. Essa articulação conferia legitimidade às práticas cívicas e convertia os corpos infantis em suportes simbólicos do projeto autoritário. Nesse contexto, não apenas um espetáculo visual, mas também um efeito de monologização discursiva, tal como propõe Bakhtin (2002), quando apenas uma perspectiva é autorizada a circular, silenciando a diversidade de vozes sociais. Nas palavras do autor:

[...] A consciência criadora, durante a monologização, completa-se com palavras anônimas. [...] Com frequência, a consciência monologizada [...] personaliza as palavras do outro, tornadas vozes do outro anônimas, na forma de símbolos especiais: ‘voz da própria vida’, ‘voz da natureza’, ‘voz do povo’, ‘voz de Deus’ (Bakhtin, 2002, p. 406, grifos do autor).

Nos desfiles escolares, essa “voz autorizada” se expressava na harmonia dos cantos, nos movimentos sincronizados e no uso de símbolos nacionais. Tudo era cuidadosamente coreografado para comunicar uma ideia de unidade nacional. A cobertura midiática, por sua vez, reforçava essa construção ao relatar os eventos com ênfase no civismo e na emoção

patriótica, apagando qualquer traço de conflito, diversidade ou resistência. Como aponta Silva (2011), a imprensa fornecia elementos retóricos e visuais que reafirmavam os fundamentos cívicos do regime, apresentando os desfiles como manifestações espontâneas de amor à pátria. Assim, os jornais não apenas narravam os acontecimentos, mas contribuíam ativamente para orientar o pensamento nacional, promover sentimentos patrióticos e alinhar o discurso social ao projeto político do Estado. A escola e a mídia, portanto, agiam de forma articulada para produzir uma infância que incorporasse, representasse e reforçasse os valores desejados pela ideologia dominante.

O tom ufanista adotado pelos veículos de comunicação era amplificado por políticos e autoridades locais, como destaca Ribeiro (2017), conferindo maior alcance às ações governamentais. A cobertura jornalística não se limitava à descrição dos eventos: ela ajudava a construir uma narrativa de unidade e orgulho nacional, reforçando o imaginário social desejado pelo regime.

As matérias destacavam a inclusão de estudantes nas programações oficiais, evidenciando o esforço de incorporação dos valores cívicos desde a infância. Detalhes sobre a participação das crianças iam muito além da simples presença nos eventos cívicos: elas eram cuidadosamente orientadas e ensaiadas para realizar saudações e adotar posturas específicas, conferindo a cada gesto uma significação patriótica. A voz e os movimentos sincronizados de milhares de crianças eram mobilizados para imprimir no imaginário popular os signos, as formas e os anseios do Estado, buscando incutir o gosto pelos seus ideais e consolidar o apoio aos seus objetivos. A música e a coreografia coletiva reforçavam essa dinâmica, atuando como instrumentos de unificação dos sentimentos pátrios e de internalização dos valores nacionais.

Embora a descrição mais detalhada dessas práticas remonte ao Estado Novo, a consonância entre as propostas de educação cívica desse período e as implementadas durante o Regime Militar evidencia a continuidade de estratégias simbólicas, promovidas e amplificadas pela imprensa sob controle estatal (Silva, 2011; Ribeiro, 2017).

No âmbito regional, estudos como os de Silva (2012) e Pinheiro (2013) revelam que a imprensa paraense historicamente operou como espaço de legitimação de valores políticos dominantes. Silva (2012), ao analisar o jornal *O Liberal*, demonstra que os meios de comunicação constroem narrativas por meio da seleção de fatos, da inserção de fontes autorizadas, como autoridades e especialistas, e do uso de uma linguagem carregada de ideologia. Essas estratégias discursivas, segundo a autora, produzem sentidos socialmente

reconhecidos como legítimos, promovendo leituras específicas da realidade em consonância com os interesses que se deseja reforçar.

De modo semelhante, Pinheiro (2013), ao estudar os periódicos *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, ambos do início do século XX, identifica como os impressos da época participaram da consolidação de uma imagem idealizada da infância e da escola, associando-as a valores como ordem, moralidade e civilização. Esses estudos contribuem para compreender que a imprensa regional, longe de se limitar ao registro factual dos acontecimentos cotidianos, funcionava como espaço privilegiado de elaboração simbólica, no qual circulavam discursos que buscavam orientar a opinião pública e reforçar visões de mundo coerentes com os projetos políticos então em curso.

O papel das imagens jornalísticas, como destaca Silva (2018), também é decisivo. Longe de exercerem função meramente ilustrativa, as imagens operavam como discursos visuais impregnados de forte carga simbólica. No contexto da imprensa regional, as fotografias eram mobilizadas para reforçar narrativas de ordem, civismo e patriotismo, intensificando a espetacularização de eventos escolares e cívicos. A presença estratégica de crianças uniformizadas, bandeiras nacionais e demais símbolos pátrios nas fotografias dos jornais contribuía para a construção visual de uma pedagogia cívica, naturalizando os valores do regime junto ao público leitor.

Nesse ponto, é possível ampliar a reflexão a partir de Bakhtin. Para o autor, o discurso não é um reflexo neutro da realidade, mas uma arena de disputa ideológica onde diferentes vozes sociais se cruzam, se enfrentam e, por vezes, se silenciam. O discurso jornalístico, no contexto do Regime Militar, encenava uma aparente unidade nacional e cívica ao articular texto, imagem e performance corporal da infância em um enunciado carregado de valores. Segundo Bakhtin (2003), mesmo nos discursos mais controlados subsistem brechas, silêncios e tensões que escapam ao projeto de domínio total. Portanto, é possível reconhecer que, mesmo na narrativa unívoca promovida pela imprensa, havia resquícios de contradições sociais e possibilidades de resistência simbólica.

A voz infantil, o gesto ensaiado e o olhar captado pelas lentes dos fotógrafos compunham o que Bakhtin (2011) compreende como signo ideológico: uma materialidade carregada de valores sociais e históricos. A criança desfilando, nesse sentido, torna-se o emblema visível de um projeto de nação, não apenas representando o futuro, mas sendo moldada para garantir a continuidade do presente ideológico. A palavra, a imagem e o corpo

infantil eram mobilizados para instaurar um efeito de monologização discursiva, no qual apenas uma perspectiva era autorizada a circular, silenciando a multiplicidade de vozes sociais.

Durante o Regime Militar, essa lógica de utilização da mídia adquire contornos ainda mais agudos, particularmente no campo educacional. Embora Silva (2018) não tenha investigado diretamente o período da ditadura, sua análise sobre a cobertura midiática da violência escolar permite perceber como os discursos jornalísticos mobilizam dispositivos simbólicos historicamente construídos, incluindo valores como disciplina, autoridade e ordem, elementos constitutivos do imaginário cívico moldado nos anos de autoritarismo. A autora observa que tais representações não apenas rememoram práticas discursivas do passado, mas também as atualizam, reafirmando lógicas de repressão e controle social.

Nesse sentido, a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica durante o regime deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de formação de subjetividades ajustadas à doutrina da Segurança Nacional. A escola tornou-se um espaço privilegiado para a consolidação de valores considerados essenciais à manutenção da ordem, como o civismo, o patriotismo e a obediência à autoridade. Silva (2018) assinala que a linguagem e a retórica empregadas pela imprensa mantêm vínculos com essa tradição discursiva, reforçando padrões normativos e defendendo soluções educativas pautadas na disciplina e na hierarquia escolar.

Por fim, o recurso contínuo, mesmo em tempos democráticos, à memória simbólica de práticas pedagógicas associadas ao regime militar revela a persistência de um imaginário social estruturado sob os princípios da ordem, do progresso e da vigilância. Ao analisar as formas de retratação da violência escolar pela imprensa, Silva (2018) evidencia a revalorização dos métodos autoritários do passado como resposta às crises do presente, revelando a permanência de discursos educativos impregnados por uma lógica disciplinadora de matriz histórica.

As comemorações de datas nacionais foram amplamente utilizadas como estratégias simbólicas para a construção de uma cultura cívica durante o Regime Militar. Embora os documentos analisados não se concentrem especificamente nos desfiles escolares desse período, os estudos de Silva (2018) evidenciam que jornais regionais, como *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, já no início do século XX, atuavam como veículos de promoção da instrução moral e cívica. Nessas publicações, identifica-se o uso reiterado de símbolos nacionais (como bandeiras, hinos e brasões) empregados como recursos de legitimação dos valores republicanos, demonstrando o papel da imprensa na naturalização de práticas patrióticas e nacionalistas (Silva, 2018, p. 68-70). Essa análise, embora centrada na Primeira República, permite compreender a lógica de atuação da mídia em favor de projetos de formação cidadã

alinhados ao Estado, lógica essa que se reproduz em distintos períodos da história brasileira, incluindo o Regime Militar.

No que tange ao papel da imprensa regional na produção e circulação de sentidos, os estudos de Pinheiro (2013) e Silva (2012) são fundamentais para compreender as estratégias discursivas adotadas pelos jornais locais. Pinheiro (2013), ao analisar o periódico *A Província do Pará*, evidencia como a construção de uma imagem idealizada da infância e da escola foi operada por meio de escolhas editoriais que associavam essas figuras a valores como civilidade e progresso. Já Silva (2012), ao investigar o jornal *O Liberal*, demonstra que a seleção dos fatos, a escolha das fontes e a estruturação narrativa não ocorrem de forma neutra, mas constituem práticas que operam como mecanismos de agendamento e legitimação ideológica.

A autora observa que “[...] a narrativa jornalística é composta por falas que legitimam os sentidos produzidos” (Silva, 2012, p. 102), sendo essas “falas convidadas” atribuídas a figuras de autoridade, como especialistas e gestores públicos. Dessa forma, compreende-se o jornal não como sujeito que impõe sentidos, mas como espaço discursivo onde diferentes vozes disputam visibilidade, e onde determinadas versões da realidade ganham força em detrimento de outras, a depender das relações de poder e das escolhas editoriais implicadas.

Como observa Brait (1997), o processo de circulação dos discursos na sociedade interfere ativamente na ressignificação dos sentidos. No âmbito da imprensa regional paraense, identificam-se reformulações dos discursos cívicos promovidos nacionalmente, adaptados às especificidades locais. Esse movimento revela que, embora pautados por diretrizes nacionais, os enunciados regionais também traduziam interesses políticos, culturais e identitários próprios, compondo uma dinâmica de produção de sentidos que ultrapassava a mera reprodução.

Silva (2012) também ressalta que o discurso jornalístico ultrapassa seu significado literal, adquirindo novos sentidos no contexto da tessitura discursiva ao afirmar que “[...] o discurso jornalístico é um espaço de produção, circulação e recepção de sentidos” (Silva, 2012, p. 111). Esse fenômeno manifesta-se, por exemplo, na elaboração de manchetes que valorizam ou criminalizam determinados sujeitos sociais. Embora seu estudo se concentre no tema da violência escolar, os mecanismos descritos, como a espetacularização da notícia e a seletividade na cobertura, são aplicáveis a distintos contextos históricos e políticos, incluindo o período do Regime Militar.

Complementando essa perspectiva, Marques (2008) argumenta que o discurso jornalístico é essencialmente um relato de acontecimentos recentes, configurado como notícia e disseminado no cotidiano por meio de diferentes dispositivos de informação. Trata-se de um

produto de um processo social de construção da realidade, orientado por condições factuais, bem como por regras e convenções narrativas, desde normas sintáticas e semânticas até princípios ético-pragmáticos. Essas estruturas sustentam o chamado “contrato de leitura” (p.02) entre o jornalista e o público leitor, ancorado no princípio da veracidade. Esse princípio legitima o discurso jornalístico como forma de conhecimento suscetível à sistematização, análise e verificação. Assim, a busca pela verdade e a apresentação de uma narrativa fundada na legitimidade são pilares na configuração do discurso jornalístico, estabelecendo sua credibilidade perante o leitor.

De acordo com Bakhtin (2011), em contextos de dominação ideológica, o discurso autoritário se impõe como a única fonte legítima de sentido, restringindo o diálogo e anulando a pluralidade de vozes sociais. Durante o Regime Militar, a construção midiática da infância cívica e do patriotismo obediente reflete essa lógica: ao promover a imagem do “bom cidadão”, disciplinado, submisso e devoto ao Estado, a imprensa exercia uma função de controle simbólico, apagando ou marginalizando interpretações alternativas da infância e da cidadania. Assim, o discurso jornalístico operava como mecanismo de consolidação da autoridade estatal no imaginário social, instaurando uma narrativa única e excludente.

Quanto aos recursos visuais, Silva (2018) observa que as imagens publicadas pelos jornais constituem uma linguagem própria, funcionando como parte essencial da tessitura discursiva dos periódicos. As imagens, segundo a autora, possuem um “aspecto gráfico presente” e atuam como uma “espécie de discurso” (Silva, 2018, p. 71), complementando e, por vezes, reinterpretando os textos escritos, contribuindo assim para a produção e a circulação de sentidos. A presença ou ausência de determinados elementos visuais influencia diretamente a recepção das matérias, indicando o grau de importância atribuído aos acontecimentos.

Essas imagens carregam intensa carga simbólica e ideológica. No contexto da imprensa regional, estamos falando em jornais como *O Liberal*, sua função extrapolava o registro documental dos eventos, operando como instrumento de formação da opinião pública. Conforme destaca Silva (2018), a espetacularização dos fatos era intensificada pelo uso estratégico de fotografias que reforçavam narrativas de ordem, disciplina e civismo. No caso específico da cobertura de eventos escolares, como desfiles e comemorações cívicas, mesmo que os documentos analisados não enfoquem diretamente o período do Regime Militar, o uso recorrente de imagens de crianças uniformizadas, bandeiras nacionais e autoridades escolares em jornais da Primeira República já ilustrava o papel ativo da imprensa na construção visual de uma pedagogia cívica (Silva, 2018).

A partir da concepção bakhtiniana de que todo enunciado é ideologicamente orientado (Bakhtin, 2011; Brait, 1997), é possível compreender que as imagens de crianças uniformizadas, as descrições de desfiles cívicos e a exaltação de símbolos nacionais publicadas nos jornais não se limitavam a registros factuais. Tratava-se de enunciados carregados de valores, articulados intencionalmente para a produção de sentidos que legitimavam o projeto político do Regime Militar, naturalizando práticas autoritárias sob a aparência de civismo e patriotismo.

Essa visualidade não era neutra. Ao dialogar com os textos jornalísticos, as fotografias ampliavam sua força persuasiva e emocional, atuando como elementos estruturantes da narrativa (Silva, 2012). Essa lógica, presente em diferentes períodos históricos, revela como os recursos visuais foram sistematicamente mobilizados para reforçar ou naturalizar determinadas interpretações da realidade social, alinhadas aos interesses dominantes.

Assim, as matérias jornalísticas no contexto do Regime Militar não podem ser compreendidas apenas como registros de eventos escolares ou cívicos, mas devem ser interpretadas como instrumentos de ação política. A imprensa, especialmente a regional, atuava como parceira do Estado na legitimação de sua ideologia, moldando o imaginário coletivo por meio de discursos cuidadosamente articulados e imagens estrategicamente produzidas. A educação cívica, nesse contexto, extrapolava os limites das salas de aula: era amplamente publicizada, ritualizada e reforçada nas páginas dos jornais, transformando a infância em vitrine simbólica da nação que o regime desejava construir.

Em síntese, as matérias jornalísticas durante o Regime Militar, assim como em outros períodos com projetos semelhantes, não se limitavam a funções informativas. Eram, de fato, ferramentas ativas, controladas pelo Estado, destinadas à difusão da ideologia cívico-patriótica, moldando a mentalidade da população, especialmente da juventude, por meio da cobertura estratégica e enaltecida de eventos como desfiles escolares, promoção de símbolos nacionais e difusão de valores como ordem, disciplina e patriotismo. Embora a análise detalhada de elementos específicos de *layout* ou manchetes ainda careça de aprofundamento, as fontes indicam claramente que o aspecto imagético e as estratégias discursivas constituíram componentes fundamentais da ação midiática ideológica promovida naquele contexto.

BRASILEIROS
SECULT - SECRETARIA DE ESTADO DA
CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ
"TANCREDO NEVES"
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ
BELÉM - PARÁ - BRASIL

O LIBERAL

1 SETEMBRO A 31 OUTUBRO

1970

ANNO XXII

Nº 6120 A 6197

**III ANÁLISE TEMÁTICA E DISCURSO
JORNALÍSTICO: INVESTIGANDO SIGNOS
IDEOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA
NA SEMANA DA PÁTRIA NA DÉCADA DE 1970**

III ANÁLISE TEMÁTICA E DISCURSO JORNALÍSTICO: INVESTIGANDO SIGNOS IDEOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA SEMANA DA PÁTRIA NA DÉCADA DE 1970

Esta seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, detalhando as opções epistemológicas e teóricas que orientam a análise das capas do jornal *O Liberal* durante a década de 1970, especialmente no mês de setembro, período marcado pelas festividades da Semana da Pátria. A investigação ancora-se em uma abordagem qualitativa de natureza documental e interpretativa, assumindo o princípio de que toda produção discursiva é atravessada por intencionalidades, relações de poder e disputas de sentido. Tal perspectiva inscreve-se no campo da História da Educação com base em pressupostos da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, especialmente na concepção de signo ideológico, e dialoga com aportes da análise do discurso e da análise temática, de modo a capturar a complexidade simbólica e política que envolve as representações da infância em contextos cívico-escolares.

O *corpus* da pesquisa é composto por capas selecionadas do jornal *O Liberal*, veiculadas no mês de setembro entre os anos de 1970. Essas capas foram sistematicamente organizadas por meio da técnica do inventário, que, conforme discutido na seção anterior, constitui um instrumento técnico-metodológico de sistematização e controle epistemológico do acervo documental. O inventário foi elaborado como etapa pré-analítica, permitindo a identificação de recorrências visuais e textuais, a organização do material em categorias provisórias e a construção de um panorama inicial das práticas cívico-escolares vinculadas às representações da infância.

Em seguida, com base na sistematização proporcionada pelo inventário, foi adotada a Análise Temática (AT), conforme proposta por Braun e Clarke (2006), compreendida como um método flexível, porém comprometido com o rigor analítico, voltado à identificação, interpretação e problematização de padrões de sentido em dados qualitativos. A AT permite evidenciar como determinados temas emergem das fontes documentais e se articulam a discursos hegemônicos sobre a infância, o civismo, a nação e a escola. Nesse processo, foram mobilizadas categorias analíticas derivadas tanto da leitura exploratória das fontes quanto do referencial teórico que sustenta esta investigação.

Assim, a análise empreendida nesta seção busca revelar os signos ideológicos mobilizados na produção do discurso jornalístico durante a Semana da Pátria, compreendendo a infância como metáfora da nação, corpo disciplinado e agente de coesão simbólica. Ao identificar padrões visuais e temáticos nas capas do jornal, pretende-se compreender as

estratégias de comunicação utilizadas para legitimar um projeto político-pedagógico pautado pela exaltação patriótica, pelo controle social e pela construção de identidades infantis alinhadas aos ideais da ordem e da obediência.

3.1 O inventário como instrumento técnico-metodológico: fundamentos, modos de fazer e possibilidades analíticas

Nesta seção, apresento o inventário como ferramenta metodológica adotada no escopo desta investigação, explicitando seus fundamentos teóricos, modos de elaboração e potencialidades analíticas. Com base em contribuições oriundas dos campos da arquivologia e da História da Educação, o inventário é compreendido não apenas como um recurso de organização e sistematização documental, mas como um instrumento de análise preliminar e de controle epistemológico do corpus: “[...] inventariar é uma ação consciente de planejamento ético, estético, social e epistemológico de organização e apresentação de conjuntos de dados, e que, a despeito dessa intencionalidade de escolhas, irá expressar sentidos próprios desse planejamento organizativo” (Silva, Silva e Pinheiro, 2023, p. 10).

No campo da História da Educação, seu valor reside na possibilidade de oferecer visibilidade analítica ao conjunto documental, funcionando como “[...] instrumento de considerável relevância para organização, manejo, arquivo e classificação de dados” (Silva, Silva e Pinheiro, 2023, p. 3). Ao permitir uma melhor visualização das fontes conforme categorias previamente definidas ou construídas ao longo da pesquisa, o inventário ganha densidade interpretativa e pode tornar-se elemento articulador entre o levantamento empírico e o plano analítico.

Elaborar um inventário implica, portanto, mais do que listar ou descrever fontes: trata-se de um exercício metodológico que mobiliza escuta ativa, sensibilidade crítica e reflexividade. Conforme argumentam Silva e Petry (2011), citados por Silva, Silva e Pinheiro (2023), essa prática representa simultaneamente uma aventura e um desafio. Aventura porque conduz o pesquisador por trilhas de descobertas sobre as práticas inscritas na materialidade das fontes; desafio porque exige competências éticas, estéticas e interdisciplinares que rompam com modelos de catalogação meramente burocráticos e assegurem o reconhecimento da densidade simbólica dos documentos.

De acordo com Silva, Silva e Pinheiro (2023), o processo de constituição do inventário segue um itinerário metodológico composto por quatro etapas principais: identificação, descrição, plano de organização e revisão.

1. Identificação – Esta é a etapa inicial, voltada para o reconhecimento preliminar da tipologia documental, da temporalidade e das principais características de cada item. Com base nos estudos de Menezes (2011), esse primeiro contato com a “massa documental” (p. 5) já permite delinear categorias de classificação específicas ao objeto investigado, superando a mera catalogação técnica.
2. Descrição – Etapa em que o pesquisador se debruça sobre os detalhes e especificidades do acervo. A descrição possibilita refinar o quadro geral obtido na identificação e construir agrupamentos significativos que ampliam o entendimento do corpus. Como reforça Menezes (2011), esse momento permite perceber particularidades que podem ser organizadas em categorias analíticas, compondo uma interpretação mais densa das fontes.
3. Plano de organização – Essa fase contempla duas dimensões complementares:
 - Epistemológica, que se refere ao arranjo do inventário conforme os critérios teórico-metodológicos do estudo, exigindo do pesquisador uma escuta ativa das fontes, sem impor-lhes, de antemão, categorias rígidas que limitem suas potencialidades interpretativas.
 - Instrumental, que diz respeito à função do inventário como dispositivo de controle, preservação e publicização do patrimônio educativo. Envolve o uso adequado, o acesso, o arquivamento e a socialização das fontes, fortalecendo a transparência e a continuidade da pesquisa.
4. Revisão – Ainda que minuciosa, a descrição das fontes não dispensa um processo reflexivo contínuo. A revisão assegura a coerência e a exatidão das classificações, bem como permite atualizações conforme novas categorias emergem ou o objeto de estudo se redefine ao longo da análise.

“Ouvir as fontes”, segundo Silva, Silva e Pinheiro (2023), significa não partir para o levantamento de dados apenas com critérios pré-estabelecidos baseados em pressupostos, problema, hipóteses ou objetivos iniciais, o que pode limitar a descoberta da riqueza que as fontes podem expressar. A estruturação do inventário, portanto, deve ir além da dimensão técnica, sendo concebida como uma ação investigativa situada, que reconhece a historicidade e a carga simbólica dos documentos trabalhados. Como afirmam os autores, a prática do inventariar também assume um papel didático-pedagógico, ao favorecer o manuseio crítico dos arquivos e contribuir para a democratização do acesso à memória educacional da Amazônia.

A estruturação de um inventário, segundo a teoria arquivista, também inclui uma

introdução geral e sumária das fontes, destacando sua importância, princípios e critérios utilizados (plano de classificação) e categorias conceituais, seguida por uma parte com detalhes específicos como data-limite, ordenação e localização.

Assim compreendido, o inventário torna-se um registro reflexivo dos materiais coletados, capaz de conferir ordem e inteligibilidade ao que, no processo investigativo, se apresenta de forma fragmentada ou dispersa. Com base em Prado e Moraes (2011), o inventário é entendido aqui como ferramenta epistemológica que permite reconstruir sentidos e percursos analíticos, articulando material empírico e construção narrativa.

Para esses autores, inventariar é mais do que listar documentos: trata-se de um gesto interpretativo que revela escolhas metodológicas, fundamentos teóricos e compromissos ético-políticos do pesquisador. Essa perspectiva, fortemente presente nas ações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC), reconhece os documentos como expressões de intencionalidades e memórias em disputa.

Apesar da relevância do inventário, Silva, Silva e Pinheiro (2023) destacam que sua utilização ainda é incipiente na História da Educação, sendo muitas vezes aplicada de forma ensaística e não declarada no escopo metodológico. No entanto, o esforço de sistematizar dados revela a busca dos pesquisadores por dar sentido às fontes. A publicização dos inventários, embora desafiadora, é vista como contribuição fundamental à transparência e continuidade das pesquisas, à preservação do patrimônio e à possibilidade de reinterpretação histórica.

Diante disso, esta pesquisa adota o inventário como mediador entre o dado bruto e sua interpretação analítica. Seu uso está voltado à sistematização das capas do jornal *O Liberal* durante os meses de setembro da década de 1970, focalizando as representações da infância e as práticas escolares associadas à Semana da Pátria. A organização desse material permite compreender o discurso veiculado nas imagens e textos como expressão de um ideário político-educativo, no qual a infância ocupa papel central na construção simbólica da nação.

Neste estudo, o inventário concentra-se na sistematização das capas do jornal *O Liberal* durante os meses de setembro da década de 1970, com ênfase nas representações da infância e nas práticas escolares associadas à Semana da Pátria. Os registros, sejam eles textuais ou imagéticos, serão analisados a partir de campos referenciais definidos, permitindo não apenas a organização descritiva dos dados, mas também sua análise interpretativa à luz dos objetivos da pesquisa.

O discurso sobre a infância, apresentado nessas capas, seja por meio de textos ou imagens, carrega um forte ideário político, refletido nas entrelinhas da composição jornalística

e até na organização da própria Semana da Pátria. As manifestações de atividades esportivas, musicais, teatrais e religiosas protagonizadas pelas crianças emocionam e convidam os leitores a se engajar e se sentir pertencentes a esse espetáculo, o qual impacta diversos aspectos da sociedade, como a mobilização geográfica, o comércio local, o esporte e a religiosidade.

A estrutura do inventário foi concebida de forma a atender à complexidade dos dados jornalísticos, sendo composta por campos como: código em PDF (para identificação precisa dos arquivos), mês e ano da publicação, número da capa, tema principal, título da matéria, resumo do conteúdo textual e descrição da imagem. Essa sistematização visa promover um mapeamento temático que conecte informações aparentemente dispersas, destacando os sentidos recorrentes na representação da infância escolarizada e sua instrumentalização ideológica nas festividades cívicas.

Importa ressaltar que o inventário, tal como concebido nesta pesquisa, não se limita a uma função organizativa ou meramente instrumental. Conforme argumentam Prado e Moraes (2011), essa prática se configura como um verdadeiro instrumento de produção de conhecimento, à medida que permite ao pesquisador organizar os achados empíricos de forma reflexiva, crítica e situada. Os autores, ao discutirem os limites e possibilidades do inventário no campo da pesquisa em educação, recorrem a pressupostos do pensamento complexo (Morin, 1996) para destacar que o tratamento dos dados exige sensibilidade frente às ambiguidades, contradições e subjetividades que permeiam o material recolhido. Sob essa perspectiva, a organização dos documentos não busca uma pretensa neutralidade, mas reconhece sua condição histórica, relacional e ideológica, entendendo o pesquisador como coparticipe na construção dos dados e na significação da experiência investigativa.

Assim, o inventário assume neste trabalho um papel duplo: por um lado, facilita o tratamento sistemático dos dados empíricos; por outro, viabiliza a emergência de sentidos múltiplos, permitindo que os discursos jornalísticos sejam analisados para além do que está explicitamente dito, acolhendo o não dito, o silenciado e o simbolicamente enunciado nos discursos midiáticos que circularam durante o regime militar.

A estrutura do inventário será organizada em campos que catalogam as informações dos jornais conforme o quadro 6 a seguir:

Quadro 6 Sistematização dos dados do inventário com base nos campos referenciais - 2024

Campo	Descrição
Código em PDF	Diz respeito a numeração do arquivo que encontra-se em posse do autor. É uma maneira de otimizar a identificação do documento para possíveis retorno à fonte.
Mês/Ano	Apresenta os dados das edições das capas dos cadernos, encerrando o mês e o ano em que a publicação foi realizada.
Nº da Capa	Número de identificação da primeira capa da edição, sendo que as capas subsequentes (como 2º caderno, 3º caderno, etc.) são identificadas pela numeração do próprio jornal.
Tema	Mapear os assuntos que revelam os discursos dessas páginas, seja por meio de texto ou fotografia, o campo Tema dedica-se em apresentar o assunto principal daquele achado no inventário. Isto é, a infância como tema principal da busca, e contexto em que está se apresentando aquela infância é adicionado ao campo Tema. Neste campo, diversos temas se revelam, mas se interligam. No momento da análise é possível comprimi-los com o objetivo de “enxuga-los”
Título	O título da manchete que reflete o tema principal do artigo. Indica a localização da matéria dentro do caderno, destacando sua relevância.
Resumo do Texto Apresentado	Transcrição resumida do conteúdo escrito pelo redator, descrevendo as principais informações do artigo de forma objetiva e concisa.
Resumo da Fotografia Apresentada	Descrição detalhada da imagem, incluindo elementos secundários que estão presentes no plano da fotografia, além do foco principal da imagem.

Fonte: Elaboração própria (2024)

O estágio inicial do processo analítico envolve a leitura, releitura e anotações dos dados iniciais, um exercício que se revelou mais complexo do que o esperado. O trabalho não se limitou a uma simples observação dos jornais como objeto de pesquisa, exigindo a busca por jornais microfilmados no arquivo público. Nenhuma das matérias da década de 1970 estava disponível em formato impresso, sendo todas armazenadas apenas em rolos de microfilmes. Isso demandou uma dinâmica diferente para a descrição dos dados e o andamento da análise.

Foto 1 Jornais microfilmados no arquivo público Biblioteca – 2024



Fonte: Arquivo do autor (2024).

A qualidade dos textos e imagens nos microfilmes apresentou dificuldades adicionais, como a limitação de visualizar apenas uma parte da página por vez e a inversão das cores nas fotografias armazenadas em película negativa, dificultando a observação de expressões faciais e detalhes específicos. Para superar esses desafios, foi criada a necessidade de incluir o campo Nº PDF no inventário, para associar os números aos documentos digitalizados dos microfilmes. Esse processo, embora demorado e financeiramente custoso, foi crucial para garantir o acesso adequado às páginas jornalísticas digitalizadas.

A imagem abaixo ilustra como essas páginas jornalísticas foram acessadas após a digitalização dos rolos microfilmados.

Foto 2 Páginas digitalizadas do Jornal *O Liberal* a partir dos rolos microfilmados – Arquivo Público



0479
PDF



0485
PDF



0468
PDF



0464
PDF

Fonte: Arquivo do autor (2024).

A análise concentrou-se nas capas de jornais digitalizadas em PDF, destacando aquelas que abordavam a infância durante a Semana da Pátria. A leitura foi centrada nos elementos textuais, títulos e descrições, sendo que o primeiro campo do inventário foi preenchido com a transcrição dos títulos e parágrafos textuais, garantindo a organização e precisão dos dados.

3.2 A Análise Temática como estratégia de interpretação e produção de sentidos no discurso jornalístico

Para a análise dos dados, esta pesquisa adota o método de Análise Temática (AT) conforme proposto por Braun e Clarke (2006), por se tratar de uma abordagem amplamente reconhecida no campo da pesquisa qualitativa, que permite identificar, analisar e relatar padrões (temas) a partir de um conjunto de dados. Tal método foi escolhido por sua acessibilidade metodológica, flexibilidade epistemológica e aplicabilidade em diferentes campos das ciências humanas, especialmente quando se busca compreender a produção de sentidos em materiais discursivos.

A Análise Temática é compreendida aqui como um processo ativo, no qual o pesquisador não apenas extrai significados “existentes” nos dados, mas constrói interpretações a partir de um envolvimento crítico e reflexivo com o material analisado. De acordo com Braun e Clarke (2006), os temas não “emergem” automaticamente dos dados, mas são fruto de escolhas interpretativas conscientes, baseadas nas perguntas de pesquisa e no arcabouço teórico adotado. Portanto, a AT nesta investigação será realizada de maneira teórica e indutiva, ou seja, orientada tanto pelas categorias analíticas previamente discutidas (como os signos ideológicos de Bakhtin), quanto pela identificação de padrões recorrentes nos discursos jornalísticos.

A aplicação do método segue as seis etapas sistematizadas pelas autoras, que servem como guia para um processo rigoroso e coerente de análise:

- 1 Familiarização com os dados: esta etapa inicial consistiu na leitura e releitura atenta das capas de jornais digitalizadas, com o objetivo de reconhecer elementos de linguagem, imagens e padrões narrativos que envolvem a representação da infância e da cultura escolar. A familiarização permitiu uma imersão crítica no corpus, possibilitando o surgimento de primeiras impressões analíticas e notas reflexivas.
- 2 Geração de códigos iniciais: com base nas leituras preliminares, foram atribuídos códigos descritivos e interpretativos a trechos significativos dos textos e imagens das capas. Estes códigos representam unidades mínimas de sentido que expressam valores, ideologias ou representações vinculadas à infância, à escola, ao patriotismo e à organização da Semana

da Pátria. A codificação foi feita de forma manual, permitindo uma proximidade sensível com os dados.

- 3 Busca por temas: os códigos gerados foram agrupados em temas potenciais, ou seja, categorias mais amplas que articulam múltiplos códigos em torno de uma ideia central. Essa etapa visou estruturar os achados em conjuntos de significados que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, como, por exemplo, os temas relacionados à “infância disciplinada”, “cultura cívica escolarizada” ou “representações das periferias”.
- 4 Revisão dos temas: neste momento, os temas inicialmente propostos foram submetidos a um processo de validação e refinamento, sendo examinada a coerência interna de cada grupo temático, bem como sua pertinência em relação ao conjunto dos dados. Foram também verificados possíveis cruzamentos ou sobreposições entre os temas, buscando uma estrutura interpretativa mais coesa.
- 5 Definição e nomeação dos temas: após a revisão, cada tema foi definido com clareza, buscando explicitar sua essência e sua relação com o problema de pesquisa. Essa etapa envolveu não apenas a nomeação dos temas de maneira precisa e comunicativa, mas também a elaboração de descrições que articulam os achados empíricos com as categorias teóricas adotadas, especialmente aquelas inspiradas em Bakhtin (2006), como ideologia, signo e discurso.
- 6 Produção do relatório analítico: a etapa final consistirá na redação da análise interpretativa dos temas, integrando os excertos dos dados com a discussão teórica e com os objetivos da pesquisa. O relatório buscará não apenas descrever os temas identificados, mas construir uma narrativa analítica que revele como os discursos jornalísticos analisados colaboraram para a produção de sentidos sobre a infância escolarizada e patriótica nos anos 1970, em um contexto autoritário.

A utilização da Análise Temática, portanto, não se limita à identificação de regularidades nos dados, mas busca compreender como os discursos operam na constituição de subjetividades e ideologias, especialmente em tempos de forte instrumentalização política da educação e da infância. Ao articular esta abordagem metodológica com as concepções bakhtinianas de linguagem e ideologia, esta pesquisa pretende oferecer uma leitura crítica e situada dos sentidos que foram construídos, difundidos e legitimados pelo jornal *O Liberal* no contexto das comemorações da Semana da Pátria.

A caracterização do universo da pesquisa se baseia em uma amostra mínima de uma matéria jornalística por ano, ou seja, aproximadamente 10 matérias selecionadas. A coleta de

dados iniciou-se com a seleção de uma matéria de 1970, obtida nos arquivos da *Biblioteca Pública Arthur Vianna*, localizada na Av. Conselheiro Furtado, 1361, no Bairro da Cremação em Belém. O jornal *O Liberal* foi escolhido como objeto de estudo devido ao seu papel relevante no cenário jornalístico local e suas constantes homenagens ao regime militar da época.

A abordagem adotada é de natureza contextualista, situada entre os polos essencialista e construcionista (Braun e Clarke, 2006). Reconhece-se, assim, simultaneamente a construção ativa de sentidos pelos sujeitos e a determinação social e histórica que molda as práticas discursivas. A análise não se limita à expressão explícita dos significados, mas também desvela as camadas latentes, os pressupostos ideológicos e os sistemas de valores, que estruturam esses discursos.

Com base em Braun e Clarke (2006), optou-se por uma AT em nível latente, priorizando a interpretação crítica das ideologias e concepções subjacentes aos enunciados. Mais do que descrever os dados, o objetivo é teorizá-los, interrogando as articulações simbólicas entre infância, civismo e patriotismo no interior do projeto autoritário do Regime Militar. O processo seguiu as seis fases sugeridas pelas autoras, destacando-se o caráter indutivo: códigos e temas emergiram dos dados, respeitando a singularidade do *corpus* documental.

Os jornais foram tratados como produções discursivas atravessadas por signos ideológicos (Bakhtin, 2011), construídas em meio a disputas de sentido e relações de poder. A partir da teoria bakhtiniana do dialogismo e da polifonia, interpreta-se a presença de múltiplas vozes nos textos midiáticos como um entrelaçamento discursivo, mesmo quando encoberto por aparente homogeneidade. Essa leitura permite captar as tensões sociais latentes, revelando que todo enunciado carrega marcas da alteridade.

Importante destacar que os jornais foram tratados como enunciados multimodais, articulando texto verbal, imagens, diagramas e diversos recursos gráficos. Nascimento (2014), ao apoiar-se nas ideias de Kress e Vvan Leeuwen (2006), os quais estes autores indicam que há três princípios fundamentais da composição multimodal: o valor da informação, a saliência e o *framing* (enquadramento). Esses princípios, segundo os autores, não se restringem a figuras isoladas, mas também se aplicam a materiais visuais mais complexos, nos quais há combinação de texto, imagem e, por vezes, outros elementos gráficos, presentes em suportes diversos como páginas impressas, televisão ou telas de computador.

Na análise desses textos complexos ou multimodais (e qualquer texto cujos sentidos são produzidos através de mais de um código semiótico é multimodal), a questão a ser levantada é se os produtos dos vários códigos deveriam ser analisados separadamente ou de modo integrado; se os sentidos do todo deveriam ser tratados como a soma dos sentidos das partes; ou se as

partes deveriam ser observadas interagindo entre si e produzindo efeitos umas sobre as outras (kress e Vvan Leeuwen, 2006, p. 212 *apud* Nascimento, 2014, p.50).

Essa perspectiva é reforçada por Brait (2005), ao destacar a heterogeneidade constitutiva dos discursos, uma característica central da linguagem segundo a tradição bakhtiniana. Fotografias de crianças em desfiles, símbolos nacionais e a própria diagramação das matérias não são neutros: funcionam como enunciados ideológicos visuais, articulados a um projeto discursivo que reforça a pedagogia cívica promovida pelo Estado.

A análise também buscou evitar o risco do “anedoticismo” (Braun & Clarke, 2006), superando descrições pontuais em favor de uma interpretação crítica e densamente situada. Consolidou-se, assim, um compromisso epistemológico com a articulação entre discurso e contexto sociopolítico, iluminando os modos como os textos jornalísticos participaram da formação de subjetividades e da legitimação da ordem autoritária.

O jornal é aqui concebido como uma “polifonia de textos” (Barros, 2019), resultado da interação entre múltiplos sujeitos sociais. A Análise Temática, em nível latente, mostrou-se especialmente adequada para captar essa complexidade, evidenciando como os temas emergem da articulação entre dados empíricos e teorização crítica.

Por fim, reafirma-se o viés construcionista da análise, que valoriza as condições estruturais e socioculturais na interpretação das experiências individuais. Ao articular as dimensões micro e macro da constituição dos discursos, a pesquisa busca compreender de modo ampliado as representações da infância, do civismo e do patriotismo veiculadas nas páginas do *O Liberal* durante a década de 1970.

3.3 Fundamentações teóricas: signos ideológicos e relações de poder nos discursos jornalísticos

A organização do inventário documental configurou-se como uma etapa decisiva da pesquisa, pois possibilitou, simultaneamente, o ordenamento sistemático do material e o refinamento progressivo do olhar analítico sobre os dados, ao possibilitar tanto a sistematização do material quanto o aprimoramento contínuo do olhar analítico sobre os dados. As capas de jornais da década de 1970, densamente marcadas por signos ideológicos, exigiram um método sensível às camadas de sentido que extrapolam a superfície textual. Neste momento, retomamos, em chave conceitual, discussões iniciadas na Seção II, com o objetivo de consolidar a fundamentação teórica que orienta a leitura do discurso jornalístico como prática de produção

simbólica e como dispositivo atravessado por relações de poder.

O conceito de signos ideológicos, desenvolvido por Bakhtin (2011), constitui um dos pilares teóricos fundamentais para a análise crítica dos discursos sociais realizada nesta pesquisa. Para o autor, todo signo é, antes de tudo, ideológico porque está inserido em práticas sociais historicamente situadas e carrega em si as tensões, conflitos e relações de poder que estruturam o mundo social: “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância” (idem, p. 45).

Longe de serem entidades neutras ou transparentes, os signos são espaços onde diferentes vozes, interesses e posições sociais se encontram, confrontam-se e negociam sentidos. Portanto, a produção, circulação e apropriação dos signos não podem ser compreendidas fora das dinâmicas de dominação, resistência e transformação social.

A ideologia, nessa perspectiva, não se manifesta apenas nos sistemas de pensamento sistematizados ou nas grandes doutrinas políticas; ela se infiltra nos signos do cotidiano, palavras, imagens, gestos, formas de organização textual, que mediam nossas relações sociais mais corriqueiras. A linguagem, enquanto materialidade privilegiada desses signos, constitui-se como terreno central da luta ideológica. Cada enunciado carrega uma orientação valorativa específica, uma tomada de posição frente ao mundo, ainda que não explicitada. Assim, toda prática discursiva, e a jornalística em especial, emerge como campo de disputa pela produção e legitimação dos sentidos ideológicos.

No caso específico dos discursos jornalísticos, os signos ideológicos assumem uma função estratégica: organizam as representações da realidade, legitimam certas perspectivas em detrimento de outras e contribuem para a manutenção ou a transformação das relações de poder existentes. Como aponta Barros (2019), os jornais, ao selecionar, enquadrar e narrar os acontecimentos, fazem escolhas que não são neutras, mas impregnadas de valores e interesses sociais. Fotografias, títulos e fragmentos de notícia, ao serem publicados, operam como signos ideológicos que influenciam diretamente a maneira como os leitores percebem e interpretam a realidade social que atua sobre o imaginário social, moldando as percepções e as ações dos sujeitos.

Para Bakhtin (2011), o valor da fala reside em sua natureza social, e não meramente individual, estando diretamente ligada aos aspectos da comunicação e às relações sociais. O autor observa que “[...] cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória”, revelando-se, no momento de sua expressão, como “[...] o produto da interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 2011, p.

66).

Dessa perspectiva, a comunicação está intrinsecamente conectada às estruturas de classe, pois as diferentes formas de enunciação refletem e refratam os conflitos sociais. Assim, as práticas comunicativas se tornam arenas de disputas simbólicas, em que adaptações e resistências são produzidas no interior de uma ordem social hierarquizada. Nesse cenário, a classe dominante tende a utilizar a linguagem como instrumento para reforçar, naturalizar e perpetuar seu poder.

Para aprofundar essa discussão, é relevante integrar a reflexão de Foucault (1995, s/p), que distingue “[...] as relações de poder das relações de comunicação”. Ainda que toda comunicação envolva uma ação sobre o outro, nem toda produção de signos se reduz às relações de poder, mas muitas delas são atravessadas e configuradas por essas relações. A circulação de signos, portanto, pode e frequentemente adquire efeitos de poder, sobretudo em regimes autoritários, nos quais o controle da produção simbólica “[...] podem perfeitamente ter por objetivo ou por conseqüências (sic) efeitos de poder” (idem, s/p). Nesse contexto, o jornal, ao organizar o que é visível, dizível e pensável, não apenas informa: ele modela as condições de possibilidade da experiência social.

A contribuição de Bakhtin (2011) permanece crucial para essa análise: os enunciados, inclusive os jornalísticos, são concebidos como arenas de embates entre múltiplas vozes sociais. Mesmo em contextos de forte repressão e censura, os discursos não são totalmente homogêneos ou fechados. Barros (2019) introduz a noção de “traços involuntários” para designar os elementos que escapam ao controle consciente dos emissores e que, ao serem captados, permitem identificar fissuras, tensões e contradições nos discursos hegemônicos. Essa concepção dialoga com a ideia de Brait (2005), segundo a qual os enunciados são constitutivamente heterogêneos, compostos por vozes diversas e por sentidos em disputa.

A análise dos jornais, portanto, deve ultrapassar o nível da informação explícita para capturar as tensões internas aos enunciados, as contradições entre a voz oficial e as vozes silenciadas, os ecos de resistência que por vezes emergem mesmo nos discursos orientados à homogeneização. Assim, os signos ideológicos jornalísticos podem tanto reforçar a hegemonia quanto revelar, ainda que de forma tênue, as brechas e deslocamentos possíveis nas estruturas discursivas dominantes.

Compreender os discursos jornalísticos como práticas atravessadas por signos ideológicos é, portanto, fundamental para desvendar os modos como a infância, o civismo e a pátria foram representados e instrumentalizados durante o Regime Militar. Analisando o

jornalismo como arena de disputas simbólicas, torna-se possível revelar como certos sentidos foram historicamente organizados para consolidar uma ordem social específica, mas também como os próprios signos, pela sua natureza dialógica e socialmente carregada, mantêm abertas possibilidades de contestação e de ressignificação. Articulando o conceito de signos ideológicos com a noção foucaultiana de estratégias de poder, esta pesquisa busca oferecer uma análise crítica e aprofundada do papel do discurso jornalístico na configuração do imaginário patriótico e da disciplinarização social durante a década de 1970.

Sob essa ótica foucaultiana (1988; 1995), o jornal durante o Regime Militar brasileiro aparece como um importante dispositivo de poder, cuja especificidade reside na sua capacidade singular de articular linguagem, imagem e narrativa para moldar percepções sociais de forma ampla e contínua, diferentemente de outras instituições analisadas por Foucault, como a escola ou a prisão, cujo alcance simbólico tende a ser mais delimitado e circunscrito a espaços institucionais definidos. Entendido aqui como um aparato que articula discursos, estratégias e instituições, o jornal não se limita a informar fatos, mas insere-se na rede de relações de poder que atravessa a sociedade. Ele funciona como engrenagem na maquinaria do poder, selecionando e difundindo narrativas alinhadas ao projeto político vigente.

Durante a década de 1970, os discursos jornalísticos sobre as celebrações cívicas, como a Semana da Pátria, participaram ativamente da construção de um imaginário patriótico conveniente ao regime. Ao destacar continuamente temas de patriotismo, ordem e devoção à nação, os periódicos, como apresentamos na Seção II desta dissertação, imprimiam esses valores no senso comum, moldando as subjetividades dos leitores, especialmente das crianças e jovens, de acordo com os ideais militarizados.

Em outras palavras, os jornais atuavam como correias de transmissão da ideologia autoritária⁸: exaltavam símbolos nacionais, enalteciam a disciplina e silenciavam perspectivas divergentes, por meio de manchetes laudatórias, fotografias cuidadosamente selecionadas e entrevistas com autoridades, convertendo eventos cívico-escolares em provas visuais e narrativas da união entre povo e Estado. Esse processo exemplifica como o poder produz sentido por meio do discurso midiático: os jornais ajudavam a naturalizar a visão de mundo do

⁸ A expressão “correia de transmissão” tem origem no pensamento marxista-leninista, sendo utilizada inicialmente por Vladimir Lênin para designar o papel de instituições sociais, como sindicatos, cooperativas e a imprensa, na disseminação da ideologia do partido entre as massas. Posteriormente, a metáfora foi apropriada em análises críticas para indicar o funcionamento de dispositivos ideológicos que operam a mediação entre o poder dominante e a sociedade, difundindo valores e normas de forma naturalizada (<https://grabois.org.br/2015/02/04/o-pensamento-de-lenin/>). No contexto desta pesquisa, o termo é utilizado para caracterizar o papel da imprensa como mediadora ativa da ideologia autoritária durante o Regime Militar brasileiro, reforçando processos de normatização social e disciplinamento cívico.

regime, fazendo parecer “normal” e legítimo amar a pátria de forma ufanista, obedecer às autoridades e subordinar a educação aos ideais do Estado.

Ao narrar as festividades escolares com tom épico e elogioso, a imprensa forjou uma memória coletiva em que a infância aparecia como símbolo da nação e garantia de seu futuro glorioso, reforçando mitos de unidade e coesão nacional. Nessa perspectiva, o jornal opera simultaneamente como sujeito e objeto do poder: sujeito, pois veicula ativamente uma mensagem política; objeto, pois ele próprio é atravessado e configurado pelas relações de força da conjuntura autoritária.

No entanto, se o poder está em toda parte, ele nunca é totalmente monolítico. Como já mencionado em parágrafos anteriores, onde há poder, há também resistência. Ainda que os jornais tenham servido predominantemente aos interesses do regime, a teoria foucaultiana lembra que nenhum discurso é totalmente controlável ou unívoco. Os mecanismos de censura e propaganda buscavam eliminar vozes dissonantes, mas não podiam impedir por completo a existência de brechas no discurso oficial.

Foucault (1988) enfatiza que o poder carrega em si a possibilidade da resistência: forças de oposição emergem nos próprios pontos em que o poder é exercido. Assim, mesmo em um jornal alinhado ao regime, podem surgir fissuras, como silêncios reveladores, ambiguidades involuntárias ou detalhes que escapam à narrativa dominante, nas quais se insinua uma outra leitura possível. Essas fissuras, embora sutis, indicam que as relações de poder jamais eliminam por completo a alteridade.

No caso dos discursos jornalísticos do Regime Militar, a uniformidade patriótica aparente ocultava tensões subjacentes: o esforço de propaganda precisava continuamente reafirmar-se, precisamente porque outras vozes sociais, ainda que silenciadas publicamente, persistiam em potencial. Dito de outro modo, a necessidade de reiterar o mito da nação unida e disciplinada já denuncia que essa unidade não era espontânea nem incontestada. Existiam resistências latentes, seja nas conversas privadas, nas memórias dissidentes ou nas culturas marginalizadas, que escapavam ao controle total do poder. Essa coexistência de imposição e resistência confirma a ideia foucaultiana de que o poder é um campo de disputa constante, e não um dado estático.

Desse conjunto de relações e disputas, depreende-se que os jornais são espaços ativos de produção de subjetividades e de embates simbólicos. Longe de serem meros reprodutores neutros de acontecimentos, atuam como atores políticos que organizam a visão de mundo de uma sociedade. No contexto autoritário dos anos 1970, os periódicos não apenas reproduziram

o discurso oficial, mas o incorporaram em suas práticas narrativas, contribuindo para formar uma população escolar patriótica e obediente, um cidadão ideal conforme os desígnios do regime.

Ao mesmo tempo, por serem atravessados por múltiplas vozes e contradições inerentes ao social, como, por exemplo, editoriais que adotavam tons ambíguos ou matérias que mencionavam discretamente tensões locais, esses veículos abrigaram (mesmo que de forma velada) as marcas das lutas de significado em curso. Em suma, aplicar o conceito de poder de Foucault à análise dos discursos jornalísticos do Regime Militar permite compreender o jornal como arena de poder, onde se fabricava um imaginário nacionalista e se forjava o consentimento, mas onde também se desenrolavam, nas entrelinhas, as tensões e resistências próprias de toda ordem social.

Essa abordagem analítica reforça a compreensão de que o jornal, tal como a escola ou a prisão no pensamento foucaultiano, é um lugar de disputa simbólica permanente, no qual se decide quais narrativas serão legitimadas como "verdade" e quais serão suprimidas. Portanto, estudar os jornais sob essa perspectiva revela a imprensa não apenas como testemunha da História, mas como instrumento de poder e palco de resistência, fundamental na contínua construção (e contestação) das subjetividades e dos imaginários coletivos no Brasil do período.

O conceito de estrutura de poder, em Foucault, rompe com a concepção tradicional que o entende como posse centralizada em uma instância soberana. Para Foucault (1988), o poder é uma rede móvel de relações, imanente às relações sociais, que se exerce de modo capilar e produtivo. Não é meramente repressivo, mas constitutivo dos sujeitos e das práticas sociais.

No interior dessa dinâmica, Foucault (1995) enfatiza que o exercício do poder passa, de maneira crucial, pela produção, circulação e troca de signos. Conforme o autor afirma, “[...] quanto às relações de poder propriamente ditas, elas se exercem [...] através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas” (Foucault, 1995, p. 241). Com isso, o poder não apenas molda as práticas sociais através de técnicas de adestramento, procedimentos de dominação e estratégias de obtenção de obediência, mas também opera em práticas aparentemente neutras, como a divisão do trabalho e a organização hierárquica das tarefas, evidenciando que toda prática social é, simultaneamente, um campo de exercício de poder e de circulação de signos.

Essa compreensão desloca a visão de uma estrutura de poder fixa e hierarquicamente rígida para a concepção de uma multiplicidade de correlações de forças em constante transformação. Essas forças se entrelaçam, se reforçam, se tensionam e, por vezes, se invertem,

compondo o tecido dinâmico da vida social. Foucault (1995) propõe, assim, que o poder seja pensado em termos de estratégias, entendendo-se como modos de ação sobre possíveis ações de outros, isto é, um poder que atua sobre a liberdade, que busca orientar, modificar ou determinar condutas, mas que, paradoxalmente, só pode existir na presença da resistência.

Essa perspectiva é particularmente fecunda para a análise de práticas discursivas, como o discurso jornalístico, pois permite compreender que os textos produzidos pela imprensa não são meros relatos ou representações neutras da realidade. Ao contrário, configuram-se como práticas sociais carregadas de efeitos de poder: organizam visões de mundo, legitimam certas narrativas e sujeitos, silenciam outros e moldam modos de ver, pensar e agir. Nesse sentido, o jornalismo é um espaço privilegiado para a circulação de signos que sustentam estratégias de poder, reforçando hierarquias sociais, configurando identidades e naturalizando valores dominantes.

Se Bakhtin concebe o signo como arena de conflitos sociais, Foucault aprofunda essa concepção ao inseri-lo em redes dinâmicas e contingentes de poder, ampliando a análise para as estratégias de gestão da vida e da conduta. Enquanto a perspectiva bakhtiniana enfatiza a luta de sentidos no interior de cada enunciado, evidenciando a plurivocidade e as tensões sociais que atravessam a linguagem, a análise foucaultiana amplia essa compreensão ao situar os discursos dentro de estratégias mais amplas de dominação e resistência. Para Foucault (1995), o poder não se localiza em uma instância única ou centralizada, mas se dissemina capilarmente pelas práticas sociais, modulando comportamentos, afetos e modos de subjetivação. Assim, os signos ideológicos não apenas expressam conflitos, mas também se tornam instrumentos pelos quais se exercem e se disputam relações de poder.

A articulação entre Bakhtin e Foucault, portanto, permite à pesquisa uma abordagem mais abrangente: ao mesmo tempo em que se investigam os sentidos conflitivos no nível dos enunciados jornalísticos, compreende-se também como esses discursos se articulam às estratégias de gestão simbólica e disciplinar da sociedade brasileira nos anos 1970. Tal perspectiva reforça a ideia de que a análise dos jornais precisa captar não apenas a diversidade de vozes, mas também as operações de poder que as moldam, as silenciam ou as amplificam.

No interior dessa lógica, o discurso jornalístico emerge como um dos principais dispositivos de exercício de poder. Para Foucault (1995), dispositivos são formados por práticas discursivas e não-discursivas que têm por função responder a urgências históricas. O jornal, ao organizar narrativamente o visível e o dizível, opera como uma máquina de produção de verdade, que estabelece o que deve ser visto, lembrado ou esquecido, o que é legítimo ou

ilegítimo. Nesse sentido, o discurso jornalístico não apenas descreve fatos: ele fabrica realidades, configurando os campos de percepção, interpretação e ação possíveis para os sujeitos. Sua atuação, especialmente em regimes autoritários como o militar brasileiro, revela sua função estratégica como operador de poderes e saberes na sociedade, com uma especificidade que a distingue de outras instituições analisadas por Foucault, como a escola ou a prisão: a mídia, ao controlar a circulação de signos em larga escala e com capilaridade nacional, desempenha papel singular na modelagem do imaginário social e na fabricação do consenso político.

A estrutura de poder nas sociedades modernas, segundo Foucault, encontra no discurso jornalístico um aliado essencial na difusão de normas, valores e condutas desejáveis. O jornal, como prática discursiva institucionalizada, organiza a experiência social segundo hierarquias de saber e de visibilidade, reforçando, ainda que de forma naturalizada, as relações de dominação. Ao selecionar quais eventos merecem ser noticiados, ao hierarquizar informações, ao destacar manchetes, escolher fotografias emblemáticas e recorrer a entrevistas com fontes específicas, o discurso jornalístico insere-se diretamente nas estratégias de poder, moldando subjetividades e produzindo formas específicas de cidadania, patriotismo e ordem social.

Por sua característica polifônica, o discurso jornalístico, ainda que orientado para a construção de consensos, jamais se apresenta de maneira completamente homogênea.

Isto quer dizer também que o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (Foucault, 1995, s/p).

Seguindo Foucault (1995), toda relação de poder implica, necessariamente, a presença da resistência: onde há poder, há possibilidades, ainda que mínimas, de fuga, de contestação, de deslocamento. No interior dos jornais, mesmo em tempos de censura e controle rígido, é possível encontrar traços involuntários, ruídos e tensões que revelam as brechas das estratégias de poder, indicando que o discurso dominante nunca é absoluto, mas permanentemente negociado, reformulado e disputado.

Assim, ao analisarmos os discursos jornalísticos como práticas situadas em estruturas de poder, compreendemos que eles são agentes ativos na constituição das relações sociais e políticas. Não se trata apenas de meios de informação, mas de dispositivos que, por meio da produção e circulação de signos ideológicos, participam da configuração do espaço social. A

imprensa, sobretudo em contextos autoritários, atua como espaço de embate simbólico onde a ordem discursiva busca se impor, mas onde também se insinuam fissuras, resistências e transformações possíveis, reafirmando a visão foucaultiana de que as estruturas de poder são sempre dinâmicas, contingentes e historicamente situadas.

Essa compreensão foucaultiana permite ver os jornais não apenas como reprodutores passivos da ideologia estatal, mas como operadores ativos de estratégias de poder que visam conformar condutas, afetos e modos de subjetivação. O que está em jogo é a formação de um “imaginário patriótico” que, mobilizando signos verbais e visuais, busca naturalizar a disciplina social, o nacionalismo e a adesão acrítica ao projeto de nação proposto pelo regime.

Assim, os signos ideológicos, para além de representarem o mundo, contribuem para organizá-lo simbolicamente e materialmente. Essa organização não é linear nem isenta de conflitos: a própria circulação dos signos nos jornais revela as disputas pela definição legítima da infância, da cidadania e da nação. Em outras palavras, a análise dos discursos jornalísticos evidencia a interface entre linguagem, poder e ideologia, reafirmando o papel da mídia como aparelho estratégico na luta simbólica pela hegemonia social.

3.4 Categorias e análise do mapa temático: revisão e refinação dos blocos temáticos

A análise dos dados desta pesquisa foi conduzida com base nos três primeiros passos indicados por Braun e Clarke (2006, 2019), familiarização, codificação e tematização, realizados manualmente a partir dos extratos registrados no inventário. Adotou-se a perspectiva da AT, na qual o pesquisador atua de maneira ativa na construção dos temas, reconhecendo que a interpretação é inseparável do processo analítico. Essa abordagem permitiu a identificação, a organização e o refinamento dos blocos temáticos, extraídos das produções textuais e imagéticas veiculadas nas capas dos jornais.

Segundo Braun e Clarke (2006), os códigos são elementos que condensam características centrais dos dados, direcionando o olhar do pesquisador para aspectos que se revelam significativos na compreensão do fenômeno em análise. As autoras ressaltam que o processo de codificação constitui, por si só, uma etapa interpretativa, em que os dados não são apenas categorizados, mas também ressignificados em direção à construção dos temas. Dessa forma, os códigos emergem dos próprios dados, e não de categorias teóricas preestabelecidas, configurando uma abordagem genuinamente indutiva.

Nesta pesquisa, a codificação ocorreu de maneira direta e aberta, sem a orientação inicial

de eixos teóricos rígidos. Como assinalam Braun e Clarke (2006, p. 17), “[...] um extrato pode ser decodificado, codificado uma vez, ou codificado muitas vezes, sendo relevante”, enfatizando a flexibilidade e a profundidade da análise. A identificação de padrões repetidos entre os dados indicou os agrupamentos temáticos iniciais, que foram posteriormente refinados em um processo contínuo de interpretação crítica.

A escolha dos blocos temáticos não se pautou apenas pela frequência com que determinados elementos apareciam nas capas dos jornais, mas, sobretudo, pela sua relevância para os objetivos da pesquisa e para a compreensão mais ampla do fenômeno investigado. Como afirmam Braun e Clarke (2006, 2019), a definição dos temas exige do pesquisador um olhar analítico criterioso, capaz de captar sentidos profundos que transcendem a mera contagem de ocorrências.

Para ilustrar o processo de extração e codificação dos dados, apresenta-se a seguir um exemplo a partir da análise de uma capa do jornal *O Liberal* do ano de 1976:

Quadro 7 Modelo da codificação das Capas do Jornal O Liberal - Setembro de 1976 a partir da Análise Temática – 2024

Capas do jornal O Liberal: Mês de Setembro da década de 70						
Nº. PDF	Mês/Ano	Caderno	Nº Capa	Título	Resumo do Texto apresentado	Resumo da Fotografia apresentada
537	09/1976	2	8619	Escolas e bandas celebram em desfile a Independência	Descrito como ‘Mini-desfile’, a matéria fala sobre as escolinhas, a maneira informal que se organizaram esses desfiles que foram protagonizados pelos de “pouca idade”. Foram entregues bandeirinha do Brasil.	A fotografia apresenta as crianças abraçadas e aglomeradas, marchando com roupas brancas, mini saias e tênis. Uma criança em segundo plano apresenta-se de maiô na caminhada

Fonte: Elaboração própria.

Nesse fragmento do inventário, os campos “Título”, “Resumo do texto apresentado” e “Resumo da fotografia apresentada” sintetizam as produções discursivas e visuais relativas às crianças durante a Semana da Pátria. Conforme Bakhtin (2006), toda produção cultural carrega signos ideológicos, uma vez que os signos são os mediadores da comunicação social e das disputas de sentido. As capas dos jornais, nesse sentido, não apenas relatam fatos, mas produzem e reproduzem valores cívicos e nacionalistas associados à infância.

O título da matéria enfatiza o caráter festivo e celebrativo das atividades cívicas

escolares, frequentemente retratado nas capas dos jornais. A recorrência dessa abordagem resultou na formação de um primeiro bloco temático, denominado *Jornal Animando o Público Leitor*, que agregou todos os dados referentes à representação da infância no contexto das comemorações da Semana da Pátria.

Além desse agrupamento, a análise do conteúdo imagético evidenciou a centralidade da vestimenta nos registros fotográficos. Observou-se que a maneira como as crianças eram vestidas, com trajes brancos, mini saias, ou uniformes inspirados em corporações militares, constituía um marcador simbólico relevante, levando à criação do conjunto de dados *Vestimenta das Crianças*. Ainda, a presença de símbolos nacionais, como bandeirinhas do Brasil, reforçou a formação de outro conjunto denominado *Símbolos Patrióticos*.

Assim, esses três conjuntos iniciais, *Jornal Animando o Público Leitor*, *Vestimenta das Crianças* e *Símbolos Patrióticos*, foram organizados por similaridade temática, estabelecendo as primeiras aproximações analíticas, enriquecidas pela extração e codificação dos demais extratos coletados.

A etapa de codificação e organização dos blocos prévios resultou inicialmente em onze blocos temáticos: *Jornal animando o público leitor*; *Jornal e a Infância*; *Jornal e a Escola no Desfile*; *Jornal quantificando a participação*; *Jornal destacando a participação do povo*; *Jornal exaltando a programação*; *Jornal elogiando as apresentações*; *Homenagens*; *Vestimentas das crianças*; *Os símbolos cívicos*; e *Os desfiles nos Subúrbios*.

Cumprir destacar que essa análise temática seguiu uma orientação essencialmente indutiva, de modo que os temas emergiram do próprio agrupamento dos dados, e não de uma estrutura teórica prévia. Conforme Braun e Clarke (2019), a análise indutiva não implica ausência de teoria, mas sim uma abertura para que os sentidos se constituam a partir do encontro entre os dados e o olhar do pesquisador.

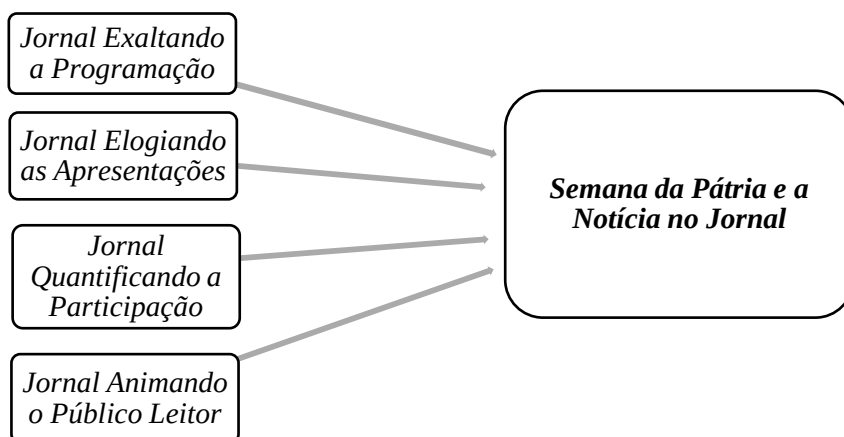
Durante o processo de refinamento dos blocos temáticos, constatou-se que alguns agrupamentos iniciais apresentavam distanciamento em relação ao foco principal da pesquisa. Esses blocos, por não contribuírem diretamente para os objetivos analíticos propostos, foram devidamente descartados. Outros, que exibiam conteúdos similares, complementares ou inter-relacionados, foram reorganizados, resultando em blocos mais coesos e teoricamente alinhados às questões centrais do estudo. Essa etapa de amadurecimento analítico foi fundamental para garantir a consistência interna dos temas, respeitando a lógica dos signos ideológicos subjacentes às produções textuais e imagéticas analisadas, conforme preconiza a perspectiva dialógica de Bakhtin (2006).

A escolha dos blocos temáticos não se pautou apenas pela recorrência de elementos nos dados jornalísticos, mas privilegiou sua relevância teórica e sua capacidade de iluminar as questões-chave da investigação. De acordo com Braun e Clarke (2006), a definição dos temas na análise temática não é fruto de um simples exercício de contagem de ocorrências, mas exige a atuação crítica e interpretativa do pesquisador, que, a partir de seu posicionamento teórico e analítico, constrói os sentidos atribuídos aos dados. Nesse sentido, foi o olhar atento e reflexivo do pesquisador que determinou os temas a serem aprofundados ao longo desta dissertação, considerando o potencial de cada bloco em contribuir para a compreensão do fenômeno estudado.

A tarefa de revisar e reavaliar os blocos temáticos constituiu um processo contínuo e reflexivo nesta quarta etapa da análise. Inicialmente, a organização dos códigos em blocos temáticos agrupou os dados por similaridade semântica, fazendo emergir temas prévios de análise. No entanto, durante a etapa de revisão e refinação, esses blocos foram criticamente reexaminados, mesclados e reorganizados, resultando em agrupamentos temáticos mais robustos, com maior densidade teórica e um universo de códigos mais consistente para o desenvolvimento da análise, primeiramente, interpretativa.

Assim, os onze blocos temáticos preliminares foram reelaborados, dando origem a três grandes blocos temáticos, mais coesos e com maior capacidade de apreender as dinâmicas simbólicas presentes nos dados. O que anteriormente se configurava como blocos intitulados “Jornal Animando o Público Leitor”, “Jornal Quantificando a Participação”, “Jornal Exaltando a Programação” e “Jornal Elogiando as Apresentações” foi condensado em um único e mais abrangente bloco denominado **Semana da Pátria e a Notícia no Jornal**.

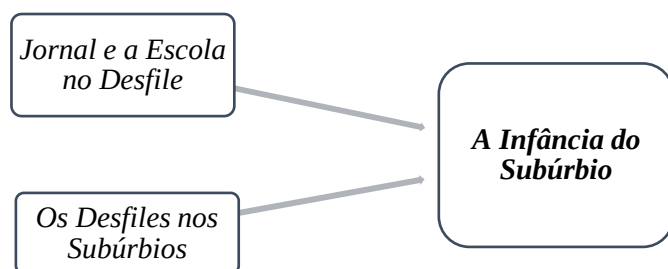
Figura 2 Bloco temático Semana da Pátria e a Notícia no Jornal (2024)



Fonte: Elaboração do autor (2024)

Além disso, os blocos “Jornal e a Escola no Desfile” e “Os Desfiles nos Subúrbios” foram fundidos, originando o bloco **A Infância do Subúrbio**, capaz de refletir de forma mais articulada as particularidades da participação infantil nos eventos cívicos realizados nos bairros periféricos.

Figura 3 A Infância do Subúrbio - 2024



Fonte: Elaboração do autor (2024)

O Quadro 7 foi elaborado de modo a explicitar o percurso metodológico realizado, desde a identificação dos extratos parciais até a codificação dos dados e a consequente formação dos blocos temáticos. A utilização de extratos parciais, compreendidos como recortes significativos extraídos dos dados, permitiu uma análise minuciosa dos enunciados jornalísticos, sem que se perdesse a visão global dos contextos em que estavam inseridos. Cada extrato foi codificado com base em aspectos relevantes dos eventos descritos, tais como “gracejo, beleza e civismo” ou “minidesfile”, que serviram como pilares para a construção dos blocos temáticos.

Quadro 8 Representação do Processo de extrato, codificação e a construção dos Blocos do Mapa Temático

Extrato parcial	Codificação	Blocos do Mapa Temático
“Seis Mil alunos abrem Semana da Pátria” “Quinze Mil desfilam em novo Itinerário” “Graça, Beleza e Civismo na abertura dos JOPAGICOS” “Depois da Festa bonita JOPAGICO em ritmo de Competição” “Milhares Vibram com o Desfile” “Civismo puro e amor a pátria brasileira” “Canto em homenagem à pátria” “Instrumentos de sopro” “exibição de trombones” “Meninas com bombo ler e roupas claras” “criança com traje esportivo segurando uma bola” “Escolas e Bandas Celebram em desfile”	- Um evento de graça, beleza e civismo puro, animação e entusiasmo. - Exibições de Trombones, instrumentos de sopro e cantos - Meninos com vestimentas alusivas à Forças Armadas e ao Esporte - Meninas com vestimentas claras, mini saias - Quantificação do público presente nas matérias - Projetos que animam e preparam o público para os desfiles - Ensaios ao ar livre	Semana da Pátria e a Notícia no Jornal
“Desfile Infantil” - “Mini Soldados” - “PM homenageou as crianças na Parada” - “Protagonizado pelos de ‘pouca idade’” - “Crianças uniformizadas com roupas do exército, aeronáutica e marinha” - “Crianças de mini saia” - “Crianças assistindo e vestidas de marinheiro” - “Postura de soldados” - “Festa da Independência abriu com fogo simbólico” - “A tocha é apresentada como o exemplo vivo do civismo Nacional” - “Foram entregues bandeirinha do brasil.” - “Espadas alegóricas foram apresentadas durante o desfile” - “cata vento na mão de criança” - “meninas de shorts curtos” - “carregam brasão da escola” - “Brasão do Pará” - “Faixa presidencial” - “homenagem ao grupo O liberal: ‘Maior Jornal do norte-Nordeste’”	- Desfile infantil, mini soldados e de pouca idades - Presença de crianças com roupas das Forças armadas no desfile e no público - Brasão do Pará, Bandeira do Brasil, Espadas Alegóricas, Tocha Olímpica, cata Vento, Faixa Presidencial e jornal impressos para homenagens nos desfiles. - Fotografia de crianças aplaudindo os militares, as performas e competições. - Meninas apresentando de mini saias e meninos carregam grandes instrumentos durante o desfile.	A Infância, Os símbolos e as Homenagens
“desfile escolar pelo ‘subúrbio’” - “As escolas desfilarão nas ruas dos bairros, com trajes homenageando militares e ‘outras motivações’” - “Cinco mil crianças que desfilaram pelos “subúrbios” e ruas da cidade.” - “nas artérias do subúrbios” - “Grande número de crianças que irão desfilam nas principais ruas de todos os bairros da cidade” - “Grupos Escolares desfilam em bairros” - “Mini-desfile” - “espetáculo de Garbo e Civismo com as escolas de primeiro grau”	- Escolas desfilam nos bairros, longe dos holofotes do centro - Escolas de Primeiro grau protagonizam os desfiles nos bairros. - Subúrbio e ruas da cidade são diferenciados nos textos - Mini desfile - Patriotismo presente nos desfile dos pequenos nos subúrbios.	A Infância do Subúrbio

Fonte: Elaboração própria.

A codificação dos extratos visou identificar padrões recorrentes, tendências de significado e articulações simbólicas presentes no *corpus* empírico. A análise evidenciou, por

exemplo, a recorrência de informações sobre a exibição de instrumentos de sopro, o uso de trajes militares por crianças e a presença de símbolos patrióticos como bandeiras, brasões e faixas, todos elementos emblemáticos dos eventos cívicos narrados. Esses códigos foram organizados em blocos que, além de ordenar o material, potencializaram a compreensão das representações sociais produzidas e disseminadas no contexto da Semana da Pátria.

A partir dessa análise, emergiu a compreensão de que os desfiles infantis possuem um caráter multifacetado: de um lado, reforçam o civismo e o patriotismo por meio da apropriação simbólica de elementos militares e nacionais; de outro, constroem uma representação da infância como sujeito disciplinado, moldado para integrar-se às narrativas de identidade nacional. A celebração cívica, materializada nos desfiles, não apenas festeja a nação, mas também opera como um dispositivo formativo, socializando as crianças nos valores e expectativas do projeto nacional.

Os blocos temáticos, assim constituídos, delineiam uma rede analítica que evidencia a interconexão entre civismo, infância e identidade nacional. O bloco *Semana da Pátria e a Notícia no Jornal* revela como a mídia local atuou na produção e difusão dos eventos, reforçando ideais de pertencimento, ordem e entusiasmo cívico. Já o bloco *A Infância, os Símbolos e as Homenagens* aprofundam essa discussão ao abordar o papel simbólico das crianças como “mini soldados” e portadoras de símbolos nacionais, demonstrando como o imaginário cívico é construído desde a infância por meio de práticas sociais e midiáticas. O Quadro 4 ilustra a complexidade e a densidade desse processo analítico, evidenciando a potência dos extratos e códigos na sustentação de temas que articulam dimensões simbólicas, discursivas e identitárias.

Dessa forma, a construção e o refinamento dos blocos não apenas organizaram o *corpus* empírico, mas também forneceram suporte para uma leitura crítica dos modos como as crianças foram representadas e inseridas nos projetos cívicos veiculados pela imprensa local na década de 1970. Os blocos definidos, *Semana da Pátria e a Notícia no Jornal*, *A Infância, os Símbolos e as Homenagens* e *A Infância no Subúrbio*, estabelecem as bases interpretativas para a análise das práticas de socialização política e das formas de construção da identidade nacional a partir das representações midiáticas.

A partir deste mapeamento temático, a próxima etapa da pesquisa consiste na apresentação e discussão dos blocos, com base em uma análise minuciosa das capas dos jornais. Este exame considerará não apenas os códigos textuais previamente identificados, mas também a dimensão imagética, permitindo observar como a disposição visual das fotografias e títulos

colabora na construção do imaginário cívico. A seguir, inicia-se a análise do primeiro bloco temático.

O LIBERAL

JORNAL DA AMAZÔNIA



IV A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA SEMANA DA PÁTRIA: A NOTÍCIA NO/DO JORNAL E OS SIGNOS IDEOLÓGICOS

Na homenagem à Pátria, o desfile com uma bandeirinha ao ombro

IV A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA SEMANA DA PÁTRIA: A NOTÍCIA NO/DO JORNAL E OS SIGNOS IDEOLÓGICOS

Com base nos blocos temáticos construídos, passamos agora à apresentação detalhada dos dados empíricos que os compõem. Esta etapa da análise envolve a descrição das capas dos jornais selecionadas, priorizando não apenas os textos, mas também os elementos visuais nelas presentes. A proposta é observar de que forma a combinação entre imagem e palavra contribui para a difusão de valores cívicos e para a construção simbólica da infância nas comemorações da Semana da Pátria.

Serão apresentadas, para cada bloco, algumas capas representativas, escolhidas com base na qualidade das imagens e na legibilidade dos elementos visuais e textuais nelas contidos. O ponto de partida será o bloco *Semana da Pátria e a Notícia no Jornal*, cujos códigos configuram esse bloco estão ligados às matérias jornalísticas sobre a semana da pátria que apontam os desfiles como: *Um evento de graça, beleza e civismo puro, animação e entusiasmo; Espaço para exposições de Trombones, instrumentos de sopro e cantos; Apresenta meninos com vestimentas alusivas às Forças Armadas e ao Esporte; Meninas com vestimentas claras e mini saias; Quantifica do público presente nos desfiles; Destacam projetos que animam e preparam o público para os desfiles e destaca os ensaios ao ar livre.*

Posteriormente, trataremos de descrever as capas que competem ao bloco: **A Infância, Os símbolos e as Homenagens**, no qual os códigos deste bloco desdobram em matérias que apresentam as crianças como: *Mini soldados e de pouca idade; Destaca-se a presença de crianças com roupas das Forças armadas no desfile e no público; Acentua os símbolos patrióticos como Brasão do Pará, Bandeira do Brasil, Espadas Alegóricas, Tocha Olímpica, cata Vento, Faixa Presidencial e jornal impressos para homenagens nos desfiles; Fotografia de crianças aplaudindo os militares, as performances e competições e Meninas apresentando de minissaia e meninos carregando grandes instrumentos durante o desfile.*

Por último, serão descritas as imagens que comportam o bloco temático intitulado como: **A Infância no Subúrbio**, cujos códigos mostram que este bloco trata das matérias sobre as: *Escolas que desfilam nos bairros longe dos holofotes do centro; Escolas que protagonizam os desfiles nos bairros; Os subúrbios e ruas da cidade são diferenciados nos textos e o Patriotismo presente nos desfiles dos pequenos nos subúrbios.*

4.1. Semana da Pátria e a Notícia no Jornal

A análise das capas dos jornais que cobriram as festividades da Semana da Pátria em Belém do Pará, durante a década de 1970, revela uma complexa engrenagem simbólica na qual a infância é mobilizada como dispositivo de representação do projeto nacional. As edições do jornal *O Liberal*, em particular, evidencia um esforço sistemático de construção discursiva sustentada pela performatividade do civismo escolarizado, no qual crianças, escolas e famílias são convocadas a encenar a celebração da Pátria sob a vigilância estética da mídia. O jornal, nesse contexto, não se limita a registrar os fatos, mas atua como agente ativo na produção de uma narrativa ideológica que associa ordem, disciplina, obediência e identidade nacional ao corpo infantil.

O conceito de signo ideológico, conforme formulado por Bakhtin (2011), é central para compreender a natureza dos enunciados visuais e textuais presentes nas capas. Todo signo ideológico constitui um ponto de interseção entre consciências sociais em disputa: ele não apenas reflete a realidade, mas participa ativamente da sua construção, modelando-a segundo interesses específicos. Nas capas analisadas, elementos como bandeiras, poses rígidas, uniformes, faixas e adereços operam como signos que articulam, performam e cristalizam um olhar normativo sobre a infância. Trata-se de uma infância submetida à lógica da funcionalidade, da homogeneidade e da disciplinarização simbólica.

Antes de adentrar nas análises específicas das imagens, é importante destacar como o discurso jornalístico constrói a infância por meio de palavras e expressões carregadas de sentidos historicamente situados. Nos títulos e legendas das capas analisadas, as crianças são frequentemente designadas por termos como “crianças”, “meninos”, “meninas”, “criançada” e “petiz”. A esses nomes somam-se descrições que compõem imagens idealizadas da infância, como “alma inocente do petiz”, “figuras graciosas”, “crianças em trajes típicos”, “pequenos atletas”, “mini soldados”, além de expressões como “criançada desfilando”, “estudantada”, “crianças homenageando a Pátria” e “apresentações das crianças foram um sucesso”. Tais expressões evocam uma infância idealizada e evocam pureza, docilidade e civismo. Segundo Bakhtin cada palavra carrega uma memória discursiva, povoada por vozes sociais que a antecedem. Assim, esses termos não apenas descrevem, mas inscrevem as crianças em uma narrativa de obediência e idealização.

Na perspectiva bakhtiniana (2002), cada palavra carrega uma memória discursiva, povoada por vozes sociais que a antecedem. Assim, ao empregar esses termos para se referir à infância nos jornais da década de 1970, o discurso jornalístico não apenas descreve eventos, mas inscreve a criança em uma narrativa de obediência e idealização. Os enunciados operam

como signos ideológicos que moldam o olhar do leitor e estabilizam sentidos sociais. A infância ali representada não é um sujeito de direitos, mas uma figura moldada para a exibição pública e para a reafirmação de valores nacionais. Em vez de múltiplas infâncias, o que se apresenta é uma imagem única, homogênea, obediente, uma infância convocada a performar o civismo sob o olhar atento da mídia e do Estado.

Conforme salienta Bakhtin (2002), a linguagem é sempre um campo de forças, atravessada por múltiplas vozes sociais em constante confronto e negociação. O sentido das palavras não é fruto de uma interioridade individual, mas se forma na fronteira entre diferentes consciências, na interação entre sujeitos historicamente situados. Cada enunciado carrega ecos de outros discursos, carrega intenções alheias, valores, posicionamentos. No caso das capas analisadas, os termos utilizados para se referir às crianças não se limitam à descrição de eventos: eles projetam sobre os sujeitos infantis uma determinada visão de mundo. Ao serem inseridas em um discurso que celebra civismo, disciplina e exaltação da pátria, essas palavras constroem uma narrativa que mobiliza a infância como signo de ordem e pertencimento, ajustando-a as demandas simbólicas de um regime autoritário.

Nesse sentido, é importante considerar que a abordagem da infância nos desfiles escolares difere substancialmente de coberturas jornalísticas voltadas a situações de risco ou abandono. A pesquisa de Pinheiro (2013) mostra que nesses casos predominam expressões como “*sem destino*”, “*desvalida*” e “*sofrida*”, construindo uma imagem de infância como figura da perda e da marginalização. Já no gênero da cobertura cívica, foco deste estudo, a infância é representada de modo idealizado, a criança aparece como emblema da nação, convocada a performar a esperança e a disciplina. Nas capas de jornais, como *O Liberal*, as crianças não são retratadas como vítimas ou sujeitos excluídos, mas como protagonistas de uma encenação pública que celebra a disciplina, a obediência e o civismo.

Essa diferenciação reforça como diferentes gêneros jornalísticos constroem concepções específicas de infância, alinhadas a finalidades distintas. Nesse contexto, a criança é representada como emblema da ordem, da disciplina e da esperança nacional, funcionando como elemento de coesão simbólica. Ao mesmo tempo, essa representação idealizada opera como estratégia de encobrimento das desigualdades sociais, na medida em que desloca o foco das condições concretas da infância para sua valorização abstrata e instrumentalizada nos rituais públicos de exaltação à nação, pautados pela ordem e pela reverência aos símbolos pátrios.

A delimitação desse foco analítico é, portanto, essencial para evitar a aplicação indevida de categorias que não dialogam com o *corpus* empírico. As capas selecionadas não inscrevem

a infância em registros de miséria ou abandono explícito, mas a projetam como figura simbólica de um sujeito civilizacional em formação, o “*soldadinho da pátria*”, o “*pequeno atleta*”, a “*menininha elegante*”. Essas representações operam como signos ideológicos de um projeto modernizador nacionalista, que se sustenta na exibição pública do corpo infantil como encarnação dos valores da pátria, da disciplina e da obediência.

Esse efeito de significação revela como a linguagem jornalística opera como produto ideológico, no sentido bakhtiniano do termo. Como destaca Bakhtin (2011), o signo nunca é neutro: ele emerge de relações sociais concretas, povoadas de intenções e disputas. Ao organizar os enunciados, o jornal seleciona vozes, privilegia sentidos e silencia dissensos. Nas matérias analisadas, a infância é predominantemente representada como categoria simbólica subordinada, ora dócil e disciplinada, ora carente e vulnerável, mas sempre desprovida de agência própria.

Expressões como “*petiz*”, “*alma inocente*” ou “*figura graciosa*” conferem uma aura de ternura que, na verdade, reforça a imagem da criança como sujeito passivo, convocado a performar valores nacionais previamente definidos. Do mesmo modo, os adjetivos voltados à exaltação aplicados aos desfiles, “*impecáveis*”, “*cadenciados*”, “*vibrantes*”, não apenas estetizam a cena, mas ocultam os mecanismos de disciplinamento e controle.

Nas imagens analisadas, os sentidos ideológicos ganham forma visual. A Imagem 01, publicada na capa de *O Liberal* em 6 de setembro de 1970, apresenta crianças pequenas em triciclos decorados com bandeiras do Brasil, sob o olhar vigilante de um adulto. À primeira vista, trata-se de uma cena aparentemente ingênua, marcada por cores patrióticas e sorrisos infantis. No entanto, essa estética da inocência oculta a operação simbólica ali contida que é o uso do corpo infantil como recurso visual para encenar o ideal nacional. O evento é apresentado como um instante de alegria e pureza, mas carrega a marca de uma infância convocada a performar o civismo, ajustada às expectativas de uma ordem que se quer harmônica e disciplinada.

Imagem 1 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1970



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A legenda da imagem acentua esse enquadramento: ao exaltar “*a alma inocente do petiz*” que “*desperta para o brado cívico que ecoa no país*”, a linguagem adota um tom afetivo, hiperbólico e nacionalista. Expressões como “cada carrinho uma bandeira, cada coração uma chama” não apenas poetizam o momento, mas fixam a criança como metáfora da Pátria, uma Pátria pacificada, obediente e una. Essa construção simbólica não é neutra: ela organiza o sensível, conforme propõe Rancière (2005), ao selecionar o que pode ser visto, sentido e compartilhado como legítimo no espaço público. A criança que sorri no triciclo, nesse contexto, torna-se um corpo autorizado a aparecer, desde que adaptado à lógica da exaltação nacional.

Essa autorização da infância a figurar no espaço público não ocorre em qualquer forma: ela depende da docilização do corpo, como analisa Foucault (1999), transformado em superfície de inscrição de valores e expectativas institucionais. O gesto performático da criança, mesmo que não intencional, é capturado, enquadrado e reinscrito por um discurso que a apresenta não como sujeito de direitos ou agente de expressão, mas como emblema nacional em miniatura. A performance cívica, celebrada como encantadora, mascara um processo sistemático de disciplinarização simbólica que se exerce desde os primeiros anos de vida.

A análise de Pasquali (2024) aprofunda essa leitura ao enfatizar que os signos ideológicos não operam isoladamente, mas sempre dentro de campos de forças sociais e

políticas. A repetição de determinadas expressões nas capas dos jornais contribui para consolidar um imaginário de infância como corpo harmonioso, dócil e patriótico, apagando os conflitos e pluralidades que a constituem. Não se trata, portanto, de um simples registro fotográfico, mas de uma imagem construída para produzir adesão e emoção, ativando consensos sob o manto da ternura.

Bakhtin (2002) adverte que o sentido da palavra não nasce de seu interior, mas da fronteira entre consciências sociais. É precisamente nesse limite que o jornal opera: organiza um enunciado que, ao parecer celebrar a espontaneidade infantil, fabrica um discurso de consentimento político. A criança, nesse caso, não é apenas visível, ela é moldada, espetacularizada, instrumentalizada para reforçar uma pedagogia da obediência. A inocência, evocada como traço natural, é antes um recurso retórico mobilizado para consolidar valores autoritários.

Assim, ao observarmos a Imagem 01 com atenção crítica, compreendemos que não se trata de um simples “*instante glorioso*”, como sugere a legenda, mas de uma operação simbólica sofisticada. É na aparente simplicidade da imagem, a criança no triciclo, a bandeira hasteada, a frase poética, que o discurso ideológico encontra terreno fértil para se naturalizar. E é justamente essa naturalização da ordem, da harmonia e da infância apaziguada que precisa ser desvelada, denunciada e historicamente contextualizada.

A Imagem 02, publicada na capa de O Liberal em 5 de setembro de 1973, retrata duas crianças marchando com passos sincronizados, uniformes perfeitamente alinhados e expressões concentradas. O texto que acompanha a imagem não apenas descreve a cena, mas elabora uma narrativa impregnada de afetividade e encantamento: as crianças são apresentadas como responsáveis por “*dar um colorido especial à cidade*”, envergando seus “*impecáveis pequenos uniformes*”. Essa formulação, aparentemente ingênua, revela um processo de estetização da infância, no qual a pureza e a doçura são associadas a valores como ordem, disciplina e patriotismo.

Imagem 2 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 05 de setembro de 1973



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

Contudo, por trás dessa imagem encantadora, como aponta Pasquali (2024), há coreografia, controle e intencionalidade institucional. A sincronia dos passos, os trajés impecáveis e a rigidez das expressões revelam que o corpo infantil é treinado e moldado para performar publicamente os valores do civismo. A espontaneidade evocada pela frase “*cadenciando e vibrando ao som dos tambores*” é apenas aparente. Trata-se de uma espontaneidade disciplinada, construída no interior de práticas escolares, familiares e midiáticas que organizam a infância como espetáculo de docilidade e adesão simbólica ao projeto de nação.

Como aponta Foucault (1977), práticas como essa moldam os corpos desde cedo, tornando-os funcionalmente disponíveis para a reprodução de normas e expectativas sociais. Aqui, o desfile atua como vitrine disciplinar, onde os sujeitos infantis são apresentados de forma a reafirmar os valores de conformidade e reverência à autoridade. Mas ao invés de repetir um padrão, essa imagem o atualiza: ela coloca a infância em cena não como expressão, mas como execução, uma ação coreografada que legítima, pela estética, uma pedagogia do dever.

Essa representação dialoga diretamente com a concepção bakhtiniana de linguagem como território de disputa. Bakhtin (2002) aponta que toda palavra, toda imagem, está povoada de vozes sociais, vozes que disputam sentidos, que evocam valores, memórias, projetos de sociedade. Ao apresentar a criança como sujeito cívico precoce, harmonioso e patriótico, o discurso jornalístico articula uma voz oficial, portadora dos valores do regime, que sobrepõe outras vozes possíveis da infância, como as de crítica, desvio ou questionamento. O silêncio dessas vozes configura um processo de monologização, no qual a linguagem se afasta do

diálogo genuíno e se torna instrumento de imposição ideológica.

A infância é, assim, transformada em zona de silêncio político: seu protagonismo aparente camufla sua instrumentalização simbólica como veículo de adesão e consenso. O discurso jornalístico estabelece uma narrativa em que o ideal nacional é encarnado na docilidade do corpo infantil.

A expressão “configuração ideológica da infância”, cunhada por Pasquali (2024), torna-se aqui operativa para analisar como a criança é representada como emblema do nacionalismo, símbolo da obediência e da esperança, desde que disciplinada e performando adequadamente. O desfile, portanto, ultrapassa a função de comemoração e se constitui como rito de ordenamento simbólico, que reafirma uma memória social centrada na ordem, na pureza e no civismo coreografado.

Ao analisarmos criticamente a Imagem 02, percebemos que não se trata apenas de duas crianças em marcha. O que está em cena é a própria infância convertida em signo, submetida a uma lógica de espetacularização que oculta a complexidade dos sujeitos e consagra uma pedagogia da obediência. A harmonia visual da cena é, ao mesmo tempo, sedutora e disciplinadora, e é justamente essa ambiguidade que precisa ser desvelada.

Neste enquadramento, a infância é convertida em produto ideológico, um enunciado visual que naturaliza valores autoritários sob a aparência da inocência, o que confirma o caráter refratário e socialmente orientado de todo signo, conforme argumenta Bakhtin (2002). A imagem, ao refratar os corpos infantis em marcha, projeta uma aparência de espontaneidade, mas essa aparência esconde as determinações históricas e institucionais que a configuram. Trata-se de uma refração ideológica, no sentido bakhtiniano, que mascara o conflito e a dominação por meio da estetização da ordem.

Por fim, exemplos de contradições sutis e vozes que escapam ao controle podem ser observados em pequenos gestos não alinhados ou em expressões que fogem ao padrão, por vezes capturadas nas fotografias, um sorriso tímido, um olhar disperso ou um cartaz improvisado ao fundo. Esses detalhes, quase imperceptíveis, indicam que mesmo em contextos de forte disciplinamento, o discurso não se torna completamente homogêneo, preservando tensões e possibilidades latentes de significação divergente. Esses traços de alteridade são fundamentais para a compreensão bakhtiniana da linguagem como lugar de tensões, indicando que mesmo a mais rígida monologização está sujeita a rupturas e à emergência de vozes outras.

A Imagem 03, publicada na capa do jornal *O Liberal* em 5 de setembro de 1978, apresenta uma cena repleta de contrastes simbólicos e afetivos. Nela, crianças pequenas, muitas

ainda em idade de alfabetização, caminham em formação pelas ruas de Belém. Elas são acompanhadas por mulheres adultas que, possivelmente mães ou professoras, seguram suas mãos e assumem um papel de cuidado e condução. Essa composição reforça o elo entre família, escola e Estado na mediação da participação infantil em rituais de celebração da pátria, compondo uma cena que combina ordem e afeto, disciplina e proteção.

Imagem 3 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 05 de setembro de 1978

Sete mil escolares desfilam hoje



Do maternal e alfabetização, ou mesmo primeiro grau, dez mil crianças desfilaram ontem.

TRANSCRIÇÃO: “Do maternal e alfabetização, ou mesmo primeiro grau, **dez mil crianças** desfilaram ontem.”

Ontem foram dez mil alunos de diversas escolas de primeiro grau que desfilaram por toda a cidade, nas comemorações da Semana da Pátria. Hoje, será o desfile tradicional dos colégios que percorrerá a avenida Magalhães Barata, levando às ruas um contingente de sete mil escolares em passo cadenciado por suas bandas marciais. Que têm peculiaridades próprias, como a do IEP, onde homem não toca. Ou novidades, como a da Escola Técnica Federal do Pará, toda renovada em seus elementos, despida, este ano, do fardamento de gala. A SEDUC espera terminar o desfile no prazo previsto: por isso, não haverá cadências lentas. O Detran já interditou as ruas necessárias, que ficarão vedadas ao tráfego a partir das primeiras horas da manhã. Nenhum carro alegórico vai desfilar. Ontem, trinta atletas fizeram a corrida do Fogo Simbólico da Pátria, guardado, desde então, por guardas de honra especiais. (Pag. 14 e 15)

TRANSCRIÇÃO: “Ontem foram **dez mil alunos** de diversas escolas de primeiro grau que desfilaram por toda a cidade, nas comemorações da Semana da Pátria. **Hoje, será o desfile tradicional dos colégios que percorrerá a avenida Magalhães Barata**, levando às ruas um contingente de **sete mil escolares em passo cadenciado por suas bandas marciais**. Que têm peculiaridades próprias, como a do IEP, onde homem não toca. Ou novidades, como a da Escola Técnica Federal do Pará, toda renovada em seus elementos, despida, este ano, do fardamento de gala. A SEDUC espera terminar o desfile no prazo previsto: por isso, não haverá cadências lentas. O Detran já interditou as ruas necessárias, que ficarão vedadas ao tráfego a partir das primeiras horas da manhã. Nenhum carro alegórico vai desfilar. Ontem, **trinta atletas fizeram a corrida do Fogo Simbólico da Pátria**, guardado, desde então, por guardas de honra especiais. (Pag. 14 e 15).”

Grifos nossos

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A cena da imagem 03 remete à leveza e ao carinho, com crianças sorridentes usando uniformes escolares e, em alguns casos, roupas esportivas. Essa sobreposição de elementos cotidianos e formais sugere a tentativa de harmonizar infância e civismo. No entanto, o texto que acompanha a fotografia caminha em outra direção. O destaque recai sobre a eficiência da organização do evento, sobre o cumprimento de prazos e sobre a magnitude logística do desfile:

“dez mil crianças desfilaram”, “não haverá cadências lentas”, “encerramento no prazo previsto”. As expressões celebram não a experiência das crianças, mas o êxito do espetáculo como demonstração de ordem.

Mesmo que a imagem registre um momento de ternura e presença feminina, ela é inserida em um contexto discursivo que valoriza outros aspectos. A manchete, em destaque gráfico, concentra-se no número expressivo de escolas previstas para o desfile do dia seguinte, deslocando o foco do registro fotográfico para a dimensão programática do evento. A fotografia refere-se ao desfile que já ocorrera no dia anterior, protagonizado por dez mil crianças da educação infantil e do ensino de primeiro grau, mas a cobertura textual da página pouco se dedica à descrição dessa participação, priorizando a organização e a logística do desfile seguinte, envolvendo sete mil escolares e suas bandas marciais.

Essa dissociação entre imagem e texto revela uma operação discursiva em que a infância é visibilizada, mas não escutada, muito menos narrada com profundidade. Essa tensão reflete um processo de monologização discursiva, conforme Bakhtin (2002), no qual prevalece a voz oficial do civismo em detrimento da pluralidade de experiências infantis. A repetição insistente da palavra “desfile” reforça não apenas a prática cívica, mas a exaltação de um ideal nacional centrado na disciplina e no rendimento. A criança que marcha passa a carregar consigo as expectativas de uma nação controlada e harmônica.

A análise de Pasquali (2024) reforça essa leitura ao mostrar que os discursos sobre a infância, ao enfatizarem aspectos como obediência, pureza e exemplaridade, tendem a esvaziar o sujeito infantil de agência e complexidade. A criança se torna, assim, uma metáfora funcional, convocada a representar um ideal de nação, enquanto suas vivências concretas são deixadas em segundo plano. O gesto de condução da professora, por exemplo, revela menos um ato de cuidado espontâneo e mais uma ação de controle performado. A figura feminina, nesse contexto, é convocada a garantir a ordem e reforçar o rito disciplinar.

Além disso, a inclusão da *“corrida do Fogo Simbólico da Pátria”* e da vigilância por uma *“honra especial”* amplia o caráter ritualístico da celebração e a sacralização dos símbolos nacionais conectando o desfile infantil a uma liturgia cívica mais ampla. A infância e o feminino são integrados a esse processo como figuras que legitimam e embelezam o rito. A leveza das crianças, seus uniformes esportivos, e até mesmo objetos como uma bola de futebol, são absorvidos por um contexto que exige desempenho, estética e civismo.

A imagem mostra como mulheres e crianças são mobilizadas juntas para representar valores nacionais em um espaço público cuidadosamente coreografado. Essa relação entre

cuidado e vigilância escancara as camadas de poder que estruturam as celebrações cívicas. Como ressaltava Bakhtin (2002) o discurso nunca é neutro. Ele traz as marcas das vozes que o constituem e, neste caso, são as vozes do Estado, da escola e da tradição que organizam a cena e a transformam em símbolo de um projeto nacional disciplinado.

Como foi evidenciado, o jornal *O Liberal* não apenas noticia eventos, mas contribui ativamente para a produção de sentidos sobre a infância. O uso de manchetes com destaque para os números, como “dez mil crianças desfilaram”, ou para a estética das apresentações, “uniformes impecáveis”, desloca o foco do sofrimento e das condições materiais dessas crianças para uma valorização da performance pública, da obediência e da ordem. Nesse contexto, a linguagem jornalística opera como um campo de produção e circulação de sentidos sobre a infância, articulando elementos visuais e textuais que reforçam determinados valores sociais e políticos. As imagens analisadas sugerem a construção de uma infância desejável ao projeto de nação, moldada para exibir civismo, saúde e disciplina. Ainda assim, essa imagem idealizada aparece dissociada da realidade concreta vivida por esses sujeitos.

Ao contrastarmos esse repertório com outros usos jornalísticos da infância, como aponta a pesquisa de Pinheiro (2013), que examina o tratamento dado à infância paraense no início do século XX, percebe-se uma mudança significativa nas estratégias discursivas. Enquanto termos como “desvalida”, “sem destino” ou “sofrida” figuravam com frequência nas primeiras décadas do século, associando a infância pobre ao abandono e à carência, nas coberturas da Semana da Pátria a representação se desloca para a idealização. A infância é retratada como ordeira, disciplinada e vestida com esmero, ocupando a linha de frente dos desfiles e assumindo a função simbólica de anunciar um futuro promissor. Mesmo quando o tom do discurso parece elogioso, ele ainda preserva traços de instrumentalização. A criança é chamada a representar um papel: o da esperança nacional, da beleza da pátria, da pureza sob vigilância.

Por isso, uma leitura crítica das palavras e imagens mobilizadas nos jornais permite reconhecer como esses discursos são atravessados por camadas ideológicas que moldam o olhar social sobre a infância. O vocabulário que nomeia a infância pobre, como “sem sorte”, “desvalida”, “triste”, “sofrida” (Pinheiro, 2013), não apenas reflete uma realidade social, mas também a produz discursivamente, estabilizando uma percepção que associa infância popular à precariedade e à tutela, apagando as possibilidades de ruptura, resistência ou protagonismo.

Esse processo evidencia algo essencial: os meios de comunicação também exercem uma função pedagógica. A mídia não apenas relata, mas educa o olhar. Ela orienta sobre o que deve ser admirado, valorizado e reproduzido. Ensina o que é uma “criança exemplar” por meio das

palavras escolhidas, das imagens em destaque, das manchetes ampliadas e dos enquadramentos gráficos que projetam certos corpos como legítimos representantes da nação. Assim, a narrativa midiática promove a visibilidade pública dessas crianças enquanto colabora para estabelecer normas de conduta, civismo e docilidade, mesmo sob esforço físico, sob o sol escaldante ou sob o silêncio das experiências reais.

Ao lançar mão da perspectiva bakhtiniana, especialmente do conceito de dialogismo, torna-se possível compreender que o discurso jornalístico não se estabelece de forma unívoca, mas opera a partir da sobreposição de vozes sociais, tensionando sentidos. O que está em jogo não é apenas uma cobertura jornalística de festas escolares, mas a consolidação de uma ideia de infância que precisa, desde cedo, aprender a obedecer e representar. Uma infância que se transforma em vitrine de valores adultos, em vitrine da pátria. E é por isso que precisamos olhar para essas imagens com olhos atentos: para perceber o que elas mostram, e o que silenciam. Para ouvir, por trás da música dos tambores, as vozes que moldam o que significa, afinal, ser criança nesse país.

É nesse ponto que a análise visual das capas do jornal encontra eco nas narrativas de memória daqueles que viveram a infância durante a ditadura militar. As imagens jornalísticas de crianças em formação cívica encontram sua contrapartida subjetiva nas marcas deixadas por um projeto de infância vinculado à ordem, à disciplina e à moralização dos corpos infantis. A esse respeito, é fundamental destacar a pesquisa de Salgado, Amaro e Ferreira (2023), que evidencia como as memórias desse período revelam a atuação de pedagogias autoritárias, baseadas na disciplina, nas normas de gênero e na construção de uma infância idealizada, moldada para servir ao projeto de nação.

Tais memórias, ancoradas em experiências de controle corporal, silenciamento afetivo e hierarquização de papéis sociais, mostram como a infância foi forjada a partir da negação da diferença, em nome da manutenção da ordem nacional. Em instituições como a escola e a família, a infância foi associada à menoridade, à ignorância e à inocência, promovendo a sistemática despolitização das crianças enquanto sujeitos históricos e sociais.

Esse processo de apagamento assumiu contornos explícitos nas práticas escolares e familiares. As crianças eram mantidas afastadas da realidade político-histórica — muitas vezes silenciadas pelo medo ou pela crença de que não possuíam competência para compreender a vida pública. Como discutem Salgado, Amaro e Ferreira (2023), trata-se de uma política de separação do vínculo social, configurando o que as fontes denominam de “infância apagada” ou “criança idiota”, no sentido clássico do termo: aquela que é excluída do debate público e

mantida na ignorância ativa.

Contudo, mesmo diante do peso desse projeto normativo, os relatos analisados revelam fissuras. Algumas memórias indicam a existência de brechas e deslocamentos subjetivos que escaparam à lógica da dominação. Essas experiências, revisitadas na vida adulta, são reinterpretadas como formas de resistência silenciosa. Muitos daqueles que, em suas infâncias, estiveram imersos nas práticas de docilização, posteriormente se engajaram em movimentos sociais e políticos, fazendo de suas trajetórias um ato de subversão e denúncia das violências vividas.

Dessa forma, a infância, no contexto da ditadura militar, aparece como um campo de disputa simbólica e política, atravessada por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, classe, território e sexualidade. A repressão estatal não se dirigia apenas aos adultos considerados dissidentes, mas também produzia infâncias idealizadas, obedientes e desprovidas de voz. Resignificar essas experiências, por meio da escuta e da narrativa, é um exercício ético e político que desafia a pedagogia do esquecimento e contribui para a reatualização crítica da memória histórica brasileira.

As imagens analisadas evidenciam como o corpo infantil é inserido em uma lógica de normatização que ultrapassa os espaços tradicionalmente associados ao exercício do poder disciplinar. Em eventos como os desfiles escolares, práticas como a marcha ritmada, o uso de uniformes padronizados, a repetição de gestos ensaiados e a disposição ordenada dos corpos expressam, na superfície do cotidiano festivo, os mecanismos descritos por Foucault (1999) como parte do funcionamento das instituições disciplinares. O corpo das crianças é preparado, exposto e celebrado não apenas como expressão de civismo, mas como veículo de inculcação de condutas desejáveis, que associam ordem, obediência e rendimento. Assim, mesmo sob o verniz do espetáculo cívico, o que se observa é a atualização de técnicas de docilização, nas quais a infância é mobilizada como território estratégico de controle simbólico e social.

Ao registrar essas cenas, o jornal não apenas relata um fato, mas participa ativamente da construção de um imaginário de nação que celebra a conformidade como virtude. Essa representação do corpo infantil, limpo, alinhado, sorridente, produtivo, contribui para o que Raymond Williams (2011) entende como constituição cultural da realidade social: um processo pelo qual certos significados são reiterados e naturalizados em detrimento de outros. Ao estetizar os eventos cívicos e privilegiar imagens de harmonia e disciplina, o discurso jornalístico esconde as tensões e os esforços por trás da performance infantil, apagando os processos históricos e sociais que moldam essas representações. O resultado é uma imagem da

infância moldada para corresponder às expectativas de um projeto nacional autoritário, onde a docilidade e o controle são estetizados como patriotismo e entusiasmo espontâneo.

A disposição dessas imagens nas capas do jornal reforça a construção simbólica da infância como signo da nação disciplinada. Como analisa Barros (2019), a parte superior da primeira página constitui um espaço privilegiado de visibilidade e autoridade. Ao colocar ali as imagens de crianças desfilando, o jornal eleva esses corpos à condição de representação exemplar do civismo oficial e da adesão coletiva. Não se trata de qualquer infância: são figuras cuidadosamente selecionadas, que marcham, vestem-se segundo padrões normativos e exibem uma alegria compatível com a harmonia exigida por um ideal nacional homogêneo e ordenado.

Mais do que apenas ilustrar, essas imagens funcionam como molduras interpretativas que orientam o olhar do público e organizam os sentidos possíveis. Como propõe Rancière (2005), a partilha do sensível determina o que pode ser visto, ouvido ou legitimado. Títulos como “*dez mil crianças desfilaram*” ou “*uniformes impecáveis*”, em destaque gráfico, reforçam a narrativa de sucesso e grandiosidade do evento. Com isso, aspectos menos visíveis, como o cansaço físico, o esforço exigido ou os mal-estares documentados em colunas secundárias, são silenciados em nome da harmonia da imagem.

Assim, a representação da infância nas capas do jornal O Liberal durante a Semana da Pátria constrói um discurso visual e textual que mobiliza signos ideológicos voltados à celebração da disciplina e da ordem como virtudes nacionais. A criança aparece como figura que performa valores considerados fundamentais, obediência, civismo e integração à coletividade. Nessa lógica, a mídia não apenas informa: ela conforma. Atua como produtora de sentidos que legitimam uma visão autoritária e homogênea de nação, estetizando o controle social por meio da figura infantil.

4.2. As infâncias, os símbolos e as homenagens

Neste tópico, seguimos examinando as formas como a infância é representada e mobilizada nas capas do jornal *O Liberal*, agora com foco em um conjunto de imagens que articulam os corpos infantis aos símbolos nacionais e às homenagens realizadas durante os desfiles da Semana da Pátria. Diferentemente do bloco anterior, que enfatizou a centralidade das crianças como protagonistas dos rituais cívicos, o que se destaca aqui é a multiplicidade de posições atribuídas à infância: em alguns momentos, ela aparece como agente que desfila; em outros, como figura que observa ou como destinatária de gestos de reverência. Em cada uma

dessas situações, observa-se uma produção visual e discursiva que contribui para a construção de sentidos sobre o lugar social e simbólico da criança no imaginário nacional. A infância é, assim, reiteradamente convocada a participar de um projeto de nação, seja por meio da exposição pública de seus corpos, seja pela instrumentalização afetiva de sua imagem em nome de ideais de unidade, civismo e patriotismo.

O jornal não apenas registra as cenas, ele escolhe o que mostrar, como mostrar e com quais palavras enquadrar cada imagem. Como será apresentado ao longo da seção as imagens representam a criança que recebe a homenagem do soldado; o grupo que carrega a tocha; a menina sorridente com a faixa presidencial, tudo é cuidadosamente construído para reforçar uma imagem harmônica da nação. Não se trata de qualquer infância, mas de uma infância disciplinada, em formação, que representa a esperança do país. O uso de expressões como “mini-soldados”, “os de pouca idade”, “alma inocente dos petizes” revela um esforço em naturalizar o papel das crianças nesses rituais, atribuindo-lhes uma espécie de vocação cívica.

Esse processo de nomeação e enquadramento linguístico, conforme o conceito de dialogismo em Bakhtin (2002), evidencia a disputa de sentidos na linguagem, na medida em que cada uma dessas expressões convoca vozes sociais anteriores e reafirma uma imagem homogênea da infância, silenciando possíveis discordâncias ou pluralidades.

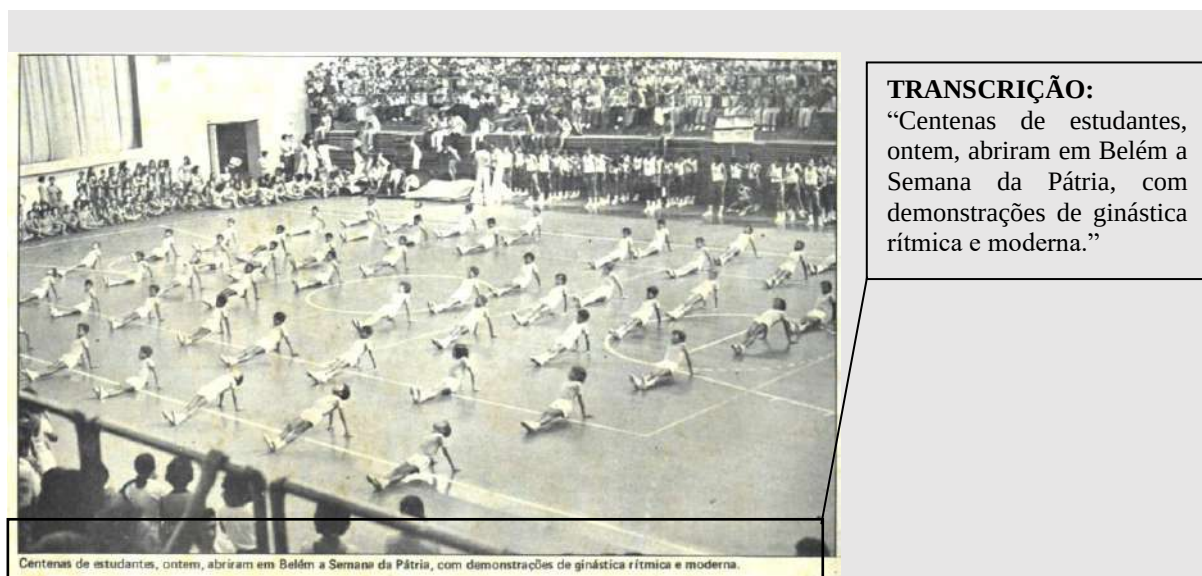
As homenagens aparecem, muitas vezes, como momentos de consagração simbólica. Mas o que há por trás desses gestos? Quando observamos que o único símbolo visível na imagem de um soldado homenageando uma criança é a arma, ou quando percebemos que as meninas aparecem sempre com seus corpos expostos à apreciação estética, percebemos que o discurso é mais profundo do que parece. O civismo se mistura à vigilância, a leveza do espetáculo esconde o peso da ideologia.

O que esta seção propõe, portanto, é olhar para essas imagens com atenção crítica: escutar o que dizem, mas também o que silenciam, perceber o que naturalizam, mas também o que tornam invisível. Ao fazer isso, é possível compreender como a infância se torna um emblema da pátria desejada, e como, por trás do sorriso de uma criança uniformizada, se articula um projeto político que ensina a obedecer, a desfilar e a representar.

É nesse horizonte de análise, em que estética, simbolismo e ideologia se entrelaçam, que se insere a Imagem 04, publicada na capa do jornal *O Liberal* em 2 de setembro de 1976. A fotografia apresenta uma cena da abertura da Semana da Pátria em Belém: dezenas de crianças organizadas em formação coreográfica realizam movimentos de ginástica rítmica em uma quadra escolar lotada. A estética da apresentação chama atenção pela simetria e pela leveza

dos gestos, compondo um espetáculo de ordem e beleza que reforça o caráter celebratório e patriótico da ocasião.

Imagem 4 Fragmento da capa do jornal *O Liberal* de 02 de setembro de 1976



Fonte: Arquivo público da Biblioteca Arthur Viana (2024).

Um dos elementos mais expressivos da Imagem 04 está no contraste entre a espontaneidade infantil e a rigidez do gesto ensaiado. A apresentação coreografada, com movimentos sincronizados, alinhamentos padronizados e gestos plásticos⁹ cuidadosamente executados, como se o corpo fosse uma matéria “moldável” para produzir efeitos visuais desejados, nesse caso, efeitos de beleza, simetria e disciplina revela uma infância orientada por padrões de conduta que respondem a expectativas institucionais. O que poderia ser entendido como brincadeira ou expressão corporal livre é reorganizado como tarefa, como performance de um civismo moldado. A coreografia imposta às crianças reconfigura o brincar como tarefa funcional. A leveza esperada da infância é ressignificada como plasticidade disciplinada, uma expressão visual do que se entende como infância útil à ordem.

Tal movimento de reorganização simbólica evidencia o que Bakhtin (2011) conceitua como refração: os signos ideológicos não espelham passivamente a realidade, mas a transformam, projetando sobre ela os valores, interesses e tensões sociais que os produzem. No caso da Imagem 04, a organização coreográfica dos corpos infantis, seus movimentos

⁹ Queremos dizer que os movimentos das crianças não são espontâneos ou naturais, mas sim construídos e ensaiados para parecerem “bonitos” ou “coerentes” com uma estética de ordem, como num balé ou numa apresentação cívica onde cada gesto tem uma forma, um ritmo e um enquadramento visual previamente definido.

sincronizados, os gestos repetidos, os alinhamentos rigorosos, não comunica liberdade ou ludicidade, mas sim controle e padronização. Trata-se de uma encenação cuidadosamente construída, em que o corpo da criança é convertido em dispositivo visual de obediência, apagando os traços espontâneos e singulares da infância em nome da harmonia institucionalizada. Essa operação simbólica encontra respaldo direto nas palavras de Bakhtin:

Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte *da unidade da consciência verbalmente constituída*. A consciência tem o poder de abordá-lo verbalmente. Assim, ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais, como as ondulações concêntricas à superfície das águas, moldam, por assim dizer, cada um dos signos ideológicos. Toda *refração ideológica do ser em processo de formação*, seja qual for a natureza de seu material significante, *é acompanhado de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação (2011, p. 36, grifos do autor).

Em outras palavras, o que se vê nas capas dos jornais, como a Imagem 04, não é um retrato direto da realidade, mas uma mediação ideológica densamente marcada por intenções políticas e pedagógicas. Os corpos infantis, ainda em formação, são materializados como signos refratados de uma infância desejável, obediente, dócil, performática. Como o próprio autor reforça:

As leis da refração ideológica da existência em signos e em consciência [...] devem ser estudadas, antes de mais nada, a partir desse material que é a palavra. [...] A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas ‘imanentes’ consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico* (Bakhtin, 2011, p. 36-37).

Portanto, o desfile, como expressão simbólica e midiática, opera um duplo gesto: estetiza o corpo infantil e, ao mesmo tempo, o instrumentaliza como suporte de uma narrativa nacionalista que disfarça controle sob a aparência de festa. Nesse processo, a infância se torna signo, e a linguagem, ferramenta de refração ideológica que orienta o olhar social sobre o que se deve ver, admirar e repetir.

Outro ponto, são as roupas claras utilizadas pelas crianças que reforçam uma estética associada à pureza e à inocência, atributos frequentemente mobilizados nos discursos nacionalistas. Nas laterais da quadra, observa-se um público também escolar, atento e bem organizado, compondo um cenário de participação cívica coletiva. A escola, nesse enquadramento visual, deixa de ser apenas um espaço pedagógico e transforma-se em palco de uma encenação nacionalista que utiliza o corpo infantil como veículo simbólico da pátria em

formação como pode ser confirmado pelas pesquisas de Bencostta (2006, p. 270) “[...] os desfiles não se revelavam como uma mera descontinuidade do tempo da escola, mas intercalados por ele, tornando necessário reunir o empenho e os sentimentos de adesão de alunos e professores”.

A quadra escolar, espaço tradicionalmente vinculado ao brincar, ao movimento livre e à convivência espontânea, é convertida, nas comemorações da Semana da Pátria, em um palco cívico no qual a infância é coreografada como imagem da nação. Esse deslocamento de função do espaço revela mais do que uma reorganização prática ela vai ser um processo de reconfiguração simbólica, em que os territórios da infância são instrumentalizados por projetos institucionais, transformando o lúdico em dispositivo de encenação ideológica, isso é o que a semiótica nos ajuda a observar. A escola, nesse contexto, não apenas educa formalmente, mas ensina a performar a nação, inscrevendo nos corpos infantis os valores dominantes do nacionalismo, da ordem e da disciplina.

Como destaca Bourdieu (2007), o corpo é o lugar privilegiado de inscrição dos esquemas sociais. Segundo o autor, o *habitus* é um “[...] sistema de disposições duráveis e transferíveis [...]” que internaliza as estruturas do mundo social, funcionando como “[...]uma matriz de percepções, apreciações e ações [...]” (Bourdieu, 2007, p. XL-XLI). É pelo corpo que se dá essa incorporação simbólica, os gestos, as posturas e as práticas aparentemente naturais são, na verdade, produtos de um processo histórico de socialização, que converte estruturas externas em disposições internalizadas.

Nesse sentido, a quadra torna-se um espaço de legitimação visual de um corpo nacional idealizado, infantil, dócil, sincronizado. O corpo infantil não joga, ele representa. Não brinca, ele desfila. Os movimentos já não emergem da espontaneidade, mas obedecem a uma lógica coreográfica que silencia a diversidade, apagando os erros, a desordem, a liberdade. A plasticidade do espaço ecoa a plasticidade exigida dos corpos que em ambos são reconfigurados por uma lógica de controle simbólico que, sob a aparência da celebração, promove a reprodução silenciosa da ordem.

Como afirma o próprio Bourdieu, “[...] o *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas” (Bourdieu, 2007, p. XLI). A quadra, nesse contexto, atua como espaço de atualização do *habitus* escolar e nacionalista, cada passo, gesto ou reverência infantil é expressão visível de um aprendizado que ultrapassa o currículo e alcança o corpo como superfície política.

A transfiguração da quadra em palco de civismo revela, ainda, o modo como os espaços escolares participam da produção simbólica da nação. A performance das crianças diante de um público espectador, muitas vezes formado por outras crianças, professores, pais e autoridades, transforma o espaço educacional em arena pública de exibição ideológica. Trata-se de um ritual de incorporação e exteriorização simultâneas, no qual as crianças assimilam valores enquanto os projetam, legitimando, por meio da imagem, o projeto político que molda seus corpos.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a ocupação temporária da quadra com atividades comemorativas. Trata-se da própria conversão do espaço da infância, historicamente vinculado ao imprevisível, ao sensível e ao espontâneo, em um espaço de ordem, vigilância e repetição. A quadra, lugar tradicional do brincar, é ressignificada como palco cívico, onde o corpo infantil encarna a imagem idealizada da pátria.

Em meio à estética coreografada das apresentações escolares, contudo, é possível observar gestos mínimos, mas significativos, que escapam à lógica da padronização. Corpos que não se alinham perfeitamente, crianças que se sentam enquanto as demais seguem em movimento, braços que hesitam, olhares dispersos, posturas que oscilam entre a obediência exigida e a força vital da infância. Essas pequenas fraturas na encenação revelam algo que o discurso oficial tenta suprimir: a impossibilidade de controle absoluto. Como lembra Rancière (2005), o dissenso emerge justamente quando ocorre uma reconfiguração do sensível, quando o que não deveria ser visto ou sentido irrompe na cena pública.

Esses desvios, muitas vezes lidos como “falhas” ou “desatenções”, são, na verdade, vestígios de subjetividade. Ainda que não planejadas, essas respostas do corpo operam como formas de resistência silenciosa: são expressões que não cabem no enquadramento do civismo disciplinado. Aqui, é possível retomar Bakhtin (2011), para quem todo signo ideológico é atravessado por disputas e contradições. O corpo que hesita, que vacila, que não ocupa o lugar esperado, é também um enunciado, e como tal, carrega em si a potência do desvio, a recusa involuntária, a insistência da infância em não se deixar reduzir à funcionalização total.

A ausência dessas imagens nos centros das narrativas visuais, ou sua aparição apenas como contraste à ordem, reforça a tentativa de apagamento daquilo que escapa. O jornal, ao privilegiar a harmonia, a disciplina e a plasticidade dos gestos, contribui para a invisibilização dessas pequenas “desobediências”, que são, paradoxalmente, os momentos mais autênticos da infância como sujeito. Olhar para o que vacila, para o que escapa à estética da obediência, é também um exercício de resistência à lógica do silenciamento, e uma afirmação da infância enquanto potência de dissenso.

A legenda que acompanha a fotografia, “*Centenas de estudantes, ontem, abriram em Belém a Semana da Pátria, com demonstrações de ginástica rítmica e moderna*”, reforça esse protagonismo simbólico, vinculando diretamente o corpo infantil ao ideal de nação e pertencimento. A substituição do brincar livre por coreografias rigorosas evidencia uma normatização do corpo voltada à formação de sujeitos disciplinados e ajustados à lógica da celebração cívica.

Essa lógica de disciplinamento do corpo infantil encontra ressonância direta nas práticas corporais escolares instituídas durante o regime militar, especialmente na Educação Física. Assim como os gestos sincronizados e as coreografias encenadas nos eventos da Semana da Pátria, a prática esportiva escolar foi mobilizada como tecnologia de conformação ideológica, voltada à produção de sujeitos obedientes, performáticos e fisicamente controlados. Conforme discutem Rei e Lüdorf (2012), o esporte foi alçado à condição de conteúdo hegemônico da Educação Física nas décadas de 1960 e 1970, alinhando-se ao projeto autoritário de construção de uma infância útil à ordem e à pátria. Sob o pretexto de promover saúde e civismo, o esporte escolar foi instrumentalizado como mecanismo de modelagem de condutas, disseminando valores como disciplina, hierarquia, competitividade e nacionalismo.

Estudos clássicos da área, como os de Castellani Filho (1988), Betti (1991) e Ghiraldelli Junior (1988), apresentados na pesquisa de Rei e Lüdorf (2012), sustentam que a Educação Física foi incorporada ao projeto político do regime, sendo reduzida, muitas vezes, à prática de modalidades esportivas voltadas ao alto rendimento. O objetivo era formar atletas profissionais que projetassem a imagem de um “Brasil-Grande” no cenário internacional, reforçando o prestígio do regime. O esporte, nesse contexto, funcionava como dispositivo de desmobilização social, operando como “analgésico” coletivo ou “catarse simbólica” das tensões políticas e sociais vividas (Rei e Lüdorf, 2012, p. 492).

Contudo, os mesmos autores propõem uma leitura mais matizada dessa relação. Com base nos estudos de Taborda de Oliveira (2001, 2003) e Rosa (2006), apontam que a Educação Física nas escolas públicas da época não correspondeu, de forma homogênea, aos ideais propagados pelas diretrizes oficiais. Limitações estruturais, como falta de materiais, espaços inadequados e carência de formação docente, dificultavam a implementação plena do modelo esportivo-nacionalista. Além disso, a própria corporação de especialistas em Educação Física participou ativamente da elaboração de políticas públicas, buscando reconhecimento profissional, expansão universitária e valorização institucional, o que revela que a política educacional do período foi resultado de convergências e negociações, e não apenas de

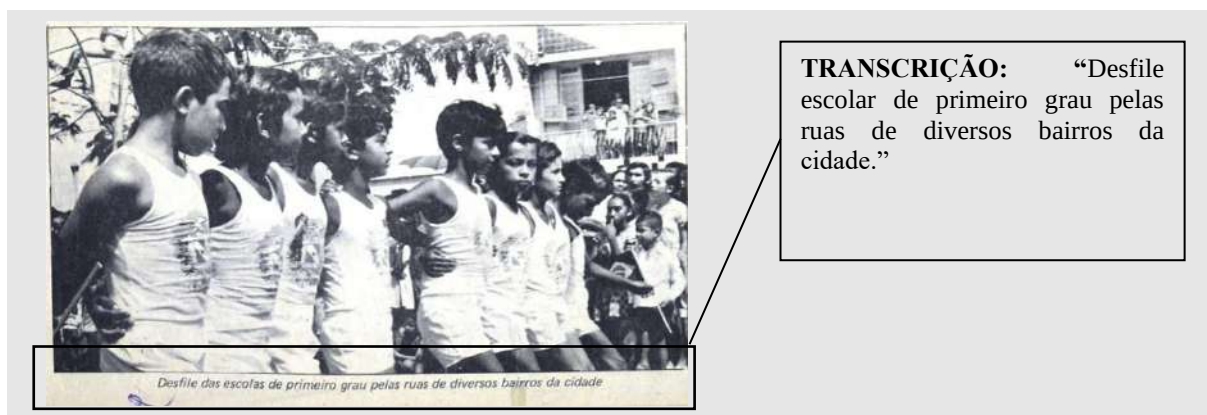
imposições verticais.

Essa análise reforça a compreensão de que tanto os desfiles escolares quanto as práticas esportivas não devem ser vistos como espaços neutros ou unicamente impositivos, mas como territórios de disputa simbólica. Se, por um lado, são organizados para promover valores alinhados ao projeto autoritário, por outro, abrem brechas para reinterpretações, resistências e apropriações diferenciadas por parte dos sujeitos que os vivenciam. O corpo infantil, então, torna-se o lugar onde essas tensões se materializam: ora como vitrine da nação, ora como campo de disputa entre espontaneidade e controle, entre jogo e disciplina, entre expressão e padronização (Rei e Lüdorf, 2012).

Essas pequenas rupturas no script da ordem, que poderiam ser lidas como desvios banais, revelam, na verdade, a presença ativa da infância como corpo dissidente, mesmo quando não intencional. Se o jornal opera para recentrar o olhar e restaurar a harmonia, a rua amplia o alcance da encenação. A Imagem 05 introduz esse novo deslocamento: o civismo transborda os muros da escola e ocupa o espaço urbano. “*Desfile escolar de primeiro grau pelas ruas de diversos bairros da cidade*”, diz a legenda, e com isso marca-se o passo de uma infância que carrega, pelas calçadas, os signos do civismo: o brasão do Estado do Pará estampado na camiseta, os gestos ritmados, os corpos alinhados como extensão móvel do projeto de nação.

A fotografia publicada em 04 de setembro de 1972 captura um instante emblemático da Semana da Pátria: o corpo infantil em marcha, alinhado lado a lado, veste camisetas claras que ostentam o brasão do Estado do Pará, um emblema que evoca pertencimento regional e reverência cívica. Esses pequenos corpos, organizados em fileiras, tornam-se signos em movimento, como se ensinassem, com o próprio caminhar, os caminhos da obediência e da disciplina. O enquadramento da imagem reforça essa leitura ao destacar a simetria dos gestos como os braços para trás, posturas rígidas, passos ritmados. Trata-se de uma coreografia corporal que não apenas compõe o desfile, mas o enuncia como cena pedagógica, em que se ensina e se aprende com o corpo.

Imagem 5 Fragmento da capa do jornal *O Liberal* de 04 de setembro de 1972



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

Ao fundo, uma outra presença se impõe silenciosamente: uma criança, fora da formação, entre adultos, segura pequenas bandeiras. Ela não marcha, mas também não é mera espectadora. Sua posição intermediária entre os que assistem e os que desfilam cria um elo simbólico entre esses dois papéis. A criança fora da fila se converte, assim, em ponto de inflexão, a sua imagem denuncia que, na lógica do civismo escolar e urbano, todos são, em alguma medida, convocados a se fazer visíveis, a representar, a performar.

A cidade, nesse contexto, se converte em palco cívico. E é aqui que o pensamento de Foucault (1999) nos oferece uma chave interpretativa potente. No modelo da vigilância disciplinar, não é necessário que o olhar esteja sempre presente, basta a possibilidade de estar sendo observado para que o indivíduo passe a regular sua própria conduta. É o que Foucault chama de poder automático e desindividualizado que seria uma forma de controle que não exige um vigia, pois o próprio sujeito internaliza a norma, vigiando a si mesmo. Essa lógica do “ver sem ser visto”, inspirada no modelo do panóptico de Bentham, não se limita às prisões. Ao contrário, ela se difunde por instituições como escolas, hospitais e, como vemos aqui, pelas ruas ocupadas por desfiles escolares.

Na fotografia, o corpo infantil é moldado como signo visível da ordem. Ainda que fora da formação, a criança que segura a bandeira participa da cena, ela compõe o espetáculo ao demonstrar, com sua presença, o ideal de normalidade, civismo e docilidade. Sua imagem não escapa à lógica disciplinar, pois também é capturada pelo jogo de visibilidade e normatividade que estrutura a festa cívica.

Essa visibilidade não se encerra nos limites da escola. A presença de moradores nas sacadas, acompanhando o desfile, amplia o alcance da celebração. O civismo se territorializa,

infiltra-se nos bairros e nas rotinas da cidade, transformando a festa em um exercício cotidiano de pertencimento e controle. É uma demonstração pública da disciplina que se realiza tanto nos passos coordenados dos meninos quanto nos olhares atentos dos vizinhos, todos participantes, todos inseridos na cena.

Trata-se, portanto, de uma coreografia social que não apenas registra um momento cívico-festivo, mas o institui como cena performativa de inculcação simbólica. O que está em jogo não é somente o ato de desfilar, mas a constituição de um modo específico de se mostrar no espaço público, um modo controlado, codificado, previamente ensaiado. A infância masculina, nesse contexto, não comparece como sujeito de expressão, mas como figura que encarna o ideal disciplinado da pátria em formação. Os gestos sincronizados, os corpos enfileirados e as vestimentas uniformizadas operam como signos que condensam uma expectativa social, a do cidadão obediente, patriótico, devotado desde os primeiros anos de vida. Em vez de se afirmar pela pluralidade de infâncias possíveis, a imagem impõe uma representação única e funcional, convertendo a infância em superfície simbólica sobre a qual se projeta a ordem desejada.

Retomando a representação da infância masculina, a fotografia a exhibe como força simbólica do futuro da nação: disciplinada, uniforme, harmoniosa. Trata-se de uma estética da ordem, na qual o corpo infantil é cuidadosamente organizado para figurar o ideal de cidadania desejado pelo Estado. Os traços de rigidez, simetria e homogeneidade presentes na imagem não apenas expressam um momento ritualístico, mas o instituem como evidência sensível de um projeto político de subjetivação. As crianças não estão apenas participando do rito cívico, elas o encarnam. Seus corpos tornam-se veículos de um discurso nacionalista que se inscreve no espaço urbano por meio da repetição coreografada de gestos e posturas. A infância, nesse contexto, realiza no presente os valores normativos da cidadania oficial.

A imagem opera como um artefato visual que modela percepções, organiza o olhar e orienta modos de sentir e agir. Mais do que um registro estático, ela se transforma em um instrumento de indução simbólica, ordenando sentidos por meio da estética da composição. O espaço escolar se estende para as ruas, e o corpo infantil se converte em superfície simbólica da nação. Cada passo, cada gesto sincronizado, participa de um ritual que naturaliza ideias de disciplina, hierarquia e obediência. A Imagem 05 revela como a infância é mobilizada visualmente para sustentar a ideia de uma pátria coesa e ordeira, um ideal de nação performado pelos pequenos corpos que marcham.

Nesse encadeamento entre infância, civismo e disciplinamento, a imagem sintetiza um

ciclo de representações em que o corpo infantil assume um papel central como signo da nação em movimento. Trata-se de uma infância convocada a performar um futuro já designado, marcado por obediência, controle e integração ao coletivo. Se nas ruas essa representação se concretiza nos passos cadenciados, no ambiente escolar outras formas de controle e visibilidade do corpo se articulam.

É nesse contexto que se insere a Imagem 06, que mostra uma apresentação de educação física realizada por estudantes do primeiro grau como parte das comemorações da Independência do Brasil. A legenda que acompanha a imagem já indica a sobreposição entre exercício físico e celebração cívica, revelando que os gestos corporais vão além de uma prática formativa. Em formação simétrica, meninos e meninas sentam-se no chão com halteres erguidos sobre a cabeça. Os trajes padronizados, camisetas claras e *shorts* curtos, reforçam a visualidade controlada da cena. A repetição dos gestos, a disposição ordenada dos corpos e a ausência de espontaneidade constroem uma estética em que o esforço físico infantil é representado como força de coesão e identidade nacional.

Lidas em conjunto, as imagens revelam mais do que a presença da infância nas comemorações cívicas. Elas mostram como os corpos das crianças são chamados a ocupar um lugar central na construção visual de um projeto de nação. Não se trata apenas de representar um ideal abstrato, mas de traduzi-lo com o próprio corpo, por meio de gestos treinados, sorrisos ensaiados e passos ritmados. O que se vê não é a diversidade das infâncias possíveis, mas a repetição de um mesmo modelo: disciplinado, ordenado, funcional. Uma infância pensada para caber perfeitamente na imagem de uma pátria forte, coesa e obediente. A criança, nesse cenário, não apenas participa do ritual. Ela o sustenta. Ela é o que dá forma e sentido à cena.

Imagem 6 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 04 de setembro de 1972



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A composição da Imagem 06 revela uma cena cuidadosamente planejada, na qual o corpo infantil é centralizado como expressão de uma ordem estética e simbólica. A apresentação de educação física, protagonizada por estudantes do primeiro grau, transforma-se em um espetáculo institucionalizado. A quadra escolar, usualmente espaço de práticas corporais e experimentações lúdicas, é convertida em vitrine pública, onde os movimentos das crianças são observados, avaliados e celebrados sob a lógica da disciplina e da performance coletiva. Ao fundo, o público acompanha com atenção. Sua presença reforça a dimensão expositiva do evento, pois não se trata apenas de demonstrar aptidão física, mas de representar, diante da comunidade, valores considerados centrais ao ideal nacional, como vigor, coordenação, disciplina e prontidão.

A repetição dos gestos, a simetria entre os corpos, o uso de trajes padronizados e a organização meticulosa do espaço revelam que, mais do que uma atividade escolar, o que está em cena é a incorporação da infância a um modelo de cidadania visualmente controlado. Cada *halter* erguido acima da cabeça adquire um valor simbólico, mais do que força física, representa a capacidade do corpo infantil de carregar expectativas sociais, cívicas e ideológicas

que extrapolam sua condição biológica. O que se observa não é o jogo livre nem a espontaneidade do movimento, mas a encenação treinada da ordem.

Nesse sentido, Bencostta (2006) oferece uma chave interpretativa fundamental ao afirmar que:

[...] os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores, o que nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço histórico (p. 271).

Esse sentido simbólico se intensifica ao lermos a coluna textual que acompanha a imagem. Nela, é informado que, naquela mesma manhã, o “fogo simbólico da Pátria” foi conduzido por atletas da Escola de Educação Cívica até a Praça D. Pedro II, onde foi recebido com honras militares e ao som do Hino Nacional. A convergência entre símbolos nacionais (o fogo), militares (a solenidade) e escolares (a participação das crianças) revela um arranjo discursivo que ultrapassa os limites da escola e se infiltra na vida pública. A educação física, nesse contexto, deixa de ser apenas um conteúdo disciplinar: ela se transforma em instrumento de ordenação dos corpos, moldando uma visibilidade pública coerente com um ideal coletivo. Converte-se, assim, em linguagem política.

A Imagem 06 explicita como a infância é mobilizada dentro de um projeto de visibilidade simbólica que ultrapassa o momento da celebração. O gesto repetido de erguer *halteres*, executado em uníssono por dezenas de crianças, transforma-se em mais do que uma demonstração de habilidade física. Ele adquire um valor alegórico, condensando a expectativa de força e prontidão que se projeta sobre os corpos infantis. Cada movimento comunica algo além de si: traduz, encena e legitima um ideal de pertencimento à coletividade nacional. O vigor exibido não expressa apenas vitalidade, mas reafirma a adesão a valores instituídos, convertendo o corpo em signo disciplinado de um projeto político de nação.

Se a Imagem 06 evidencia o esforço físico e a disciplinarização por meio da prática coordenada da educação física, a imagem seguinte desloca o foco para outra dimensão da representação cívica da infância, a apropriação simbólica de elementos associados à ludicidade. O que se vê já não é o coletivo vigoroso da quadra, mas o enquadramento estético do corpo individual, particularmente o corpo feminino infantil, como superfície de significação nacional.

Neste novo contexto, é a Imagem 07 que captura a cena em que uma menina, com uniforme escolar composto por minissaia e blusa clara, desfila segurando um catavento, objeto

tradicionalmente ligado à infância, agora ressignificado como símbolo de pertencimento à pátria. O brinquedo, inserido na coreografia do desfile, perde seu caráter lúdico e se integra ao repertório simbólico nacionalista. Ao fundo, uma mulher adulta, provavelmente professora ou integrante da banda, toca um instrumento de percussão. Sua presença confere autoridade e continuidade geracional ao rito. Ela assegura o bom funcionamento do espetáculo, não apenas como ação, mas como significação pública.

Imagem 7 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1977



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A Imagem 07 apresenta uma cena que, à primeira vista, parece singela na qual uma menina uniformizada, com minissaia e blusa clara, caminha com um catavento colorido nas mãos. A postura da menina, marchando com firmeza e dentro do compasso do desfile, revela a apropriação precoce de um comportamento corporal regulado, ajustado ao espetáculo cívico. Assim, a leveza do brinquedo contrasta com a rigidez da performance, compondo uma estética da obediência suavizada por elementos do imaginário infantil.

O catavento enquanto objeto, tradicionalmente associado ao brincar, é aqui deslocado de seu contexto espontâneo para integrar o repertório simbólico das comemorações da Semana da Pátria. Esse gesto aparentemente inocente é carregado de significados. O catavento, girando sob o sopro do vento ou sob o movimento do corpo, torna-se um signo cuidadosamente orientado. Ele deixa de ser brinquedo para funcionar como emblema. É a leveza disciplinada. É o lúdico domesticado.

A presença da menina reforça uma dimensão de gênero que se insinua silenciosamente

na cena. Se na imagem anterior os meninos e meninas exibem força física de forma simétrica, aqui o foco recai sobre a graça e a delicadeza, atributos culturalmente esperados do corpo feminino infantil. Ao caminhar em destaque, a menina representa não apenas a infância, mas um modelo de feminilidade cívica, onde o gesto é doce, mas enquadrado, visível, funcional. A infância performada na imagem é moldada por uma lógica em que o brincar é permitido, desde que adaptado à finalidade institucional. Kishimoto (2007), ao discutir o brincar na escola, já advertia que o lúdico pode ser capturado por intencionalidades normativas, perdendo seu caráter livre e criativo para se tornar extensão de um projeto de conformidade.

Essa configuração ecoa o que Bencostta (2006) identifica como formas de expressão de uma cultura cívica escolar, em que os desfiles patrióticos, não apenas marcam o tempo institucional, mas tornam-se práticas dotadas de forte carga simbólica, como o autor “[...] os desfiles patrióticos dos grupos escolares como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (p. 269). Neles, a disciplina dos corpos, os gestos coreografados e a exibição pública dos estudantes atuam como meios de inculcar valores e produzir sentidos de pertencimento. As festas escolares, segundo o autor, se inserem num tempo marcado e carregado de expectativa emocional, funcionando como eventos nos quais os corpos escolares ganham visibilidade pública e são moldados para expressar fidelidade, devoção e unidade.

[...] festas dos desfiles patrióticos, enquanto produções do cotidiano, uma ação com um tempo e um lugar determinado, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um assunto que é celebrado e comemorado e cujo principal produto é a simbolização da unidade dos participantes (Bencostta, 2006, p. 270).

O enquadramento da fotografia, o olhar da criança, a direção do movimento e a disposição dos elementos compõem uma cena cuidadosamente construída. A espontaneidade que o catavento sugere é atravessada por um controle sutil, mas constante. É nesse ponto que as reflexões de Foucault (1999) sobre a vigilância e a normatização ganham nova dimensão. O olhar do outro, mesmo não ostensivo, está sempre presente. O corpo é observado, inscrito em um jogo de visibilidades. Ainda que não haja grades nem muros, há limites definidos pela expectativa do que se deve fazer e de como se deve parecer.

O título da matéria, “*Milhares vibram com o desfile*”, contribui para a espetacularização do evento, enfatizando sua recepção pública como celebração coletiva. A coluna textual relata com entusiasmo o engajamento da população, ainda que mencione, com certo distanciamento, episódios de exaustão física e princípios de insolação. As adversidades vividas são minimizadas

frente à grandiosidade do evento, deslocando o foco para os destaques visuais e sonoros das apresentações, especialmente as bandas marciais. A valorização da estética militarizada, dos gestos sincronizados e das coreografias precisas reforça o prestígio de uma performance que condensa a disciplina nacional em imagens harmônicas e coordenadas.

Esse tipo de encenação visual dialoga com o que Bencostta (2006) observa nas fotografias de desfiles patrióticos em suas pesquisas, ao afirmar que essas imagens expressam “o envolvimento e o entusiasmo que o *universus scholaris* manteve com as práticas cívicas implementadas em determinados momentos da história nacional” (p. 271). Para o autor, tais registros não devem ser compreendidos apenas como ilustrações documentais, pois “[...] a imagem fotográfica manifesta um conjunto de signos, cujo grau de informação excede a simples função ilustrativa” (idem, p. 271). Seguindo os pressupostos de Hjelmslev, ele distingue dois planos que compõem o signo fotográfico que seria o primeiro o da expressão, que inclui os elementos materiais como “cor, sombra, luz [...] composição, enquadramento, ângulo”, e o do conteúdo, que estrutura e comunica a mensagem simbólica da imagem a partir de “um modo discursivo” específico (idem, p. 271). Nesse sentido, o desfile não é apenas o que se vê, mas aquilo que se constrói como sentido, uma narrativa visual sobre pertencimento, civismo e identidade nacional.

A junção desses elementos, o corpo infantil em marcha, o catavento ressignificado, a presença atenta do público, o aparato musical e a vigilância policial, compõe um enunciado potente sobre a infância como força simbólica mobilizada na construção de um ideal de nação. Trata-se de um civismo performado que exige resistência física, conformidade comportamental e adesão a valores institucionais. A presença da polícia, por sua vez, sugere que a celebração não se dá sem controle: a festa cívica se estrutura como um ritual no qual ordem e espetáculo operam em conjunto. O desfile, nesse contexto, transforma-se em uma arena simbólica onde se projetam os contornos de uma identidade nacional disciplinada. A infância, ali, ocupa posição central como signo de continuidade histórica, pureza da nação e obediência social.

Mesmo nas matérias que abordam situações de risco e sofrimento infantil, como aponta a pesquisa de Pinheiro (2013), a linguagem adotada pelo jornal parece minimizar as experiências vividas pelas crianças. Ao afirmar que “menos de cem casos” (Imagem 07) de exaustão ou insolação foram registrados, o texto produz um efeito de distanciamento, tratando o mal-estar infantil como dado estatístico, quase irrelevante diante do “sucesso” do evento. Essa escolha não é neutra: ela revela um deslocamento discursivo que banaliza a dor em nome do civismo. A fragilidade dos corpos infantis é, nesse caso, silenciada sob o peso de uma lógica

que prioriza a ordem e a grandiosidade da festa nacional. O que se vê é a construção de uma narrativa em que o desconforto, o cansaço e até o adoecimento se tornam aceitáveis, desde que sirvam à ideia de Pátria. O corpo infantil, assim, é convocado a cumprir um papel simbólico, mesmo quando sofre. Trata-se de uma infância funcionalizada, chamada a sorrir, marchar e resistir, ainda que sob o sol forte, desde que isso reforce a imagem de uma nação obediente e bem comportada.

Conforme argumenta Bakhtin (2011), os enunciados não refletem diretamente a realidade, mas a refratam, ou seja, a atravessam por uma lente ideológica que seleciona, organiza e orienta os sentidos segundo determinados interesses sociais. Nesse caso, o discurso jornalístico atua como instância refratora, moldando a percepção pública da dor e do esforço infantil como parte integrante, e aceitável, do ritual nacional. A gravidade da situação é ainda mais acentuada quando se considera que a maioria das crianças participantes dos desfiles são oriundas das periferias urbanas ou de famílias em situação de vulnerabilidade social. O sofrimento, então, recai desproporcionalmente sobre corpos que já carregam outras camadas de invisibilização e controle.

Essa dinâmica discursiva é reforçada por um uso estratégico dos signos visuais e corporais associados à infância. Bandeiras, espadas, cata-ventos, *halteres*, faixas e trajes padronizados não são apenas ornamentos festivos ou expressões da ludicidade infantil; operam, sobretudo, como dispositivos de significação densamente politizados. São elementos que corporificam uma gramática visual do civismo¹⁰ e da obediência. Como aponta Bakhtin (2011, p. 31), cada signo ideológico é “[...] não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”, isto é, seu funcionamento excede o campo da representação, pois implica práticas concretas que incidem sobre os corpos e produzem sentidos no espaço social.

Nessa perspectiva, o corpo infantil, mobilizado em performances sincronizadas, transforma-se em signo visual dos valores considerados desejáveis pela ordem vigente. Marchar, acenar, carregar bandeiras ou sorrir durante os desfiles não são gestos espontâneos. São ações planejadas e treinadas com base em orientações institucionais que estabelecem tanto o que deve ser feito quanto o modo como deve ser visto. Nesse enquadramento, a criança não

¹⁰ Por “gramática visual do civismo”, entende-se o conjunto de códigos e convenções imagéticas, como uniformes, formações corporais simétricas, bandeiras, gestos e objetos cívicos, que estruturam a forma como o civismo é representado e reconhecido visualmente. Tal gramática organiza a visibilidade pública dos corpos infantis nos rituais escolares, operando uma pedagogia simbólica que transforma esses corpos em signos da nação. Trata-se de uma construção ideológica do olhar, que atribui sentido político à composição estética, conforme a noção de partilha do sensível de Rancière (2005) e à teoria dos signos ideológicos de Bakhtin (2011).

é reconhecida como sujeito de expressão, mas representada como imagem moldada para traduzir ideais de nacionalidade e ordem.

A cobertura jornalística reforça esse processo ao representar a infância por meio de signos e adereços cuidadosamente selecionados. Isso contribui para a construção de uma cena pública harmoniosa, mas funcional, onde a presença da criança é organizada para produzir impacto visual e reafirmar valores estabelecidos. Essa harmonização, contudo, não é neutra. Ela encobre os custos físicos e subjetivos da participação infantil, como o cansaço, o desconforto e a exposição prolongada. O que se constrói é uma forma de corpo que não corresponde à sua vivência concreta, mas à sua aparência controlada. É o que podemos chamar de corpo-imagem, uma representação visual do corpo infantil convertida em superfície simbólica onde se inscrevem valores como disciplina, pureza, obediência e civismo.

Esse corpo não é acolhido em sua complexidade, mas moldado, enquadrado e exposto segundo os critérios de um projeto institucional. A criança, nesse contexto, não fala por si. Ela é convocada a representar sentidos que lhe são atribuídos, sem espaço para expressar seus próprios desejos, limites ou singularidades. O que se impõe é uma presença regulada, que responde a expectativas externas e cumpre uma função simbólica no cenário público. Essa lógica se aproxima daquilo que Rancière (2005) define como *partilha do sensível*, ou seja, o regime que determina quem pode aparecer, o que pode ser mostrado, sentido e compreendido como legítimo em uma determinada ordem social. O corpo da criança, então, é autorizado a existir publicamente, mas apenas dentro de formas específicas de visibilidade: aquelas que projetam contenção, harmonia e obediência como atributos desejáveis.

É nesse mesmo horizonte que o jornal atua como dispositivo de visibilidade e de enunciação ideológica. Ao selecionar, enquadrar e repetir certos signos, como bandeiras, uniformes, expressões faciais e adereços cívicos, o discurso jornalístico organiza uma gramática visual do civismo que não apenas documenta, mas molda a percepção pública da infância e da nação. Como também nos lembra Rancière (2005), essa partilha do sensível define os contornos do que pode ser visto, dito e pensado em um dado contexto histórico. A centralidade das crianças nas imagens, com seus gestos ensaiados e suas aparições cuidadosamente construídas, integra essa lógica. O corpo que aparece não é o corpo vivido, em sua densidade afetiva e concreta, mas um corpo-imagem, configurado por regras estéticas e políticas que tornam invisíveis sua dimensão subjetiva e sua potência de resistência.

Os objetos carregados pelas crianças durante os desfiles também participam dessa estrutura simbólica. Longe de serem apenas acessórios lúdicos, tornam-se marcadores materiais

de uma narrativa em que a infância serve como vitrine de valores coletivos. A presença do catavento, da bandeira, do bambolê ou do uniforme compõe um sistema de significados que atribui à criança a tarefa de representar, com o corpo, ideias que ultrapassam sua experiência individual. A celebração cívica, nesse arranjo, funciona como momento de afirmação pública desses valores, em que a repetição dos gestos e a regularidade das imagens consolidam um ideal de coesão nacional.

Considerando a imagem 08, publicada na capa do jornal, ela evidencia a presença organizada e esteticamente elaborada de meninas em um desfile escolar cívico em homenagem à Independência do Brasil. Mostra um grupo de meninas desfilando com bambolês pelas ruas da cidade, vestidas com trajes claros, saias curtas e sapatos brancos, elas caminham em formação ordenada, carregando o adereço lúdico que, nesse contexto, ganha novo significado. O bambolê, tradicional símbolo do brincar, é aqui mobilizado como elemento estético de uma encenação cívica. Sua circularidade e leveza contrastam com a rigidez da marcha e contribuem para suavizar a militarização do evento, sem romper com seu enquadramento disciplinar.

Imagem 8 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 03 de setembro de 1973



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A menina que lidera o grupo ostenta uma faixa nas cores verde e amarelo, em alusão à faixa presidencial. Esse pequeno detalhe visual a posiciona como uma figura simbólica de liderança e representação nacional. Ainda que inserida em um coletivo infantil, sua imagem sintetiza a projeção da infância como metáfora da nação, pura, harmoniosa, festiva e obediente. A centralidade conferida à sua figura exemplifica como o corpo infantil feminino é instrumentalizado para compor uma estética da doçura patriótica, uma encenação pública da delicadeza disciplinada.

A legenda que acompanha a imagem, “*Crianças de toda a cidade desfilaram em homenagem à Independência da Pátria*”, atua como um enunciado ideologicamente orientado,

no sentido bakhtiniano, que naturaliza e universaliza a participação infantil nas celebrações cívicas. Sob uma leitura crítica, percebe-se que tal enunciado opera como signo ideológico que encobre os processos institucionais e normativos que condicionam essa participação. A adesão das crianças ao desfile não decorre da ludicidade espontânea, mas de um regime discursivo e corporal cuidadosamente ensaiado e imposto pelas práticas escolares. Os gestos, as roupas e os adereços utilizados estão inseridos em uma lógica que produz visibilidade pública a partir da docilização e da estetização do corpo infantil.

No contexto da imagem analisada, os signos associados à infância, como os bambolês, os uniformes, as faixas e as coreografias, não remetem a uma representação genérica ou neutra da criança. Esses elementos funcionam como mediadores entre o sensível e o ideológico, configurando formas específicas de materialização de discursos de civismo, nacionalismo e obediência. Conforme nos adverte Bakhtin (2011), todo signo é atravessado por tensões sociais em que ele é, ao mesmo tempo, arena e instrumento de luta por sentidos. Os signos infantis, ao serem apropriados por instituições escolares e veículos midiáticos, são ressignificados para cumprir funções simbólicas que extrapolam o universo da infância e se inscrevem no projeto de formação de sujeitos alinhados aos valores da ordem vigente.

Além disso, a performance infantil capturada na imagem não deve ser compreendida como simples expressão espontânea, mas como um enunciado concreto, socialmente situado, que carrega consigo um conteúdo ideológico marcado. Sua forma, organizada, estética, coreografada, e seu conteúdo, disciplinado, festivo, cívico, são constituídos sob a influência direta de um contexto sócio-histórico autoritário, como o da ditadura militar brasileira. Nessa conjuntura, o corpo infantil é mobilizado como superfície de inscrição de uma ideologia oficial, e a repetição de gestos, a harmonia visual e o uso de adereços simbólicos são parte de uma linguagem visual e corporal que conforma e refrata a realidade social.

Bakhtin (2011, p. 29) observa que “[...] todo corpo físico pode ser percebido como símbolo[...]” e que “[...]toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico[...]”. Assim, o objeto, ou, neste caso, o corpo infantil, se torna signo, ele não apenas participa da realidade material, mas também a interpreta e a reconfigura ideologicamente. Os bambolês, a faixa presidencial em miniatura, os uniformes e os gestos coreografados são, portanto, operadores semióticos que transformam o corpo da criança em emblema visual da nação idealizada.

Dessa forma, o desfile não pode ser lido apenas como uma comemoração festiva, mas como um dispositivo de regulação simbólica da infância, no qual se articulam sentidos de

pertencimento, cidadania e docilidade. A cena encenada na rua ou na quadra escolar se torna espaço de disputa, em que a infância é chamada a ocupar um lugar previamente definido por discursos hegemônicos, um lugar que a convida a performar, de forma encantadora e disciplinada, o ideal de nação forte, unida e obediente.

A Imagem 08 revela de forma contundente como o corpo feminino infantil é instrumentalizado para encarnar uma figuração idealizada da nação, ancorada em valores de leveza, graça e docilidade. A presença da faixa presidencial em miniatura, que atravessa o corpo da menina, não apenas a inscreve em um lugar de autoridade simbólica, mas o faz por meio de uma estética da suavidade, reforçando a associação entre feminilidade, infância e domesticidade. Essa encenação projeta a infância como promessa do futuro, mas também como imagem em ato de uma pátria idealizada tal qual como harmoniosa, ordeira e disciplinada.

Nesse contexto, o desfile cívico atua como um dispositivo de visibilidade que regula os modos de aparecer no espaço público. À luz de Rancière (2005), trata-se de um mecanismo de “partilha do sensível”, entendido como:

[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outras tomam parte nessa partilha (p.15, grifos da autora).

Essa partilha “faz ver” e “faz sentir”, determinando o que pode ser visto e quem é autorizado a ocupar o centro da cena pública. Como explica Rancière:

[...] A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc (2009, p. 16).

É, portanto, um recorte dos tempos e espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído, um regime que delimita tanto o lugar quanto aquilo que está em jogo na política como forma de experiência: “[...] A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (Rancière, 2009, p. 16-17).

Nesse sentido, a menina investida da simbologia nacional encarna um regime de partilha do sensível que estetiza a autoridade, ao mesmo tempo em que silencia a dimensão política do corpo infantil. O visível e o enunciável são organizados estrategicamente para produzir uma

narrativa na qual a infância é convertida em metáfora de uma nação controlada, bela e obediente.

Dando continuidade à análise das representações da infância nas performances cívicas, observa-se, na Imagem 09, um aprofundamento da lógica que molda e exhibe o corpo infantil sob signos de idealização nacional. Se nas imagens anteriores predominava a estetização da docilidade e da domesticidade femininas, nesta composição visual ocorre uma inflexão simbólica em que a infância é diretamente associada à estética da disciplina e da obediência militar. O corpo da criança passa a incorporar, de forma explícita, elementos da cultura militar, sendo transformado em uma figura uniformizada, hierarquicamente posicionada e regida por valores de ordem e controle. Trata-se de uma intensificação da lógica de adestramento simbólico, na qual a inocência infantil é mobilizada para afirmar uma ideia de nação que valoriza a padronização e a obediência como virtudes centrais.

Imagem 9 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 06 de setembro de 1971



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A imagem apresenta três meninos enfileirados, trajando uniformes que representam, respectivamente, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, como parte das homenagens escolares às Forças Armadas durante o desfile cívico do Dia da Raça. O título da matéria, “*mini-soldados*”, reforça de imediato a associação simbólica entre infância e militarismo, naturalizando a apropriação de trajes, posturas e signos castrenses por corpos infantis. O primeiro menino em destaque carrega uma espada alegórica sobre o ombro, em postura que emula a gestualidade dos soldados em parada oficial. A farda meticulosamente vestida, o

alinhamento do grupo e o semblante sério das crianças revelam o esforço de imitação da disciplina militar, promovido e exibido no espaço público como parte das comemorações patrióticas.

De acordo com Salgado, Amaro e Ferreira (2023), o uso de signos e rituais escolares para implantar o militarismo e a pedagogia a ele associada constituiu uma estratégia central do regime ditatorial para consolidar sua autoridade simbólica no cotidiano educativo. Esses elementos funcionavam como dispositivos de inculcação ideológica, atuando como representações visuais e performativas do poder e da identidade patriótica do Estado. Entre os exemplos mais recorrentes estão o uso de fardas escolares e adereços inspirados na indumentária militar, o canto obrigatório dos hinos nacionais, especialmente o Hino Nacional, o hasteamento cotidiano da bandeira, a presença do retrato presidencial nas salas de aula e a organização de eventos cívicos festivos. Esse repertório ritualizado visava não apenas a celebração da pátria, mas também a formação de subjetividades infantis alinhadas a valores como disciplina, hierarquia, obediência e nacionalismo desde os primeiros anos de escolarização.

A imagem analisada se insere precisamente nesse contexto. Sua composição estética desempenha papel decisivo na produção dos sentidos que ela pretende comunicar. O enquadramento fotográfico privilegia o primeiro menino com a espada, centralizando seu corpo em posição de destaque e reforçando sua autoridade simbólica. A disposição em linha dos demais meninos, o foco nítido nos detalhes do uniforme e a seriedade dos semblantes compõem uma cena de solenidade e rigidez. A escolha da luz e do contraste contribui para criar um clima de reverência, conferindo peso visual à cena e eliminando qualquer traço de espontaneidade infantil. A fotografia, assim, não apenas registra um momento, mas organiza o visível de forma a persuadir o espectador.

Como propõe Rancière (2005), é no regime estético do sensível que se estabelecem os limites do que pode ser visto, dito e pensado. Nesse caso, a imagem é construída para produzir concordância, neutralizando o dissenso e naturalizando a autoridade. A estética não é neutra; ela participa ativamente da enunciação de valores e da legitimação de um ideal de infância ajustada à ordem.

Esses rituais e signos visualmente performados não apenas reforçavam a identidade nacional promovida pelo regime, mas também operavam como práticas que moldavam modos de ser e agir, inseridas em um processo pedagógico orientado à formação de sujeitos dóceis e conformados à lógica da autoridade. A incorporação do militarismo ao cotidiano escolar

consolidava práticas educativas normativas, nas quais a infância era moldada por valores como disciplina, hierarquia, subordinação e amor à pátria (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023).

A imagem dos “*mini-soldados*” não se limita, portanto, a uma homenagem momentânea. Ela projeta um futuro desejado pelo regime, no qual a infância é desde cedo configurada por princípios de ordem e obediência institucional. Ao representar crianças com trajes e posturas militares, constrói-se uma expectativa de continuidade histórica, em que o corpo infantil antecipa aquilo que se espera que ele venha a ser. A criança não é apenas participante de uma cerimônia comemorativa: ela encarna um modelo de cidadão ideal, ajustado à autoridade. O desfile público atua, nesse sentido, como uma cena de afirmação simbólica de um projeto de nação, no qual o porvir é rigidamente delineado. A encenação transforma a infância em sinal de um futuro ordenado, em que controle e hierarquia são convertidos em virtudes públicas e naturalizados desde os primeiros anos de vida social.

A ausência de meninas na Imagem 09 também é significativa e revela a partilha de papéis simbólicos entre os gêneros nas celebrações cívicas do período. Enquanto em imagens anteriores as meninas aparecem associadas à leveza, à graça e à domesticidade, aqui são os meninos que protagonizam a cena como representantes das Forças Armadas. Essa separação visual não é meramente contingente, mas expressa uma lógica normativa que reserva aos meninos o espaço da autoridade, da rigidez e do comando, enquanto às meninas se destina o papel de embelezamento e reverência simbólica. A imagem reforça, assim, uma distribuição desigual de visibilidade e função, reafirmando modelos tradicionais de masculinidade ligados ao poder e ao controle. Ao destacar apenas corpos masculinos uniformizados, o desfile escolar reproduz, sob forma estética, uma hierarquia de gênero que atravessa as instituições sociais e políticas, inscrevendo-a desde a infância como algo natural e esperado.

A atuação da imprensa na construção dos sentidos da imagem é igualmente central. Ao utilizar expressões como “*mini-soldados*” e “*pequenas crianças trajando uniformes*”, o jornal não apenas descreve a cena, mas participa de sua legitimação simbólica. A escolha vocabular recorre a um léxico afetivo que suaviza o conteúdo ideológico da representação, deslocando a atenção do caráter disciplinador da performance para um campo de ternura e inocência. Esse gesto linguístico mascara o processo de militarização da infância, tratando-o como expressão natural de civismo e patriotismo. Além disso, ao qualificar a homenagem como “*significativa*” sem qualquer problematização, o texto jornalístico adere ao discurso oficial do regime, funcionando como mediador da narrativa estatal. O que está em jogo não é apenas a cobertura de um evento, mas a reprodução de um olhar que evita o conflito, suprime o dissenso e celebra

a obediência. A imprensa, nesse contexto, atua como agente de reforço da ordem simbólica, ao configurar a infância como superfície consensual sobre a qual se projeta o ideal de uma nação unificada, hierarquizada e disciplinada.

A expressão “*pequenas crianças trajando uniformes*” revela uma tensão discursiva significativa em que o diminutivo ‘pequenas’ aciona um léxico de afeto e vulnerabilidade, típico das representações idealizadas da infância. No entanto, ao ser associado à imagem de crianças enfileiradas e uniformizadas, produz-se uma sobreposição ambígua entre ternura e rigidez, doçura e obediência. Essa justaposição funciona como estratégia discursiva que suaviza e, portanto, legitima o adestramento simbólico dos corpos infantis. Esse contraste produz um efeito de suavização simbólica da cena, que reveste de inocência aquilo que, na realidade, opera como um gesto de adestramento simbólico da infância.

Tal ambiguidade discursiva pode ser lida como uma estratégia enunciativa que mascara a violência simbólica da cena, isto é, a inserção da criança no imaginário do militarismo e da obediência cívica, por meio de uma estetização que encobre os conflitos e as imposições ideológicas subjacentes. Conforme destaca Bakhtin (2011), o signo ideológico não é um reflexo passivo da realidade, mas uma arena de disputas sociais, onde se refratam múltiplas vozes e valores concorrentes. A expressão que destacamos, portanto, pode ser entendida como enunciado polifônico que mobiliza diferentes vozes sociais: de um lado, o discurso institucional que valoriza a ordem e o patriotismo; de outro, um discurso afetivo que busca legitimar essa performance pela via da ternura.

Além disso, essa justaposição entre o diminutivo e o uniforme revela o que Diana Barros (2002) chamaria de uma “assunção de valores” no plano da discursividade em que o discurso assume, sem questionar, a validade do gesto cívico-militarizado atribuído à criança, transformando a performance em verdade simbólica, ou seja, naturalizando o vínculo entre infância e civismo como se fosse espontâneo e desejável.

No contexto das comemorações cívicas durante o regime militar, a representação da infância em atos públicos, como os desfiles escolares, cumpre uma função estratégica de inculcação simbólica. A criança não é tratada como sujeito de direitos ou de expressão autônoma, mas como corpo disponível à incorporação e à exteriorização de valores institucionais. Trata-se, portanto, de uma operação ideológica que se materializa na superfície dos gestos, posturas, roupas e expressões faciais. O corpo infantil torna-se palco de uma aprendizagem performativa do civismo, regida por códigos que antecedem e ultrapassam a própria consciência da criança.

A cena analisada materializa o que Bakhtin denomina de “psicologia do corpo social”, uma exteriorização ideológica que não se limita ao plano da interioridade, mas se concretiza na materialidade dos gestos, da linguagem e da aparência. O corpo infantil, nesse processo, torna-se veículo de enunciação de valores sociais impostos, operando como superfície sensível de um poder que se afirma pela repetição de códigos e rituais. Como afirma o autor:

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar ‘interior’ [...]; ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal (Bakhtin, 2011, p. 40-41).

Essa exteriorização ideológica permite compreender por que performances cívico-escolares são tão eficazes na produção de sujeitos conformados à ordem. A encenação de crianças vestidas como militares, como se vê na Imagem 09, não apenas imita a disciplina, mas a traduz em linguagem sensível. A seriedade do rosto, o alinhamento das posturas, a espada alegórica apoiada no ombro, cada elemento funciona como inscrição visual e simbólica que transforma a infância em alegoria da autoridade.

Esse fenômeno pode ser ainda compreendido à luz da teoria da interpelação ideológica elaborada por Althusser (1985), segundo a qual os indivíduos são constituídos como sujeitos pela ideologia, à medida que são convocados a ocupar lugares específicos no tecido social. Nas palavras do autor, “[...] ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos a *interpelação*” (grifos do autor).

No contexto dos desfiles escolares da Semana da Pátria, as crianças regimentadas e uniformizadas são interpeladas como futuros defensores da pátria, já moldadas segundo os valores de obediência, ordem e dever. Trata-se de uma forma de subjetivação que prescinde da consciência individual, pois a ideologia opera materialmente por meio de práticas e rituais que inscrevem nos corpos infantis a lógica do pertencimento nacional. Mesmo sem compreenderem plenamente seu papel, essas crianças respondem à interpelação ao assumirem, por meio da performance pública, uma identidade que reforça a sujeição simbólica aos ideais patrióticos.

A Imagem 09, nesse sentido, explicita como a infância é mobilizada para representar autoridade e hierarquia, convertendo o espaço do desfile escolar em extensão simbólica do quartel. É nesse ponto que a “psicologia do corpo social” se realiza não como fenômeno individual, mas como um processo coletivo de regulação simbólica, em que a infância é socialmente posicionada como signo da pátria em formação. Os corpos infantis, disciplinados

e regimentados, não apenas compõem a cena pública, eles a conformam. E é nessa conformação que se revela, com nitidez, o projeto político que se buscava instituir desde os primeiros anos da vida social.

A análise das imagens 04 a 09, à luz da categoria de dialogismo, permite compreender que esses registros visuais e suas legendas não atuam de maneira isolada. Ao contrário, constituem enunciados atravessados por cadeias discursivas mais amplas, já sedimentadas no espaço escolar, nos meios de comunicação e nas instituições estatais. Como ensina Bakhtin (2011), todo discurso está em permanente relação com outros discursos e contextos, em uma dinâmica dialógica que não cessa. Assim, cada fotografia, cada legenda e cada título estampado nas capas do jornal *O Liberal* sobre os desfiles da Semana da Pátria funciona como ponto de inflexão discursiva, em que sentidos já circulantes no campo educacional, nas práticas familiares e nas tradições militares são retomados, refratados e ressignificados. O dialogismo, nesse contexto, não se limita à sobreposição de vozes. Ele revela tensões entre sentidos estabilizados e possibilidades de deslocamento, reapropriação ou contestação.

As imagens 04, 05, 06 e 08 evidenciam, com força particular, o processo de estetização e disciplinamento simbólico da infância nos desfiles escolares da Semana da Pátria. Posturas corporais rígidas, alinhamentos rigorosos, trajes padronizados, halteres e bambolês cuidadosamente integrados à cena, penteados simétricos e gestos ensaiados compõem um conjunto visual que não apenas representa, mas molda a infância como símbolo da ordem e da obediência. Esses elementos não se reduzem a ornamentos decorativos: funcionam como operadores de sentido que reforçam e naturalizam um ideal de civismo. Integrados ao dispositivo midiático, tornam-se parte do que Barros (2019) identifica como um repertório jornalístico comprometido com a construção de uma aparência consensual. Trata-se de uma narrativa que, ao exaltar a harmonia e o espetáculo, suaviza os conflitos e contradições sociais, consolidando uma imagem idealizada da nação em formação.

4.3. A Infância do subúrbio

Esta seção se dedica à análise do último bloco temático da pesquisa, centrado na representação da infância nos bairros suburbanos durante as festividades da Semana da Pátria. Retomamos aqui algumas considerações já discutidas sobre o papel da imprensa na produção de sentidos, observando a estreita relação entre forma e conteúdo nos jornais. Barros (2019) destaca que a capa constitui um espaço privilegiado para as notícias, pois permanece visível

mesmo para aqueles que não procuram consumi-las. Dentro da capa, há zonas de maior destaque, especialmente a parte superior, que confere “prestígio e visibilidade” às matérias, em contraste com as informações alocadas na parte inferior.

Ao conjugar palavra e imagem, o jornal compõe um sistema de signos que desfaz a aparente neutralidade da informação, transformando-a em um produto ideológico. Conforme Bakhtin (2011), o signo, ao refletir a realidade, também a refrata. Assim, conceber o jornal como produto ideológico torna-se evidente, sobretudo quando se trata de eventos cívicos escolarizados. Nesta seção, aprofundamos as análises anteriores sobre os signos vinculados às festas escolares e exploramos como essas representações operam na constituição simbólica da infância suburbana. São signos que extrapolam sua função imediata e adquirem novos sentidos no imaginário coletivo, especialmente ao se considerar o subúrbio como um território de transição entre o rural e o urbano.

A maneira como o discurso civilizatório adentra as realidades das ruas dos bairros da cidade de Belém, a partir dos desfiles escolares, destacados nas capas, carrega os mesmos pilares modernizadores se comparado ao que ocorre no centro da cidade. Como apontam Gonzaga e Arruda (2022, p. 16), trata-se de uma nova maneira de explorar o outro, mas agora com um olhar moderno. O território muda, mas o sentido se mantém. A maneira como os signos se revelam nas referidas notícias dos desfiles que ocorre nas ruas dos bairros ou subúrbios, apresentam-se revestidos de glorificação, pois é um momento de gozo patriótico que chega nesse território.

Sobre o território, destaca Silva (2009), é a partir do convencimento do outro que os detentores de poder se organizam para alcançar seus objetivos. Existe a infância protagonista que se revela nos desfiles cívicos centrais e a infância situada em um contexto longe dos holofotes, que não está nas periferias, mas sim nos subúrbios. Peixoto, Cid e Pio (2023, p. 11) ressaltam que “[...] a noção de que subúrbios e periferias configuram espaços de uma sociabilidade particular, carregando aspectos sociais, econômicos e culturais que merecem atenção especial” é fundamental para compreender tais distinções.

Isso se dá ao fato de que a periferia não é um território cujo o processo de transição do rural para o urbano está ocorrendo, como é definido o subúrbio pelos autores, e sim um território cujo a dinâmica das ações de políticas públicas do centro não chegaram às periferias. Foram esquecidos, estão longe do processo de modernização que ocorre, por exemplo, a partir das práticas cívicas nas festas. Para esses territórios, segundo Gonzaga e Arruda (2022, p. 16), “[...] aos que vivem nas margens do processo civilizador, o que sobra é a ‘barbárie’”. Assim, o desfile

não é dos periféricos, mas dos suburbanos, territórios ainda capazes de agregar signos ideológicos que colaboram para a perpetuação da memória nacional.

O território como um signo projeta no imaginário social, a partir das características aqui já destacadas, para além de um novo palco das performances cívicas – local de terra batida e de “*demonstrações as suas maneiras mais simples*” – apresenta, também, uma categoria nova de cidadão. Não mais classificado como um sujeito urbano, mas abaixo disso, ele é quase isso, se parece como tal, mas este é suburbano, ou seja, está a baixo do que é o principal. Essa soberania territorial revela práticas de exclusão e violência simbólica que, mesmo em meio a um cenário urbano ainda não plenamente moderno, impõem à comunidade local os repertórios do projeto civilizador.

Trata-se de uma manobra bem articulada para inserir e solidificar na memória coletiva a ideia de que as festas cívicas expressam o garbo e o civismo modernos. O projeto ideal de nação projeta desde cedo um corpo infantil saudável e obediente, especialmente o dos meninos, cuja trajetória é orientada para espaços de honra, como as forças armadas. No entanto, essa expectativa simbólica de disciplinamento não se distribui de forma equânime entre os centros e os subúrbios: embora os ritos cívicos sejam reproduzidos com o mesmo rigor, os territórios suburbanos continuam marcados por precariedades materiais e menor capital simbólico. Assim, a visibilidade da infância suburbana nos desfiles não representa, necessariamente, um ganho de voz, mas sim a ampliação das exigências normativas.

Essa operação pode ser compreendida à luz da partilha do sensível, conforme Rancière (2005), segundo a qual certos corpos e experiências são tornados visíveis enquanto outros permanecem silenciados. A dor infantil, nesse caso, não é reconhecida como sofrimento legítimo, mas reconfigurada como efeito colateral aceitável de uma cerimônia de integração nacional. O corpo da criança é duplamente silenciado: primeiro, pela coreografia da disciplina; depois, pela narrativa midiática que o priva de enunciação. O que emerge, nesse processo, é a imagem de uma infância obediente, funcional e harmônica, uma infância idealizada que se sustenta pela exclusão da infância real, vulnerável e plural.

Esse conjunto de significados atribuídos à performance infantil nas festas cívicas encontra novo desdobramento na Imagem 10. Nela, os mesmos signos já identificados em cenas urbanas centrais, uniformes, alinhamentos, coreografias, são reconfigurados no espaço simbólico do subúrbio. A presença de crianças marchando em bairros periféricos reafirma a difusão do discurso patriótico para além das fronteiras do prestígio institucional. A infância suburbana, embora convocada a representar a nação, o faz sob os efeitos da desigualdade

territorial: sua visibilidade é funcional, mas não glorificada. Participa-se do desfile, mas sem protagonismo simbólico. Marcha-se, mas sem o mesmo reconhecimento. Trata-se de uma adesão disciplinada, marcada pela assimetria do pertencimento.

A imagem introduz um novo elemento de análise: a territorialidade. Ao retratar um grupo de meninos marchando em uma área não central, a fotografia indica que a pedagogia do civismo ultrapassa os limites simbólicos do centro político. A legenda “*Prontos*”, em destaque, atua como enunciado performativo que instaura uma expectativa de docilidade e disciplina. No sentido bakhtiniano, trata-se de um signo ideológico saturado de historicidade coletiva: não apenas descreve, mas interpela e conforma os sujeitos, antecipando condutas desejadas. Sua força discursiva reside em refratar uma ordem social sob o véu da prontidão cívica. “Prontos” nomeia uma disposição momentânea e, ao mesmo tempo, produz sujeitos ideologicamente moldados.

Essa operação aproxima Bakhtin de Foucault (1999), pois em ambos a linguagem é prática de poder: por meio de signos e discursos, instauram-se normas e moldam-se corpos em sua visibilidade e função simbólica. Neste cenário, a lógica biopolítica se manifesta ao convocar os corpos infantis, inclusive os mais vulneráveis, a performarem valores nacionais sob constante vigilância.

Nesse mesmo contexto, os desfiles escolares funcionam como uma espécie de liturgia laica: o Estado ocupa o lugar do sagrado e a infância é convertida em símbolo moral da nação. O corpo infantil é preparado, exibido e celebrado como portador de valores como obediência, pureza e patriotismo. Não se trata do sujeito concreto, mas de um emblema simbólico. Essa sacralização, mesmo nos espaços periféricos, não confere dignidade plena: exige, ao contrário, o apagamento da precariedade em nome da ordem nacional. Estetiza-se a docilidade e despolitiza-se a desigualdade, consolidando uma pedagogia do pertencimento normativo.

Embora o rito cívico se repita por toda a cidade, sua carga simbólica é desigualmente distribuída. No centro urbano, a disciplina é associada ao prestígio institucional; nos subúrbios, a mesma performance carrega um peso redentor, como se o civismo pudesse compensar a exclusão histórica. O corpo infantil periférico é convocado a provar sua aderência ao projeto nacional, não como reconhecimento, mas como aceitação vigiada. Trata-se de uma adesão marcada por assimetria: o mesmo gesto de marchar não garante o mesmo prestígio nem assegura o mesmo lugar na narrativa da nação.

Esse deslocamento do olhar para além do centro revela que o discurso patriótico, mediado por escola e imprensa, também se inscreve nos corpos infantis das periferias. A coluna

textual que acompanha a imagem é ilustrativa, especialmente ao empregar metáforas como “*pelas avenidas e ruas do centro*” e “*pelas artérias do subúrbio*”. A cidade é figurada como corpo vivo, cujas veias são atravessadas pelo sangue simbólico do civismo. O uso da expressão “*artérias do subúrbio*” sugere que até os territórios historicamente marginalizados são vitais à coesão do organismo nacional.

Essa metáfora naturaliza a expansão do projeto cívico como fluxo inevitável, escamoteando desigualdades territoriais e o controle ideológico por trás da disciplina escolarizada. Trata-se de uma lógica biopolítica que transforma cada rua, escola e corpo infantil em ponto de circulação do nacionalismo. Marchar, nesse contexto, é seguir um roteiro de controle social, no qual o corpo infantil é mobilizado como sinal de obediência, disciplina e adesão simbólica à pátria. Ao operar essa linguagem, o jornal constrói uma narrativa de integração simbólica que mascara os limites reais da cidadania nesses territórios.

Imagem 10 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 03 de setembro de 1971



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

A composição estética da Imagem 10 apresenta um grupo de meninos marchando em formação sobre um terreno aberto, que remete a um campo escolar, uma praça comunitária ou

outro espaço público localizado fora do centro urbano. O chão de terra batida, a ausência de monumentos e a presença de edificações com traços coloniais ao fundo, como telhados baixos e janelas em arco, ajudam a situar a cena em um bairro periférico de Belém, distante do aparato monumental que caracteriza os eventos cívicos dos centros institucionais da cidade. Essa paisagem periférica não é um detalhe neutro: ela compõe a própria mensagem simbólica da imagem.

O contraste entre a rusticidade do cenário e a coreografia ensaiada dos corpos infantis evidencia uma tensão entre a marginalidade histórica desses territórios e a tentativa de uniformização cívica. Mesmo fora dos centros de poder, o civismo escolar se instala com rigor, reafirmando a pedagogia da homogeneização nacional, que se estende por ruas, praças e corpos, independentemente de sua localização geográfica.

Ao apresentar crianças marchando no subúrbio, a imagem evidencia a difusão da lógica cívico-militar, que atinge de forma intensa também os espaços populares. A execução disciplinada dos movimentos, o rufar dos tambores e a cadência dos passos não apenas preparam os corpos infantis para o “*grande desfile*”, como os inserem, desde cedo, em um projeto de formação que associa obediência, ordem e visibilidade pública. Marchar se torna um rito de cidadania, ainda que performativo no qual os estudantes suburbanos são chamados a afirmar seu pertencimento à nação por meio do corpo alinhado, treinado e visível.

Nesse sentido, a Imagem 10 rompe com a ideia de que as comemorações cívicas seriam exclusividade dos centros urbanos e revela o esforço articulado entre Estado e escola para inscrever a pátria em cada rua, praça e corpo infantil, independentemente de sua localização. A extensão desse ritual cívico para os bairros periféricos reforça a tentativa de homogeneização dos valores nacionais por meio da padronização das práticas escolares e da performance infantil.

Chama atenção também o fato de a cena retratar exclusivamente meninos em marcha. A ausência de meninas na Imagem 10 não é apenas um dado empírico, mas um indício revelador da lógica de gênero que atravessa a organização simbólica das festas cívicas. A escolha por representar apenas meninos reforça a gramática visual do civismo como uma performance associada à masculinidade, onde atributos como bravura, marcialidade, força e disciplina são reiteradas como valores fundadores do projeto nacional. Como discutido por Barros (2019), a disposição dos corpos nas imagens e os elementos visuais mobilizados não são neutros eles operam como signos que atualizam expectativas sociais e legitimam papéis previamente atribuídos a meninos e meninas.

No caso dos meninos, há uma convocação visual à identificação com os valores

militares e com o Estado-nação, em consonância com o que Cordeiro (2012) aponta ao analisar a construção da masculinidade disciplinada nas práticas escolares. Esses sujeitos infantis do sexo masculino, organizados em sincronia, uniformizados e exibidos como preparados para o “grande desfile”, figuram como miniaturas de futuros soldados ou defensores da pátria.

Trata-se de uma pedagogia do corpo que atua desde cedo, e que, como adverte Foucault (1977), opera pela repetição de gestos, pela correção das posturas e pela docilização das condutas. Ao excluir as meninas da cena, o jornal não apenas invisibiliza parte da infância, mas reforça uma divisão sexual do protagonismo cívico, no qual os meninos representam a força e a ordem pública, enquanto às meninas, como mostrado em outras imagens, resta o papel de embelezamento, contemplação e docilidade silenciosa.

Nesse contexto, a instrumentalização das festas escolares pode ser interpretada como violência simbólica (Bourdieu e Passeron, 1992): uma imposição de significados arbitrários que, naturalizados, legitimam e perpetuam a ordem social. Os desfiles não apenas representam, mas instauram uma pedagogia estatal ampliada, que interpele crianças, famílias e docentes como agentes de um projeto ideológico maior.

Essa violência simbólica é eficaz justamente por se apresentar de forma dissimulada. Ao fazer parecer naturais e universais os valores de uma elite política ou moral, ela oculta sua origem histórica e os interesses que sustenta. As festas cívicas e a cultura escolar funcionam, portanto, como dispositivos de formação de *habitus*, promovendo disposições compatíveis com as exigências do regime e contribuindo para a reprodução das hierarquias sociais: “[...] é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma *ciência de governo* transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares” (Julia, 2001, p.22).

As contribuições de Foucault (1999) ajudam a aprofundar essa compreensão. Os rituais escolares, os cantos patrióticos e os gestos coreografados funcionam como técnicas disciplinares voltadas à produção de corpos úteis e subjetividades dóceis. Nesse projeto, a infância deixa de ser concebida como espaço de espontaneidade e experimentação, sendo reconfigurada como território estratégico de gestão, normatização e controle.

Santos (2018), ao analisar as festas cívico-militares, confirma essa interpretação ao demonstrar como a infância é capturada por um modelo disciplinar. A estética homogênea das apresentações, os rituais rigorosamente coreografados e o controle minucioso das condutas não apenas simbolizam fidelidade ao Estado, mas atuam como formas precoces de formação de sujeitos ajustados às normas de civismo, obediência e identidade nacional.

Essa constatação ganha novos contornos com a imagem seguinte, que amplia ainda mais o repertório simbólico do civismo escolar performado nas páginas do jornal. A imagem 11, publicada na capa de *O Liberal* em 2 de setembro de 1974, introduz um elemento curioso e estratégico: uma menina, em pleno desfile, carrega à frente do corpo uma página ampliada do próprio jornal. A homenagem da escola à mídia local, protagonizada por uma criança, introduz uma fusão significativa entre civismo, espetáculo escolar e autopromoção institucional. A infância, aqui, é convertida em instrumento de visibilidade e legitimação da própria imprensa, evidenciando o entrelaçamento entre aparato midiático, aparato escolar e valores de exaltação nacional.

Desfile abre Semana da Pátria

O desfile escolar em homenagem ao aniversário de 120 anos da República foi o primeiro do gênero na cidade. O desfile ocorreu no domingo, dia 12 de setembro, com a participação de milhares de alunos das escolas municipais e estaduais. A programação inclui ainda a Semana da Independência, com diversas atividades culturais e esportivas.

Policiais envolvidos no crime

A Polícia Civil está investigando um caso envolvendo policiais militares que supostamente teriam participado de uma festa em uma escola pública. Os policiais foram acusados de terem se envolvido em uma discussão com os alunos, resultando em ferimentos leves. A investigação está sendo conduzida pelo Departamento de Polícia Civil.

TRANSCRIÇÃO: “Desfile abre Semana da Pátria
 O desfile escolar de ontem foi aquele soberbo espetáculo de garbo e civismo que a cidade já esperava, por parte da criançada dos estabelecimentos de ensino de primeiro grau.
 Das 8 às 12 horas, **em todos os subúrbios, as crianças marcharam ao som dos hinos patrióticos**, abrindo oficialmente a Semana da Independência, páginas 9 a 12.” Grifos nossos

TRANSCRIÇÃO: “No desfile infantil, homenagem ao maior jornal do Norte-Nordeste.”

A fotografia revela uma cena singular no contexto das comemorações cívicas. A menina caminha em posição central e isolada, com postura ereta e expressão que oscila entre o esforço e a solenidade, evidenciando o caráter ensaiado da performance. Ela veste camisa clara e minissaia, acompanhada de meias brancas e tênis, o que compõe uma estética infantilizada,

porém cuidadosamente organizada para a ocasião. À sua frente, carrega uma grande folha ampliada do próprio jornal *O Liberal*, que cobre quase todo o seu tronco, transformando-se em um signo de destaque e proteção simbólica. Essa folha-jornal atua como um escudo discursivo, substituindo os adereços cívicos tradicionais como bandeiras e faixas, ao mesmo tempo em que afirma visualmente a autoridade midiática.

Ao fundo, nota-se a presença de outras crianças carregando cartazes, compondo um plano secundário menos nítido, mas coerente com o cenário de desfile, que mescla elementos da estética escolar à lógica da promoção institucional. A escolha do enquadramento, centrando a figura da menina, reforça a intencionalidade simbólica da imagem, que celebra simultaneamente a infância obediente, a força da mídia e a legitimidade do evento cívico-escolar.

Ao contrário da Imagem 10, que retrata exclusivamente meninos em marcha sincronizada, performando uma estética de força, disciplina e prontidão cívica, a Imagem 11 apresenta uma menina em destaque, incumbida de carregar uma folha ampliada do jornal homenageado. Sua atuação, marcada por leveza e gestualidade suave, difere substancialmente da corporalidade militarizada atribuída aos meninos. O corpo feminino é convocado não à rigidez do desfile, mas à tarefa simbólica da homenagem, funcionando como mediador afetivo entre infância e instituições. Essa diferenciação de funções não é aleatória: ela revela a forma como os papéis de gênero são distribuídos nas festas escolares, em consonância com expectativas sociais mais amplas.

As meninas são mobilizadas como adornos da ordem, portadoras de mensagens e signos de sensibilidade, enquanto os meninos são preparados para a dureza do civismo. Como argumentamos ao longo desta pesquisa, e conforme enfatiza Barros (2019), as imagens das crianças nas capas dos jornais não são neutras ou inocentes. Elas veiculam valores simbólicos que atuam sobre o imaginário social, reforçando disposições normativas sobre os corpos infantis, seus gêneros e seus papéis esperados na construção da identidade nacional.

A legenda que acompanha a imagem, ao nomear o veículo como “*o maior jornal do Norte-Nordeste*”, não apenas informa, mas performa uma autodeclaração de prestígio. Trata-se de um gesto autorreferente, em que o jornal se inscreve como protagonista do enunciado comemorativo, transformando a criança em suporte simbólico da consagração institucional. Ao ser impressa na própria capa do periódico, essa legenda adquire um duplo estatuto: é tanto descrição da cena quanto afirmação de autoridade discursiva. Ela opera como signo de legitimação pública, reiterando a centralidade da imprensa como mediadora e coautora do

discurso cívico.

A homenagem à imprensa local, realizada por uma criança e celebrada pelo próprio veículo, ilustra de forma exemplar o que Santos (2018) caracteriza como “liturgia da ordem”. Trata-se de uma encenação pública em que os rituais de exaltação cívica operam como instrumentos de legitimação simbólica do regime, ao mesmo tempo em que encobrem práticas sistemáticas de silenciamento, censura e vigilância social. O gesto da menina que carrega uma página ampliada do jornal, em plena via pública, não apenas celebra a imprensa, mas transforma o corpo infantil em suporte de uma lógica de autorreferência institucional. Nesse cenário, a mídia deixa de atuar como espaço de mediação crítica e passa a integrar o aparato de reprodução do discurso autoritário, reiterando ideais de unidade nacional, harmonia e obediência. A aparente espontaneidade da homenagem encobre, assim, uma operação ideológica em que o civismo escolar se funde à propaganda institucional, mascarando a violência simbólica do regime sob a estética da pureza infantil e do reconhecimento mútuo entre escola e jornal.

Essa função retórica da legenda reforça o entrelaçamento entre mídia, escola e Estado. A imagem, que compõe a capa do periódico, apresenta a ação como uma homenagem da infância escolar ao jornal, entrelaçando patriotismo e promoção institucional. O destaque dado à homenagem ao próprio jornal, publicada em sua capa, revela uma fusão estratégica entre civismo e autopromoção. A criança, nesse contexto, se transforma em veículo literal da circulação simbólica da imprensa, evidenciando como o desfile não apenas celebra a nação, mas também serve de palco para reforçar alianças discursivas e políticas entre os aparelhos ideológicos de Estado. Trata-se de uma apropriação do corpo infantil para fins de visibilidade institucional, no qual a criança-portadora de jornal opera como signo de respeito, docilidade e consagração pública.

O texto da matéria reitera o “*garbo e civismo*” do desfile, atribuindo-lhe o êxito esperado pela cidade. A ênfase recai também sobre a abrangência territorial da celebração, com destaque para a realização de marchas em “*todos os subúrbios*”, ao som de hinos patrióticos, reforçando a narrativa de participação cívica universalizada. A presença da infância periférica nesses atos é, assim, exaltada como demonstração de adesão aos valores nacionais, mesmo nos territórios historicamente marginalizados.

A Imagem 11 revela, assim, uma face estratégica das comemorações cívicas: além de pedagógicas, são também espetáculos midiáticos e dispositivos de legitimação institucional. A criança não apenas representa a nação em formação, mas é mobilizada como corpo-símbolo para ratificar valores como civismo, pertencimento e reconhecimento público, inclusive da

própria mídia. A homenagem ao jornal, protagonizada por uma aluna da rede pública, condensa os múltiplos usos da infância nas celebrações nacionais: educativa, performativa e publicitária.

Essa estratégia é recorrente em regimes autoritários, onde a harmonia encenada nas ruas busca esconder a repressão, a censura e o controle exercido sobre os corpos e as subjetividades. O corpo infantil, quando inserido nesse dispositivo imagético, torna-se ao mesmo tempo puro e subordinado, gracioso e disciplinado, em uma síntese que atende perfeitamente ao ideal de civismo performado.

A centralidade da infância nesse processo pode ser compreendida à luz do conceito de violência simbólica, formulado por Bourdieu e Passeron (1992). Nas cerimônias cívicas, a imposição de valores e símbolos nacionalistas, muitas vezes disfarçada sob a aparência de espontaneidade, naturaliza hierarquias políticas e sociais, legitimando-as como expressão da vontade coletiva. A participação das crianças, portanto, não constitui uma manifestação autêntica de civismo, mas uma encenação cuidadosamente construída para reafirmar a ordem vigente. Como mostram os autores, essa forma de violência não atua por coerção direta, mas por meio da introjeção de valores e da conformação das consciências, sendo disfarçada sob a aparência de aceitação voluntária.

Nas palavras de Bourdieu e Passeron (1992, p. 13), toda ação pedagógica implica o “duplo arbitrário da imposição simbólica” e depende da legitimação da violência exercida pela cultura dominante. As festas escolares funcionam, nesse contexto, como instrumentos de inculcação de disposições e *habitus* ajustados às expectativas de um regime autoritário.

Além disso, é importante notar como as imagens de crianças pequenas, frequentemente destacadas nas capas dos jornais, escancaram as estratégias de controle que operam sobre corpos ainda frágeis e não plenamente desenvolvidos. A exposição ao sol intenso, a obrigatoriedade da marcha, os gestos ensaiados e a rigidez corporal são marcas visíveis de uma lógica que vai muito além da celebração cívica. Trata-se de um processo de disciplinamento precoce, em que o corpo infantil é transformado em superfície de inscrição de obediência.

A imagem da criança, nesse contexto, é mobilizada como signo de pureza, esperança e continuidade. Contudo, essa aparência simbólica, encantadora à primeira vista, esconde uma operação ideológica mais profunda, pois é justamente a ideia de pureza que legitima a submissão. Como afirma Bakhtin (2011, p. 34), *o signo apreendido se revela em meio ao universo de outros signos*, ou seja, não há signo inocente: mesmo a imagem do “inocente” participa da disputa por sentidos no espaço social. A criança sorridente, com seu catavento verde-amarelo ou sua faixa presidencial em miniatura, não comunica apenas ternura ou

patriotismo, mas performa uma narrativa de adesão, ordem e controle.

Nesse sentido, é possível mobilizar Foucault (1999) para compreender a ação disciplinar sobre esses corpos ainda em formação. As crianças pequenas são tratadas como corpos dóceis, corpos que podem ser manipulados, treinados, moldados em seus gestos e expressões, colocados em formação, corrigidos em seus desvios. A docilidade aqui não é uma característica natural, mas uma construção social e política, resultante de práticas sistemáticas que visam à conformação do sujeito desde seus primeiros anos. Nas imagens analisadas, isso se expressa na sincronia dos movimentos, na repetição dos gestos, na rigidez das posturas, mesmo quando o corpo infantil resiste e claudica.

A docilidade do corpo infantil não é apenas física: é também simbólica. Ela reside no fato de que a criança não é representada como alguém que sente, deseja ou pensa, mas como alguém que *representa*: representa a nação, o civismo, o futuro idealizado. O desfile, assim, é o espaço onde essa docilidade se mostra como espetáculo. E o jornal, ao registrar essa cena, não apenas informa, mas reafirma a legitimidade dessa construção, apresentando-a como natural, bela e desejável.

Dessa forma, o que se apreende dessas imagens não é a infância em sua potência e pluralidade, mas a infância domesticada, aquela que, desde cedo, aprende a marchar, a sorrir sob o sol, a carregar símbolos cujo peso excede seus corpos. Uma infância que, é visualmente espetacularizada em vez de brincar, é treinada, em vez de existir plenamente no presente, é convocada a ser em nome de um futuro que já está previamente determinado pela ordem vigente.

A fotografia apresentada na Imagem 12, publicada em destaque na capa do jornal, retrata um grupo de meninos marchando lado a lado, vestindo camisetas brancas que, organizadas sequencialmente, formam a palavra “JARBAS”, em referência ao então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. A cena se insere no contexto do desfile escolar da Semana da Pátria, realizado nos bairros da capital paraense e em áreas suburbanas, segundo aponta a matéria. A formação dos corpos infantis em marcha e a ordenação gráfica de suas roupas materializam uma prática de homenagem direta a uma figura do governo federal, transformando a infância em instrumento de exaltação política.

A composição visual, no entanto, revela detalhes que reforçam ainda mais essa leitura em que os meninos não estão perfeitamente alinhados, e suas posturas corporais sugerem esforço e concentração, indicando que se trata de uma performance ensaiada e cuidadosamente coreografada. Essa ligeira assimetria não compromete o efeito desejado, ao contrário, humaniza

a encenação e destaca o trabalho pedagógico por trás da preparação. Ao fundo, embora de forma menos nítida, é possível perceber a presença de figuras que indicam uma plateia ou público observador, o que reafirma o caráter público e espetacular da cena. A imagem, portanto, não apenas documenta uma homenagem, mas a insere em um contexto de encenação coletiva, em que o corpo infantil é mobilizado como vitrine simbólica de adesão à autoridade e ao civismo performedo.

O título “*doze mil estudantes desfilarão*”, impresso com destaque na porção superior da imagem, é especialmente revelador do funcionamento ideológico da cobertura jornalística. O uso do futuro do presente antecipa a grandiosidade do evento e projeta, antes mesmo de sua realização, uma narrativa de sucesso e adesão popular. Assim como a legenda “Prontos”, discutida anteriormente na análise da Imagem 10, esse enunciado opera como um signo de antecipação simbólica, que não apenas informa, mas valida previamente a performance escolar. Trata-se de um gesto discursivo que transforma expectativa em certeza, naturalizando o engajamento massivo e atribuindo legitimidade discursiva à ordem cívica ainda antes de sua encenação pública. Essa estratégia de validação prévia colabora para a produção de um imaginário de consenso, apagando possíveis tensões ou resistências por meio da autoridade do próprio enunciado jornalístico.

Chama atenção, mais uma vez, a ausência de meninas na composição da imagem. Assim como na Imagem 10, a cena é inteiramente protagonizada por meninos, reforçando a associação entre civismo, disciplina e masculinidade. A vinculação entre o corpo masculino e os símbolos da pátria, aqui intensificada pelo uso das camisetas que formam o nome de uma autoridade estatal, reafirma uma gramática visual que reserva aos meninos o papel de representantes oficiais da nação. Essa recorrência evidencia a forma como o discurso cívico-educacional institucionaliza papéis de gênero desde a infância, alinhando os meninos à lógica da força e da obediência, enquanto invisibiliza a participação feminina nesses rituais de consagração nacional.

Imagem 12 Fragmento da capa do jornal O Liberal de 04 de setembro de 1971



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (2024)

As transcrições que acompanham a Imagem 12 reforçam ainda mais o caráter ideológico da cena por meio de uma linguagem hiperbólica e alinhada aos interesses do regime. Expressões como “*cerca de cinco mil alunos*” e “*em vários bairros*” operam como dispositivos de territorialização simbólica, sugerindo não apenas a magnitude do evento, mas sua suposta capilaridade social e aceitação coletiva. A ênfase na quantidade e na distribuição geográfica das crianças participantes constrói, discursivamente, um imaginário de unanimidade cívica, em que a participação massiva das escolas públicas é apresentada como espontânea e entusiasta. Esse uso de hipérboles numéricas, como já analisado em outras imagens, contribui para legitimar o desfile como expressão autêntica de civismo popular.

Além disso, a menção explícita ao nome do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, reiterada tanto no texto quanto na imagem, configura uma forma de personalização da lealdade cívica, integrando novamente uma ideia de “liturgia da ordem” dos regimes autoritários. A exaltação direta de uma autoridade política dentro de um evento escolar infantil evidencia a fusão entre aparato educativo e culto institucional, deslocando a celebração da independência nacional para uma estratégia de reafirmação do poder vigente.

A imagem torna visível o grau de instrumentalização da infância nos rituais cívicos, não apenas como representação abstrata da pátria, mas como corpo mobilizado para exaltar diretamente autoridades governamentais. A ordenação das letras nas camisas indica a dimensão performativa do gesto em que as crianças não apenas desfilam, mas corporificam o nome do ministro, transformando o ato escolar em propaganda política.

Esse gesto ganha ainda mais relevância ao se considerar que o desfile ocorre também

nos subúrbios. Essa ampliação territorial do evento aponta para a disseminação da pedagogia do civismo, promovida pelo Estado, como estratégia de alcance simbólico e político que atravessa as fronteiras da centralidade urbana, reforçando a adesão ao poder instituído mesmo nos territórios tradicionalmente periféricos.

A infância, nesse cenário, é convertida em signo de consenso¹¹, assumindo o papel de emblema da continuidade histórica, da esperança nacional e da adesão irrestrita à ordem. Trata-se de um signo ideológico que busca naturalizar o pertencimento à ordem, apagando as tensões e disputas que atravessam o campo social. A criança uniformizada, em formação, marchando em sincronia, é representada não como sujeito histórico pleno, mas como metáfora da harmonia nacional, do progresso previsto, da docilidade funcional.

Nesse contexto, não há espaço para o dissenso em que o corpo infantil funciona como imagem de um futuro já determinado, um projeto de nação que se pretende coeso, obediente e eficiente. Dessa forma, não se trata de um “consenso” real, mas de uma performance imagética da unidade social, onde o jornal opera como um dispositivo que interpela o público a aderir a essa narrativa. Como observa Bakhtin (2011), os signos não são neutros, eles condensam valores sociais e interesses ideológicos, e é justamente na repetição desses signos (bandeiras, marchas, faixas, miniaturas militares) que se consolida a ilusão de uma sociedade unificada em torno de seus símbolos.

A materialidade gráfica do jornal, com seus contrastes entre imagens e textos, hierarquias de títulos e arranjos visuais, reforça essa construção simbólica. A suposta polifonia se organiza em torno de um único projeto discursivo: o da infância disciplinada como alegoria da nação ideal. Há uma variedade aparente de temas, como escolas, famílias e professores, mas todos subordinados a uma narrativa central que valoriza a ordem, o civismo e a obediência.

Nesse contexto, os signos visuais presentes nas imagens não atuam como meros adornos simbólicos. Ao contrário, funcionam como dispositivos de regulação e legitimação. Submetidos à performance pública, os corpos infantis tornam-se vitrines das virtudes desejadas pelo Estado autoritário, como disciplina, saúde e patriotismo. Essa lógica pode ser compreendida à luz da crítica de Raymond Williams (2011), especialmente quando o autor analisa o funcionamento da publicidade como um “sistema mágico”.

¹¹ A infância, tal como representada nas capas dos jornais durante os desfiles da Semana da Pátria, não atua meramente como um “signo de consenso” no sentido abstrato de uma adesão geral. Em vez disso, ela deve ser compreendida, à luz da teoria bakhtiniana, como um enunciado ideológico estrategicamente produzido para performar uma autoridade encarnada, ou seja, um corpo infantil que simboliza e corporifica os valores hegemônicos de um projeto nacionalista disciplinador.

Williams argumenta que a publicidade moderna opera de modo a deslocar o desejo das necessidades concretas para objetos carregados de significados artificiais. Como afirma o autor:

A publicidade, em suas formas modernas, opera para preservar o ideal de consumo da crítica inexoravelmente feita pela experiência. Se o consumo de bens individuais deixa toda essa área da necessidade humana não satisfeita, um esforço é realizado, pela mágica, para associar esse consumo com os desejos humanos aos quais ele não tem referência real. Não compramos apenas um objeto: compramos respeito social, discriminação, saúde, beleza, sucesso e poder para controlar nosso ambiente. A mágica obscurece as fontes reais de satisfação geral porque sua descoberta envolveria uma mudança radical em todo o modo habitual de vida (Williams, 2011, p. 257).

A análise de Williams, embora voltada à lógica do consumo, é potente para pensar a representação da infância nos desfiles escolares. Assim como os objetos publicitários são convertidos em portadores de desejos e promessas, também os corpos infantis, no contexto das festas cívicas, são investidos de sentidos idealizados que mascaram desigualdades e disputas. A infância é convocada não como sujeito pleno, mas como superfície simbólica onde se projetam valores como civismo, pureza, orgulho nacional e obediência. A função simbólica sobrepõe-se à experiência concreta da criança, que é treinada, exposta e estetizada para legitimar uma ordem social pré-estabelecida.

Nesse cenário, a estética da infância performada nas festas escolares não é neutra nem espontânea. Os corpos infantis não apenas participam de um evento comemorativo, mas são organizados, treinados e expostos como signos de um projeto nacional que busca naturalizar a docilidade e o orgulho patriótico desde os primeiros anos de vida. A aparência harmoniosa das imagens esconde a lógica de disciplinamento que estrutura o rito: há uma coreografia da ordem que se impõe sobre o corpo infantil, moldando gestos, olhares e silêncios.

Essa instrumentalização atinge dimensões ainda mais sensíveis quando observamos como os signos visuais mobilizam representações de gênero. As meninas, frequentemente vestidas com roupas justas e minissaias, aparecem performando uma feminilidade domesticada, estetizada e pronta para a contemplação pública, enquadradas por um duplo imperativo: o da pureza e o da obediência visual. Já os meninos são convocados a encenar posturas de bravura e marcialidade, empunhando espadas de papel ou marchando com semblante sério, evidenciando a associação entre masculinidade e disciplina. Trata-se de uma gramática visual do civismo que instrui desde cedo os corpos a ocuparem lugares definidos dentro da ordem social e política, reforçando estereótipos funcionais ao imaginário nacionalista (Barros, 2019).

Essa lógica se insere em um projeto educativo mais amplo, marcado pela pedagogia da moralização e do disciplinamento, que constituiu um dos pilares centrais da formação da

infância durante a ditadura militar. Conforme salientam Salgado, Amaro e Ferreira (2023), essa pedagogia se materializou em múltiplas práticas escolares e familiares, ancoradas em valores autoritários que visavam forjar uma infância modelar, obediente e moralmente alinhada ao civismo conservador.

Entre os dispositivos mais recorrentes, destacam-se o rigor disciplinar nas escolas, marcado pelo cumprimento estrito de regras e normas; a imposição do civismo obrigatório, por meio do canto diário do Hino Nacional, da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica e da participação em desfiles escolares; e a ênfase na moralidade tradicional, centrada na repressão à sexualidade e no controle das expressões corporais e afetivas, especialmente das meninas. A religiosidade, segundo Salgado, Amaro e Ferreira (2023), reforçava esse arcabouço normativo, legitimando uma ética escolar conservadora, pautada na obediência, no silenciamento e na contenção dos desejos juvenis.

No plano das normativas de gênero, a escola operava como um espaço privilegiado de reprodução de papéis binários e hierarquizados. Meninas e meninos eram frequentemente separados em sala de aula e em disciplinas específicas, como “Práticas do Lar” e “Práticas Comerciais”, o que reforçava a ideia de uma pedagogia do feminino voltada à domesticidade e uma pedagogia do masculino voltada à atuação pública e econômica (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023, p. 58). A infância feminina era constantemente monitorada, sua sexualidade reprimida, e sua função social rigidamente enquadrada nos papéis de futura esposa e mãe zelosa.

Esse projeto educativo também se articulava a uma pedagogia do militarismo, em que a escola assumia o papel de espaço de exaltação da figura militar como símbolo máximo de autoridade, ordem e progresso. Uniformes, bandeiras, cerimônias e marchas cívicas compunham um repertório imagético e performativo que dissimulava, sob a aparência de celebração nacional, um processo de doutrinação política e naturalização das hierarquias sociais. Nessa lógica, a obediência era promovida como valor absoluto, inviabilizando qualquer possibilidade de participação crítica das crianças no espaço público (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023).

A articulação entre esses elementos, moralidade, civismo, normatividade de gênero e enaltecimento militar, conformou uma verdadeira teia de dispositivos pedagógicos voltados à contenção da infância, à manutenção das desigualdades sociais e à reprodução da estrutura cisheteropatriarcal. Como assinalam os autores, essa pedagogia não se limitava à formação de crianças dóceis, mas operava na constituição simbólica de uma ordem social que naturalizava a submissão e ocultava os mecanismos de exclusão.

Nessa toada da dimensão coletiva da rememoração, destaca-se a infância, para além do tempo de vida das crianças, como projeto político-pedagógico de uma sociedade que, assentada no autoritarismo, educa toda uma geração em seus mais diversos matizes: dos valores de uma cidadania pautada na disciplina e obediência civil ao controle dos corpos e dos prazeres por meio de pedagogias de gênero e sexualidade que incidem cotidianamente na manutenção de hierarquias de gênero e na proteção da estrutura social cisheteropatriarcal. Soma-se a este projeto o acirramento de desigualdades sociais que, no caso da sociedade brasileira, avançam *pari passu* com as violências do racismo estrutural (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023, p. 65).

As infâncias divergentes, atravessadas por marcadores como gênero, raça, classe e sexualidade, foram sistematicamente silenciadas, interditadas ou apagadas da narrativa oficial. Isso revela a face excludente e disciplinadora do projeto de nação vigente durante a ditadura militar, que instrumentalizou a infância como dispositivo de normatização dos sujeitos sociais (Salgado, Amaro e Ferreira, 2023).

Essa coreografia da infância, ao mesmo tempo encantadora e disciplinadora, revela a potência do discurso midiático e escolar na construção de uma imagem consensual da nação. Como alerta Bakhtin (2011), os signos não apenas comunicam, mas condensam disputas de sentido. Assim, as imagens jornalísticas que parecem celebrar a espontaneidade e o patriotismo infantil são, na verdade, operações simbólicas que silenciam dissensos, ocultam tensões e transformam a docilidade em valor cívico.

Por fim, vale destacar o papel do jornal como mediador dessa performance política. Ao selecionar e exibir determinadas imagens nas capas, em detrimento de outras, o periódico participa ativamente da produção e circulação de sentidos ideológicos, como adverte Barros (2022), ao afirmar que os jornais devem ser compreendidos dentro de um circuito de produção e recepção que envolve interesses econômicos, políticos e simbólicos. Nesse contexto, a infância disciplinada se transforma em argumento visual, performado e publicizado, legitimando um ideal de nação em que o conflito social é estetizado e o dissenso, silenciado.

A análise da Imagem 12, ao explicitar a instrumentalização da infância como dispositivo de legitimação do regime militar, permite compreender como os rituais cívicos escolares funcionaram como ferramentas de adesão simbólica e disciplinamento político. No entanto, para que essa pedagogia do civismo se efetivasse como consenso social, era necessário mais do que a organização de desfiles: era preciso mobilizar uma rede de signos, discursos e imagens que naturalizassem a obediência, a ordem e o pertencimento à nação. É justamente nesse ponto que os estudos de Silva (2015) e Cordeiro (2012) oferecem importantes contribuições para

entender os mecanismos de visibilidade e silenciamento que moldaram as representações da infância nesses contextos.

Outro aspecto importante é o uso da infância como corpo legitimador do presente político. Em um contexto ditatorial, marcado por censura, repressão e centralização do poder, a imagem da criança sorridente, marchando em fila com bandeirinhas, projeta a ideia de uma sociedade harmoniosa, coesa e feliz sob o comando do regime. Os corpos infantis são instrumentalizados como dispositivos de consenso, um consenso fabricado, ritualizado e disseminado pelas páginas do jornal. Trata-se, nas palavras de Bakhtin (2011), da conversão da linguagem e dos signos visuais em formas de “autoridade encarnada”.

Essa encenação não ocorre de forma inocente ou desinteressada. Pelo contrário, constitui uma manobra discursiva destinada a fixar na memória social a imagem das festas cívicas como rituais de elevação moral e de exaltação do civismo moderno. O corpo infantil, nesse processo, é moldado para figurar o ideal de nação desde os primeiros anos de vida. No caso dos meninos, os gestos de bravura e disciplina os posicionam como futuros soldados da pátria, herdeiros dos valores nacionais, prontos para ocupar com honra os espaços de poder e defesa, como as Forças Armadas.

A simbologia patriótica, hinos, bandeiras, frases moralizantes, representações de heróis nacionais, foi amplamente empregada para legitimar valores autoritários, travestidos de civismo. Como aponta Silva (2015), a educação cívica imposta nesses contextos não visava apenas a formação de cidadãos conscientes, mas a produção de sujeitos moldados para garantir a estabilidade da ordem vigente, ocultando a repressão por trás do discurso da moralidade nacionalista. Nas áreas centrais, as festas escolares assumiam contornos espetaculares, associando-se a uma estética de progresso e desenvolvimento; nas periferias, por sua vez, reforçava-se a imagem da infância pobre, disciplinada e grata ao Estado, como observa Cordeiro (2012). Essa diferenciação revela a construção de consensos políticos através da desigualdade social.

O discurso oficial também produzia silenciamentos. Como destaca Bakhtin (2011), todo enunciado é ideologicamente situado, e ao dar visibilidade apenas às infâncias dóceis e conformadas, o regime apagava outras experiências infantis que não se ajustavam ao modelo idealizado. A manipulação simbólica da infância, portanto, não se deu apenas pela imposição de práticas, mas também pela produção de narrativas e imagens que excluía a diversidade das infâncias reais.

O que se pode observar até aqui e coadunando ao que discutimos na seção II desta

dissertação as festas escolares, gradativamente, deixaram de ser apenas eventos de socialização ou entretenimento para se consolidarem como ferramentas pedagógicas voltadas à formação de subjetividades alinhadas aos ideais do Estado. Durante o Período Republicano, pretendia-se formar cidadãos leais à nova ordem, enquanto que no Estado Novo, destacava-se o culto aos heróis nacionais e ao civismo como mecanismos de unificação simbólica e durante o Regime Militar, os desfiles escolares ganharam contornos militarizados, transformando-se em demonstrações públicas de fidelidade e poder. Nesse cenário, a infância era incorporada como símbolo da nação, tornando-se alvo de investidas pedagógicas e discursivas.

Nesse sentido, as festas cívicas analisadas podem ser compreendidas como práticas que, ao inscrever a infância em rituais públicos de exaltação nacionalista, participavam da construção ativa de um imaginário social disciplinador e integrador. Longe de serem expressões espontâneas de uma cultura popular homogênea, esses eventos constituíam rituais de consagração simbólica do projeto político em curso, modelando sujeitos desde a infância, disciplinando seus corpos e instituindo legitimidades em torno de valores como o civismo, a ordem e a obediência.



V CONSIDERAÇÕES FINAIS

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde acompanhar ao longo desta dissertação, optamos por não conceituar a infância, tampouco utilizar autores com o intuito de defini-la. Essa escolha metodológica não significa que o tema não mereça definição, mas de um compromisso com o movimento investigativo que busca compreender a infância enquanto construção histórica, social e discursiva, situada em práticas concretas de um tempo e espaço determinados. Nosso foco recaiu sobre as representações da infância em um contexto específico, a década de 1970, em Belém do Pará, tal como emergem nas capas do jornal *O Liberal*, durante as celebrações da Semana da Pátria, e também nos estudos acadêmicos reunidos no estado do conhecimento. Não se trata, portanto, de saber o que a infância é, mas de investigar o que dela se diz, como é visibilizada ou silenciada, quais signos a configuram e a que projetos políticos e pedagógicos ela serve. A infância que aqui foi apresentada não é um conceito, mas um campo simbólico em disputa, um território de sentidos moldado por discursos midiáticos, práticas escolares e estratégias de poder. Foi a partir dessa perspectiva que procuramos entender como a infância foi usada como símbolo da pátria e como parte de práticas educativas que reforçavam a disciplina e a ordem, deixando suas marcas na história da educação na região amazônica.

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar como as festas cívicas escolares, noticiadas nas capas do jornal *O Liberal*, não apenas registraram eventos comemorativos, mas funcionaram como dispositivos simbólicos a serviço de um projeto político autoritário. Por meio da articulação entre linguagem visual e textual, o jornal construiu um repertório de representações sobre a infância que reforçava valores como ordem, disciplina, nacionalismo e obediência. A análise das imagens, legendas e da disposição gráfica permitiu identificar mecanismos de docilização e de celebração da ordem institucional, voltados à formação de comportamentos ajustados ao ideal de nação forte e coesa.

Outro recurso discursivo evidente nas capas analisadas, especialmente nos títulos das imagens 04, 07 e 12, é o destaque reiterado para o número de participantes das celebrações cívicas. Mesmo quando os eventos ainda não ocorreram, o jornal antecipa estimativas quantitativas como forma de legitimar, a priori, a grandiosidade e a adesão popular. Expressões como “dez mil crianças desfilaram ontem” (Imagem 03), “público lotou as arquibancadas” ou “milhares prestigiaram” operam como estratégias de convencimento que atribuem uma aura de unanimidade e espontaneidade aos rituais escolares.

Essa ênfase na quantificação, longe de ser neutra, operou como instrumento de reforço simbólico do consenso social, construindo nas páginas do jornal a imagem de um corpo social

homogêneo e engajado, em que a infância aparece como protagonista obediente e feliz. A crítica a essa lógica se torna evidente no contraste entre a narrativa de celebração e a invisibilização das condições reais enfrentadas por essas crianças: corpos infantilizados, uniformizados, expostos ao calor e ao peso simbólico dos adereços cívicos, convertidos em metáforas do futuro da nação.

Com isso, demonstrou-se que o jornal atua como instância produtora de sentidos, não apenas informando, mas selecionando, enquadrando e reiterando representações alinhadas a um projeto político e ideológico autoritário. O desfile cívico é representado como ritual de celebração nacional, mas sua cobertura midiática revela-se performance ideológica estruturada, onde a infância é estetizada, disciplinada e instrumentalizada como signo de harmonia social.

A análise integrada das imagens e manchetes nos permitiu, portanto, identificar um processo contínuo de produção de sentidos sobre a infância, onde ela é performada como ícone da nação, como emblema da harmonia e como vetor de valores autoritários, sob a aparência de festa e espontaneidade. O desfile cívico, mais do que comemoração, é dispositivo de reprodução ideológica, onde a linguagem visual e textual opera conjuntamente para fixar no imaginário social uma infância obediente, estetizada e funcional ao projeto político do período.

Esse caráter dialógico da linguagem nos ajudou a compreender as imagens não como espelhos da realidade, mas como construções históricas e sociais que respondem a determinadas demandas ideológicas. As crianças uniformizadas, marchando em sincronia ou portando símbolos nacionais, são enunciados visuais que dialogam com uma longa tradição cívico-celebrativa, ao mesmo tempo em que projetam uma expectativa de futuro: o futuro da ordem, da obediência, da nação disciplinada.

Nesse processo, o jornal não atua como mediador neutro, mas como instância produtora de sentidos. Ele seleciona, enquadra, edita e distribui as imagens a partir de critérios que não são apenas técnicos ou estéticos, mas profundamente ideológicos. A disposição das imagens na página, o uso de grandes títulos, o contraste entre texto e fotografia, a repetição de fórmulas narrativas e visuais compõem aquilo que poderíamos chamar, com base em Bakhtin, de uma forma social de linguagem, povoada por vozes e intencionalidades historicamente situadas.

No que diz respeito às homenagens feitas por essas crianças, é muito comum estarem apresentadas como miniaturas de adultos, revestidas com roupas alusivas às Forças Armadas ou carregando acessórios simbólicos do patriotismo, muitas vezes pesados para seus corpos ainda em formação. Isso evidencia o descarte da subjetividade infantil em prol da construção de imagens que projetam expectativas adultocêntricas. A quem serve essa infância que estampa

as capas dos jornais senão ao ideal de uma nação futura, construída a partir da negação das múltiplas dimensões do presente infantil?

As capas analisadas revelaram ainda que a imagem da criança, mesmo quando não relacionada diretamente ao conteúdo textual, era usada como recurso apelativo nas capas, evocando emocionalidade, simbolismo e identificação imediata. Crianças vestidas como militares ou representando profissões adultas eram mostradas como miniaturas do Estado, projetadas como suporte visual do nacionalismo. A fotografia, nesse caso, deixa de ser apenas um registro e assume a função de enunciado ideológico.

Importa, contudo, reconhecer que esta pesquisa operou escolhas analíticas que também implicaram limites. Dentre as 40 capas inventariadas, optamos por analisar com maior profundidade um conjunto de imagens que melhor representasse os blocos temáticos em que se organizaram os sentidos ideológicos sobre a infância. Tal decisão permitiu uma abordagem qualitativa densa e coerente com os pressupostos da pesquisa, mas também implicou a não exploração exaustiva de todo o material disponível. Ainda que o corpus seja expressivo e revelador, reconhecemos que outras imagens e capas poderiam ampliar ou tensionar os achados apresentados, o que abre possibilidades para pesquisas futuras que desejem aprofundar a análise comparativa entre edições, entre jornais ou mesmo entre diferentes regiões do país.

Nesse sentido, apontar os horizontes de pesquisa torna-se não apenas um exercício de projeção acadêmica, mas também um gesto de abertura epistemológica diante da complexidade do tema. As representações da infância nos discursos midiáticos e nas práticas escolares ainda carecem de investigações que articulem diferentes fontes documentais, suportes visuais e contextos regionais. Pesquisas futuras poderiam, por exemplo, explorar a recepção dessas imagens pelas comunidades escolares, analisar produções jornalísticas contemporâneas que atualizam discursos cívicos sobre a infância ou ainda empreender estudos comparativos entre capitais e cidades do interior, evidenciando continuidades e rupturas nas formas de instrumentalização simbólica da infância. Além disso, a própria Amazônia, marcada por invisibilidades históricas no campo educacional, oferece um terreno fértil para investigações que combinem história da educação, mídia e estudos da infância a partir de uma perspectiva situada e crítica.

Assim, conclui-se que a infância representada nas capas do jornal *O Liberal* durante a Semana da Pátria foi moldada por um discurso autoritário que performava a nação por meio da disciplinarização dos corpos infantis. A criança, mais do que sujeito, foi figura simbólica construída para reforçar o imaginário de um Brasil ordenado, obediente e coeso. Ao mesmo

tempo, a pesquisa evidencia a potência crítica de se pensar a imprensa como artefato formador de sentidos sociais, atuando diretamente na construção de visões sobre infância, escola e nação. Retomar essa discussão, especialmente em contextos como o da Amazônia, é também um gesto político de visibilização e reposicionamento de infâncias historicamente silenciadas nos discursos oficiais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO FILHO, Geraldo. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p. 125 –134, dez. 2006 Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf. Acesso em: 26 de abr. 2025.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1970. Disponível em: <https://politica210.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2025
- ALVES, L. M. S. A.; NERY, V. S. C.; SILVA, L. S. da. Cartografia das produções em história da educação nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Pará (2005-2018). **Revista Brasileira de História da Educação** [online], Campinas, v.19, n. 70, p. 1-27, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbhe/v19/2238-0094-rbhe-19-e070.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002. Disponível em: <<https://netlli.wordpress.com/2011/09/08/obras-de-bakhtin-disponiveis-em-pdf-em-nosso-banco-de-dados/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/livro_bakhtin_estetica_criacao_verbal.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2011. (Original publicado em 1929, assinado por V. N. Volochínov). Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. As contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 27-38.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: Fundamentos semióticos**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FLLCH/ USP, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001473252>. Acesso: 10 jan. de 2025.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. Unesp/UNIVESP. 2013. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>. Acesso em: 18 de mar. de 2023.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903 – 1971). In: VIDAL, Diana G. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar e**

escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.p. 269-291.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: <https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simbc3b3licas.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. Rev. Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1992.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. <https://ia800201.us.archive.org/17/items/brait-beth.-bakhtin-conceitos-chave./BRAIT,%20Beth.%20Bakhtin%20conceitos-chave..pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2025.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza da constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 91-104. Disponível em: <https://dokumen.pub/bakhtin-dialogismo-e-construao-de-sentido-8526804065.html>. Acesso em: 24 de nov. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Usando análise temática em psicologia**, 2006. Trad. Prof. Dr. Luiz Fernando Mackedanz Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, Disponível em: https://www.academia.edu/29999208/Tradu%C3%A7%C3%A3o_do_artigo_Using_thematic_analysis_in_psychology_ > Acesso em: 15 nov. 2019.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*. 2012. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1377.pdf>> Acesso em: 24 de abr. 2023.

DALEHT, Patrick. Dialogização enunciativa e passagens do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 159-177. Disponível em: <https://dokumen.pub/bakhtin-dialogismo-e-construao-de-sentido-8526804065.html>. Acesso em: 24 de nov. 2024.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Tradução de: Über den Prozess der Zivilisation. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2 v. Disponível em: <https://favaretoufabr.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/elias-norbert-o-processo-civilizador-vol-ii.pdf>. Acesso em: 01 de fev. de 2025.

FAÏTA, Daniel. A noção de gênero discursivo em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 59-87. Disponível em: <https://dokumen.pub/bakhtin-dialogismo-e>

[construao-de-sentido-8526804065.html](#). Acesso em: 24 de nov. 2024.

FIORIN, José Luiz. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 229-247. Disponível em: <https://dokumen.pub/bakhtin-dialogismo-e-construao-de-sentido-8526804065.html>. Acesso em: 24 de nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 27ª ed. Petrópolis: Vozes: 1999.

FOUCAULT, M. **Como se exerce o poder?** In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Tradução de Vera Porto Carrero. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michel-foucault/>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, M. P. S. G. S. A.; LOBATO, S.; NERY, V. S. C. **História da Educação na Amazônia**: Múltiplos sujeitos e práticas educativas. Curitiba: CVR, 2018.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 444f. Campinas, SP : [s.n.], 1990. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/28702>>. Acesso em: 28 de abr. 2025.

GONÇALVES. Mirelle Cristina; GONÇALVES, Suzany Faíny. Concepção e finalidades da educação na obra educação e sociologia de Émile Durkheim. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas-Tocantins, v.8, n.62, p. 293-305. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5825>. Acesso em: 28 de abr. 2025.

GONZAGA, Caroline; ARRUDA, Douglas Gasparin. Identidade Nacional e Memória Coletiva: Aproximações possíveis. **Revista Vernáculo**, [S. l.], n. 50, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/84819>. Acesso em: 13 maio. 2025.

ITABORAHY, M. C. L. I. Festas escolares, seus sentidos e significados para as famílias dos alunos: o caso da escola municipal Professora Luzia Ferreira, de Santa Cruz De Minas, MG. **Dissertação**. São João Del-Rei: 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6354943. Acesso em: 15 de set. 2021.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Tradução de Gizele de Souza. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/e9023977-ec31-43ec-802a-7ba9759d8ea2>. Acesso em: 07 de jan. de 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e a linguagem**. O mundo da escrita no universo da pequena infância. Tradução . Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 142. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002261111>. Acesso em: 09 maio 2025.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes sociais dos indivíduos. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002

LOPES, Mário Allan da Silva. Educar crianças no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco: cultura escolar, infância e civilidade no Pará da Primeira República (1900-1912). **Dissertação** (Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Sociais e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2018.

MAIA, Sebastião Alves. Grupo Escolar Duque de Caxias Festas Escolares: uma celebração de múltiplos significados 1949-1962. 2012. 164 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2012. Orientadora: Marlúcia Menezes de Paiva. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/33042>. Acesso em: 15 de set. 2021.

MARQUES, Ester. Estruturas do discurso jornalístico. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luis, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0528-1.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. - Curitiba : CRV, 2021.

NASCIMENTO, Suelene Silva Oliveira. A construção multimodal dos referentes em textos verbo-audiovisuais. 2014. 149 f. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9504/1/2014_dis_ssonascimento.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2025.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 - 1930): imagens e imprensa. Pelotas, 2012. 403f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_27d43c6f4ba19584b2d3fd49155fe0fc. Acesso em: 15 de set. 2021.

OPPO, Anna. Socialização Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo. Coordenação da tradução João Ferreira. Revisão geral o Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 1998. p. 1202-1206. Disponível: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: Acesso em: 07 de jan. de 2025.

OTTO, Franciele. As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e morais da sociedade catarinense: o caso das “Ligas de Bondade” (1935-1950).

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. História da Educação e Historiografia). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2012. Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_722180864d1f531b1f59eec3e89d5a97>. Acesso em: 15 de set. 2021.

PASQUALI, Anna Carolina. Linguagem e ideologia: o conceito de signo ideológico do Círculo de Bakhtin em discursos populistas no Brasil. 2024. **Dissertação** (Mestrado) -

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2024.

Disponível: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/14006>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEREIRA, Luis Artur Borges. João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica. 2014. 420 f. **Tese (doutorado)** –

Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2014.

Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2794>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

PEIXOTO, Fabio Costa; CID, Gabriel da Silva Vidal; PIO, Leopoldo Guilherme.

Apresentação do dossiê: Subúrbios e periferias: atores, projetos e territórios na organização de memórias coletivas do espaço urbano. Em Tese, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 10–20, out./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/98762>. Acesso em: 13 maio 2025.

PINHEIRO, Wellington da Costa. A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/4072>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. Inventário – Organizando os Achados de uma Pesquisa. **Entre Ver**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-154, 2011. Disponível em:

https://www.academia.edu/93464286/Invent%C3%A1rio_organizando_os_achados_de_uma_pesquisa. Acesso em: 09 de maio de 2022.

PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca. Rousseau: a educação da mulher e sua formação cívica. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós- Graduação em Educação. Pelotas, 2017. Disponível em:<

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d76b5df1-97b4-4eaa-9271-c7e85e7f57f>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental Org.; Ed. 34, 2005. 72 p. Disponível em:

<https://we.riseup.net/assets/164394/partilha+do+sensivel+ranciere.pdf>. Acesso em: 23 de fev. de 2025.

REI, Bruno Duarte; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista da Educação Física / UEM**, v. 23, n. 3, p. 483–497, jul. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/refuem/a/fxJb3stRHSYFdFMnxSL37Pz/abstract/?lang=pt>. Acesso

em: 19 de maio de 2025.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A Professora da Nação**: as festas cívicas e as escolas na Paraíba. Tese (Doutorado). UFPB. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9899/2/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SALGADO, Raquel Gonçalves; DIAS AMARO, Raquel; MARTINS FERREIRA, Dantiely. A infância como projeto pedagógico em memórias da ditadura militar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 54–67, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.79081. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/79081>. Acesso em: 19 maio. 2025.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”?: festas e política no Recife (1817–1848). 2018. 277 f. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_b75bcfd29ef9efe590e73a3f2f8badb5. Acesso em: 15 de set. 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Livia Sousa da. O imaginário social de violência escolar em Belém-PA: entre narrativas midiáticas e o contexto escolar. 2018. 299 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://ppgsa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESE%20LIVIA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. de 2018.

SILVA, Livia Sousa da. Os discursos do jornal impresso O Liberal sobre violência escolar em Belém (2001-2010). 2012. 187 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3303>>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da. As festas escolares no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica. 2015. 90 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d76b5df1-97b4-4eaa-9271-c7e85e7f57f3>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SILVA, Vânia Cristina da. Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve! festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). **Dissertação** (Mestrado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa: [s.n.], 2011. 139f. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5963?locale=pt_BR>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SILVA, João Márcio Palheta da. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil - junho /2009. p. 1-14. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/Joao_Palheta.pdf. Acesso em: 13

de maio de 2025.

SILVA, Livia Sousa da; SILVA, Tayana Helena Cunha da; PINHEIRO, Welington da Costa. A utilização da técnica do inventário como instrumento de pesquisa: uma contribuição metodológica à história da educação na Amazônia. **Educ. Rev.** [online]. 2023, vol.39, e87519. Epub Nov 14, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/s3wvrtBTfHDrQtvR9LFnc5h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

SIQUEIRA, Marina Rodrigues. Mudanças de atitudes políticas no contexto de projetos de educação cívica: A experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008. **Dissertação** (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Belo Horizonte: 2013. Disponível em: http://ppgcp.fafich.ufmg.br/diss_defesas_detalhes.php?aluno=323>. Acesso em: 15 de set. 2021

SOUZA, Manoel Pereira de. “Nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945). **Dissertação** (Mestrado). Universidade Católica de Santos, Programa em Educação. Santos: 2013. Disponível em: <<https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/1161/2/Manoel%20P.%20Souza.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. A cultura escolar e o ensino primário: formas escolares, saberes e práticas educativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/W4WgDHwpKvJ7qHPjskWnyzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de abr. 2025.

VAZ, A. C. A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: GEPHE - FAE/UFMG, 2006. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85TQU6/1/1000000611.pdf>. Acesso em: 26 de abr. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Apêndice 1 – Inventário das Capas do jornal *O Liberal*: Meses de Setembro da década de 1970

Capas do jornal <i>O Liberal</i> : Meses de Setembro da déc. 70							
Cód. PDF	Mês/Ano	Caderno	Nº Capa	Tema	Título	Resumo do Texto apresentado	Resumo da Fotografia apresentada
460	set/70	2	capa	Publicidade Patriótica	Brasil, conta comigo!	Fotografia da bandeira do Brasil acompanhada da frase, bem na capa	A fotografia se apresenta tomando boa parte da capa, chamando bastante atenção demarcando que o grupo jornalístico foi um veículo que participou do processo de potencialização da identidade nacional
461	set/70	1	6121	Figura Feminina	Graça, Beleza e Civismo na abertura dos JOPAGICOS	Fotografia da abertura da Semana da Pátria com uma fotografia do XVI Jogos Paraenses Ginásio, destacando um "espetáculo deslumbrante de beleza, colorido e ritmo" e que destaca que a Festa Cívica é a mais importante do País.	Moças fazendo performasse acrobáticas segurando malabares e vestidas com sapatilhas brancas e maiô, deixando suas pernas e braços expostos.
463	set/70	1	6122	Desfile Militar no RJ	Desfile Militar Carioca Terá 25 mil participantes		
464		2	capa	Desfile de Bandas	Desfilaram as Bandas de 13 colégios sob a vibração do público	Exalta a numerosa plateia presente na praça da Bandeira para assistir os desfiles; exalta o garbo e disciplinas por parte dos colégios que se apresentaram de maneira "realçante" no que diz respeito aos uniformes e na execução dos hinos e marchas.	As alunas apresentam-se de mini saia e blusa branca em desfile, manuseando instrumentos de percussão. Um cordão de pessoas ao redor acompanha. Outra fotografia apresenta alunos uniformizados com roupas brancas e de calça cumprida, manuseando grande instrumentos de percussão.
		2	capa	Infância	O grande passo	O texto afirma que a a criança na foto começa a caminhar sob passos "patrióticos" e que a criança desfila em honra à Bandeira Nacional.	A fotografia apresenta crianças do sexo feminino desfilando uniformizadas com mini saia e blusa branca.
		2	capa	música	Semana da Pátria segue hoje com festival de Coral	O local que ocorre a apresentação é a quadra de Esporte Serra Freire do clube do Remo com o protagonismo de alunos do Ensino Médio. Ficando sob encargo das escolas da rede	

						municipal de fazerem seus desfiles no estorno do estabelecimento local. Os jogos Paraenses acontecem na Tula Luso com natação e um Baile a noite na AssembleiaParaense.	
465		1	capa	Jogos	Depois da Festa bonita JOPAGICO em ritmo de Competição	O texto destaca a intensa programação esportivas que acontece em todos os turnos, sendo pela manhã Atletismo, pela tarde voleibol e futebol de salão e a noite com Randbol e Basquete.	Seis fotografias com apresentação das competições esportivas, apenas duas fotografias são de disputa femininas sendo tênis de mesa e vôlei.
466		1	6123	Infância	Crianças no rio desfilam ao som da Banda	pequena manchete da capa que se direciona ao Desfile escolar	
467	04/09/1970	2	capa	Semana da Pátria	Operação Verde e Amarelo começa hoje para animar os Festejos da Semana da pátria	Operação Oriunda do Projeto Rondon que tem como objetivo animar a população paraense a "tomar parte" dos festejos comemorativos da Semana da Pátria	
468			6125	Juventude	Juventude nas ruas do exemplo de amor e civismo pelo Brasil	O texto anuncia a presença de "milhares" estudantes que desfilarão no Dia da Raça, na praça da República, como forma de mostrar um "civismo puro e amor a pátria brasileira". Apresenta, também a estrutura organizacional do desfile: Escoteiros e educandários representado, grupamentos femininos, grupamentos mistos e grupamentos masculinos.	a foto é uma silhueta de um soldado uniformizado, hasteando uma bandeira.
	06/09/1970	1	6125	Infância	Instante Glorioso	A legenda reforça que a infância nas escolas, também vibraram. Destaca os carrinhos em que algumas crianças aparecem nas fotos, onde cada um carrega uma bandeira do Brasil, no que é apresentado como o "majestoso" dia da Raça. A "Alma iniciante dos petis", termo que é utilizado para se referir aos pequenos, desperta para o brado cívico que ecoa no país, afirma a nota.	Crianças sentadas em triciclos, vestidas com roupas brancas e sob a posse uma bandeira do Brasil.
473	08/09/1970		6125	Infância - Vestimenta	Povo se une ao governo na obra da Integração Nacional		As crianças aparecem nos registros, vestidas com roupas brancas de marinheiros, a beira da pista. Separados pela cavalaria que faz a guarda do carro de

							luxo em que está o Governador desfilando.
				Infancia - alunas	Dia da Raça	Destaca-se no escrito do jornal a vibração e o desfile cheio de garbo no desfile do dia da raça. Destaca, também, o "Júbilo Patriótico" e o contentamento de um povo que nasce sob a fé cristã. Um espetáculo de comunhão cristã.	
475	01/09/1971		7162	Infância - símbolos	Fogo da pátria aceso na Praça	O texto destaca a presença do Fogo simbólico da pátria. A tocha é apresentada como o exemplo vivo do civismo Nacional.	A foto mostra que ao fundo, membros do dispositivo organizam-se para a instalação da tocha, enquanto muitas crianças acompanham de longe atentas!
476		2º		infância - símbolos	Festa da Independência abriu com fogo simbólico		A imagem mostra um momento de solenidade com adultos, jovens e crianças em filas com as mãos para traz das costas. Em primeiro plano moças são apresentadas com sapatos shorts curtos e uniformes. Posteriormente, adultos e soldados. No fundo da foto é possível notar a presença de crianças assistindo, na praça.
479	03/09/1971		7164	infância - disciplina	Desfile Infantil	O texto destaca a organização e preparação dos "Pequenos Escolares" que irão as ruas desfilar na manhã do dia em questão	
480		2º		Infância - bairros - preparativos	Grupos Escolares desfilam em bairros	destaca-se o grande número de crianças que irão desfilar nas principais ruas de todos os bairros da cidade. Justifica-se que isso dá devido ao cumprimento de um programa estabelecido pelo governo do estado, para os festejos da semana da pátria. Demarca-se que às 08h as crianças saem das escolas após o hasteamento da bandeira no pavilhão nacional. O texto destaca que o exercício dos alunos se dá em academias de marchas. É lá que eles fazem os acertos dos passos afinam instrumentos e "fazem rufar baterias e tambores. Seja nas avenidas e ruas do centro ou como destaca a matéria "nas artérias do subúrbios". Ainda que a secretaria tenha	Com o título de "PRONTOS", a foto destaca crianças uniformizadas em ensaio para o desfile. Um pelotão de meninos marchando em um lugar aberto.

						extinguído o formato Desfile-Prêmio, que tinha um caráter competitivo, os estudantes, mesmo assim, costumam "esmerar-se nos ensaios.	
481	04/09/1971		7165	Infância - Bairros - Desfile	Doze Mil Estudantes Desfilarão	Fotografia faz referência ao desfile infantil que já aconteceu um dia antes e anuncia o desfile do Dia da Raça que acontecerá no dia posterior a matéria. Destaca-se que o desfile da criança contou com um quantitativo de cinco mil crianças que desfilaram pelos "subúrbios" e ruas da cidade.	Crianças do Sexo Masculino desfilam um ao lado do outro, todos com camisetas brancas, shorts curtos e sapato branco. Cada criança carrega uma letra como estampa da camiseta branca formando o nome JARBAS, homenagem ao Ministro. O letreiro é pintado por cima do brasão do Pará que estampa a camiseta dos meninos.
484	05/09/1971	2º		Infância - Feminino - Canto - preparativos	Canto		A fotografia apresenta, ao que poderia ser comparado a uma arquibancada de quatro fileiras, cheia de meninas ensaiando.
485	06/09/1971		7167	Infância Militarizada	Mini Soldados	O texto curto em baixo da foto destaca o desfile do Dia da raça que ocorreu no dia anterior, destacando a "significativa homenagem" às forças armadas protagonizado por três crianças uniformizadas com roupas do exército, aeronáutica e marinha.	Enfileirados e sérios, a foto apresenta os meninos olhando para a câmera. o primeiro menino exhibe uma espada.
488	07/09/1971	3º		Infância - música -	Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil...	Ó título dessa capa está apresentado em uma fonte relativamente grande, chamando bastante atenção. Pouco texto e muitas fotos.	meninas desfilam apresentando-se com instrumentos de sopro. Junto com os trombones, elas exigem, pendurado na outra mão, uma flâmula indicando o brasão de suas escolas. Roupas cumpridas. Um aglomerado de muitas crianças assiste em pé nas calçadas.
492	02/09/1972		736	Infância - Festa cívica infantil	Iniciado os Festejos Cívicos	em meio a uma curta narrativa que discorre especificamente sobre o que aconteceu nos dias anteriores, destaca-se dois estabelecimentos de ensino que realizarão no dia em questão, uma festa cívica especificamente para crianças do educandário Eunice Weaver e Preventório Santa Terezinha.	Adolescente em performasserítmica vestida de maiô no sol quente. Ela usa chapéu.
494	04/09/1972		7638	Infância disciplina	Desfile escolar na Cidade		A fotografia destaca a crianças do sexo masculino em postura de soldados, um ao

							lado do outro trajados com roupas leves e e curtas com o brasão do Pará
500	02/09/1973		7534	Infância - Desfile de bairro	Desfile nos Bairros movimentam alunos de 108 estabelecimentos	pequena nota destaca-se ao tratar o dia em que as escolas desfilarão nas ruas dos bairros, comemorando a Semana da Pátria com trajes homenageando militares das forças armadas, Santos Dumont, temas folclóricos e "outras motivações".	
501	03/10/1973		7535	Infância - Homenagens - Esporte	Desfiles iniciam os Festejos da Semana da Pátria	O texto da capa é parcialmente direcionado para informar sobre o desfile dos estabelecimentos de ensino do 1º grau nos bairros com "bastante animação e entusiasmo", afirma a nota. Aponta, também, que os "Belos carros alegóricos" são projetados para fazer memória aos grandes feitos de Santos Dumont, Tiradentes, Princesa Isabel, Dom Pedro I, e tantos outros que, "engrandecem" nossa história. Elas desfilam em homenagem a independência da Pátria.	Um grande pelotão com quatro fila de meninas portando um bombo ler e trajadas de roupas claras, saias, blusas e sapatos. a menina que lidera o pelotão faz uso de uma faixa que indica ser referência à faixa presidencial.
502	05/09/1973	2º	7537				
506	02/09/1974		7890	Infância - homenagens - bairro	Desfile abre Semana da Pátria	Anuncia o desfile escolar pelo "subúrbio" considerado um espetáculo de Garbo e Civismo com as escolas de primeiro grau. O desfile aconteceu ao som de hinos patrióticos.	A foto apresenta uma menina que exhibe no desfile uma homenagem ao grupo jornalístico grupo O Liberal, em posse de uma folha do jornal que cobre metade do seu corpo. A legenda da fotografia destaca que a homenagem é direcionada ao "Maior Jornal do norte-Nordeste".
508	09/09/1974		793	Infância - símbolos	Doze mil no Desfile de hoje		meninos e meninas uniformizados acompanham de perto militares exibindo a Bandeira do Brasil, enquanto outro suspende uma arma de fogo
512	02/09/1975		8252	infância - canto	Canto em homenagem à pátria	Aponta que o desfile do dia da Raça e a parada Militar são "os pontos principais" da programação da semana da pátria	A foto destaca o ensaio de canto orfeônico de uma banda militar que ensaia no coreto na praça da República. A foto dá ênfase nas crianças que assistem aos ensaios
513	04/09/1975		8254	Adolescentes – ginástica rítmica -	Tudo Sobre o Desfile de Amanhã	A matéria ressalta o número elevado de pessoas que foram assistir as demonstrações de ginástica	Fotografia de adolescentes executando performasse de ginástica rítmica em um

				artes marciais		rítmica e anuncia que pela primeira vez haverá demonstração de Artes Marciais.	local que está com muitas pessoas ao redor. as Adolescentes estão vestidas de maiô preto e cabelos amarrados descalças.
514	05/09/1975		8255	Infância - ginástica - educação física	Quinze Mil desfilam em novo Itinerário	A manchete destaca que os colégios de primeiro grau fizeram uma performança corporal em um desfile particular e de forma interna, houve competições.	o angulo da foto apresenta em primeiro plano dois homens com roupas leves executando uma acrobacia no gramado forrado de colchões. As crianças em segundo plano fotográfico observam atentas
515	06/09/1975		8256	Adolescentes - homenagens - Figura feminina	Carros fora do Desfile Militar	Espadas alegóricas foram apresentadas durante o desfile do dia anterior à manchete.	fileiras de meninas vestidas com roupas cumpridas exibem ao público espadas, ao que aparenta ser feitas de papelão e exibem para o alto enquanto marcham.
516	08/09/1975		8258	Infância - bairro - banda	Economia de Gasolina reduziu Desfiles Militares de ontem	O texto destaca um panorama nacional dos desfiles onde aponta as ações de alguns estados na dinâmica de poupar gasolinas, deixando o uso excessivo de carros de fora dos desfiles. Alguns lugares optaram-se inclusive, por bicicletas.	Três crianças em primeiro plano, na fotografia, destacam-se pela performança enquanto desfilam carregando instrumentos de percussão (mini caixa e surdo), de chapéu e roupa branca cumprida. o desfile situa-se na vila de Icoaraci.
536	02/09/1976		8618	Infância - Educação Física	Facultativo amanhã para o desfile	O texto anuncia sobre os órgãos que serão facultados e destaca o desfile da "Estudentada".	Alunos fazem demonstração de Ginástica rítmica no chão da quadra, assistidos por muitos alunos que se apresentam sentados e em pé. Todos de roupas brancas e tênis, a fotografia chama a atenção pela manobra em que as crianças executam o movimento.
537	03/09/1976		8619	Infância - homenagens	Escolas e bandas celebram em desfile a Independência	Descrito como "Minidesfile", a matéria fala sobre as escolinhas particulares, a maneira informal que se organizaram esses desfiles que foram protagonizados pelos de "pouca idade". Foram entregues bandeirinha do brasil.	A fotografia apresenta as crianças abraçadas aglomeradas, marchando com roupas brancas, minisaia e tênis. Cada uma traz uma letra na roupa formando a palavra PETELECO, outra criança em segundo plano apresenta-se de maiô na caminhada
540	08/09/1976		8624	Infância - Desfile Militar -	Povo aplaude desfile dos militares		Pelotão do exercito uniformizado e exibindo seus armamentos desfilam

				Sentimento			enquanto as crianças das calçadas assistem aplaudindo-os.
533	06/09/1977		8987	Infância - Bandas Maciais	Milhares Vibram com o Desfile	O ponto do alto das apresentações foram as apresentações de bandas maciais.	Uma criança uniformizada com uniforme do IEP, segurando um catavento, vestida de mini saia e camisa manga cumprida. Atras uma pessoa adulta acompanha a criança.
524	02/09/1978		9348	Infância - homenagens - Bandas	Seis Mil alunos abrem Semana da Pátria	Balões coloridos, música danças folclóricas, ginástica e desfile se fazem presente no texto curto na capa deste caderno. Destaca-se, incomumente, a citação ainda nesta matéria sobre a ineficiência da atuação do DETRAN, que resultou em contratempos durante as atividades.	a foto apresenta em primeiro plano crianças com instrumentos de percussão uniformizadas e caminhando. Os instrumentos, ao que pode se observar, são surdos
526	05/09/1978		9351	Infância - homenagens - desfile	Sete Mil escolares desfilam hoje	Embora a fotografia faça referência ao desfile infantil, o texto destaca-se pelo desfile juvenil que aponta o IEP, escola onde homens não tocam na banda e a observação sobre o fato de nenhum carro alegórico desfilar nesse dia.	Crianças, meninos e meninas, de mãos dados uns com os outros e suas professoras caminham marchando uniformizadas. Algumas crianças com trajes esportivos e segurando uma bola
523	08/09/1979		9677	Infância - homenagens - desfile	PM homenageou as crianças na Parada	Além do pequeno tempo de desfile (55 minutos) que é destaque na curta nota dobre os desfiles militares nesta capa, destaca-se, também, os soldados que desfilaram segurando as mãos de meninos e meninas no desfile. A manchete avisa que pelos Interiores, no lugar do desfile Militar, o que aconteceu foram Desfiles Escolares. Em Icoaraci ocorreram os desfiles e tendo a criança como centro, pois neste ano em especial, acontecia o Ano Internacional da Criança.	Um cordão de Militares intercala meninas e meninos para dar as mão enquanto caminham.; Outro registro apresenta uma menina caracteriza de Emília (alusão ao Sítio do pica-pau amarelo).